

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**IGOR HENRIQUE BATISTELLA**

**DOIS GRITOS DE LIBERDADE: ÊXITO E DERROTA NOS  
LEVANTES SEPARATISTAS DE CUBA E PORTO RICO**

**FRANCA  
2021**

**IGOR HENRIQUE BATISTELLA**

**DOIS GRITOS DE LIBERDADE: ÊXITO E DERROTA NOS  
LEVANTES SEPARATISTAS DE CUBA E PORTO RICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Culturas Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro.

**FRANCA  
2021**

B333d      Batistella, Igor Henrique.  
Dois gritos de liberdade: êxito e derrota nos levantes separatistas de Cuba e Porto Rico / Igor Henrique Batistella.  
-- Franca, 2021.  
183 p.: tabs., mapas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.  
Orientador: Marcos Sorrilha Pinheiro.

1. Movimentos separatistas. 2. Independências das Américas. 3. História do Caribe. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**IGOR HENRIQUE BATISTELLA**

**DOIS GRITOS DE LIBERDADE: ÊXITO E DERROTA NOS  
LEVANTES SEPARATISTAS DE CUBA E PORTO RICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro  
Universidade Estadual Paulista - FCHS, Franca.  
(Presidente)

---

Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired  
Universidade Estadual Paulista - FCL, Assis.  
(1º Examinador)

---

Prof. Dr. Gabriel Passetti  
Universidade Federal Fluminense  
(2º Examinador)

Franca, 01 de dezembro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Finalizado este trabalho, cujo processo de execução gerou inúmeros desafios, mas também, uma imensa satisfação, agradeço aos que tornaram possível a conquista de mais este título por intermédio de outra modesta contribuição ao estudo da História. Com especial destaque, menciono meus pais, Fernando e Andréa, cuja dedicação e apoio irrestritos foram essenciais em todos os momentos desta jornada. Estendo ainda meus cumprimentos aos professores Alberto Aggio e Marcos Sorrilha, que não se furtaram em confiar no potencial desta pesquisa, colaborando desde o ingresso neste programa de pós-graduação até o acompanhamento e aperfeiçoamento contínuos de todo o processo de redação. Finalmente, expresso minha gratidão ao financiamento oportunizado pela CAPES, cujos recursos permitiram a conclusão destes estudos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

BATISTELLA, Igor Henrique. **Dois gritos de liberdade: êxito e derrota nos levantes separatistas de Cuba e Porto Rico.** 2021. 183 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

## **RESUMO**

Impactadas por muitas crises e desencantos políticos, em 1868, as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico tornaram-se o epicentro de duas revoltas independentistas. Distanciadas por uma questão de dias, as sublevações inicialmente apresentaram numerosas semelhanças entre si, porém, as direções completamente opostas de seus resultados manifestaram-se ao testemunhar o relativo sucesso do levante cubano, dando origem a uma longa guerra com até dez anos de duração, em contraste com a repressão imediata do equivalente porto-riquenho. Pouco exploradas pela historiografia especializada, as causas de tamanha disparidade permanecem, até hoje, muito imprecisas e obscuras. Foi apoiando-se nesta ausência, que esta pesquisa se dedicou a examinar, comparativamente, os registros legados por ambos os eventos, visando entender em que circunstâncias eles operaram e quais foram os elementos determinantes para a decisão daqueles desfechos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Separatismo; Cuba; Porto Rico; Grito de Lares; Grito de Yara.

BATISTELLA, Igor Henrique. **Two cries of freedom: success and defeat in the separatist uprisings of Cuba and Puerto Rico**. 2021. 183 p. Dissertation (Master's in History) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

### **ABSTRACT**

Impacted by many crises and political disenchantment, in 1868 the Spanish colonies of Cuba and Puerto Rico became the epicenter of two independence revolts. Distant by a matter of days, the uprisings initially showed numerous similarities to each other, but the completely opposite directions of their results manifested themselves in witnessing the relative success of the Cuban uprising, giving rise to a long war lasting up to ten years, in contrast to the immediate repression of the Puerto Rican equivalent. Little explored by specialized historiography, the causes of such disparity remain, to this day, very imprecise and obscure. Based on this absence, this research was dedicated to examining, comparatively, the records bequeathed by both events, aiming to understand under what circumstances they operated and what were the determining elements for the decision of those outcomes.

**KEYWORDS:** Separatism; Cuba; Puerto Rico; Cry of Lares; Cry of Yara.

BATISTELLA, Igor Henrique. **Dos gritos de libertad: éxito y derrota en las revueltas separatistas de Cuba y Puerto Rico.** 2021. 183 p. Disertación (Maestría en Historia) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

## RESÚMEN

Impactadas por muchas crisis y desencantos políticos, en 1868, las colonias españolas de Cuba y Puerto Rico se convirtieron en el epicentro de dos revueltas independentistas. Distantes por unos días, los levantamientos inicialmente mostraron numerosas similitudes entre sí, pero las direcciones completamente opuestas de sus resultados se manifestaron al presenciar el relativo éxito del levantamiento cubano, dando lugar a una larga guerra que duró hasta diez años, en contraste con la represión inmediata del equivalente puertorriqueño. Poco exploradas por la historiografía especializada, las causas de tal disparidad siguen siendo, hasta el día de hoy, muy imprecisas y oscuras. A partir de esta ausencia, esta investigación se dedicó a examinar, comparativamente, los registros legados por ambos eventos, con el objetivo de comprender en qué circunstancias operaron y cuáles fueron los elementos determinantes para la decisión de esos resultados.

**PALABRAS-CLAVE:** Separatismo; Cuba; Puerto Rico; Grito de Lares; Grito de Yara.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

Quadro 1 - Revoltas e conspirações cubanas realizadas de 1801 a 1867.....	39
Quadro 2 - Revoltas e conspirações porto-riquenhas realizadas de 1801 a 1867.....	40
Quadro 3 - Lista de envolvidos no separatismo porto-riquenho (1867-1868).....	137
Quadro 4 - Lista de envolvidos no separatismo cubano (1868-1869).....	141

### FIGURAS

Figura 1 - Mapa estratégico do levante separatista de Porto Rico.....	76
Figura 2 - Organograma hierárquico do movimento separatista de Porto Rico.....	125
Figura 3 - Organograma hierárquico do movimento separatista de Cuba.....	126
Figura 4 - Mapa dos telégrafos e ferrovias de Cuba e Porto Rico (c.1870).....	152

## LISTA DE ABREVIATURAS<sup>1</sup>

C.de	Conde
C.dessa	Condessa
Cap. Gen.	Capitão-General
Cb. Gen.	Cabo-General
Cel.	Coronel
Gen.	General
Mar. Cmp.	Marechal de Campo
M.es	Marquês
Ten. Cel.	Tenente-Coronel
Ten. Gen.	Tenente-General

---

<sup>1</sup> Reduções empregadas de acordo com a Academia Brasileira de Letras (2021).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>DO CARIBE A MADRI: CRISE, POLÍTICA E SOCIEDADE NAS ANTILHAS ESPAÑHOLAS .....</b>	<b>28</b>
1.1 Um olhar sobre o Caribe: conflito, poder e ambição na década de 1860 .....	29
1.2 Açúcar, revolta e escravidão nas Antilhas “sempre fiéis” de Cuba e Porto Rico .....	38
1.3 Em busca do equilíbrio: a crise espanhola e os desafios do ultramar .....	48
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O GRITO DE LARES E O OCASO DO SEPARATISMO PORTO-RIQUENHO.....</b>	<b>61</b>
2.1 Proclamas, exílios e repressão .....	62
2.2 ¡Jíbaros de Borínquen! ¡Arriba! .....	74
2.3 Dos tribunais à imprensa: repercussões e legados da Revolução Borinqueña.....	84
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O GRITO DE YARA E A GÊNESE DA REVOLTA CUBANA .....</b>	<b>93</b>
3.1 Arquitetando a independência .....	94
3.2 Cuba em chamas: revolta e repressão na “pérola das Antilhas” .....	103
3.3 Da ascensão ao impasse: a formação da república e a continuidade da guerra .....	115
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>AVALIANDO AS HIPÓTESES: O SEPARATISMO ANTILHANO EM 1868.....</b>	<b>123</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>155</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>161</b>
<b>SITES E BANCOS DE DADOS .....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

Brindadas pela relativa estabilidade proporcionada pela combinação de um rígido sistema colonial e a ocorrência de pequenas e frustradas tentativas de rebelião, na segunda metade do século XIX, as ilhas de Cuba e Porto Rico seguiam como as derradeiras posições do outrora imponente Império Colonial Espanhol na América. Apesar de àquela altura já ter sido despojada de seus principais domínios, a Espanha permanecia atuando como uma importante peça no jogo estratégico de poder travado no Caribe entre algumas das maiores potências da época. Porém, os meses finais de 1868 provaram que aquela aparente tranquilidade não bastaria para evitar que os sentimentos separatistas, que em décadas passadas haviam provocado o surgimento de dezoito novos Estados no continente, também encontrassem ressonância no interior daquelas ilhas.

Foi assim que, com a distância de apenas dezessete dias, ambas as colônias se tornaram o palco de revoltas orquestradas com o fim de, entre outras coisas, garantir pela força a independência política de seus habitantes. A primeira delas se deu em Porto Rico, onde no dia 23 de setembro um grupo de conspiradores<sup>2</sup> se ergueu pela separação. Liderado pelo médico Ramón Emeterio Betances, o gesto foi batizado como “Grito de Lares”. Mas para o insucesso dos envolvidos, uma testemunha fez com que seus planos chegassem ao conhecimento das autoridades mais cedo que o esperado, de forma que, em menos de uma semana, a insurreição fosse debelada.

Noites depois, em uma reunião secreta nos arredores da cidade cubana de Manzanillo, o advogado Carlos Manuel de Céspedes discursou para seu próprio grupo de seguidores. Sua retórica patriótica e repleta de críticas ao regime colonial já era bem conhecida na região graças às suas publicações em periódicos locais, como o *“La Antorcha”* e *“El Eco de Manzanillo”*.<sup>3</sup> Mas naquele 10 de outubro, os comentários deram lugar à ação e, à semelhança da tentativa porto-riquenha, os cubanos anunciaram a ruptura com a Espanha. Contudo, apesar de também se encontrarem sob os efeitos de uma delação inesperada, os autores do “Grito de Yara” não puderam ser facilmente controlados, originando a partir dali uma guerra cujo desfecho só se daria após quase dez anos de conflito.

Em ambos os casos, as condições iniciais para a sublevação foram praticamente as mesmas, sendo similares o número inicial de participantes, a carência de artefatos bélicos, o compartilhamento de uma visão liberal e republicana de futuro, o relativo compromisso com a

---

<sup>2</sup> O termo “conspiração” deve ser lido neste trabalho em seu sentido simbólico, isto é, como um plano desenvolvido em segredo e em desacordo com as leis vigentes à época. Sua aplicação, deve, portanto, ser entendida sem o viés de predileção política ou julgamento moral, invalidando ou condenando qualquer dos atos em questão. O mesmo se aplica a outras palavras que subentendam variações e interpretações semelhantes.

<sup>3</sup> Cf. MOTAS TAMAYO, Rodrigo César. **La prensa escrita en Manzanillo**. Manzanillo: Orto, 2013. (Colección Anazca). p. 15, 17.

abolição da escravatura e o desejo comum de edificar uma identidade nacional própria, rejeitando a proposta reformista de assimilação com a Metrópole. Cabe ainda notar que, nos dois cenários, a revelação antecipada das intenções separatistas lhes impôs o desafio da eliminação do fator surpresa, com o qual era interessante contar naqueles contextos marcados pela clara assimetria entre as forças insurretas e o poder colonial.

Todavia, poucas foram as respostas fornecidas até o momento para o contraste entre o fracasso do levante porto-riquenho, cujas ações não perduraram por mais do que alguns dias, e o êxito de seu equivalente cubano, que se ao final não conquistou a ansiada independência ao menos logrou a sobrevivência de seus esforços por toda uma década. Infelizmente, para a maioria das pesquisas dedicadas à interpretação daqueles eventos, essa desproporção ainda não se tornou alvo de uma investigação profunda e exclusiva, assumindo muitas vezes um papel secundário.

Nesse sentido, prevalecem os estudos de caráter individual, ou seja, que se voltaram especificamente a apenas uma das revoltas. Estabelecendo um recorte temporal relativamente amplo, esses trabalhos costumam abranger diversos acontecimentos de décadas pregressas ou posteriores, apresentando os gritos de Lares e Yara como marcos importantes na história política de suas ilhas. Porém, ao orientarem suas preocupações para a exposição de uma sequência de fatos (que geralmente começam pelas promessas autonomistas da Constituição de 1812, e culminam na introdução de uma política de assimilação em Porto Rico<sup>4</sup> e na intervenção dos Estados Unidos em Cuba, em 1898)<sup>5</sup> tais pesquisas deixam de considerar os pormenores dos referidos levantes, perdendo assim a oportunidade de compreendê-los em sua totalidade.

Por outro lado, nas poucas vezes em que a comparação foi exercida, os historiadores tenderam a fazê-la de maneira breve e superficial, normalmente sob a forma de um comentário meramente complementar. Este foi o caso de Maria Lígia Prado, que em sua rápida passagem pelo tema, atribuiu a derrota da insurreição porto-riquenha a fatores como a menor “intensidade” do separatismo local em relação ao cubano, a alegada condição de “ilha-fortaleza” derivada da posição estratégica da mesma na saída para o Atlântico e a ausência de uma elite agrícola suficientemente capaz de dar suporte àquele movimento.<sup>6</sup>

Daqui, o argumento de “fraqueza” das articulações na ilha não encontra respaldo na historiografia, uma vez que, de acordo com o pesquisador Francisco Moscoso, as décadas que antecederam ao Grito de Lares foram marcadas por uma grande efervescência cultural,

<sup>4</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975.

<sup>5</sup> Cf. NAVARRO GARCÍA, Luis. **La independencia de Cuba**. Madrid: Mapfre, 1992. (Independencia de Iberoamérica); MORENO FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha/Cuba: uma história comum**. Bauru: Edusc, 2005.

<sup>6</sup> Cf. PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 97.

caracterizada tanto pela publicação de textos com forte teor patriótico, especialmente nos campos da poesia e da literatura, quanto pela veiculação de opiniões críticas e denúncias às atitudes do governo colonial em periódicos que, com punições e represálias, acabaram sofrendo as consequências de sua audácia em violar os limites da censura.<sup>7</sup>

Sobre a ideia de maior vigilância e militarização em Porto Rico, vale lembrar que Cuba representava uma fonte consideravelmente mais abundante de inquietações para a Espanha. Dentre as motivos para isso podemos citar elementos como o elevado potencial econômico da ilha, advindo tanto da arrecadação tributária junto à uma população numericamente superior quanto da rentável exportação de açúcar e derivados; a ameaça representada pelo interesse dos Estados Unidos em adquiri-la, conforme sinalizado em suas ofertas de compra do qual não se encontra nenhum paralelo na história porto-riquenha; e a própria instabilidade interna incomparavelmente mais intensa em Cuba que, entre 1810 e 1852, foi alvo de nove tentativas de rebelião.

Recordemos também que por lá, o exército espanhol contava com um efetivo maior e uma infraestrutura mais robusta e moderna, composta por fortes, quartéis, portos, estradas, telégrafos e até ferrovias a que podiam recorrer em seus esforços de repressão às agitações cubanas, o que tornaria o sucesso do levante de Céspedes bem mais improvável do que aquele encabeçado por Betances, em Porto Rico.

Finalmente, a afirmação de Lígia Prado de que o Grito de Lares foi prejudicado pela carência de condições sociais favoráveis esbarra em ao menos dois pontos. O primeiro diz respeito à existência das mesmas circunstâncias em Cuba, o que a própria autora chegou a reconhecer ao escrever que, naquela ilha, “os grandes fazendeiros acabaram por não apoiar a causa da independência”.<sup>8</sup> Além disso, como aponta Manuel Moreno Friginals, não se podia dizer que Céspedes e seus apoiadores faziam parte da elite açucareira cubana, constituindo muito mais um grupo de pequenos proprietários afetados pela decadência econômica da região em que viviam.<sup>9</sup> Em segundo lugar, conforme destacou Francisco Moscoso, não se deve desprezar o apoio popular dado à intentona porto-riquenha.<sup>10</sup>

Autor do estudo mais completo no campo comparativo, o historiador Hernández Ruigómez pautou-se pela proximidade cronológica entre as duas sublevações para explorar a existência ou não de conexões entre elas, concluindo que, se por um lado, elas guardavam similaridades em seus objetivos (como na busca pela independência e na reprodução de princípios liberais, em uma ideia

<sup>7</sup> Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868: el Grito de Lares**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 30-31.

<sup>8</sup> PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 97.

<sup>9</sup> Cf. MORENO FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha/Cuba: uma história comum**. Bauru: Edusc, 2005. p. 289.

<sup>10</sup> Cf. MOSCOSO, op. cit., p. 68-69.

que já tinha sido avançada por Gautier Dapena<sup>11</sup>), por outro, elas se distinguiram na prática pela melhor efetivação cubana.<sup>12</sup> Circunscrito às dimensões de um artigo, o pesquisador deixou de contemplar outros aspectos relevantes para uma compreensão mais consistente do assunto, esquecendo-se também de pontuar os motivos do malogro porto-riquenho e os fatores determinantes para a “eficiência” cubana.

Foi mediante tais limitações da produção historiográfica que esta dissertação se propôs a revisitar o passado das últimas colônias hispano-americanas para responder à questão originada da disparidade de resultados entre os gritos de Lares e Yara. Atentos às singularidades de cada um daqueles eventos, cabe ressaltar que, em momento algum, pretendemos alimentar a hipótese de que os desfechos de ambos os casos deveriam ter sido necessariamente os mesmos. Assim, a indagação dessa pesquisa se assentou no fato de ainda serem exíguas as conclusões para a flagrante oposição entre duas situações a princípio tão semelhantes.

Convencidos de que o método comparativo seria o único capaz de fornecer as condições necessárias para o alcance desse objetivo, assumimos ainda o propósito de contribuir com a expansão desse campo de estudos no referido período. Outro elemento importante esteve no desejo de considerar todos os aspectos que compuseram as três fases temporais daquelas revoltas. Em outras palavras, procurou-se deixar de lado a preocupação exclusiva com as articulações iniciais para também ceder espaço ao exame da implementação dos planos de secessão e seus efeitos posteriores.

Para que isso fosse possível, tomamos como referência um conjunto variado de fontes, cuja diversificação foi fundamental na superação dos efeitos cerceadores que costumam advir do recurso a um único gênero documental. Logo, a consulta a cartas, manifestos, atas de reunião e panfletos nos forneceram a visão separatista dos acontecimentos a partir de seus próprios autores. Por outro lado, os relatórios de campo, comunicados oficiais e declarações públicas permitiram a captura da perspectiva oposta, representada pelas autoridades coloniais empenhadas na repressão das agitações, materiais cujo alcance foi facultado em produções de época e compilações recentes, tais como o n. 40 da “*Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña*” (1968).

O panorama foi completado pelo acesso a publicações de observadores externos, cujas anotações ajudaram a identificar a repercussão dos “gritos” dentro e fora das ilhas que os protagonizaram. Ao agregar as opiniões de simpatizantes e detratores do independentismo, esses textos contribuíram com o enriquecimento das reflexões empreendidas ao expor maiores detalhes

<sup>11</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 40.

<sup>12</sup> Cf. HERNÁNDEZ RUIGÓMEZ, Almudena. 1868. Alcolea, Lares, Yara. ¿Una misma estructura de identificación política? **Quinto Centenario**, Madrid, v. 7, p. 55-81, 1985. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/view/QUCE8484110055A/1837>>. Acesso em: 22 ago. 2018. p. 78.

dos referidos processos. Dentre elas, destacamos os livros “*Cuba contra España*” (1869), “*Historia de la insurrección de Lares*” (1872), “*Álbum histórico fotográfico de la Guerra de Cuba*” (1872), “*Las insurrecciones en Cuba*” (1873), “*Carlos Manuel de Céspedes*” (1895), e “*Un poco de historia colonial*”, póstumo, (1978).

Tendo em vista a necessidade de se reunir a maior quantidade de informações possível sobre os levantes de Lares e Yara, a apreciação das fontes foi orientada por questionamentos tais como: Quem foram seus organizadores? Qual era o perfil dos demais participantes? Que segmentos da sociedade os separatistas desejavam atrair? Que ideais os inspiravam? Como foram elaborados os planos de ação e do que eles dependiam para obter sucesso? O que seus líderes pretendiam realizar na hipótese de saírem vitoriosos? Quais eram as condições materiais e políticas de cada movimento? De que forma as forças coloniais reagiram a eles? Houveram diferenças de algum tipo no tratamento de cada caso? Que impactos as revoltas deixaram em cada ilha?

Conforme mencionado anteriormente, em termos metodológicos, a abordagem dos eventos separatistas de Cuba e Porto Rico se deu através dos instrumentos da História Comparada que, no caso específico deste estudo, se guiou pelos parâmetros do modelo “diferenciador” delineado pelo historiador e sociólogo Charles Tilly. De acordo com este procedimento, uma das melhores formas de se analisar dois objetos históricos razoavelmente parecidos passaria pela exposição de ambos a um mesmo conjunto de indagações, permitindo ao pesquisador identificar princípios de variação que possam confirmar ou invalidar suas hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa.<sup>13</sup>

Assim, a julgar pelas semelhanças entre os episódios aqui examinados, incluindo o próprio contexto em que estiveram inseridos,<sup>14</sup> a opção pelo método “diferenciador” de Tilly viabilizou, ao mesmo tempo, o exame pormenorizado de cada levante – respeitando suas peculiaridades sem o prejuízo do critério comparativo – e a experimentação conjunta de ambos à luz das diversas possibilidades para o esclarecimento de seus resultados. Além disso, uma vez que a natureza das fontes utilizadas nos impôs o contato direto com a esfera da História Intelectual, a apuração documental teve em conta os conceitos do Contextualismo Linguístico e sua busca pela interpretação das narrativas e pensamentos compartilhados por um determinado conjunto de indivíduos relacionados à atividade política.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Cf. TILLY, Charles. **Big structures, large process, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984. p. 116-119.

<sup>14</sup> Recordemos que, para além das questões ligadas especificamente às revoltas de 1868, as ilhas de Cuba e Porto Rico compartilhavam características como a colonização comum pela Espanha, a adoção do idioma espanhol (em sua vertente castelhana), o apego às referências culturais ibéricas, o reconhecimento do catolicismo romano como religião oficial, a atividade econômica orientada à exportação de produtos agrícolas, a legalidade do trabalho escravo e a sociedade racialmente estratificada.

<sup>15</sup> Elaborado por historiadores como Bernard Bailyn, John Pocock e Quentin Skinner, este método prevê a análise das “linguagens” empregadas por um grupo de autores contemporâneos aos acontecimentos estudados com o objetivo de identificar o conjunto de referências, convenções e posicionamentos em comum sobre os quais estariam (*Continua*)



No tocante à sistematização dos conteúdos, optamos por uma divisão em quatro capítulos, sendo cada um deles correspondente a uma das etapas de desenvolvimento da pesquisa. Por esse meio, buscou-se garantir uma exposição coesa e objetiva dos temas abordados sem deixar de preservar a sequência lógica dos trabalhos. Assim, foi designado ao primeiro capítulo a função de apresentar alguns dos elementos que compuseram a conjuntura interna das ilhas de Cuba e Porto Rico. Outra de suas atribuições esteve na abordagem de tópicos como as rivalidades e interesses internacionais no Caribe, as alterações na dinâmica colônia-metrópole ao longo do século XIX e as transformações político-administrativas vivenciadas pela Espanha na década de 1860.

Longe de exercer um papel meramente contextualizador, o objetivo desta sessão foi esclarecer melhor sob que circunstâncias as demandas separatistas se desenvolveram nas colônias em questão e de que maneira as instabilidades metropolitanas influenciaram as mudanças na política espanhola para o ultramar, impactando, conseqüentemente, no tratamento dispensado aos descontentes com ela. Ao fazê-lo, este capítulo também procurou romper com as limitações das análises que costumam discorrer sobre as revoltas de 1868 como fenômenos isolados, narrando-os dentro do meio complexo em que realmente aconteceram.

Voltados à pesquisa documental, os capítulos dois e três foram direcionados à narração cronológica das ações que integraram os gritos de Lares e Yara, orientando-se pelas questões indicadas na página anterior para estabelecer, em ambos os casos, os recortes mais apropriados. Considerando as dificuldades em se definir precisamente o momento inicial das conspirações que originaram cada rebelião, determinou-se o ano de 1865 como um ponto de partida em comum. Quanto aos marcos finais, se no caso de Porto Rico a baliza temporal foi assinalada pela anistia aos detidos políticos, em janeiro de 1869, no episódio cubano restou à deposição do capitão-geral Domingo Dulce, em junho do mesmo ano, cumprir esse papel.

No quarto capítulo, realizou-se o trabalho analítico da pesquisa que, em um primeiro momento, valeu-se dos dados até ali reunidos para explicitar em que aspectos os levantes foram, de fato, semelhantes. Em seguida, o exercício comparativo foi direcionado à experimentação das hipóteses que poderiam evidenciar os motivos para o insucesso do separatismo porto-riquenho em oposição à consolidação do equivalente cubano. Endereçada à condução de uma análise pormenorizada dos referidos eventos, esta dissertação se dispôs a colocar frente a frente duas das mais importantes ocorrências da história política destas ilhas em um esforço, não só de

---

dialogando. Dessa forma, trata-se de uma proposta que pretende ir além da análise semântica para apontar na direção da escrita como um gesto de expressão e articulação política, um “discurso” a ser compreendido no interior de um dado contexto. A despeito da dedicação a focos e temporalidades distintas, os três autores convergem na direção do reconhecimento da multiplicidade de “linguagens” disponíveis a cada época, sendo o papel do historiador examiná-las e contextualizá-las. Cf. POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 25-28, 65-67.

compreendê-las a fundo sob a luz da documentação, mas também de contribuir com a atualização e, sobretudo, a expansão do debate historiográfico especializado no hispano-caribe.

## **CAPÍTULO 1**

### **DO CARIBE A MADRI: CRISE, POLÍTICA E SOCIEDADE NAS ANTILHAS ESPANHOLAS**

Apesar de à primeira vista os levantes separatistas de Cuba e Porto Rico poderem parecer eventos estritamente locais, nascidos de uma indisposição interna alimentada pelo acúmulo de frustrações difusas, o afloramento de ambições pessoais, a insatisfação com as práticas coloniais ou até a latência de narrativas políticas opostas, é importante considerar que aqueles não foram acontecimentos isolados. A esse respeito, se por um lado a historiografia tem apontado para a improbabilidade de uma origem externa das revoltas de 1868, por outro, seria inadequado dizer que tais ocorrências não sofreram alguma influência do contexto maior a que foram contemporâneas.

No decorrer da década de 1860, o Mar do Caribe e seus arredores se tornaram o alvo de diferentes projetos estratégicos esboçados por algumas das mais importantes potências da época que, para fazerem valer seus interesses, recorreram à diplomacia, intimidação e, em alguns casos, à intervenção militar. Para a maioria dos países americanos, a consolidação das instituições e a definição das identidades nacionais ainda permaneciam em aberto. Em consequência disso, intensas disputas pelo controle do poder continuaram a ser travadas desde as independências concretizadas no início do século XIX, traduzindo-se em curtos períodos de estabilidade, alterações frequentes das normas jurídicas, repetidas conspirações e golpes de estado e até a deflagração de guerras civis.

Desconsiderar estes fatores no estudo dos gritos de Lares e Yara seria um equívoco por ao menos dois motivos. Em primeiro lugar, porque ambos os levantes dependeram da conquista de suporte externo para se tornarem realmente viáveis, logo, o apoio das colônias e países próximos era fundamental para a arrecadação de fundos, a aquisição de armas, o recrutamento de mercenários e a organização de pequenas expedições de abastecimento. Como veremos mais a frente, as articulações de representantes dos dois movimentos no exterior foram intensas, sendo várias as tratativas com autoridades vizinhas em busca de reconhecimento oficial às declarações de independência.

Em segundo lugar, as condições vivenciadas por cada Estado foram determinantes tanto na definição do nível de assistência que seus governantes estavam dispostos a oferecer quanto na consolidação do argumento separatista frente as outras alternativas então discutidas em Cuba e Porto Rico. Em vista disso, a exposição prévia de alguns pontos do contexto político caribenho contribuirá em muitos aspectos com o esforço de interpretação dos eventos examinados.

Outro importante fator a ser considerado reside na complexidade das relações coloniais estabelecidas com a Espanha naquele momento. Nesse sentido, é difícil pensar a condução dos assuntos políticos, culturais e econômicos de uma dependência ultramarina sem antes observar o que se passava em sua Metrópole, afinal, por mais distante que possa ser uma colônia, suas referências, costumes, leis e demandas sempre acabaram refletindo, em maior ou menor grau, o modelo metropolitano. Contemplar este assunto é ainda mais significativo quando se trata da cambiante situação espanhola na segunda metade do século XIX. Sendo assim, o rápido exame das transformações vivenciadas por esse país propiciará um melhor entendimento das circunstâncias vividas pela Espanha e o consequente tratamento dispensado às suas possessões caribenhas.

Em linhas gerais, este capítulo traçará um resumo das questões de fundo que perfizeram os anos anteriores aos “gritos” de independência de 1868, tratando não apenas das temáticas ligadas ao interior das respectivas ilhas, mas também dos fatos que estiveram presentes ao seu redor e do estado das conexões entre elas e a Metrópole. Por meio deste exercício, ampliaremos os horizontes dos estudos de caso a serem efetuados em seguida, correspondendo às necessidades de uma análise pormenorizada e dinâmica dos fatos que os envolveram.

### **1.1 Um olhar sobre o Caribe: conflito, poder e ambição na década de 1860**

Quando, em 1868, um grupo de porto-riquenhos descontentes com os rumos de sua ilha se organizou em meio as plantações locais para tomar de assalto a pequena cidade de Lares, a relativa estabilidade vivenciada pelas dependências espanholas no Caribe desde a última expedição fracassada para libertar Cuba, em 1851, chegou ao fim. Daquele momento em diante, a já combatida Metrópole que há muito não experimentava grandes períodos de tranquilidade na Europa teria de lidar com desafios cada vez maiores à preservação de sua soberania sobre as poucas colônias que ainda restavam sob sua guarda.

Se até o início do século XIX os domínios da Espanha na América se estendiam dos Montes Rochosos, ao norte, aos gélidos planaltos da Patagônia, ao sul, no final da década de 1860, nada lhe restava além de duas ilhas no Mar do Caribe. Porém, se a princípio os novos limites de Madri atestaram sua inequívoca fragilidade perante os ambiciosos empreendimentos coloniais do passado, se comparada aos demais países europeus, a condição da Espanha no continente não era assim tão pessimista. Cabe recordar que, entre o final do século XVIII e o começo da centúria seguinte, todas as potências coloniais foram afetadas pelo recrudescimento de suas possessões

americanas, seja pela participação malsucedida em algum conflito,<sup>16</sup> seja pela rebelião e independência de suas colônias.<sup>17</sup>

Além disso, a Espanha fugiu ao destino fatal de outros impérios, como o português, cuja totalidade dos territórios foi perdida pela emancipação brasileira, em 1822, ou o francês, que terminou reduzido a algumas Antilhas menores após a compra da Louisiana pelos Estados Unidos, em 1803, e a independência de Saint Domingue (Haiti), no ano seguinte. Se em meados do século XIX a maior parcela da superfície continental era ocupada por Estados soberanos, no contexto caribenho, a realidade era outra. Com exceção da Hispaniola, todas as outras ilhas permaneceram sob o controle de alguma nação europeia.

Outrossim, o intervencionismo estrangeiro na região foi prolongado pelo envolvimento estadunidense em outras questões domésticas, adiando a efetivação da chamada “Doutrina Monroe” que, em 1823, havia anunciado a determinação do país em garantir a autonomia do continente com a divisa de “América para os americanos”.<sup>18</sup> Apesar de divulgarem esta intenção, os Estados Unidos não se mobilizaram militarmente contra as ações europeias até o final da década de 1890. Mediante tais circunstâncias, ao controlar Cuba e Porto Rico, a Espanha não só conquistou uma razoável parcela de relevância na política local, como também assegurou a posse sobre duas das mais cobiçadas ilhas do Caribe.

Todavia, este êxito não se deveu apenas à perseverança espanhola em defender suas posições, tendo dependido ainda da conveniência que esse arranjo significou para os interesses britânicos e americanos, que convergiam na direção da oposição ao estabelecimento de qualquer potência rival naquelas ilhas. A diferença entre ambos estava na maior contrariedade dos Estados Unidos em relação ao fim do domínio espanhol sobre elas, o que, em sua perspectiva, abriria espaço a possíveis interferências europeias no futuro.<sup>19</sup> Encarada como uma adversária menor, a Espanha chegou a contar com a colaboração direta das autoridades dos dois países para frustrar algumas tentativas locais de rebelião.<sup>20</sup>

Em outro plano, as ambições de Madri continuaram a ser alimentadas com as oportunidades oferecidas pela conjuntura instável da região. A primeira delas apareceu em março de 1861, quando o então presidente dominicano, Pedro Santana, solicitou ao governo espanhol a

---

<sup>16</sup> Como no caso da França, que por sair derrotada na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) teve de ceder boa parte da Nova França (no atual Canadá) ao Reino Unido.

<sup>17</sup> Condição que atingiu primeiro aos britânicos, com a separação das Treze Colônias, em 1776, e depois a diversos outros países colonizadores, incluindo a própria Espanha.

<sup>18</sup> A denominação informal atribuída à estratégia se originou do nome de seu criador, o presidente James Monroe, que a divulgou em sua mensagem ao Congresso Nacional naquele ano.

<sup>19</sup> Cf. SMITH, Robert Freeman. **Os Estados Unidos e a América Latina**, 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2009. v. 4. p. 623.

<sup>20</sup> Cf. SEVILLA SOLER, María Rosario. **Las Antillas y la independencia de la América Española (1808-1826)**. Madrid: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1986. p. 44-48.

reincorporação de seu país aos domínios da Coroa.<sup>21</sup> Em 19 de maio, a proposta foi aceita pelas Cortes,<sup>22</sup> sendo tomadas, a seguir, todas as medidas institucionais de readaptação do território às estruturas coloniais. A iniciativa, no entanto, enfrentou a resistência da população local que, após algum período de relativa tranquilidade, assumiu a forma de uma guerra separatista disparada em agosto de 1863. Rejeitada pela segunda vez, a Espanha se dispôs preliminarmente a lutar, enviando reforços porto-riquenhos para sustentar a repressão.<sup>23</sup> Contudo, o desgaste com a situação fez com que a Coroa desistisse novamente da colônia, revogando o decreto de anexação em 1º de maio de 1865.

Retornando ao ano de 1861, passados sete meses da inusitada correspondência de Pedro Santana, outra chance de protagonismo foi dada à Espanha nos arredores do Caribe. Tratou-se da 2ª Intervenção ao México, que executada pela aliança firmada entre a França, Espanha e Reino Unido, foi um dos acontecimentos mais impactantes da história caribenha nesse momento. Seu objetivo era forçar o governo mexicano a retomar os pagamentos de um conjunto de dívidas contraídas junto àqueles países.<sup>24</sup> Alegando dificuldades financeiras,<sup>25</sup> em julho daquele ano, o então presidente, Benito Juárez, suspendeu temporariamente os ressarcimentos por um prazo de dois anos, provocando a revolta dos três credores mesmo diante dos apelos diplomáticos à compreensão.<sup>26</sup>

Organizado pelo Tratado de Londres, o plano dos interventores previa a ocupação de alguns pontos estratégicos do litoral mexicano, compelindo o governo a mudar de posição. Na ocasião, Madri contribuiu com o envio de 6 mil homens sob a liderança do general Juan Prim y Prats, que desembarcou em janeiro do ano seguinte na cidade de Veracruz,<sup>27</sup> então recém conquistada junto

---

<sup>21</sup> O pedido inédito na história americana foi intermediado pelo então capitão-geral de Porto Rico, Rafael Echagüe y Birmingham, que recebeu a carta presidencial das mãos de Manuel del Monte, presidente do Congresso Nacional dominicano. Independente desde 1844, a República Dominicana vinha passando por um momento de profunda crise política, sentindo sua soberania ameaçada pelas frequentes incursões militares haitianas com a finalidade de promover a reunificação da ilha. Cf. BAHAMONDE. Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. **Historia de España, siglo XIX**. 6 ed. Madrid: Cátedra, 2011. p. 348.

<sup>22</sup> Nome atribuído ao parlamento espanhol.

<sup>23</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico: en conmemoración del encuentro de dos mundos**. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 277.

<sup>24</sup> O montante da dívida ultrapassava os MX\$ 13 milhões (Pesos Mexicanos, em valores da época), provenientes do acúmulo de empréstimos e indenizações não pagas, com algumas pendências remontando à época da independência. Os espanhóis reclamavam uma quantia de quase MX\$ 9,5 milhões, dos quais, pouco menos de MX\$ 8 milhões deveriam ser pagos em dinheiro. Cf. GALEANA, Patricia (Org.). **México y el mundo: historia de sus relaciones exteriores**. t. 3. México, D.F.: Senado de la República, 1990. p. 144.

<sup>25</sup> Em 1861, o orçamento mexicano projetava um déficit de MX\$ 5,6 milhões, com a dívida externa chegando aos MX\$ 62,2 milhões, enquanto a interna batia os MX\$ 92,8 milhões. Cf. KUNTZ FICKER, Sandra. De las reformas liberales a la Gran depresión, 1856-1929. In: KUNTZ FICKER, Sandra (Coord.). **Historia económica general de México: de la colonia a nuestros días**. México, D.F.: Colegio de México, 2010. p. 331.

<sup>26</sup> Cf. GALEANA, op. cit., p. 134-135.

<sup>27</sup> Objetivo estratégico por ter sido a sede do governo de Juárez durante a Guerra da Reforma (1857-1861). Naquele tempo, a cidade também respondia pela principal arrecadação alfandegária do país. Cf. MÉXICO. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1983. v. 14. p. 7559.

ao forte de San Juan de Ulúa.<sup>28</sup> No decorrer desse processo, Cuba foi largamente utilizada como ponto de apoio das forças espanholas. Comprometido com a guerra contra os separatistas do Sul (1861-1865), os Estados Unidos pouco fizeram para impedir a invasão, reservando-se a criticar a agressividade da opção e a se oferecerem como fiadores do débito mexicano.

Apesar de, em setembro, Juárez já haver revogado a polêmica lei de moratória, as ações da Aliança continuaram até o Convenio de La Soledad, celebrado em fevereiro de 1862. Através dele, britânicos e espanhóis aceitaram um acordo preliminar que limitava suas operações à algumas localidades em troca de novas garantias para a cobertura dos dispêndios. Quando os representantes daqueles países perceberam que as intenções francesas já estavam muito além do motivo original da intervenção, decidiram romper com a Aliança e assinar a paz em separado.

Ao se retirarem mais cedo do campo de ação, as autoridades da Espanha e da Grã-Bretanha evitaram o envolvimento em possíveis complicações futuras na região, preferindo reservar suas forças para as incursões coloniais empreendidas em outras partes. Não obstante, essa atitude cautelosa não os impediu de assegurar o resgate das quantias que lhe eram devidas, reafirmando a disposição de ambos os países em permanecer impondo suas condições aos Estados do continente americano.

Seguindo pela contramão da diplomacia, a França se recusou a negociar uma solução pacífica para a crise, optando por seguir sozinha na intervenção, desta vez, sob novas motivações. Desse momento em diante, o calote da dívida mexicana cedeu lugar aos planos imperiais de Napoleão III, que preocupado com a consolidação da influência estadunidense na América, acreditava que o único modo de contrabalança-lo seria pela instalação de um governo aliado no México. Outro argumento esgrimido à época foi o de que a “anarquia” havia tomado conta do país desde sua independência, sendo um dever da França colaborar com a restauração da estabilidade política e econômica do México sob um regime monárquico e unificador.<sup>29</sup>

Determinados a alcançar este objetivo, o número de expedicionários franceses saltou de 2,4 mil, em janeiro de 1862, para 30 mil, no fim do ano. Em 1864, os contingentes chegaram ao auge de 38 mil homens.<sup>30</sup> Em 10 de junho de 1862, a capital foi ocupada, forçando o governo republicano a se refugiar no Norte. Um conselho de regência tomou o poder e, um ano depois, Maximiliano I foi proclamado imperador. A mudança foi patrocinada de perto pelas autoridades

---

<sup>28</sup> Cf. BAHAMONDE, Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. **Historia de España, siglo XIX**. 6 ed. Madrid: Cátedra, 2011. p. 349.

<sup>29</sup> Cf. GALEANA, Patricia (Org.). **México y el mundo: historia de sus relaciones exteriores**. t. 3. México, D.F.: Senado de la República, 1990. p. 176-177.

<sup>30</sup> Cf. *Ibid.*, p. 162, 182.

francesas, atraindo o apoio de parte considerável da sociedade mexicana, incluindo monarquistas locais, partidários do conservadorismo e membros destacados do clero.<sup>31</sup>

No exterior, o Império foi reconhecido por praticamente todos os países europeus, enquanto na América, acabou obtendo a aceitação apenas do Brasil e da Guatemala, com esta última considerando uma eventual reunificação com o México.<sup>32</sup> Por outro lado, para além da lealdade dos liberais e da simpatia dos Estados Unidos,<sup>33</sup> a resistência republicana fez eco no Chile, Peru, Venezuela e El Salvador, que condenaram oficialmente a atitude francesa como uma agressão ao que consideravam ser o governo legítimo de Benito Juárez.<sup>34</sup>

Contudo, em 1866, a sorte dos monarquistas começou a mudar, tornando-se sucessivas as derrotas para os exércitos republicanos. A retirada gradual das tropas franceses só piorou o cenário, levando à captura e execução de Maximiliano, em junho de 1867. Com um saldo de quase 45 mil mortos, a guerra terminou com a dissolução do Império e o fracasso da campanha francesa.<sup>35</sup> Findada a intervenção, os mexicanos puderam desfrutar de um relativo período de paz, e com a exceção de pequenas crises locais, o país não voltou a se envolver em grandes conflitos até a Revolução de 1910.

Todavia, os impactos negativos do comprometimento quase ininterrupto com guerras e rebeliões desde os tempos da ruptura com a Espanha foram claros no tocante a participação mexicana nos assuntos caribenhos. A despeito do potencial interesse sobre alguns territórios, como o de Cuba por exemplo, seus governantes pouco puderam fazer para influenciar os rumos da ilha vizinha.<sup>36</sup> Assim, uma vez absorvidos em suas próprias complicações domésticas, os mexicanos se mantiveram as margens do debate político travado em Cuba e Porto Rico, deixando de ser uma opção viável tanto na busca de apoio para os intentos separatistas daquelas colônias quanto na consideração de uma hipotética oferta de unificação.

Outra vítima de circunstâncias pouco favoráveis ao exercício do protagonismo sobre o Caribe foram os Estados Unidos que, nesse mesmo período, atravessaram uma das fases mais conturbadas de sua História. Originada da primeira revolta bem-sucedida de independência na

---

<sup>31</sup> Dentre os ditos apoiadores estavam alguns ex-presidentes, como Rómulo Díaz de la Vega, Félix María Zuloaga, José Mariano Salas e Miguel Miramón. Cf. GALEANA, Patricia (Org.). **México y el mundo: historia de sus relaciones exteriores**. t. 3. México, D.F.: Senado de la República, 1990. p. 149-150, 157.

<sup>32</sup> Cf. *Ibid.*, p. 185.

<sup>33</sup> Simpatia esta demonstrada tanto pelos Confederados quanto pelas autoridades da União.

<sup>34</sup> Cf. GALEANA, op. cit., p. 167-168.

<sup>35</sup> O resultado negativo da operação simbolizou o fim dos projetos franceses na América, relegando o país definitivamente à uma posição secundária no continente, circunscrito basicamente à uma parte da Guiana, na América do Sul, e às ilhas de Guadalupe, Martinica e Saint-Martin, no Caribe.

<sup>36</sup> Submetida ao Vice-Reino da Nova Espanha até 1821, Cuba distava apenas 200 km do Estado de Yucatán, localizado na península homônima em território mexicano. Nesse sentido, a proximidade geográfica poderia ter se somado às conexões históricas daquele país com a referida ilha, sustentado uma eventual reivindicação anexionista ou, ao menos, uma posição privilegiada na disputa pelo controle dela.



América, esta república se diferenciou das demais no continente pela maior estabilidade alcançada por suas instituições, perceptível em elementos tais como: a longevidade de sua Constituição,<sup>37</sup> o respeito de seus presidentes pelos limites de mandato, a regularidade dos processos eleitorais e a ausência de renúncias ou golpes de estado. Com um sólido crescimento demográfico e uma política externa reservada, porém, francamente expansionista, os Estados Unidos gradualmente se consolidaram como uma virtual ameaça às intenções europeias na região.<sup>38</sup>

Mas na segunda metade do século XIX, os planos de expansão elaborados em Washington esbarraram em um conflito de identidades mal resolvido no interior da federação. Em 1860, a eleição do candidato republicano Abraham Lincoln acentuou ainda mais essas divergências, desencadeando uma sequência de atos que culminaram na Guerra de Secessão (1861-1865). A contenda opôs os vinte e dois Estados que permaneceram leais à União aos onze que optaram pela adesão ao projeto de separação sulista, que previa a fundação de uma nova associação que atendesse melhor aos seus interesses.<sup>39</sup> Com esse objetivo em mente, em 4 de fevereiro de 1861, foram criados os Estados Confederados da América. Inicialmente fixada em Montgomery, no Alabama, a capital foi transferida no mesmo ano para Richmond, na Virgínia.

Presidida pelo fazendeiro e senador Jefferson Davis, a Confederação chegou a mobilizar algo em torno de um milhão de combatentes, contudo, falhou em obter o reconhecimento oficial de qualquer outra nação no exterior, prejudicando seriamente suas chances de vitória. Em abril de 1865, a paz foi selada com a ocupação dos Estados rebelados, o fim definitivo da escravidão e o êxito da União em manter sua integridade territorial.<sup>40</sup> Não obstante, os efeitos danosos daquele conflito não foram os únicos a serem encarados pelos Estados Unidos no curso dos anos 1860. Tal como em décadas anteriores, os confrontos entre colonos e indígenas no Oeste foram intensos, demandando o emprego constante do exército em missões de perseguição e punição de tribos nativas. A segurança dos migrantes era essencial para que a ocupação dos territórios ocidentais

<sup>37</sup> A mesma desde que entrou em vigor, em 1789. O contraste com as demais repúblicas era claro: até 1870, a Venezuela teve quatro Constituições, o México, cinco, a Colômbia, seis, a Bolívia e o Peru, oito, e o Haiti, nove.

<sup>38</sup> Ainda em 1803, as possessões francesas remanescentes da Louisiana foram adquiridas pela quantia de US\$ 15 milhões (Dólares Americanos, em valores da época). Por intermédio de negociações posteriores, concessões do Reino Unido (1818, 1846) e da Espanha (1819) possibilitaram novos avanços ao Sul e a Noroeste. Pouco depois, a vitória sobre o México em uma guerra fronteiriça (1846-1848) rendeu ao país outra conquista no Oeste, desta vez, ao custo de uma indenização de US\$ 15 milhões. Outras duas aquisições foram efetuadas em 1853 (La Mesilla) e 1867 (Alasca), mediante o pagamento de US\$ 10 milhões ao México e US\$ 7,2 milhões à Rússia, respectivamente. Nesse meio tempo, 21 novos Estados foram admitidos na União, quatro deles somente na década de 1860 (Kansas, Virgínia Ocidental, Nevada e Nebraska).

<sup>39</sup> A princípio composta pelos Estados do Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana e Mississipi, ao longo de 1861, a Confederação recebeu os pedidos de incorporação do Arkansas, Carolina do Norte, Tennessee, Texas e Virgínia como membros posteriores.

<sup>40</sup> A Guerra de Secessão foi a maior e mais violenta do Continente Americano, cobrando aproximadamente 623 mil vidas e deixando cerca de 470 mil feridos dos dois lados. Cf. CLODFELTER, Micheal. **Warfare and armed conflicts: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015**. 4. ed. Jefferson: McFarland & Company, 2017. p. 295.

recém-anexados fosse efetivada, atenuando, conseqüentemente, as ambições estadunidenses em outras partes por mais algum tempo.

Diante do afastamento de México e Estados Unidos, os dois maiores países da região, o Reino Unido encontrou caminho aberto para o exercício pleno do protagonismo político e econômico sobre o espaço centro-americano. Sendo naquele momento a principal potência diplomática, comercial, industrial e militar do mundo,<sup>41</sup> pesava em seu favor o controle sobre o maior número de posições estratégicas no Caribe, possibilitando a extensão da influência britânica em praticamente todas as direções.<sup>42</sup> Tal autoridade já vinha sendo demonstrada desde o início do século XIX, através das imposições de limites cada vez mais rigorosos ao comércio transatlântico de escravos com o fim de liquidá-lo no continente.<sup>43</sup>

Em 1833, o regime de servidão foi suspenso em todos os territórios ingleses, concedendo a liberdade integral a totalidade dos cativos, em 1838. Porém, a reintegração dos mesmos a sociedade não foi bem-sucedida em todos os lugares, relegando numerosos ex-escravos à situação de penúria. Assim, em 1865, a pequena cidade de Morant Bay, no sudeste da Jamaica, foi sacudida por uma inesperada revolta encabeçada pelo missionário batista Paul Bogle, que inconformado com as condições da população negra na ilha, reuniu uma turba que atacou e incendiou o tribunal local. A ação conquistou a simpatia e adesão de outros colonos negros, guiando-se pela reivindicação de uma redistribuição de terras cultiváveis. O episódio foi reprimido com severidade pelo então Governador, Edward John Eyre, causando a morte de mais de quatrocentos sublevados.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Cf. LESSA, Antônio Carlos. **História das relações internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 100.

<sup>42</sup> Na década examinada, tais posições incluíam: o arquipélago das Bahamas, que permitia o controle sobre um dos dois acessos ao Golfo do México; ilhas da Jamaica e Cayman, não muito distantes da costa meridional de Cuba; as Honduras Britânicas (atual Belize) que, posicionada no Istmo, estava em fronteira direta com o México e a Guatemala; o conjunto das ilhas de Barlavento e Sotavento, compreendendo a maior parte do cinturão das Antilhas Menores junto à saída para o Atlântico; e as colônias da Guiana e Trinidad na América do Sul, ambas em vizinhança com a Venezuela.

<sup>43</sup> A prática foi abolida pela primeira vez no Caribe por iniciativa da Dinamarca, em 1804. Três anos depois, a medida foi acompanhada pelo Reino Unido, que passou a pressionar os demais países a fazê-lo, implementando também a perseguição unilateral de navios negreiros em operação no Atlântico. Em 1811, o parlamento britânico classificou o comércio de escravos como um crime. Tratados bilaterais de proibição do tráfico foram firmados, em 1818, com a Espanha, Portugal e Países Baixos, com documentos semelhantes sendo assinados nas décadas seguintes junto a dezenas de outros países europeus e americanos, em uma clara demonstração de força do Império Britânico. Com a chegada de 1827, o traslado de cativos foi equiparado pelos ingleses à “pirataria”, tornando-se punível com a morte. A despeito dessas providências, o lucrativo negócio continuou a existir na ilegalidade pelo menos até o início da década de 1860, alimentado pelas demandas de territórios escravagistas remanescentes como o Brasil, Cuba, Porto Rico e os Estados Unidos.

<sup>44</sup> Iniciada em 11 de outubro, a rebelião foi sufocada em cerca de dez dias. Uma vez capturado, Bogle foi sentenciado à morte e executado. Centenas de negros foram açoitados e mais de mil cabanas incendiadas pelas autoridades. Consideradas excessivas pela Metrópole, as medidas de Edward Eyre custaram-lhe o cargo, sendo, no restante, absolvido de todas as acusações. Cf. CLODFELTER, Micheal. **Warfare and armed conflicts: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015**. 4. ed. Jefferson: McFarland & Company, 2017. p. 306.

Ainda que àquela altura a escravidão já não fizesse mais parte da realidade jamaicana, os atos registrados em Morant Bay reascenderam um antigo receio caribenho que povoou o pensamento dos países americanos até o final do século: o pavor de uma rebelião negra.<sup>45</sup> O temor tinha fundamentos em um evento marcante datado de 1804, quando cerca de 5 mil colonos brancos foram mortos no Haiti entre os meses de março e abril.<sup>46</sup> O massacre foi recebido com espanto nas demais localidades do Continente, endossando as narrativas de manutenção do “equilíbrio racial” como medida de precaução contra a repetição daquele cenário.

Em represália àqueles acontecimentos, por muitos anos o governo haitiano foi vítima do isolamento diplomático, carecendo de qualquer reconhecimento oficial até a assinatura de um acordo com a França, em 1825, seguida pelos Estados Unidos, em 1862, que se tornou o primeiro país americano a estabelecer relações com o Haiti desde a proclamação de 1804. Na década de 1860, a república negra foi governada em grande parte do tempo por Fabre Geffrard, que com seu programa de reformas e modernizações garantiu relativa estabilidade ao território por alguns anos, limitando suas demonstrações de hostilidade à Espanha e à República Dominicana.<sup>47</sup>

Pensando em termos estratégicos, outros dois países que por sua relevância política, localização e dimensão geográfica poderiam ter exercido alguma influência nas questões caribenhas dessa época eram as repúblicas da Colômbia e da Venezuela.<sup>48</sup> Porém, em ambos os casos, a concretização de possíveis ambições sobre as ilhas postadas ao norte de suas costas foi perturbada pelas diversas crises e demandas internas que lhes foram impostas naquele período,

<sup>45</sup> O que para uma ilha escravista como a de Cuba, distante apenas 150 km dali, tornava o acontecimento ainda mais significativo, tendo em vista a extensa quantia de escravos ali residentes. Cf. KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean: the genesis of a fragmented nationalism**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012. p. 153.

<sup>46</sup> Ordenada por Jean-Jacques Dessalines, um dos artífices da independência haitiana, a eliminação da população branca foi considerada um método preventivo contra possíveis apoiadores locais a futuras tentativas francesas de recuperar o controle sobre o Haiti, tendo sido ordenada logo após a frustrada incursão metropolitana de 1802-1803. O ato que chegou a vitimar famílias inteiras não contou com a aprovação de todos os envolvidos na rebelião, tendo sido desobedecida por lideranças como Alexandre Pétion. Sublevada desde 1793, a colônia de Saint Domingue declarou a independência no primeiro dia de janeiro de 1804, sob a forma de uma monarquia dirigida por Dessalines. Cf. CLODFELTER, Micheal. **Warfare and armed conflicts: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015**. 4. ed. Jefferson: McFarland & Company, 2017. p. 297-298.

<sup>47</sup> O motivo da discórdia estava na antiga reivindicação haitiana sobre o território dominicano. Com a fusão daquela república junto à Espanha, em 1861, Madri se tornou o alvo preferencial das críticas de Geffrard, que chegou a fornecer armas e munições aos rebeldes dominicanos contrários à “recolonização”. Pressionado pelos espanhóis a entrar em um entendimento, Geffrard concordou, em junho de 1861, em suspender as hostilidades e pagar uma indenização de £ 5 mil (Libras Esterlinas, em valores da época), atitude que colaborou com o enfraquecimento de sua popularidade. Cf. BAUR, John E. The Presidency of Nicolas Geffrard of Haiti. **The Americas**, [Cambridge], v. 10, n. 4, p. 425-461, apr. 1954. Disponível em: [www.jstor.org/stable/977690](http://www.jstor.org/stable/977690). Acesso em: 15 dez. 2019. p. 443.

<sup>48</sup> Distante a pouco mais de 800 km de Porto Rico, a Venezuela historicamente havia sido, depois de Cuba, o centro de poder mais próximo daquela ilha na América Hispânica. Como veremos logo adiante, muitas famílias venezuelanas emigraram para Porto Rico em busca de estabilidade nas décadas turbulentas que se seguiram à independência, em 1811, estabelecendo diversos vínculos entre os dois territórios. Além disso, cabe recordar o apoio de Simón Bolívar, então presidente da Grã-Colômbia, à conspiração dos *Soles y Rayos de Bolívar* (1823), que organizada por José Francisco Lemus, tentou, sem sucesso, insuflar os cubanos contra a dominação espanhola. Cf. NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Puerto Rico a la sombra de la independencia continental: fronteras ideológicas y políticas en el Caribe, 1815-1840**. San Juan: Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el Caribe; Sevilla: CSIC, 1999. p. 25, 87-93.

marcado pela acentuação do antagonismo entre as tendências Federalista (de concepção majoritariamente “liberal”) e Centralista (defendida especialmente pelo campo “conservador”) que, quando não resultaram em verdadeiras guerras civis, terminaram por absorver boa parte das atenções e recursos materiais disponíveis nos esforços de estabilização e reorganização institucional.<sup>49</sup>

Situação parecida pôde ser observada nas cinco repúblicas que compunham o istmo centro-americano, prevalecendo entre elas preocupações ligadas à delicada política local e regional.<sup>50</sup> Arrematando o cenário em estudo, outros três países europeus mantiveram o controle sobre um modesto grupo de assentamentos insulares, tornando-os participantes menores da conjuntura caribenha.<sup>51</sup> Apesar de sua diminutez, algumas daquelas colônias exerceram um papel importante nas articulações separatistas cubanas e porto-riquenhas, atuando como refúgio provisório de lideranças rebeldes e ponto de escala para expedições de reforço e abastecimento.

Mas se das informações reunidas até aqui pudemos concluir que, na década investigada, o Caribe ainda permaneceu sob a égide da supremacia europeia, estando os países da região mergulhados em suas próprias crises e disputas pela definição de suas identidades e estruturas institucionais, falta-nos saber qual era o contexto interno vivenciado pelas colônias de Cuba e Porto Rico nos anos que precederam as revoltas separatistas de 1868. Com isso em mente, façamos algumas considerações a respeito na seção a seguir.

---

<sup>49</sup> Na Venezuela, a chamada Guerra Federal (1859-1863) cobrou mais de 100 mil vidas, terminando com a vitória do bando “Liberal/Federalista” liderado pelo Gen. Juan Crisóstomo Falcón, que assumiu a presidência e manteve-se no cargo até sua renúncia forçada, em 1868. Enquanto isso, na Colômbia, a guerra foi travada entre 1860 e 1862, resultando na derrota do grupo “Conservador” então no poder. No ano seguinte, o país se envolveu em uma breve contenda fronteiriça com o Equador, da qual saiu vitorioso. Cf. CLODFELTER, Micheal. **Warfare and armed conflicts**: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015. 4. ed. Jefferson: McFarland & Company, 2017. p. 316-317.

<sup>50</sup> Governadas por presidentes autoritários de filiação “conservadora”, Guatemala e Nicarágua mantiveram-se estáveis no decênio em estudo. Em Honduras, dois golpes de Estado abalaram a política nacional em 1862 e 1863, resultando, no primeiro caso, no assassinato do então presidente, José Santos Guardiola, que entre 1860 e 1861 havia sufocado uma insurreição clerical conhecida como Guerra dos Padres. Em 1863, uma invasão militar guatemalteca patrocinou a ascensão do Cap. Gen. José María Medina, que governou de forma intermitente até 1876. Já em El Salvador, uma invasão mista guatemalteco-nicaraguense (1863) derrubou o presidente “liberal” Gerardo Barrios, levando à subida do “conservador” Francisco Dueñas ao poder. Finalmente, na Costa Rica, os mandatos presidenciais foram perturbados em três ocasiões (1859, 1868 e 1870), com duas novas Constituições tendo sido adotadas em 1859 e 1869.

<sup>51</sup> Trataram-se dos reinos da Dinamarca (com as ilhas de Saint Thomas, Saint Jan e Saint Croix), Países Baixos (com Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, Sint Maarten e Sint Eustatius) e Suécia-Noruega (com Saint Barthélemy).

## 1.2 Açúcar, revolta e escravidão nas Antilhas “sempre fiéis” de Cuba e Porto Rico<sup>52</sup>

Conhecidos os aspectos essenciais dos eventos e conflitos regionais aos quais foram contemporâneos os movimentos independentistas de 1868, neste tópico sublinharemos quais eram os elementos constitutivos do cotidiano colonial cubano e porto-riquenho no período que antecedeu às referidas rebeliões. Para tanto, exploraremos os domínios da política, economia e sociedade visando compreender assuntos tais como: de que maneira o regime vigente encontrava-se organizado? Quais eram os precedentes históricos de contestação e rebeldia em cada ilha? Para quais atividades estavam voltadas as forças produtivas? E de que forma a população se encontrava classificada e distribuída? Para responder a estas questões, começemos pela exposição das estruturas empregadas pela Espanha na administração daqueles territórios.

Repartida em duas metades desde o princípio da colonização, a ilha de Cuba contava, no final da década de 1860, com dois Departamentos: o Ocidental, com capital em Havana – sede do governo central da colônia – e o Oriental, comandado desde a cidade de Santiago de Cuba.<sup>53</sup> Tal separação carregava em si uma dupla finalidade, orientando as tarefas de gestão política e coordenação militar. Cada Departamento era dirigido por um governador, quase sempre militar, indicado pelo capitão-geral residente em Havana.<sup>54</sup> Este, por sua vez, era apontado pela Metrópole para exercer um mandato de tempo indeterminado e com direito, desde 1825, a “*facultades omnímodas*” (isto é, ilimitadas) de poder.<sup>55</sup> Internamente, os Departamentos eram subdivididos em Distritos Judiciais (ou Jurisdições), responsáveis pela regulação do sistema jurídico.

Com uma superfície bem menor, Porto Rico se encontrava separada apenas por Distritos Judiciais, totalizando oito no período examinado: Aguadilla, Arecibo, Caguas, Humacao, La Capital, Mayagüez, Ponce e San Germán. Com exceção do Distrito de La Capital, cujo centro estava em San Juan – sede do governo da ilha – todos os demais reproduziam os nomes de suas respectivas cidades capitais. Em cada Distrito, havia ainda os limites municipais e, dentro deles,

<sup>52</sup> O termo “sempre fiel” deriva da frequência com que foi empregado pelos opositores à separação das ilhas, em alusão à suposta fidelidade demonstrada na época em que o restante da América Hispânica se levantou em rebelião.

<sup>53</sup> Entre 1827 e 1851, um terceiro Departamento (o Central) subsistiu na ilha com capital na cidade de Puerto Príncipe, atual Camagüey. Sua supressão se deu em 1851, pelas ordens do então capitão-geral, José Gutiérrez de la Concha, em resposta às conspirações separatistas de Narciso López na região. Com isso, o Departamento Central foi inicialmente incorporado ao Ocidental, sendo posteriormente retomadas as fronteiras anteriores a 1827. Todavia, a ideia da existência de três regiões distintas em Cuba sobreviveu às modificações oficiais, sendo ainda mencionada pelos escritores locais nos anos que se seguiram.

<sup>54</sup> O posto de capitão-geral (ou capitão-general, em tradução direta) equivalia ao mais alto na hierarquia de comando militar espanhol, traduzindo-se, portanto, numa promoção temporária ao seu ocupante que advinha sempre das forças armadas. Quem o exercia também acumulava o cargo de “governador superior civil” da ilha.

<sup>55</sup> Regulada por um Decreto Real de maio de 1825, as “*facultades omnímodas*” permitiam, por exemplo, que o capitão-geral ordenasse a perseguição, detenção ou até a deportação de indivíduos suspeitos de comprometerem a ordem pública sem a necessidade de observar o devido processo legal. Cf. NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Entre esclavos y constituciones**: el colonialismo liberal de 1837 en Cuba. Sevilla: CSIC, 1991. (Colección Dos Colores). p. 27-29.

os *barrios* enquanto unidades menores. Tal como em Cuba, os Capitães-Gerais encabeçavam o sistema administrativo, contando com as “*facultades omnímodas*” desde setembro de 1810.<sup>56</sup>

No tocante aos gestos de rebeldia, um breve olhar sobre as atividades conspirativas desencadeadas em Cuba, entre 1810 e 1867, indica um número total de oito ocorrências, conforme exibido pelo Quadro 1.<sup>57</sup> Destas, sete estiveram ligadas a planos de cunho separatista, sendo os principais deles as duas expedições lideradas por Narciso López, em 1850 e 1851.<sup>58</sup> A exceção ficou por conta da conspiração de “*La Escalera*” (1843), que se tratou de um complô abolicionista organizado por escravos e negros livres. Em todos os casos, a denúncia antecipada dos propósitos insurrecionais contribuiu com a repressão imediata dos envolvidos.

**Quadro 1** - Revoltas e conspirações cubanas de 1801 a 1867.

Ano	Denominação	Organizadores
1810	Conspiração de Román de la Luz (ou Conspiração de Infante)	Román de la Luz Sánchez; José Joaquín Infante
1812	Sublevação de Aponte	José Antonio Aponte
1823	Conspiração dos Soles y Rayos de Bolívar	José Francisco Lemus
1826	Conspiração de Francisco Agüero	Francisco Agüero Velazco
1843	Conspiração de La Escalera	<i>Indefinidos</i>
1848	Conspiração da Mina da Rosa Cubana	Narciso López
1850	1º Expedição de Narciso López	Narciso López
1851	2º Expedição de Narciso López e Levantes de Trinidad e Puerto Príncipe	José Isidoro Armenteros; Joaquín de Agüero; Narciso López

Fonte: Do autor.

<sup>56</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 70.

<sup>57</sup> Cabe destacar que o objetivo do quadro foi apresentar apenas as iniciativas articuladas em território cubano ou cujos desdobramentos impactaram concretamente no mesmo, resultando na captura e eventual punição de seus autores e partícipes. Ficaram excluídas, portanto, as tramas que nunca chegaram a se efetivar, produzindo pouca ou nenhuma repercussão real, bem como aquelas cujos mentores jamais estiveram ao alcance das autoridades coloniais.

<sup>58</sup> Nascido, em 1797, na então Capitania-Geral da Venezuela, Narciso López foi oficial no exército espanhol, tendo chegado ao posto de general após lutar em favor dos realistas na Guerra de Independência Venezuelana (1811-1823) e ao lado de Isabel II na 1ª Guerra Carlista (1833-1839). Servindo em Cuba, López se envolveu com grupos separatistas e teve seus planos descobertos na chamada Conspiração da Mina da Rosa Cubana (1848), forçando-o a fugir para os Estados Unidos. De lá, organizou uma expedição para “libertar” Cuba, desembarcando, em 1850, na vila de Cárdenas. Baldada a primeira operação, uma segunda tentativa foi arquitetada no ano seguinte, desta vez em união com o fazendeiro Joaquín de Agüero e o Ten. Cel. José Isidoro Armenteros, que insuflariam as cidades de Trinidad e Puerto Príncipe. Todavia, a repetição do fracasso levou à captura e execução dos três líderes. As intenções exatas de Narciso López não eram claras, com a versão mais difundida afirmando que seus projetos previam conquistar a independência da ilha para depois anexá-la aos Estados Unidos, em uma manobra similar à realizada pelo Texas em relação ao México, em 1836. Cf. NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Entre esclavos y constituciones**: el colonialismo liberal de 1837 en Cuba. Sevilla: CSIC, 1991. (Colección Dos Colores). p. 195-209.

Quanto a Porto Rico, a quantidade de insurreições no mesmo período não ultrapassou o limite de seis situações, conforme demonstrado no Quadro 2, sendo todas elas protagonizadas por integrantes das forças de segurança da ilha em um gesto de descontentamento perante uma demanda local mal resolvida. No caso dos dois primeiros eventos, especulações acerca de uma hipotética inclinação separatista dos amotinados rondaram a historiografia desde então, sendo ainda precários os indícios da veracidade de tais interpretações.<sup>59</sup>

No meio civil, repetidos rumores de elaborações independentistas no exterior fizeram parte do cotidiano oficial porto-riquenho, contudo, nenhum deles jamais atingiu o ponto de se materializar, mantendo-se sempre no campo da retórica.<sup>60</sup> Além disso, se entre 1821 e 1855 chegaram a sete as tentativas de desatar uma rebelião escrava, sendo a mais séria delas a de 1822, os efeitos práticos de cada uma em nenhum momento se diferenciaram da implicação isolada de poucos elementos, resultando sempre em penalidades severas para os cativos delatados.<sup>61</sup>

**Quadro 2** - Revoltas e conspirações porto-riquenhas de 1801 a 1867.

Ano	Denominação	Organizadores
1835	Motim de 1835	Pedro Loizaga
1838	Motim de 1838	Andrés Vizcarrondo
1844	1º Levante dos Artilheiros	<i>Indefinidos</i>
1855	2º Levante dos Artilheiros	<i>Indefinidos</i>
1867	3º Levante dos Artilheiros	<i>Indefinidos</i>

Fonte: Do autor.

Apreciadas estas informações, foi possível constatar que a circulação de pensamentos anticoloniais esteve presente em ambos os cenários, porém, com uma real disposição para a conflagração limitada apenas ao caso cubano, onde a primeira vez em que o desejo pela independência foi manifesto coincidiu justamente com os demais desenvolvimentos de natureza semelhante na América Hispânica. Apesar de ter se arrefecido em alguns momentos, o impulso pela autodeterminação demonstrou nunca ter sido completamente desacreditado, retornando sempre sob a forma de uma nova conspiração. Enquanto isso, até que houvesse o Grito de Lares, esses mesmos ideais parecem não ter tido boa acolhida em solo porto-riquenho, onde todos os

<sup>59</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 289-290.

<sup>60</sup> Cf. *Ibid.*, p. 292-295.

<sup>61</sup> Cf. *Ibid.*, p. 284.

registros de insubordinação se restringiram à esfera militar sem nenhuma motivação separatista aparente.

Ainda no campo da política, até que os primeiros partidos organizados fossem oficialmente criados, no decorrer da década de 1870,<sup>62</sup> diferentes tendências de posicionamento foram sendo postas em debate num esforço pela definição do futuro das duas ilhas. Mobilizados no espaço da imprensa e dos livros, os defensores de cada segmento procuraram, sempre que possível, manifestar suas narrativas e proposituras, criando um leque de ao menos quatro alternativas para cada território.

Em Porto Rico, uma das facções mais poderosas e influentes foi a dos “Conservadores”, que atribuíam à Espanha a origem de sua cultura e identidade, cabendo-lhe a exclusividade na determinação das leis e regulamentos a serem observados pelos insulares. Avessos à ideia de grandes mudanças na sociedade, os conservadores pregavam que se, por ventura, ainda houvessem motivos locais para queixas, a decisão de atendê-las ou não e a escolha do tempo e do modo como isso seria feito caberia somente à Metrópole, única conhecedora dos macro interesses da nação, tornando o questionamento dessa ordem uma demonstração flagrante da falta de lealdade e patriotismo de seus habitantes.

Passando ao meio dos liberais, havia o grupo dos “Assimilistas”, que reconheciam a legitimidade do governo espanhol e também acreditavam ser dele a prerrogativa de promover as mudanças necessárias na ilha. Porém, a origem de seus dissabores estava na dissonância entre os direitos e liberdades conferidos às porções americana e europeia do Império, sendo sua principal reivindicação o alcance da plena igualdade entre os súditos da Coroa através da superação do *status* colonial de Porto Rico e sua conseqüente integração como província.<sup>63</sup>

Não muito distantes dessa perspectiva, os identificados com a postura “Autonomista” negavam a ideia de uma ruptura institucional total com a Espanha, assinalando que a solução para os males da ilha deveria passar, necessariamente, pela via da “legalidade”, evitando os perigos da instabilidade e do radicalismo. Sendo assim, sua proposta considerava a preservação da soberania metropolitana mediante a concessão de novas atribuições e prerrogativas de governança local, tornando possível o acolhimento mais atento e eficiente das demandas porto-riquenhas segundo as particularidades de seu povo.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> Em Porto Rico, a primeira agremiação política veio à existência sob a forma do Partido Liberal Reformista, em 1870, seguido pelo opositor, o Partido Liberal Conservador. Em Cuba, tais organizações só vieram a público depois da Guerra dos Dez Anos, em 1878, com a fundação do Partido da União Constitucional e seu rival, o Partido Liberal.

<sup>63</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 18.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 11-12



Por fim, havia os “Separatistas”, cuja plataforma se assentava na exigência inegociável da independência sob o argumento de que a ilha remanescia injustamente atada à uma potência corrupta, tirânica e alheia aos verdadeiros anseios da região. De espírito liberal, republicano e abolicionista, o discurso separatista porto-riquenho denunciava as sucessivas promessas descumpridas pela Metrópole no sentido de efetuar mudanças significativas nas dependências ultramarinas.<sup>65</sup> Ademais, outra importante premissa defendida por eles foi a da existência de uma identidade nacional própria suficientemente consolidada e distinta da espanhola, justificando assim a busca pelo seu pronto reconhecimento sob a forma de um novo país.<sup>66</sup>

Salvas as devidas proporções, as inclinações políticas encontradas nesse mesmo período em contexto cubano se assemelharam em muito com aquelas existentes no interior de Porto Rico. Logo, constitui-se informalmente em Cuba o grupamento dos “Integristas”, cujos ideais conservadores estavam alinhados com a sustentação da precedência metropolitana na definição dos rumos da ilha. No polo oposto, achavam-se os “Separatistas”, dos quais partiram as reiteradas tramas e manifestações em prol da independência absoluta. Posicionados entre os dois campos, o círculo dos “Reformistas” representava a voz da moderação, sugerindo a reavaliação do regime em vigor de maneira a conferir aos insulares novas oportunidades de participação política através de um estatuto de autonomia.

Transitando por um caminho alternativo, a facção dos “Anexionistas” tinha como inviável a tese de manutenção dos laços com a Espanha ao mesmo tempo em que percebiam ser arriscada a via da independência. Especialmente apoiada pelos fazendeiros mais abastados de Cuba,<sup>67</sup> os adeptos da posição pronunciavam o desejo de ingressar com a ilha na federação estadunidense. O plano contava com a simpatia popular e governamental do referido país, sobretudo em meio aos Estados escravistas do Sul, motivando ao menos quatro tentativas frustradas de negociação com a Espanha.<sup>68</sup> Mas apesar de o anexionismo cubano ter sido alimentado, em ambos os lados do

---

<sup>65</sup> Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868**: el Grito de Lares. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 42.

<sup>66</sup> Cf. Ibid. p. 18-20.

<sup>67</sup> Cf. THOMAS, Hugh. **Cuba**: la lucha por la libertad. [Madrid]: Debate; Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016. (Edición revisada y ampliada). p. 135.

<sup>68</sup> Impulsionada, em 1848, pelo então presidente dos Estados Unidos, James Polk, a primeira oferta de US\$ 100 milhões pelas ilhas espanholas do Caribe foi recusada em Madri. Cf. Ibid., p. 135. Em 1854, foi a vez de Franklin Pierce receber a negativa à sua proposta de US\$ 130 milhões. Cf. DIMOCK, Joseph Judson; PÉREZ, Louis A. **Impressions of Cuba in the nineteenth century**: the travel diary of Joseph J. Dimock. Wilmington: SR Books, 1998. p. X. Anos depois, durante a gestão de James Buchanan, articulou-se uma terceira tentativa que incluiria a transferência de US\$ 30 milhões à Espanha e o suborno secreto de deputados nas Cortes. Discutida entre 1857 e 1859, a ideia esbarrou na resistência do Congresso americano, que jamais aprovou a liberação dos recursos. Cf. THOMAS, op. cit., p. 141-142. Finalmente, em 1869, o presidente republicano Ulysses Grant lançou a derradeira oferta de US\$ 150 milhões pelas ilhas, no que também foi rejeitada. Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 314.

Estreito da Flórida, pelo interesse na continuidade da escravidão, não se pode dizer que esse foi o único propósito de seus defensores, estando o progresso financeiro, a estabilidade política e a liberdade comercial dos Estados Unidos pré-Guerra Civil em plenas condições de terem atuado como potenciais atrativos daquele projeto.

Seguindo para o terreno da economia, há que se ressaltar a magnitude das capacidades agrícolas de Cuba e Porto Rico, consistindo em um elemento determinante no direcionamento destas colônias para as atividades rurais. Posicionadas em uma faixa de clima tropical com umidade e calor abundantes em quase todos os meses do ano, essas ilhas provaram estar aptas ao cultivo intensivo da cana-de-açúcar, cujo produto principal, o açúcar comestível, era amplamente valorizado no mercado novecentista. Introduzida no final do século XVIII, a cana conquistou os lavradores cubanos por sua alta rentabilidade e relativa facilidade de manuseio, não tardando em assumir a primeira posição na geração interna de capitais.

Com os desdobramentos da crise de Saint Domingue, a partir da década de 1790, o abastecimento açucareiro do mercado internacional sofreu um duro impacto, abrindo aos cubanos a oportunidade de expandirem suas experiências na fabricação desse artigo. O sucesso foi tamanho que, em 1830, Cuba já havia passado à condição de maior exportador mundial de açúcar.<sup>69</sup> Dali em diante, os rendimentos se tornaram cada vez mais volumosos, com recordes de safra sendo quase que anualmente batidos. O êxito, no entanto, cobrou seu preço, colaborando com o avanço das queimadas e do desmatamento,<sup>70</sup> fortalecendo a escravidão<sup>71</sup> e relegando os demais cultivos da ilha ao segundo plano.

Falando em números absolutos, na década de 1860, Cuba manteve um ritmo acelerado de produção com aproximadamente 500 mil toneladas anuais de açúcar.<sup>72</sup> Em 1868, ano da Revolta de Yara, as exportações daquele produto ultrapassaram as setecentas e 20 mil toneladas, equivalendo a cerca de 40% do total então comercializado em todo o globo.<sup>73</sup> Nesse mesmo decênio, o café, segunda maior cultura da ilha, continuou em declínio, não superando a marca das 8 mil toneladas anuais.<sup>74</sup> Outras fontes secundárias de riqueza incluíam os derivados restantes da cana, como o melão e a aguardente; o tabaco, matéria prima dos já muito elogiados charutos

<sup>69</sup> Cf. MORENO FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha/Cuba**: uma história comum. Bauru: Edusc, 2005. p. 190.

<sup>70</sup> Cf. *Ibid.*, p. 201.

<sup>71</sup> Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco Antonio. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v.3. p. 257.

<sup>72</sup> THOMAS, Hugh. **Cuba**: la lucha por la libertad. [Madrid]: Debate; Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016. (Edición revisada y ampliada). p. 164.

<sup>73</sup> Cf. SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre, 1860-1899. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora UNICAMP, 1991. p. 23.

<sup>74</sup> Cf. THOMAS, op. cit., p. 91.

locais; o cacau; a criação de gado, especialmente o bovino; e o plantio de certas frutas tropicais, como bananas, abacaxis e cocos.<sup>75</sup>

Colhida e processada quase sempre através das grandes propriedades, a cana-de-açúcar aprofundou os desequilíbrios regionais cubanos, transformando o setor Ocidental no mais próspero e bem equipado da colônia, sobretudo, graças à topografia predominantemente plana da região e sua proximidade física com o porto de Havana, acarretando na concentração de quase todos os engenhos, canaviais, estradas, ferrovias e linhas telegráficas naquele setor. Experimentando uma realidade oposta, a extremidade Oriental permaneceu voltada ao atendimento das demandas alimentares locais, prevalecendo ali as fazendas de pequeno porte, a pecuária e, por um determinado período, a mineração de cobre que, em seus dias de glória, fez da ilha a maior fornecedora do minério para a indústria britânica.<sup>76</sup>

Preterida pela Espanha frente as outras possessões ultramarinas, até o princípio do século XIX, Porto Rico teve não mais que 18% de suas terras cultivadas, com boa parte delas divididas em pequenos lotes.<sup>77</sup> Foi somente com as reformas constitucionais de 1812 que sua situação começou a mudar, dando-se início a um processo de paulatina substituição da tradicional agricultura de subsistência pela de exportação. Tal como se deu em Cuba, o cultivo da cana-de-açúcar assumiu rapidamente a primeira posição na geração de renda local, seguida pelo melão, o café, o tabaco, a extração de madeiras e o rum. Em 1868, exportaram-se cerca de 56 mil toneladas de açúcar, 21 mil toneladas de melão e 7,3 mil toneladas de café.<sup>78</sup>

Do ponto de vista demográfico, no ano dos levantamentos em estudo, Cuba contava com algo em torno de 1,4 milhão de habitantes,<sup>79</sup> sendo sua capital, Havana, a mais populosa da ilha, com

---

<sup>75</sup> Cf. ELIAS, José Antonio. **Atlas geográfico, histórico y estadístico de España y sus posesiones de Ultramar**. Barcelona: Imprenta de Francisco Granell i Antonio Teixidó, 1850. v. 2. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&text=+Atlas+geogr%3a1fico%2c+hist%3b3rico+y+estad%3%adstico&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=1>>. Acesso em: 26 dez. 2019. p. 256.

<sup>76</sup> Cf. NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Entre esclavos y constituciones: el colonialismo liberal de 1837 en Cuba**. Sevilla: CSIC, 1991. (Colección Dos Colores). p. 44-46.

<sup>77</sup> Cf. KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean: the genesis of a fragmented nationalism**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012. p. 190.

<sup>78</sup> Valores aproximados obtidos da conversão de Libras para Toneladas Métricas. Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 230.

<sup>79</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I**. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 25.

números que variam entre os 207 mil<sup>80</sup> e 215 mil<sup>81</sup> moradores, em 1869. Outras cidades relevantes eram Cienfuegos, Matanzas, Puerto Príncipe, Pinar del Río, Trinidad e Santiago de Cuba, com todas elas, excetuando a última, localizadas na porção Centro-Ocidental do território, evidenciando a escassez populacional da região Oriental.<sup>82</sup> Nessa mesma época, Porto Rico abrigava aproximadamente 655 mil pessoas, com o maior centro urbano também coincidindo com a sede do poder administrativo, em San Juan.<sup>83</sup> Entre as outras localidades de destaque estavam Arecibo, Mayagües, Ponce e San Germán.

É importante ressaltar que boa parte da expansão demográfica verificada nessas ilhas no decorrer do século se deveu aos efeitos dos diversos fluxos migratórios de que foram alvo. No caso porto-riquenho, excluindo os escravos e libertos, a comunidade “estrangeira” mais volumosa foi a dos *peninsulares*, isto é, espanhóis que haviam deixado a Metrópole para viver na colônia.<sup>84</sup> Em segundo lugar, estavam os franceses, cuja procedência remontava tanto aos naturais da França europeia, especialmente das províncias meridionais ou da ilha da Córsega, quanto aos ex-colonos refugiados de Saint Domingue, sendo os portadores dessa nacionalidade especialmente numerosos no Oeste de Porto Rico, onde se envolveram com o comércio e o plantio de café.<sup>85</sup> Outros dois grupos expressivos foram os dos dinamarqueses e venezuelanos, com estes últimos impelidos pelas reiteradas guerras civis travadas em sua terra natal.

Ainda nesse quesito, o cenário cubano não foi muito diferente, estando os *peninsulares* similarmente em primeiro plano na quantia de imigrantes, sendo as Ilhas Canárias (vizinhas ao litoral marroquino) o ponto de partida mais comum entre eles. Nas primeiras décadas daquela

---

<sup>80</sup> SEDANO Y CRUZAT, Carlos. **Cuba desde 1850 á 1873**: Colección de informes, memorias, proyectos y antecedentes sobre el gobierno de la isla de Cuba. Madrid: Imprenta Nacional, 1875. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000084753>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 152-153.

<sup>81</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 387.

<sup>82</sup> Dados de 1867 revelaram que, enquanto o Dep. Occidental reunia pouco mais de 1 milhão de habitantes, no Oriental, a quantia não chegava aos 400 mil. Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 26. O fato também foi observado pelo historiador Navarro García, que apontou a região como a de menor densidade demográfica na ilha. Cf. NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Entre esclavos y constituciones**: el colonialismo liberal de 1837 en Cuba. Sevilla: CSIC, 1991. (Colección Dos Colores). p. 42.

<sup>83</sup> Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868**: el Grito de Lares. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 20.

<sup>84</sup> Apresentando um total mais modesto, de aproximadamente 600 mil habitantes em Porto Rico no ano de 1869, Perez Morís indicou que, destes, cerca de 577 mil (96%) eram naturais da ilha, com os *peninsulares* somando 13 mil indivíduos (2%) e os demais estrangeiros algo em torno de 10 mil (1,6%). Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 225.

<sup>85</sup> Cf. CAMUÑAS MADERA, Ricardo R. Los franceses en el oeste de Puerto Rico. **Caravelle**, Toulouse, n. 53, p. 25-36, 1989. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/carav\\_1147-6753\\_1989\\_num\\_53\\_1\\_2405](https://www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_1989_num_53_1_2405)>. Acesso em: 30 dez. 2019.

centúria, Cuba também foi procurada pelos fugitivos das guerras continentais de independência, destacando-se em seu meio os venezuelanos, colombianos, mexicanos e, principalmente, os franceses de Saint Domingue, que, em sua maioria, se estabeleceram em Santiago de Cuba e seus arredores.<sup>86</sup> Além disso, a partir de 1848, a ilha recebeu mais de 121 mil chineses destinados a suprir a demanda por trabalhadores agrícolas criada pela contenção forçada do tráfico negreiro. Eivada pelas dificuldades de adaptação, a rigidez dos contratos e as condições degradantes de tratamento, em 1874, a imigração chinesa acabou descontinuada.<sup>87</sup>

Com uma composição étnica largamente diversificada, a definição do *status* social ocupado por um indivíduo não dependia apenas de critérios materiais, sendo, por vezes, a pertença a um determinado segmento racial um elemento de relevância superior, delimitando aspectos como: o exercício de profissões, o acesso a cargos públicos, o usufruto de prerrogativas jurídicas e até a legitimação de casamentos. Postados no topo dessa hierarquia, estavam os *peninsulares*, que eram sempre brancos originários da Espanha. Abaixo destes havia os *criollos*, representados por brancos nascidos na América com ou sem descendência espanhola direta. Em seguida, vinham os *mestizos*, provenientes das inúmeras possibilidades de cruzamento entre brancos e não-brancos, com variadas subcategorias internas. Nas últimas posições, estavam os negros livres, designados como *morenos*, e os escravos, normalmente chamados apenas de *negros*.<sup>88</sup>

Em ambas as ilhas, a população branca superava a dos não-brancos, o que, todavia, nem sempre assegurou a tranquilidade das autoridades, cujas preocupações com a estabilidade racial das colônias estiveram sempre à raiz de novos incentivos à recepção de mais imigrantes, de preferência vindos da Espanha.<sup>89</sup> Logo, em 1867, Cuba contava com quase 765 mil habitantes brancos, ou seja, cerca de 168 mil a mais que os 596,5 mil não-brancos.<sup>90</sup> Do ponto de vista regional, a vantagem numérica da população branca no Ocidente chegava aos 167 mil indivíduos, enquanto no Oriente, ela mal alcançava a cifra de 1,6 mil, expondo a flagrante desproporção étnica

<sup>86</sup> Cf. VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. La élite habanera y los refugiados franceses de Saint Domingue. In: NAVARRO GARCÍA, Luis. **Elites urbanas en Hispanoamérica**: de la conquista a la independencia. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005. p. 215.

<sup>87</sup> Cf. SANTOS, Marco Aurélio dos. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 36, e. 12, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101907420170001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101907420170001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jan. 2020. p. 10-13.

<sup>88</sup> Cf. MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor**: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Campinas: Ed. Unicamp, 2015. p. 42.

<sup>89</sup> O pesquisador Guillermo del Catillo relata que, com a criação de uma “Junta de População Branca”, em 1825, benefícios começaram a ser oferecidos aos potenciais interessados em se mudar da Metrópole para Cuba, incluindo viagens gratuitas e isenções fiscais. Cf. CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. **América Hispánica, 1492-1898**. In: TUÑÓN DE LARA, Manuel. (Org.). *Historia de España*. Barcelona: Labor, 1983.

<sup>90</sup> Tendo-se por “não-brancos” todos os mestiços e negros, inclusive os escravos. Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album histórico fotográfico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 25.

então existente na ilha.<sup>91</sup> Por sua vez, em 1869, residiam em Porto Rico aproximadamente 323 mil colonos brancos, isto é, 46 mil moradores a mais que os 277 mil classificados como não-brancos.<sup>92</sup>

Em relação aos escravos, apesar de a Espanha já haver aderido, em 1817, à proibição do comércio transatlântico de africanos, a medida não se efetivou até o final da década de 1860. Nesse meio tempo, a expansão acelerada da economia açucareira cubana elevou a busca por esse tipo de trabalho, de forma que, entre 1790 e 1870, desembarcaram nos portos da ilha mais de 840 mil negros escravizados.<sup>93</sup> Em 1867, calcula-se que até 380 mil pessoas viviam sob regime de servidão em Cuba, com cerca de 313 mil delas habitando o Dep. Ocidental, número quase cinco vezes superior aos 66 mil cativos então localizados no Dep. Oriental.<sup>94</sup> Acerca do mesmo decênio, pode-se dizer que a maioria dos escravos habitavam a zona rural, com ao menos 47% deles empregados nos grandes engenhos.<sup>95</sup>

Apresentando uma tendência diametralmente oposta, em Porto Rico, a relação da sociedade com a escravidão nunca atingiu as mesmas dimensões observadas em Cuba. Por ali, predominou um sistema que mesclava o trabalho livre com o escravo, sendo o primeiro sempre mais relevante que o último. Assim, enquanto na década de 1840 os escravos correspondiam a apenas 15% da força total de trabalho, nos anos de 1860, essa taxa caiu para os 7%.<sup>96</sup> Estimulada pela imigração e as limitações territoriais da ilha, a abundância de trabalhadores livres provocou a queda nos ingressos de cativos, de forma que, se entre 1812 e 1846 o número de escravos subiu de 17,5 mil para 51 mil,<sup>97</sup> em 1869, essa quantia já havia baixado para os 39 mil.<sup>98</sup>

Feita esta exposição, identificamos alguns dos principais aspectos que compuseram a conjuntura interna das duas ilhas em estudo, ressaltando semelhanças como a orientação de ambas para a exportação de bens agrícolas, a elaboração de tendências políticas parecidas e a submissão a uma ordem jurídico-administrativa praticamente equivalente. Por outro lado, descobrimos

---

<sup>91</sup> A contagem aproximada era de 601,6 mil brancos e 434 mil não-brancos, no Dep. Ocidental, contra 164 mil brancos e 162,4 mil não-brancos, no Dep. Oriental. Cf. *Ibid.*, p. 26.

<sup>92</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 225.

<sup>93</sup> Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco Antonio. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v.3. p. 252-253.

<sup>94</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I**. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 26.

<sup>95</sup> Cf. SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora UNICAMP, 1991. p. 29.

<sup>96</sup> Cf. KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean: the genesis of a fragmented nationalism**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012. p. 191.

<sup>97</sup> Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868: el Grito de Lares**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 18-20.

<sup>98</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 225.

diferenças importantes como a existência de um histórico separatista mais sólido em Cuba, o advento de grandes discrepâncias regionais no interior desta ilha e a maior independência portorriquenha em relação ao regime de escravidão. Dito isto, passemos agora a última etapa do capítulo visando esclarecer melhor de que maneira se deram as relações colônia-metrópole naquele período, que mudanças elas sofreram ao longo do tempo e que arranjos permearam o cenário político espanhol no momento em que seu poder foi desafiado no Caribe.

### 1.3 Em busca do equilíbrio: a crise espanhola e os desafios do ultramar

Determinadas pelas repartições governamentais de Madri, no decorrer do século XIX, as políticas de gestão adotadas em Cuba e Porto Rico acabaram sempre refletindo, em alguma medida, as diversas alterações sofridas pelo modelo administrativo metropolitano. Nesse sentido, analisar os desdobramentos de um levante protagonizado por alguma daquelas possessões significa ter em mente ao menos alguma noção do que se passava na Espanha nessa mesma época, possibilitando assim uma compreensão mais clara e ampliada dos acontecimentos. É visando satisfazer a esse requisito que a presente seção se propõe a apresentar quais foram as origens e atribuições do Ministério do Ultramar, como se deu a evolução do *status* constitucional ocupado pelas referidas ilhas, o que foi a Junta de Informação (1866-1867) e que ações marcaram o histórico administrativo espanhol na década de 1860.

Fundado a partir de um decreto real datado de 20 de maio de 1863, o Ministério do Ultramar assumiu a missão de organizar e orientar as dependências coloniais espanholas, estando incumbido de tarefas importantes como a definição das dotações orçamentárias e a intermediação das comunicações oficiais entre Capitães-Gerais e autoridades metropolitanas, mantendo-se fora de sua alçada apenas os assuntos ligados às esferas da defesa e política de Estado.<sup>99</sup> Ao surgir como o primeiro órgão independente e exclusivamente dedicado ao setor, o Ministério do Ultramar representou um grande avanço rumo à centralização das decisões e a supervisão dos territórios ultramarinos, superando o longo histórico de experimentos frustrados com a criação de departamentos de segundo escalão subordinados às demais pastas do gabinete espanhol.<sup>100</sup>

<sup>99</sup> Cf. GONZÁLEZ MARTÍN, David. **La Administración Central para el Gobierno de Ultramar**: Ministerio de Ultramar 1863-1899. 2014. 56 f. Trabajo de Fin de Grado (Grado en Derecho y Relaciones Internacionales) – Facultad de Derecho ICADE, Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/638>>. Acesso em: 08 jan. 2020. p. 22.

<sup>100</sup> A primeira tentativa de unificar a gestão colonial se deu com a formação da Secretaria de Despacho da Marinha e Índias, em 1714. Dissolvido em 1717, o órgão foi sucedido de maneira intermitente por outros de natureza similar, estando sempre associado a setores alheios às suas atribuições principais. Em 1851, veio a público o Departamento de Ultramar que, submetido ao Ministério da Fazenda (1851), esteve sob as ordens da Presidência do Conselho de Ministros (1851-1854), passando depois ao Ministério de Estado (1854-1856) antes de retornar, uma vez mais, aos cuidados da Fazenda (1856-1863) até ser elevado à condição de Ministério, em 1863. Cf. *Ibid.*, p. 8-20.

Composto inicialmente de quatro subseções, a saber, as de Governança e Fomento, Fazenda, Contabilidade e Graça e Justiça, o Ministério do Ultramar teve sua estrutura constantemente alterada, ora em resposta aos cortes de verbas e ajustes de pessoal, ora devido à sobrecarga de atividades em algum de seus setores, resultando em pelo menos quatro reformas até o final de 1868.<sup>101</sup> Nesse estado de coisas, nem mesmo a direção da pasta esteve imune às mudanças, fazendo com que, em seus trinta e seis anos de existência, o número de ministros a tomarem posse do cargo chegasse a trinta sete,<sup>102</sup> tendo estes montado até cinquenta e uma equipes diferentes de trabalho em suas repetidas e breves passagens pelo posto.<sup>103</sup>

De acordo com o historiador Agustín Sánchez Andrés, a condição de permanente instabilidade do Ministério se deveu, sobretudo, à baixa visibilidade do mesmo no sistema político espanhol, refletindo na carência de preparação adequada e conhecimento das dinâmicas de governança colonial por parte da maioria de seus titulares.<sup>104</sup> Conforme destacou:

*[...] la cartera de Ultramar fue una de las menos apetecidas por los principales políticos de la época que, salvo en ocasiones excepcionales, no la ocuparon fuera de los momentos iniciales de su carrera. En este sentido, muchos de los titulares [...] desempeñaron la función de ministros circunstanciales, cuyo verdadero papel era la de representar a una facción política en el seno del gabinete de turno, lo que explica que dichos ministros no tuvieran posteriormente una proyección política más amplia.*<sup>105</sup>

De qualquer forma, o autor apontou que o período que vai de 1863 a 1868, compreendendo os anos finais do reinado isabelino, correspondeu ao de maior qualidade técnica nas indicações para o cargo, uma vez que, a despeito de sua brevidade, foram incluídos em seu meio candidatos mais experientes que já ostentavam uma longa carreira no serviço público, como alguns parlamentares (quatro deles ocupantes da presidência do Congresso ou do Senado em alguma ocasião), ex-governadores de província, intendentess, conselheiros de Estado e até mesmo um ex-capitão-geral.<sup>106</sup>

No que tange aos instrumentos de representação, os habitantes de Cuba e Porto Rico foram reiteradamente atingidos pela ausência de estabilidade na definição do *status* de suas ilhas no ordenamento jurídico espanhol. O tema em questão era tão delicado que, a cada alteração na configuração política da Metrópole, o direito de enviar um deputado às Cortes e assim fazer ouvir

<sup>101</sup> Cf. GONZÁLEZ MARTÍN, David. **La Administración Central para el Gobierno de Ultramar**: Ministerio de Ultramar 1863-1899. 2014. 56 f. Trabajo de Fin de Grado (Grado en Derecho y Relaciones Internacionales) – Facultad de Derecho ICADE, Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/638>>. Acesso em: 08 jan. 2020. p. 32-34.

<sup>102</sup> Excetuando os interinos e substitutos.

<sup>103</sup> Cf. SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. La élite política del ministerio de ultramar (1863-1898): un estudio de sociología ministerial. **Tzintzun. Revista de estudios históricos**, Morelia, n. 37, p. 11-50, ene./jun. 2003. Disponível em: <<http://tzintzun.umich.mx/index.php/TZN/article/view/346>>. Acesso em: 08 jan. 2020. p. 14.

<sup>104</sup> Cf. *Ibid.*, p. 45.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>106</sup> No caso, José Gutiérrez de la Concha. Cf. *Ibid.*, p. 35-36.



suas demandas legislativas tornava-se objeto de uma nova revisão, podendo ser concedido ou suprimido ao sabor das circunstâncias. Logo, conhecer esse histórico de mudanças significa o mesmo que acompanhar a cronologia das transformações legais ocorridas na Espanha, de onde a Constituição de 1808 foi seu ponto de partida.

Popularmente conhecido como “Estatuto de Bayona”, o documento foi implementado ainda no começo do reinado de José I que, em 6 de junho de 1808, foi aclamado rei da Espanha após o triunfo das forças expedicionárias francesas na recém iniciada Guerra Peninsular (1807-1814). Rechaçado em toda a América Hispânica, que preferiu manter-se leal ao monarca deposto, Fernando VII, o Estatuto introduziu novidades como a equiparação legal entre os súditos europeus e ultramarinos da Coroa (Art. 87), a liberdade comercial e o fim dos privilégios e monopólios (Art. 88-90) e o direito à representação nas Cortes, com cubanos e porto-riquenhos podendo eleger até um parlamentar cada. Contudo, a rejeição ao novo governo foi demonstrada desde o início, com os indicados de ambas as ilhas se recusando a participar da Junta que deu origem ao texto.<sup>107</sup>

Tempos depois, a Constituição de 1812, promulgada na cidade costeira de Cádiz pelos antagonistas do regime josefino, resgatou alguns dos princípios estabelecidos anteriormente em Bayona, só que, desta vez, sob o manto da “legalidade” conferida por uma Junta Extraordinária composta de deputados eleitos pelas províncias do Império.<sup>108</sup> Na ocasião, Porto Rico se fez representar por um delegado, enquanto Cuba chegou a enviar dois.<sup>109</sup> Em 1813, ambos os territórios já usufruíam da condição de “província”, conquistando seu lugar no pleito que definiu os novos parlamentares da primeira legislatura ordinária.<sup>110</sup> No ano seguinte, a volta de Fernando VII ao poder significou a suspensão das garantias constitucionais e a dissolução das Cortes, reafirmando nos domínios hispano-caribenhos a recém-abolida submissão colonial.

Em 1820, a retomada da Constituição de Cádiz no período que se denominou de “Triênio Liberal”,<sup>111</sup> permitiu outra vez o acesso cubano e porto-riquenho às Cortes do Reino. Naquele

<sup>107</sup> Cf. NÚÑEZ MARTÍNEZ, María. **Cuba y Puerto Rico en el constitucionalismo español**: las Cartas Autonómicas, primer antecedente del Estado Autonómico español. n. 96. Madrid: Dykinson; Universidad Rey Juan Carlos, 2008. (Colección Ciencias Jurídicas y Sociales).

<sup>108</sup> A eleição de representantes pelos domínios ultramarinos pressupunha uma condição de igualdade entre os súditos espanhóis de cada lado do Atlântico. Porém, como apontou o historiador Xaxier Guerra, essa igualdade foi, desde o início, tratada mais como concessão do que como direito, expressando-se na incongruência entre o número de deputados europeus e americanos eleitos para as Cortes. Cf. GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, D.F.: Editorial Mafre, 1993. p. 134-136.

<sup>109</sup> O emissário porto-riquenho foi Ramón Power y Giralt, oficial da marinha espanhola, enquanto os dois cubanos foram o clérigo Juan Bernardo O’Gavan e o conselheiro Andrés de Juárezgui de Aróstegui. Todos eles foram eleitos, em 1810, pelo voto indireto de representantes das principais cidades de cada ilha.

<sup>110</sup> De acordo com o portal do “*Congresso de los Diputados de España*”, na ocasião, os cubanos elegeram quatro deputados e os porto-riquenhos apenas um.

<sup>111</sup> Compreendido entre 1820 e 1823, o Triênio Liberal correspondeu aos três anos em que o rei Fernando VII se dispôs a obedecer às previsões constitucionais de 1812, após os sucessos da rebelião iniciada pelo Ten. Cel. Rafael del Riego y Flórez na emblemática cidade de Cádiz. Em abril de 1823, uma intervenção militar francesa aprovada (*Continua*)

mesmo ano, novos parlamentares foram eleitos pelos escassos naturais do Caribe que residiam na Espanha e, em 1822, um segundo pleito foi celebrado. Todavia, uma renovada restauração absolutista entrou em curso pouco depois, interrompendo pela segunda vez as liberdades ultramarinas. A situação só tornaria a mudar em 1834, quando passada a morte do rei Fernando, em 1833, foi promulgado um Estatuto Real determinando a reabertura das Cortes. Para aquela legislatura, Cuba teve cinco representantes, enquanto Porto-Rico pôde eleger dois.

Circunscrita aos assuntos metropolitanos, a medida, que teve caráter provisório até a convocação de uma nova constituinte, calou-se acerca do *status* colonial a que continuavam sujeitos os domínios extraeuropeus, com o agravante de naquele período já vigorarem as “*facultades omnímodas*” dos governadores locais. A expectativa por mudanças teve de ser adiada até 1836, quando o seleto grupo de eleitores hispânicos voltou às urnas para eleger seus porta-vozes. Desta vez, os cubanos puderam enviar sete deputados, com a ilha vizinha mantendo-se em apenas dois. Em junho 1837, os espanhóis receberam sua segunda Carta Magna, na qual foram recuperadas as teses da igualdade e universalidade de direitos para todos os cidadãos.

A surpresa ficou por conta da decisão de suspender a futura participação de legisladores ultramarinos no parlamento, optando-se pela elaboração de “*leyes especiales*” conforme expresso no Art. Adicional nº 2 do texto. A justificativa repousou no suposto interesse de contemplar melhor as peculiaridades étnicas, econômicas e geográficas de cada região.<sup>112</sup> Curiosamente, a proposta jamais chegou a sair do papel, condenando as mencionadas possessões a permanecerem sob um regime colonial dotado de prerrogativas quase absolutas, que incluíam o veto a garantias constitucionais tais como a liberdade de expressão (Art. 2) e a salvaguarda contra prisões arbitrárias (Art. 7) e o confisco de propriedades (Art. 10).

Mas se a exclusão sumária de Cuba e Porto Rico da cobertura legal metropolitana somada a posterior inércia da Coroa em sequer apresentar as ditas “leis adaptadas” às suas particularidades já poderiam em si serem tomadas como um ato de negligência e provocação aos súditos caribenhos, a manutenção do enigmático dispositivo nas constituições ulteriores, conforme demonstrado pelo Art. 80 da Carta de 1845 ou o Art. 86 de sua malfadada sucessora de 1856, contribuiu para selar o destino das duas ilhas junto aos rigores do autoritarismo.

Com a chegada da Constituição de 1869, o regime de exclusão de aproximadamente 33 anos de duração imposto aos territórios do Caribe finalmente cessou, reinaugurando o projeto de assimilação que previa estender àquelas regiões as mesmas regras e imunidades aplicadas aos

---

pelo Congresso de Verona (1822), com participação da Áustria, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia, derrubou o governo liberal espanhol, permitindo a Fernando VII retomar seus plenos poderes à frente da monarquia.

<sup>112</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 27.

metropolitanos. O retorno da participação política nas Cortes foi acompanhado pela dilatação no número de parlamentares a serem enviados pelas ilhas, chegando aos onze no caso de Porto Rico. Contudo, os sucessos da rebelião de Yara impediram a efetivação da medida em solo cubano, pelo menos até 1879, o que estranhamente acabou por afetar inclusive o Departamento Ocidental, cuja população manteve-se sob o controle espanhol durante toda a guerra.

Quando encaradas pela ótica do tempo, as relações estabelecidas entre a Espanha e seus domínios americanos entre o início do século XIX e o fim da década de 1860, revelaram ser o produto de uma série de mutações que, nesse mesmo período, impuseram outras tantas na ordenação política metropolitana. Em resultado, percebe-se que nessas muitas idas e vindas de legislações e regulamentos, os habitantes de Cuba e Porto Rico se dispuseram brevemente de apenas alguns momentos de igualdade jurídica com a Metrópole que, quando somados, não ultrapassaram a marca dos nove anos, com todo o tempo restante tendo sido protagonizado pelas arbitrariedades de um regime colonial de exceção.

No concernente às tentativas de conciliação, nos deparamos, em novembro de 1865, com o início de um experimento que, provavelmente, foi o mais próximo que se pôde chegar da efetivação das controversas “leis especiais” para o ultramar, então pendentes desde 1837. Tratou-se da chamada Junta de Informação, que esteve encarregada da tarefa de reunir e apreciar as críticas e sugestões manifestas pelas ditas regiões, elaborando a partir delas eventuais prescrições para o aprimoramento da gestão colonial. Desprovida de competência legislativa, a comissão teve um caráter essencialmente consultivo, reservando ao gabinete ministerial a decisão final do acolhimento ou não de suas recomendações.

A iniciativa esteve inserida no esforço de pacificação implementado a partir dali nas possessões hispano-caribenhas, assumindo o propósito de neutralizar as disposições separatistas das ilhas em um contexto de recente derrota na Guerra de Santo Domingo (1863-1865) e da retomada de articulações expansionistas pelos Estados Unidos.<sup>113</sup> Presidida por Alejandro de Castro, à época ministro do Ultramar, a Junta seria composta por 44 membros,<sup>114</sup> sendo 22 deles eleitos pelas colônias em sua representação, com ao menos 16 cubanos<sup>115</sup> e 6 porto-riquenhos.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> Cf. SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. Una diplomacia defensiva: la política exterior española en el Caribe y el golfo de México entre 1865 y 1878. **Hispania, revista española de historia**, [Madrid], v. 67, n. 226, p. 487-516, mayo/ago. 2007. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/51>>. Acesso em: 20 jan. 2020. p. 491.

<sup>114</sup> O decreto de 25 de novembro também previa a participação de conselheiros ministeriais e abria a possibilidade de manifestação oral e escrita de capitães-gerais, governadores, prefeitos, juízes, intendentes e senadores, no exercício ou não de seus cargos, que tivessem nascido ou atuado por mais de cinco anos em alguma das duas ilhas. Cf. **INFORMACIÓN sobre reformas en Cuba y Puerto Rico**. t.1. Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/api/volumes/oclc/4198382.html>>. Acesso em: 22 jan. 2020. p. 6.

<sup>115</sup> Para a lista completa dos comissionados cubanos, confira o Apêndice 1.

<sup>116</sup> Para a lista completa dos comissionados porto-riquenhos, confira o Apêndice 2.

Já os 22 restantes seriam nomeados diretamente pelo governo espanhol, contanto que demonstrassem portar um notável saber ou experiência nos assuntos ultramarinos.<sup>117</sup>

Do total originalmente previsto, um delegado cubano manteve-se permanentemente afastado das reuniões, enquanto outros dois porto-riquenhos perderam o prazo para chegar à Europa. Em resultado, apenas 19 dos 22 eleitos pelas ilhas compareceram à Junta, sendo a maioria deles alinhados a tendências reformistas. Em contrapartida, perfilaram entre os indivíduos indicados pela Espanha alguns dos nomes mais comprometidos com a manutenção da escravidão e da ordem política em vigor, forçando assim um contraponto às vozes liberais e abolicionistas.<sup>118</sup> Dentre eles, quatro renunciaram, no que foram prontamente substituídos pela Coroa. Paralelamente, os assentamentos de Fernando Pó, na África, e das Filipinas, na Ásia, ficaram excluídos do projeto.<sup>119</sup>

Em 30 de outubro de 1866, celebrou-se em Madri a sessão inaugural da Junta de Informação. Reunidos nas instalações do Ministério do Ultramar, os comissionados prestigiaram a posse de Alejandro Oliván<sup>120</sup> como presidente das futuras conferências. Na ocasião, o ministro Alejandro de Castro comunicou aos presentes quais seriam as pré-condições para os trabalhos previstos, afirmando que:

*[...] el Gobierno declaraba solemnemente que no tenía idea alguna preconcebida [...] al estar allí reunidos los autorizaba para tratar de todo, absolutamente de todo cuanto creyesen podía ser conveniente á la prosperidad de las provincias ultramarinas, sin otra limitación que la de los tres puntos, base de la organización social española, á saber: Unidad nacional, Unidad religiosa y Unidad monárquica, sobre las cuales ni suponía quisiesen discutir los Sres. comisionados, ni podía consentirlo el Gobierno.*<sup>121</sup>

Ao proferir estas palavras, o ministro buscou evidenciar a suposta boa vontade da monarquia em conceder aos participantes uma ampla (e inédita) liberdade de expressão, não hesitando, porém, em proibi-los de manifestar qualquer ideia que induzisse a posturas laicizantes, separatistas e/ou republicanas. Interpretado por alguns como uma atitude deliberada de intimidação, o comunicado deixou entrever uma estratégia de autopreservação da Metrópole, que alicerçada em sua disposição de assegurar a subordinação de seus domínios não podia correr o

<sup>117</sup> Para a lista completa dos comissionados indicados pela Coroa, confira o Apêndice 3.

<sup>118</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, María Dolores. La Junta de Información em Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 151-152.

<sup>119</sup> Ambos os territórios só vieram a participar de iniciativas semelhantes em 1870, não recebendo, entretanto, o mesmo direito de eleger representantes independentes como no Caribe.

<sup>120</sup> Senador vitalício que figurava entre os 22 indicados do governo para a Junta de Informação. Oliván já havia chefiado o extinto Ministério da Marinha e Ultramar (1847) e, enquanto naturalista, viajado para Cuba ao menos duas vezes para aperfeiçoar seus conhecimentos agrícolas.

<sup>121</sup> **INFORMACIÓN sobre reformas en Cuba y Puerto Rico**. t.1. Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/api/volumes/oclc/4198382.html>>. Acesso em: 22 jan. 2020. p. 37.

risco de tolerar a articulação de pensamentos opostos ao seu regime que, uma vez contestado, estimularia a realização de novos atos subversivos.

Agendada para a tarde do dia 6 de novembro, a primeira sessão deliberativa trouxe à tona o *modus operandi* a ser observado. As discussões se dariam por temas pré-definidos orientados por suas respectivas comissões de trabalho, de forma a contemplar um assunto diferente a cada encontro. Na oportunidade, seriam feitas as sustentações orais, emitidas as manifestações individuais e coletivas, apresentados os projetos, moções, perguntas e respostas e registrados os votos de cada integrante. Ao final das reuniões, um relatório ou “*informe*” seria entregue ao presidente da Junta, que o encaminharia ao Ministério do Ultramar.

A realização do evento revigorou as aspirações reformistas há muito alimentadas pela ala liberal das ilhas. Entre os representantes de Porto Rico, a pauta abolicionista foi alçada ao primeiro plano, tornando-se logo sua principal reivindicação. A expectativa por mudanças não escapou sequer a uma parcela dos conservadores que, em meados de outubro, remeteram um memorando aos indicados cubanos na Junta instruindo-os a apoiar um conjunto de medidas revisionistas que incluíam a extinção do Ministério do Ultramar, a simplificação dos sistemas tributário e burocrático, a reelaboração dos aparatos jurídicos e administrativos e até o aumento da eficácia na repressão ao tráfico negreiro.<sup>122</sup>

O primeiro tópico debatido pela Junta tratou dos problemas sociais, cuja abundância de questões levou à criação de quatro comissões temáticas, sendo uma delas dedicada aos “negros escravos”, outra aos “negros livres”, uma terceira à “imigração” e a última à “população asiática”. Em seguida, discutiram-se os rumos da economia, que através de uma comissão única abordou a redução de tarifas, a extinção de dízimos e direitos aduaneiros, a facilitação do comércio entre a Espanha e as Antilhas e a redução da alíquota de 6% sobre a renda bruta.<sup>123</sup>

Passando aos assuntos políticos, foram levantadas demandas como a equiparação das leis na Metrópole e no Ultramar, a separação entre os poderes civil e militar nos vários níveis de governança local e o estabelecimento de órgãos legislativos insulares em substituição ao envio de deputados às Cortes. A última matéria considerada foi a abolição da escravatura, de onde os

---

<sup>122</sup> O documento partiu do “*Comité Español de Habana*”, organização política e cultural de caráter Integrista que acreditava poder sufocar o separatismo através da implementação de reformas que colaborassem com a preservação da ordem e a maximização da prosperidade de Cuba. Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 171-172.

<sup>123</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, Maria Dolores. La Junta de Información en Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 156.

reformistas porto-riquenhos persistiram em exigir a emancipação imediata dos cativos enquanto os cubanos propuseram um processo gradual e indenizado.<sup>124</sup>

Em 27 de abril de 1867, deram-se por encerradas as atividades da Junta de Informação. Ainda que tenha sido esporadicamente violado, o sigilo foi a regra para as 36 sessões celebradas.<sup>125</sup> Contudo, os resultados alcançados caíram no vazio e com o agravamento, nos meses seguintes, do cenário político espanhol nenhuma mudança foi, de fato, implementada. Pelo contrário, a 12 de fevereiro, um decreto publicado ainda nos tempos de operação da Junta determinou a criação de um novo imposto sobre o comércio e as manufaturas cubanas, além de reajustar para 10% a alíquota que incidia sobre as rendas. Em contrapartida, a lei previa a revogação do dízimo obrigatório e de algumas taxas do setor agrícola.<sup>126</sup>

Apontado pela historiografia como um dos gatilhos para as revoltas de 1868, o fracasso da Junta de Informação deve ser entendido enquanto parte de um contexto maior, que para além de um mero gesto de insensibilidade política da Metrópole, foi motivado pela escalação de um ambiente de crise amplificado desde o início da década de 1860. Para compreendê-lo em sua plenitude, é necessário retornar ao período em que o general Leopoldo O'Donnell ocupou a presidência do Conselho de Ministros.<sup>127</sup> Em sua segunda passagem pelo cargo, O'Donnell pôs em marcha um ambicioso projeto de restauração do prestígio internacional espanhol, cujas bases se assentavam no incremento da participação do país em conflitos no exterior.

Em observância àquelas diretrizes, em 1858, Madri declarou apoio à França na Guerra da Cochinchina (1858-1862), iniciada em resposta à morte de missionários cristãos no Império de Dai Nam.<sup>128</sup> A despeito da assistência prestada, o tratado de paz não concedeu mais do que uma indenização à Espanha, reservando a conquista de portos e províncias apenas aos franceses. Por outro lado, na perspectiva oficial, a ação teria reafirmado a soberania nacional sobre as Filipinas, facilitando também a introdução de mão-de-obra vietnamita em Cuba.<sup>129</sup>

Em 1859, O'Donnell mirou o Sultanato do Marrocos, contra quem empreendeu a Guerra da África (1859-1860) em represália aos constantes assaltos sofridos pelos assentamentos de Ceuta e Melilla. Desta vez, a vitória se restringiu à obtenção de compensações, reconhecimentos de posse

<sup>124</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, María Dolores. La Junta de Información em Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. *Hispania*, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 157-159.

<sup>125</sup> Cf. *Ibid.*, p. 160.

<sup>126</sup> Cf. *Ibid.*, p. 156.

<sup>127</sup> A função correspondia à de Chefe de Governo na Espanha, com seu ocupante reportando-se diretamente ao monarca, que o nomeava sem a necessidade de aprovação das Cortes.

<sup>128</sup> À época localizado no que corresponde, aproximadamente, ao atual território da República Socialista do Vietnã.

<sup>129</sup> Cf. MORAL RONCAL, Antonio Manuel. España y Cuba en el contexto de la política internacional (1701-1898). In: ALVARADO PLANAS, Javier (Dir.). *La administración de Cuba en los siglos XVIII y XIX*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2017. p. 40.

e um pequeno avanço territorial. Em 1861, a oferta de anexação dominicana foi aceita, e a partir do mesmo ano, os espanhóis participaram brevemente da Intervenção ao México, colhendo da experiência a renovação das promessas de ressarcimento dos débitos acumulados por aquele país, conforme abordado anteriormente neste capítulo.

Não obstante, os limitados resultados alcançados por essas campanhas pouco fizeram em prol da elevação do *status* diplomático espanhol. Por outro lado, ao elevar seu nível de comprometimento com novas despesas militares, o governo não teve outra escolha senão aumentar a pressão sobre Cuba e Porto Rico por maiores contribuições fiscais.<sup>130</sup> Contrariado pelo legislativo, em 1863, O'Donnell renunciou após ver seu pedido de dissolução das Cortes negado pela rainha Isabel II. Nos dois anos seguintes, quatro gabinetes se sucederam sob a liderança do Partido Moderado, destacando-se no período a criação do Ministério do Ultramar, em 1863, durante a gestão de Manuel Pando.

A partir de 1865, a crise espanhola se agravou em todas as frentes, e na esfera política, a repressão violenta a um grupo de estudantes<sup>131</sup> causou a queda do governo encabeçado por Ramón Narváez. De volta ao poder, em junho daquele ano, Leopoldo O'Donnell teve de enfrentar o descrédito produzido pela derrota na Guerra de Santo Domingo (1863-1865), cujo desfecho provocou a restauração da independência naquele território. Consumado este ato, o novo país se tornou um motivo de permanente apreensão para a Espanha, uma vez que, sob a influência do general Buenaventura Báez, o governo dominicano passou a endossar a abertura de tratativas para a união com os Estados Unidos. Em caso de insucesso, a alternativa seria o arrendamento da estratégica baía de Samaná para a instalação de uma base militar estadunidense.<sup>132</sup>

O plano, que tinha como motor a resiliência da ameaça de invasão haitiana, foi recebido com alarme pelas autoridades de Madri, que o encararam como um sinal de perigo à manutenção da soberania espanhola sobre as ilhas de Cuba e Porto Rico. A reação se deu através de uma redefinição da diplomacia para o Caribe, abandonando a atitude agressiva de outrora para dar lugar aos esforços de reconciliação. Em outras palavras, a nova estratégia previa a mobilização das

<sup>130</sup> Cf. NAVARRO GARCÍA, Luis. **La independencia de Cuba**. Madrid: Mapfre, 1992. (Independencia de Iberoamérica). p. 306.

<sup>131</sup> Conhecido como a “Noite de San Daniel”, o evento se tratou de um ataque da Guarda Civil a um grupo de estudantes que protestavam, em 10 de abril de 1865, contra a destituição do reitor da Universidade de Madri que, dias antes, havia se recusado a demitir um professor da instituição pela divulgação de dois artigos críticos à monarquia. Na ocasião, dezenas perderam a vida e muitos outros ficaram feridos. Cf. MIRA, Irene. La Noche de San Daniel, la tragedia olvidada que hizo temblar el reinado de Isabel II. **ABC**, Madrid, 01 jul. 2019, Historia. Disponível em: <[https://www.abc.es/historia/abci-noche-san-daniel-tragedia-olvidada-hizo-temblar-reinado-isabel-201906302310\\_noticia.html?ref=https%3A%2F%2F](https://www.abc.es/historia/abci-noche-san-daniel-tragedia-olvidada-hizo-temblar-reinado-isabel-201906302310_noticia.html?ref=https%3A%2F%2F)>. Acesso em: 01 fev. 2020.

<sup>132</sup> SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. En busca de la reconciliación: la diplomacia española hacia la República Dominicana tras el fracaso de la reanexión, 1865-1879. **Tzintzun. Revista de estudios históricos**, Morelia, n. 55, p. 157-204, ene./jun. 2012. Disponível em: <<http://tzintzun.umich.mx/index.php/TZN/article/view/174>>. Acesso em: 04 fev. 2020. p. 167-168.

potências europeias contra a anexação dominicana, a aproximação junto às repúblicas hispânicas, visando a garantia de seu apoio ou, ao menos, de sua neutralidade e, por fim, a pacificação dos domínios caribenhos.

Da primeira iniciativa, surgiram os apelos infrutíferos à França e ao Reino Unido,<sup>133</sup> da segunda, a suspensão das exigências e o congelamento das hostilidades com os países da região, de onde o acelerado apaziguamento com o governo de Benito Juárez, no México, foi o exemplo mais relevante,<sup>134</sup> e da última, a convocação da Junta de Informação (1865), em consonância com o desejo de estabilizar as colônias. Todavia, a implementação dessas medidas foi acompanhada de um novo conflito no continente americano que, nascido de uma sucessão de desentendimentos diplomáticos, opôs a Espanha ao Peru, Chile, Bolívia e Equador,<sup>135</sup> desencadeando a ocupação temporária das Ilhas Chinchas pela primeira.

Enquanto isso, na Península Ibérica, O'Donnell precisou lidar com os motins de Villarejo de Salvanés, em janeiro de 1866, e do quartel de San Gil, em junho. Instigados pelo general Juan Prim, reputado oficial militar e líder do Partido Progressista, os levantes tiveram em comum a reprovação à monarquia. Em decorrência deles, muitos dos envolvidos acabaram presos e dezenas de militares foram sentenciados ao fuzilamento. A censura foi imposta ao reino e a capital entrou em “estado de sítio”, levando muitos líderes opositores a se exilarem no exterior. De lá, partidários das agremiações Democrata e Progressista firmaram o Pacto de Ostende, que proclamou como objetivos a destituição de Isabel II e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Desgastado pela situação, O'Donnell foi novamente substituído pelo general Narváez que, uma vez reposto à frente do Executivo, empregou rigorosas táticas de perseguição aos críticos da Coroa.

Simultaneamente, a economia espanhola atravessava um de seus piores momentos em décadas. A nível institucional, o tesouro público enfrentava dificuldades para se manter solvente, registrando, àquela altura, um sem número de dívidas e empréstimos. Em 1866, o colapso do banco britânico Overend, Gurney & Co. derrubou os investimentos do setor ferroviário, que há anos já

---

<sup>133</sup> SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. En busca de la reconciliación: la diplomacia española hacia la República Dominicana tras el fracaso de la reanexión, 1865-1879. **Tzintzun. Revista de estudios históricos**, Morelia, n. 55, p. 157-204, ene./jun. 2012. Disponível em: <<http://tzintzun.umich.mx/index.php/TZN/article/view/174>>. Acesso em: 04 fev. 2020. p. 169-170.

<sup>134</sup> Id. Una diplomacia defensiva: la política exterior española en el Caribe y el golfo de México entre 1865 y 1878. **Hispania, revista española de historia**, [Madrid], v. 67, n. 226, p. 487-516, mayo/ago. 2007. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/51>>. Acesso em: 20 jan. 2020. p. 492-493.

<sup>135</sup> Limitada a um pequeno número de bombardeios e escaramuças navais, a Primeira Guerra do Pacífico (1865-1866), também chamada de “Hispano-Sulamericana”, foi paralisada devido a precariedade das frotas aliadas e a dificuldade de abastecimento dos navios espanhóis. A paz definitiva, contudo, só seria estabelecida separadamente entre os beligerantes no espaço de 1879 a 1885.



vinha sofrendo com a baixa rentabilidade dos trechos concluídos em operação.<sup>136</sup> Respondendo por boa parte das vagas na área da construção, o enfraquecimento do ramo desencadeou uma onda de desempregos no país, aprofundando a agitação e o descontentamento social.

Para piorar, entre 1864 e 1868, uma crise de desabastecimento se abateu sobre a Espanha, sendo protagonizada, sobretudo, pela escassez do trigo.<sup>137</sup> Sua origem esteve no prejuízo de ao menos três colheitas consecutivas pela falta de um regime de chuvas adequado, causando a elevação dos preços em cerca de 45%.<sup>138</sup> Ao se tornar menos acessível à população, o grão provocou um choque de desnutrição em muitas das províncias. Além disso, quase no mesmo período, o país assistiu à falência de mais de dois terços de todos os seus bancos e sociedades de crédito, impactando severamente a oferta de capitais e, conseqüentemente, a capacidade de recuperação do mercado.<sup>139</sup>

Em 23 de abril de 1868, após a repentina morte de Narváez, subiu ao poder Luis González Bravo, então ministro de Governo. Autor intelectual do massacre da “Noite de San Daniel”, González Bravo intensificou o rigor das medidas de repressão adotadas por seu antecessor, de forma a não poupar sequer os integrantes da realeza e das forças armadas. Em 14 de setembro, Juan Prim e seus associados retornaram à Espanha, impulsionando, quatro dias depois, uma revolta nas províncias do Sul. No dia 19, o oficial José Gutiérrez de la Concha assumiu o lugar de Bravo, formando o último gabinete do reinado isabelino. Não tardou até que a derrota das forças legalistas na Batalha de Alcolea, em 28 de setembro, selasse o destino da impopular rainha que, junto de sua corte, rumou para o exílio permanente em Paris.

A derrubada de Isabel II materializou o primeiro passo do programa esboçado em Ostende, sendo batizado por seus autores como a “Revolução de Setembro” ou “*La Gloriosa*”. Imediatamente, pôs-se de pé uma Junta Superior Revolucionária, que integrada por 21 membros eleitos em Madri via sufrágio universal, foi logo secundada por iniciativas semelhantes nas demais províncias. Em 8 de outubro, Concha renunciou oficialmente ao mando em favor do Governo Provisório autoproclamado pelo general Francisco Serrano. A nova instituição coexistiu com as Juntas locais até o fim daquele mês, quando um entendimento entre as partes decidiu pela dissolução das últimas. A monarquia foi preservada, porém, considerada vacante até que a nova Constituição decidisse por sua continuidade ou não.

---

<sup>136</sup> SANTOS JULIÁ, Miguel Martorell. **Manual de historia política y social de España (1808-2018)**. Barcelona: RBA Libros, 2019. p. 82.

<sup>137</sup> Cf. BAHAMONDE. Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. **Historia de España, siglo XIX**. 6 ed. Madrid: Cátedra, 2011. p. 531-532.

<sup>138</sup> MARTÍNEZ RUIZ, Enrique; MAQUEDA, Consuelo; DIEGO, Emilio de. **Atlas histórico de España**. v. 2. Madrid: Istmo, 1999. p. 79.

<sup>139</sup> Ibid.

Realizadas entre os dias 15 e 18 de janeiro de 1869, as eleições para as Cortes Constituintes registraram a vitória dos monarquistas, que associados aos partidos Progressista, Democrata e da União Liberal, elegeram, juntos, 236 deputados. Em segundo lugar, vieram os republicanos, que conquistaram 85 cadeiras. A minoria foi conformada pelos Carlistas,<sup>140</sup> que elegeram apenas 20 representantes. Em poucos meses, o órgão redigiu a nova Carta Magna do país, confirmando a opção anterior pela monarquia. As sessões perduraram de maneira intermitente até a posse do novo rei, em 2 de janeiro de 1871, marcando o início de uma nova etapa na história espanhola.

Mergulhada em suas próprias crises, a Espanha teve de lidar com incontáveis desafios no curso da década de 1860. Fruto dos desacertos na condução dos assuntos políticos e econômicos, essa condição representou um importante obstáculo na elaboração de soluções adequadas às insatisfações relatadas pelos súditos de Cuba e Porto Rico. Convocada pelo Ministério do Ultramar, a Junta de Informação poderia ter exercido um relevante papel na estabilização das colônias, viabilizando as reformas necessárias através do diálogo e da ponderação, não fosse ela mesma e sua instituição geradora vítimas de uma época marcada pela instabilidade e crescente tensão. Ao optar pelos instrumentos da repressão e da censura, a monarquia incorporada por Isabel II e seus generais de confiança desperdiçou a chance de apaziguar as críticas e evitar a radicalização dos opositores pela via da concórdia e da negociação.

Do outro lado do Atlântico, a oscilação das decisões metropolitanas fundiu-se com as questões internas relativas aos domínios caribenhos, como a busca pela autonomia, a insatisfação com o tratamento legal das Antilhas e a preocupação com o equilíbrio racial e o futuro da escravidão. Mas para além disso, os debates cubano e porto-riquenho foram inevitavelmente permeados pelo contexto político que os circundavam, modificando-os segundo as variáveis regionais que, conforme vimos, incluíram as disputas e contradições domésticas dos Estados e territórios vizinhos, suas guerras civis, intervenções estrangeiras e receios compartilhados, como o expansionismo americano e o fenômeno do haitianismo.

Dito isto, fica-nos em aberto questões tais como: de que maneiras o separatismo se articulou em meio a estes eventos? Quais foram seus argumentos para a ruptura com a Espanha? De que forma seus líderes se posicionaram frente às constantes mudanças na Metrópole e no Caribe? Que eventos foram levados em consideração na execução de seus objetivos? E a que ponto

---

<sup>140</sup> O termo derivava da adesão de seus membros à causa de Carlos de Bourbon (1788-1855), que sendo irmão mais novo do falecido rei, Fernando VII, se recusou a reconhecer Isabel como legítima herdeira do trono. Sua queixa se baseava na revogação, em 1830, do Regulamento Sucessório de 1713, que excluía as mulheres da linha de sucessão caso ainda houvesse homens vivos entre os filhos ou irmãos do rei. A reivindicação à coroa foi animada por Carlos e seus herdeiros por mais de cem anos, motivando a divisão da sociedade espanhola e alimentando até três guerras civis, entre 1833 e 1876. Seus apoiadores também sustentavam a restauração das prerrogativas reais absolutas de governança, a obediência às normativas da Igreja e a observância das tradições históricas do reino.

os resultados iniciais de cada iniciativa acabaram afetados ou beneficiados pelo contexto ao seu redor? Para que essas e outras perguntas sejam respondidas, torna-se imperativo lançarmos um olhar mais específico sobre as revoltas de Lares e Yara, propósito este que os próximos dois capítulos pretendem alcançar.

## CAPÍTULO 2

### O GRITO DE LARES E O OCASO DO SEPARATISMO PORTO-RIQUENHO

Quando, em 23 de setembro de 1868, os habitantes da pacata vila de Lares se recolheram às suas casas para o que supostamente seria apenas mais uma típica noite em suas rotinas, a aproximação de uma multidão agitada com armas e facões em punho não deixou dúvidas de que algo estava para acontecer. Ao adentrar pelas ruas da cidade aos gritos de “*viva la independencia*” e “*mueras a España*”, os separatistas fizeram daquele assalto o primeiro ato de sua “revolução” que pretendia estender a Porto Rico as mesmas “liberdades” conquistadas, décadas atrás, por boa parte da América Hispânica. No dia seguinte, o insucesso em subjugar Pepino, comunidade vizinha à anterior, selou o destino dos rebelados, que perseguidos pelas autoridades, se espalharam em uma fuga desordenada de volta às matas de onde haviam saído. Foi assim que, tão rápido como havia começado, o levante independentista batizado como *Grito de Lares* acabou debelado.

A efemeridade desse acontecimento não demorou a reverberar na voz de seus detratores, que recorrendo aos apelos da ironia, decidiram compará-lo a um gesto desesperado, um mero “*gritito*”,<sup>141</sup> cujos efeitos não teriam tido qualquer relevância para boa parte da ilha. De lá para cá, essa visão pejorativa do separatismo porto-riquenho tem sido revisita pela historiografia, que num esforço de reinterpretação dos fatos, procurou ressaltar a importância da rebelião de 1868 na formulação de uma consciência política local.<sup>142</sup> Porém, quando se trata de justificar os motivos daquela derrota, as explicações normalmente ainda passam pelas acusações de incompetência e superficialidade de suas articulações.

Contudo, um olhar mais atento sobre as fontes nos revela que a complexidade dos contatos e a variedade dos esforços empreendidos nos anos que antecederam ao levante dificilmente poderiam corroborar com todo aquele amorismo que lhe fora imputado. Em vista disso, este capítulo se dispõe a percorrer as diversas etapas que envolveram a elaboração e execução do Grito de Lares, buscando elucidar aspectos essenciais tais como: Quem eram seus autores? Quais foram suas ideias? Como eles se organizavam? Que estratégias adotaram? Sob que argumentos seus participantes foram mobilizados? A que propósitos eles serviram? Com quais dificuldades se depararam? E que espécie de consequências suas ações provocaram?

Para que possamos compreendê-los, iniciaremos pela exposição dos dados preliminares da conspiração, observando a evolução cronológica dos fatos até que a revolta fosse finalmente concretizada e atentando-se para as percepções registradas tanto pelas autoridades coloniais quanto

---

<sup>141</sup> GAUTIER DAPENA, José A. *Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX*. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 41.

<sup>142</sup> Cf. *Ibid.*

pelas forças insurretas. Em seguida, conheceremos alguns dos principais detalhes da realização da rebelião e sua posterior repressão, apreciando, logo na sequência, os resultados e impressões deixados por aquela ocorrência.

## 2.1 Proclamas, exílios e repressão

Não fosse por seu caráter abertamente separatista, o advento do Grito de Lares não deveria simbolizar, ao menos em princípio, um desafio tão surpreendente à estabilidade do regime colonial porto-riquenho. Nos anos finais da década de 1860, a tensão política acumulada pela morosidade com que a Metrópole tratava de implementar as leis e reformas há muito prometidas, só tornavam a opinião local a cada dia mais insatisfeita com a situação vigente. Cientes disso, os idealizadores do pensamento independentista de certo acreditaram que essa seria a oportunidade que esperavam para instigar uma rebelião.

Mas antes que a insurreição viesse a ser considerada, o separatismo já vinha sendo vagarosamente assimilado por uma pequena parcela da população. Composto majoritariamente por jovens insulares formados na Europa, esse seletivo grupo foi responsável pelo florescimento de uma intensa atividade cultural de inclinação regionalista, encontrando na literatura seu maior campo de expressão. Paralelamente, desde o início do século XIX, incontáveis periódicos passaram a veicular artigos e ensaios denunciativos, tornando-se alvos recorrentes de perseguição e censura. Entre eles estiveram o “*Diário Económico de Puerto Rico*” (1814), “*El Cigarrón*” (1814), “*Diário Liberal y de Variedades*” (1821), “*El Eco*” (1823), “*El Imparcial*” (1848), “*La Verdad*” (1852), “*El Porceño*” (1854), “*El Mercurio*” (1857), e o “*El Moscardán*” (1865).<sup>143</sup>

Com o passar do tempo, o separatismo foi engrossando suas fileiras através da propaganda, que contava com a criatividade de seus comandantes e a audácia de alguns seguidores para burlar as barreiras oficiais e chegar às mãos de virtuais simpatizantes. Nesse sentido, discorrer sobre os primórdios desse movimento significa o mesmo que falar da trajetória de quatro porto-riquenhos que, desde a juventude, se dedicaram a questionar a dominação espanhola sobre sua terra natal. O primeiro e mais importante deles foi Ramón Emeterio Betances y Alacán (1827-1898), que nascido em Cabo Rojo, nas proximidades de San Germán, dedicou boa parte de sua vida à causa da independência de Porto Rico.

Nascido de pai dominicano e mãe porto-riquenha, Betances provinha de uma família relativamente próspera de plantadores açucareiros, sendo enviado, ainda criança, para se educar

<sup>143</sup> Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868: el Grito de Lares**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 30-31.

na França. Em 1848, ingressou na Universidade de Paris onde se formou em medicina, especializando-se, aos 28 anos, em práticas cirúrgicas. Concluídos seus estudos, em 1856, retornou a Porto Rico para exercer a profissão, fundando um pequeno hospital provisório (depois convertido em permanente) na cidade de Mayagües. Ali, notabilizou-se pelos atos de filantropia, com a oferta de atendimento gratuito aos desassistidos e o engajamento ativo no combate à epidemia de cólera que se abateu sobre a ilha naquele ano.<sup>144</sup>

No campo das letras, Emeterio cultivou desde cedo o interesse pela escrita, divulgando, já no início da década de 1850, suas primeiras produções nas áreas da literatura, do periodismo e da tradução de textos e discursos. Seguindo os costumes da época, adotou um pseudônimo para se expressar mais livremente, utilizando o termo “*El Antillano*” para assinar muitas de suas obras a partir de 1856.<sup>145</sup> Em termos ideológicos, os anos passados na Europa o colocaram em contato com muitos autores francófonos, imprimindo-lhe a influência de pensadores romantistas e iluministas, dentre os quais se destacou Voltaire. Tomado por essas ideias, Betances alimentou opiniões decididamente contrárias à escravidão, à monarquia e à união de sua ilha com a Espanha. Políticos haitianos como Toussaint L’Overture e Alexandre Petion também eram alvos de sua admiração.<sup>146</sup>

Entre 1856 e 1857, esteve à frente da Sociedade Abolicionista Secreta, fundada em união com seu amigo, Segundo Ruiz Belvis (1829-1867), de quem havia se aproximado em uma viagem de retorno à Europa após passar um breve tempo no Caribe, enquanto ainda eram estudantes.<sup>147</sup> Reveladas ao conhecimento das autoridades, as ações de Betances foram encaradas como uma potencial ameaça subversiva, resultando, em 1857, no seu primeiro exílio forçado sob as ordens do capitão-geral Fernando Cotoner.<sup>148</sup> Refugiado em Paris, Emeterio intensificou sua campanha em oposição ao regime colonial e o escravismo, disseminando suas críticas e considerações em periódicos locais.<sup>149</sup>

Outro grande nome do independentismo foi Segundo Ruiz Belvis, natural de uma família de proprietários do povoado de Hormigueros, há poucos quilômetros ao sul de Mayagües. Dois anos mais novo que Betances, estudou por alguns anos em Caracas, na Venezuela, antes de se

<sup>144</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lates. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 3-4.

<sup>145</sup> Cf. LUGO FILIPPI, Carmen. Betances y Voltaire. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 28-33, jul./sept. 1968. p. 30.

<sup>146</sup> Cf. ARPINI, Adriana María. Abolición, independencia y confederación. **Cuyo. Anuario de Filosofía Argentina y Americana**, Mendoza, v. 25/26, p. 167-192, 2008–2009. Disponível em: <<https://bdigital.uncu.edu.ar/app/navegador/?idobjeto=3712>>. Acesso em: 29 jul. 2020. p. 173.

<sup>147</sup> Cf. SUÁREZ DÍAZ, Ada. **El doctor Ramón Emeterio Betances y la abolición de la esclavitud**. 3 ed. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1984. p. 10.

<sup>148</sup> Ten. Gen. Fernando Cotoner y Chacón, capitão-geral de Porto Rico de 1856 a 1860.

<sup>149</sup> Cf. LUGO FILIPPI, op cit., p. 12.

formar em direito pela Universidade de Madri, tornando-se depois advogado e fazendeiro.<sup>150</sup> Igualmente exilado por motivos políticos, Belvis só regressou a Porto Rico em 1860, fixando-se em Mayagües onde exerceu a advocacia e foi eleito juiz de paz.<sup>151</sup> Entre 1865 e 1866, atuou como comissionado na Junta de Informação, notabilizando-se por suas inclinações separatistas e pela defesa intransigente da abolição imediata da escravidão.<sup>152</sup>

Dois outros nomes de destaque do movimento foram José Francisco Basora e Eugenio María de Hostos (1839-1903), amigo e discípulo de Betances, respectivamente.<sup>153</sup> Do primeiro nada se sabe, com exceção de sua atividade como médico antes do envolvimento com o separatismo.<sup>154</sup> Já sobre o segundo, tem-se que era nascido em Mayagües e que abandonou os estudos de direito em Madri para dedicar-se integralmente ao ensino e à propaganda conspiracionista, difundindo seus postulados a partir da própria capital espanhola.<sup>155</sup>

Com a chegada de 1860, findados os efeitos da última expulsão, Betances voltou a se estabelecer em Porto Rico, agora pela segunda vez. Como na experiência anterior, recobrou as atividades de medicina para a garantia do sustento, recuperando aos poucos os contatos perdidos com os demais simpatizantes da separação. Longe de haver desanimado, Emeterio colocou em prática sua nova tática de engajamento, que consistiu em se aproveitar do sigilo pactuado entre os integrantes da maçonaria – organização da qual fazia parte<sup>156</sup> – para elaborar suas sociedades secretas, contando, para isso, com o apoio regular de Basora e Belvis.

Mais uma vez, as movimentações de Betances não passaram despercebidas e, em algum momento, sua presença foi requisitada em San Juan para prestar explicações. Apesar de pouco documentado, o historiador Eugenio Fernández Méndez relatou a existência de um suposto encontro entre Betances e o capitão-geral da ilha, Félix de Messina,<sup>157</sup> de onde Félix o teria

<sup>150</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramírez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 274.

<sup>151</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 2, 4, 66.

<sup>152</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, María Dolores. La Junta de Información en Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 147, 153.

<sup>153</sup> Cf. RAMA, Carlos Manuel. **La independencia de las Antillas y Ramón Emeterio Betances**. Barcelona: Talleres Gráficos de Manuel Pareja Montaña, 1980. p. 14, 18.

<sup>154</sup> CANCEL SEPÚLVEDA, Mario. Ramón Emeterio Betances. **Enciclopedia de Puerto Rico**. Disponível em: <<https://enciclopediapr.org/encyclopedia/ramon-emeterio-betances/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

<sup>155</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 2.

<sup>156</sup> Betances pertencia à loja “Unión Germana” de San Germán, tendo sido também o fundador da outra, em local desconhecido, sob o nome “Yagüez”, em 1867. Cf. MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868: el Grito de Lares**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 48.

<sup>157</sup> Ten. Gen. Félix María de Messina Iglesias, ocupou o governo da ilha de 1862 a 1865, destacando-se pelas reformas empreendidas no sistema de ensino porto-riquenho.

alertado sobre as possíveis consequências de seus atos subversivos, no que foi respondido por Betances que as interações descobertas estavam resguardadas pelo livre exercício de seu “direito natural” à opinião.<sup>158</sup> Não está claro se Betances foi novamente exilado após a conclusão dessa conversa, suscitando-nos a pergunta de se Félix realmente haveria se prontificado a dialogar com um agitador reincidente e, caso positivo, se teria aceito o atrevimento do interlocutor sem puni-lo logo em seguida. Para os fins dessa pesquisa, não nos aprofundaremos nessa questão.

No tocante às primeiras articulações, o documento rebelde mais antigo de que se tem notícia diz respeito a um panfleto anônimo de três parágrafos que, em 1864, instigava os porto-riquenhos a se rebelarem contra o recrutamento obrigatório para lutar na Guerra de Santo Domingo (1863-1865). Intitulado “*¡Abajo los Españoles!*”, o impresso instruía seus leitores a abandonar sua atual postura de inação, recomendando: “*perdamos el miedo que nos ha hecho cobrar á la guerra la servil educación que nos han dado nuestros amos [...] nos les sirvamos de instrumentos, y si nos llevan á la fuerza [...] pasémonos al lado de nuestros Hermanos de Santo Domingo*”.<sup>159</sup>

Na sequência, os redatores aproveitaram para denunciar a suposta indiferença com que os oficiais espanhóis vinham tratando seus subordinados, submetendo-os a longos períodos de escassez de água e comida em decorrência do desvio regular e irresponsável de provisões realizado por seus superiores. Mencionados como filhos de *Agueinaba el Bravo*, cacique taíno que, em 1511, liderou os indígenas locais em uma revolta contra a colonização espanhola, os porto-riquenhos teriam a missão de demonstrar sua valentia ao não sofrer impunemente os abusos de seus governantes.<sup>160</sup>

Como é possível constatar dali em diante, o recurso a personagens e expressões pré-coloniais foi recorrente no discurso separatista, revelando seu interesse em propagar um sentimento nacional distinto baseado em pequenos resgates de seu passado indígena. Como indicou o historiador Schmidt-Nowara, a tradição nativa foi um dos “mais potentes símbolos de autenticidade e autonomia nacional”,<sup>161</sup> representando “[...] uma sutil rejeição ao regime colonial espanhol por meio da identificação e afiliação com as vítimas da conquista”.<sup>162</sup>

<sup>158</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lates. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 4.

<sup>159</sup> PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnsearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 269. (Grifo do Autor).

<sup>160</sup> Cf. *Ibid.*, p. 270.

<sup>161</sup> SCHMIDT-NOWARA, Christopher. Conquering Categories: the problem of prehistory in nineteenth-century Puerto Rico and Cuba. **CENTRO Journal**, New York, v. 13, n. 1, p. 5-21, 2001. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37711309001>>. Acesso em: 29 jul. 2020. p. 16. (Tradução Nossa).

<sup>162</sup> *Ibid.* (Tradução Nossa).



Finalmente, com um apelo à toda ilha para que fizessem valer o seu direito à autopreservação, o manifesto conclamou: “*si no tomamos una determinación y nos levantamos en contra de España, á ayudar à nuestros hermanos, la guerra se hará eterna [y] nos irán llevando uno á uno al matadero [...] ¡arriba, compañeros! ¡muerte al despotismo Español!*”.<sup>163</sup> Lamentavelmente, a exiguidade de informações disponíveis acerca daquele folheto não tornou possível a identificação de o quanto seu conteúdo foi eficaz em alcançar o público almejado, delimitando a avaliação apenas ao campo das intenções previamente anunciadas. Todavia, a detecção da disposição separatista em confeccionar esse tipo de documento nos indica o quão avançados estavam seus planos até quatro anos antes da rebelião de Lares.

Ao procurarem se aproveitar da instabilidade gerada por um conflito vizinho e suas eventuais implicações regionais – como o alistamento forçado de porto-riquenhos – o grupo buscou exercitar sua habilidade em canalizar as perturbações internas para o cumprimento de sua causa independentista e, ao fazê-lo, por mais que tenham falhado em consolidar um levante imediato, seus esforços podem ter resultado tanto na adição de novos membros à organização, quanto na divulgação de sua proposta ao redor da ilha.

Além dessa experiência, o separatismo se beneficiou da propaganda veiculada por publicações como o “*La America*”, “*Revista de las Antillas*”, “*Revista Hispanoamericana*” e o jornal cubano “*El Siglo*”.<sup>164</sup> Outra movimentação importante se deu pela fundação, em 1865, da “Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico”, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Liderada por Juan Manuel Macías<sup>165</sup> e José Francisco Basora, com cada um deles representando suas respectivas Antilhas, a sociedade tinha por objetivo viabilizar a discussão, o planejamento e a arrecadação de fundos para a independência. Porém, com a convocação da Junta de Informação no fim daquele ano, o núcleo se manteve inativo até que o frustrado desfecho da iniciativa metropolitana pudesse reanima-lo.<sup>166</sup>

Terminada a Guerra de Santo Domingo, as suspeitas de que uma revolta estivesse sendo arquitetada em Porto Rico só aumentaram entre as autoridades. Para se ter uma ideia, somente no espaço de quatro meses, o capitão-geral José María Marchesi<sup>167</sup> revelou ter essa preocupação em

<sup>163</sup> PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnsearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 269. (Grifo do Autor).

<sup>164</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 33.

<sup>165</sup> Comerciante cubano que, em 1864, criou, na mesma cidade, a “Sociedade Democrática dos Amigos da América”, com uma finalidade parecida.

<sup>166</sup> Cf. VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX**: antología. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004. p. 487.

<sup>167</sup> Ten. Gen. José María Marchesi y Oleaga, capitão-geral de Porto Rico de 1865 e 1867.

ao menos três ocasiões no segundo semestre de 1866. Na primeira delas, em uma carta de 27 de agosto ao Ministério do Ultramar,<sup>168</sup> o oficial relatou a existência de um “clube revolucionário” em atividade na ilha. Representados pelo periódico “*La Voz de la América*”,<sup>169</sup> seus integrantes estariam empenhados em conquistar a população através da clandestinidade, sendo a supressão total de seus trabalhos uma tarefa quase impossível em virtude da diversidade de métodos para burlar a fiscalização na distribuição de seus panfletos.<sup>170</sup>

Em um determinado trecho, Marchesi reconheceu a fragilidade dos meios militares disponíveis, ressaltando a incapacidade de Porto Rico em se defender de um eventual ataque às suas cidades costeiras ou até mesmo de uma forte investida sobre sua capital. Apesar disso, o oficial não encontrou problemas em duvidar da possibilidade de uma rebelião interna, alegando que, em sua concepção: “*no es éste el espíritu que aquí domina, es muy corto el número de los que así piensan y estos no se lanzan a tamaña empresa, sin la seguridad de su realización*”.<sup>171</sup> Isto posto, Marchesi apontou que a verdadeira ameaça viria do exterior, identificando em Cuba a provável existência de “*elementos de disolución*” futuros.<sup>172</sup>

Meses depois, o capitão-geral voltou a discorrer sobre a gravidade da situação observada em sua ilha. Em correspondência do dia 15 de dezembro ao ministro Alejandro de Castro, Marchesi comunicou ter detectado um aumento extraordinário das atividades subversivas, enquanto a debilidade das guarnições e estruturas de defesa continuava praticamente a mesma. O informativo citou também os perigos da proximidade de Saint Thomas, uma vez que seu território poderia se converter em uma base de expedições de desembarque ulteriores. Ao final, Marchesi chegou a sugerir que o desferimento de um “golpe de mão” em Porto Rico poderia estar relacionado a um plano oculto maior, que pretendia deslocar homens e armas de Cuba para viabilizar uma grande revolta naquela colônia.<sup>173</sup>

<sup>168</sup> À época ocupado por Alejandro de Castro.

<sup>169</sup> Publicação de teor político dirigida e fundada pelo deputado chileno Benjamín Vicuña Mackenna, então destacado para exercer uma missão diplomática confidencial nos Estados Unidos. Lançado em 21 de dezembro de 1865, o periódico teve como missão fomentar a unidade do continente americano, promover as independências de Cuba e Porto Rico e prestar suporte ideológico às repúblicas do Chile e do Peru na Guerra do Pacífico (1865-1866). Impresso em espanhol, o material era composto por artigos, manifestos e peças de propaganda enviados por colaboradores externos, como Manuel Macías e os outros agitadores antilhanos e sul-americanos. A cada número, o “*La Voz de la América*” emitia 2 mil exemplares, dos quais mil eram enviados à Cuba, duzentos ao Chile e o restante distribuído entre as legações e embaixadas hispano-americanas em Washington D.C. Proibido nas colônias espanholas do Caribe, o periódico teve sua última tiragem em 21 de junho de 1866, mesma época do regresso de Vicuña Mackenna ao Chile. Cf. MUSEO NACIONAL BENJAMÍN VICUÑA MACKENNA. **Vicuña Mackenna y La Voz de la América**, Santiago. Disponível em: <[https://www.museovicunamackenna.gob.cl/647/w3-article-72575.html?\\_noredirect=1](https://www.museovicunamackenna.gob.cl/647/w3-article-72575.html?_noredirect=1)>. Acesso em: 14 abr. 2020.

<sup>170</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 95.

<sup>171</sup> Ibid.

<sup>172</sup> Cf. Ibid., p. 96.

<sup>173</sup> Cf. Ibid.

Dois dias antes, Marchesi havia despachado ao seu homólogo cubano, Joaquín Manzano,<sup>174</sup> uma carta que alertava para a iminência de uma “vasta conspiração” em nome da independência de ambas as Antilhas. A informação provinha do ministro plenipotenciário da Espanha baseado em Washington D.C., que denunciou a formação de uma junta em Nova York<sup>175</sup> sob a possível liderança de Joaquín Goicuría.<sup>176</sup> Revelada sua teoria de que uma rebelião porto-riquenha poderia tentar encobrir outra maior em Cuba, Marchesi solicitou os antecedentes de um certo Dr. Luis Leiras<sup>177</sup> que, de origem cubana, estava levantando suspeitas por suas frequentes viagens entre as duas ilhas.<sup>178</sup>

Encaminhando-se para o fim do texto, o oficial recomendou vigilância extraordinária sobre os habitantes e suas atitudes, chamando a atenção para o envolvimento de “*muchos licenciados del ejército disuelto de los Estados Unidos*”<sup>179</sup> nos bandos separatistas, atraídos pela promessa de continuarem seu estilo de vida militar a que estavam acostumados e indispostos a abandonar. Ao fornecer este dado, Marchesi pode ter buscado prontificar seu colega para o agravante que enfrentariam caso os levantes previstos viessem a se confirmar, colocando-os diante de unidades mistas formadas não apenas por idealistas mal treinados, mas também por ex-soldados experientes que já haviam passado por situações reais de combate.

Com a chegada de 1867, os preparativos para a insurreição se intensificaram em Porto Rico. Em 7 de julho, um malfadado motim da guarnição de artilharia de San Juan disparou o alerta das autoridades para o que consideraram ser o primeiro ato de uma rebelião independentista. Com o reestabelecimento da ordem, Marchesi expediu um decreto de deportação imediata de uma lista de suspeitos, ordenando-os a se retirar da ilha até que se apresentassem para um interrogatório em Madri.<sup>180</sup> Dias depois, a decisão provou ser, no mínimo, equivocada, oportunizando a fuga dos verdadeiros implicados na causa secessionista, como Ruiz Belvis e Emeterio Betances, cujas atividades nunca estiveram ligadas aos amotinados da capital.

<sup>174</sup> Ten. Gen. Joaquín del Manzano y Manzano, capitão-geral de Cuba de 1866 a 1867. Faleceu no exercício do cargo.

<sup>175</sup> Em provável referência à já citada Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico.

<sup>176</sup> Pouco se sabe a respeito de Joaquín Goicuría, sendo ele descrito ora como um negociador de armas, disposto a usar de sua posição para contrabandeá-las a pedido dos rebeldes, ora como um “revolucionário cubano”, encarregado do fornecimento de artigos bélicos. Nada leva a crer, porém, que Goicuría fizesse parte da sociedade em questão, muito menos que tenha sido, em algum momento, seu presidente.

<sup>177</sup> À parte essa afirmação, nenhum outro dado sobre o Dr. Luis Leiras foi encontrado.

<sup>178</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnese/arch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 264.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 265.

<sup>180</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 4-5.

Momentos antes de partir, o grupo fez questão de apresentar sua própria versão dos fatos, elaborando o manifesto “*Patria, justicia, libertad*” sob a chancela do “Comitê Revolucionário”.<sup>181</sup> Logo na abertura, o texto negou qualquer envolvimento do separatismo com os eventos de San Juan, classificando-os como um gesto criminoso de pilhagem e insubordinação, derivados do abandono e da ociosidade a que estavam entregues os soldados e quartéis coloniais. Ao questionarem as prerrogativas especiais de Marchesi, os redatores consideraram sua medida de expulsão excessivamente violenta e arbitrária, digna de um governo imoral que perseguia e humilhava seus governados apenas com base em sua origem não europeia.<sup>182</sup>

Passando ao campo das argumentações, o Comitê justificou seus incessantes atos de conspiração com a ausência de liberdades políticas e de acesso à representação legislativa, a proibição aos locais de ocuparem altos postos no governo e a falta de usufruto real dos impostos arrecadados, sendo ainda escassos os investimentos em escolas e obras públicas. Quanto a unidade junto à Espanha, afirmou-se que aquela não passava de uma nação ignorante, antiquada e autoritária, desprovida dos elementos mais básicos de civilização e, portanto, completamente incapacitada de oferecê-los às suas possessões.<sup>183</sup>

Recordadas as promessas desonradas no passado, o manifesto apregou o ceticismo em relação às expectativas que futuras mudanças na política metropolitana pudessem inspirar, referindo-se indiretamente aos signatários do Pacto de Ostende (1866) como discípulos do liberalismo que, em 1837, que não hesitou em excluir as Antilhas do raio de alcance da Constituição.<sup>184</sup> Atentos aos acontecimentos de sua época, os separatistas apresentaram alguns exemplos da América e do mundo com a intenção de estimular a luta vindoura que pretendiam realizar, alegando que aqueles eram tempos propícios à liberdade.<sup>185</sup>

Confiantes de que seus esforços resultariam na adesão popular à sua causa, os redatores afirmaram que “*el espíritu público está ya bastante preparado; la propaganda ha servido su misión*”,<sup>186</sup> podendo todos esperar que, no dia do combate, contariam com o acesso a supostas armas estocadas no Haiti, Estados Unidos, Venezuela e Santo Domingo. Ao final, invocou-se a união entre cubanos e porto-riquenhos sob a mensagem de: “*unid vuestros esfuerzos, trabajad de*

<sup>181</sup> Lançado em Porto Rico, a 16 de julho, e reimpresso em Nova York, no dia 1º de setembro, foi a publicação mais longa entre os libelos separatistas examinados por esta pesquisa.

<sup>182</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 19-20.

<sup>183</sup> Cf. *Ibid.*, p. 20.

<sup>184</sup> Cf. *Ibid.*, p. 21.

<sup>185</sup> Entre os eventos elencados pelo artigo estavam: a abolição da escravidão nos Estados Unidos (1863), o sucesso dominicano em recuperar sua independência aos espanhóis (1865), a resistência sul-americana na Guerra do Pacífico (1865-1866), a recente derrota da França na intervenção ao México (junho de 1867) e até mesmo a revolta de Creta contra o domínio Otomano, então em curso desde 1866.

<sup>186</sup> ALEGRÍA, op. cit., p. 21.

*concierto, somos hermanos, somos uno en la desgracia, seamos uno también en la Revolución [...] así podremos formar mañana la confederación<sup>187</sup> de las Antillas”.*<sup>188</sup>

Os anos que antecederam ao desterro de 1867 foram marcados pela intensificação dos trabalhos de formação e consolidação das sociedades secretas em Porto Rico. Reunidos em uma associação,<sup>189</sup> os integrantes daqueles grupos eram disciplinados por um regulamento que designava suas atribuições e responsabilidades no interior da estrutura. Desprovido de autoria, data ou mesmo finalização, o documento revelou o apreço de seus escritores pelas linguagens e tradições da maçonaria, explicitando-o em elementos sutis tais como a escolha dos termos “irmãos”, “prios” e “mestres” na designação dos quadros de sua hierarquia.

O ingresso em uma célula separatista se dava através de um convite estendido por um membro efetivo da organização. O acesso era vedado aos “espanhóis”, isto é, os *peninsulares*, bem como aos que tivessem má conduta moral, exercessem funções públicas ou jurídicas ou que mantivessem algum nível de parentesco e amizade com um indivíduo em uma dessas condições.<sup>190</sup> Para que fosse admitido como “irmão”, o aspirante deveria passar pelo crivo dos mestres e prios locais, sendo depois submetido a juramento onde se comprometeria, com a mão sobre a bíblia, a sujeitar-se completamente às ordens de seus superiores, sacrificando o seu tempo, recursos e inclusive a própria vida em nome do cumprimento de suas missões, sem jamais impor nenhuma resistência ou pedido de explicações.<sup>191</sup>

Motivado pelos ideais da obediência, fraternidade e mutualidade, o cotidiano daqueles núcleos era ditado pela celebração obrigatória de reuniões semanais secretas que, realizadas em ambientes meticulosamente variados, tinham entre suas práticas a coleta regular de contribuições, depositadas, em espécie, segundo as capacidades de cada um. Revezar a vigilância sobre a residência dos mestres, colocar-se à disposição quando houvesse necessidade e oferecer assistência à família de um irmão falecido ou atingido por alguma enfermidade também constituíam partes importantes das obrigações coletivas. Para chegar à condição de “prior”, o interessado deveria adicionar dez novos membros ao grupo, ficando posteriormente responsável pela guarda dos

---

<sup>187</sup> A ideia de uma confederação que agrupasse as ilhas de Cuba, Porto Rico e a já independente República Dominicana foi sugerida por Eugénio María de Hostos como uma alternativa para resguarda-las do intervencionismo estrangeiro. A proposta foi entusiasticamente acolhida por Betances, porém, esbarrou na resistência dos demais territórios, em especial o cubano. Cf. NATHAN, Samuel. **Tied Caribbean Icons**. London: Lulu, 2011. p. 59.

<sup>188</sup> Ibid., p. 22.

<sup>189</sup> Tratou-se da “Associação para a liberdade e independência da ilha de Porto Rico”.

<sup>190</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n__2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 37.

<sup>191</sup> Cf. Ibid.

nomes e dados de cada integrante, a execução regular das coletas e reuniões previstas, o cuidado com a manutenção das armas de fogo e a mediação de eventuais conflitos.<sup>192</sup>

Alcançado o número de três priores na célula, escolhia-se entre eles um novo “mestre”, cujas tarefas seriam monitorar as sociedades da região, participar das comissões deliberativas, reunir e integrar os priores de seu distrito e eleger, dentre os pares, o “mestre-diretor”, encarregado da comunicação e coordenação dos esforços em zonas especiais da ilha.<sup>193</sup> Em 1868, já estavam ativos três comitês e seis núcleos completos, com outros dois planejados ou em franca elaboração.<sup>194</sup> A maioria das células podiam ser encontradas nas jurisdições de Aguadilla, Arecibo e Mayagües, revelando um especial interesse pela sublevação do noroeste de Porto Rico.

De volta ao exílio, as lideranças separatistas continuaram a tramocar um golpe, criando, ainda em 1867, a “Junta Revolucionária de Cuba e Porto Rico”. Sediada em Nova York, a organização foi encabeçada por Betances, tendo Belvis e Basora como vice-presidentes. Estando os três ali reunidos, decidiu-se que a melhor estratégia passaria pelo engajamento de cada um deles em uma missão específica, de onde Basora foi incumbido de permanecer na cidade e conseguir voluntários para uma expedição, enquanto Betances viajaria a Saint Thomas, e depois, à República Dominicana, gerenciando as atividades das sociedades secretas e supervisionando a arrecadação de armas e fundos.<sup>195</sup>

Dirigindo-se para o sul, Belvis abraçou a tarefa de estabelecer contato com Vicuña Mackenna<sup>196</sup> e tentar conquistar o auxílio político e financeiro do Chile e Peru que, teoricamente, continuavam em guerra contra a Espanha. As tratativas, no entanto, não se deram conforme o esperado, tendo os demais conspiradores sido logo informados da repentina morte de Belvis, ocorrida poucos dias depois de sua chegada ao Chile.<sup>197</sup>

---

<sup>192</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 38.

<sup>193</sup> Cf. *Ibid.* p. 39.

<sup>194</sup> Para a relação completa de células acompanhada de seus respectivos líderes, confira o Apêndice 4.

<sup>195</sup> Cf. VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX**: antología. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004. p. 488.

<sup>196</sup> Benjamín Vicuña Mackenna (1831-1886), foi um escritor e periodista liberal de considerável influência no contexto político chileno. Entre 1864 e 1876, atuou como deputado em diversos mandatos, candidatando-se, sem sucesso, à presidência, em 1876. Como enviado especial para missões diplomáticas, colaborou com a tentativa cubana de independência, chegando mesmo a sugerir uma operação militar conjunta do Chile, Peru e Venezuela para “libertar” as Antilhas. Crítico do expansionismo norte-americano e europeu, Mackenna defendeu a ideia de uma confederação sul-americana de países. Cf. MUSEO NACIONAL BENJAMÍN VICUÑA MACKENNA. **Benjamín Vicuña Mackenna americanista**. Disponível em: <<https://www.museovicunamackenna.gob.cl/sitio/Contenido/Temas-de-Colecciones-Digitales/72556:Vicuna-Mackenna-y-la-independencia-de-Cuba>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

<sup>197</sup> Envoltos em muitos mistérios, a morte de Ruiz Belvis em um hotel de Valparaíso, em 4 de novembro de 1867, alimentou durante algum tempo especulações de que tenha sido assassinado, porém, de acordo com o relatório assinado pelo Dr. E.C. Menckel, no ano seguinte, Belvis foi apenas uma vítima de complicações no aparelho urinário, cujos sintomas vinham sendo tratados desde os tempos que antecederam ao exílio. Cf. GUAJARDO, Ernesto. **Valparaíso, la memoria dispersa**: Crónicas históricas. Santiago de Chile: RIL editores, 2013. p. 85-86, 88.

O incidente foi lembrado em uma breve “*proclama*” que comparou a independência de Porto Rico a um gesto de “vingança” contra o exílio imposto a Belvis e outros “irmãos” sacrificados à liberdade. O folheto também reforçou que os dominicanos foram igualmente provados pelas adversidades, mas que mesmo sem aliados, armas ou recursos a ruptura foi heroicamente alcançada, devendo servir de exemplo para que os porto-riquenhos obtenham a sua ainda que o futuro imediato venha a desafiá-los com novos problemas e disputas.<sup>198</sup>

Ainda desinformado do falecimento de seu colega, Betances veiculou em Saint Thomas, no mesmo dia do ocorrido, o manifesto “*Diez Mandamientos de los hombres libres*”,<sup>199</sup> em reação à uma alegada nota da rainha Isabel, segundo a qual os separatistas estavam sendo “maus espanhóis”. Salpicado pela ironia, o panfleto de uma só página fez alusão aos dez mandamentos bíblicos para argumentar que, caso suas condições básicas, apresentadas em dez pontos, fossem atendidas – como o direito ao voto, à livre expressão e à posse de armas – a liberdade dos insulares estaria assegurada e a manutenção da soberania espanhola se tornaria possível. Do contrário, Betances jurou aos seus compatriotas que os faria independentes.<sup>200</sup>

É importante registrar que, nos meses finais de 1867, Porto Rico esteve na rota de três grandes desastres naturais. Em 29 de outubro, a passagem do ciclone San Narciso deixou o primeiro rastro de destruição, arrasando cidades, pontes, engenhos e plantações inteiras. Boa parte do gado pereceu, 50 navios afundaram somente na capital e mais de 800 pessoas morreram.<sup>201</sup> Tempos depois, no dia 18 de novembro, um intenso terremoto abalou a já fragilizada ilha, prolongando-se em tremores secundários por quase seis meses. Por último, na noite posterior ao primeiro sismo, uma forte tempestade surpreendeu a todos, enquanto parte da costa leste foi golpeada por um tsunami.<sup>202</sup>

Em 17 de dezembro, Marchesi transmitiu o cargo ao seu sucessor, o marechal Julián Pavía.<sup>203</sup> O ato originou outra “*proclama*” separatista, que orientou os moradores a não se

<sup>198</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 18.

<sup>199</sup> Para o documento na íntegra, confira o Anexo 1.

<sup>200</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 5.

<sup>201</sup> Cf. OLIVO, Ingrid A. **Reconstructing early modern disaster management in Puerto Rico**. 2015. 440 f. Theses (Degree of Doctor of Philosophy) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2015. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8WD3ZNG>>. Acesso em: 29 abr. 2020. p. 146.

<sup>202</sup> Cf. *Ibid.*, p. 177.

<sup>203</sup> Mar. Cmp. Julián Juan Pavía y Lacy, foi governador da jurisdição de Matanzas, em Cuba, entre 1850 e 1852, exercendo por um ano o posto de capitão-geral em Porto Rico, de 1867 a 1868.

deixarem enganar pela impressão mediadora que o novo capitão-geral tentava infundir.<sup>204</sup> Com a chegada em Santo Domingo, Betances oficializou a criação do “Comitê Revolucionário de Porto Rico”, lançando, em 10 de janeiro de 1868, a “*Constitución Provisoria de la Revolución Portorriqueña*”.<sup>205</sup> Com vinte e cinco artigos e sete capítulos, o breve texto se propôs a unificar os variados esforços realizados na ilha, impondo aos mais diversos núcleos de conspiração uma estrutura organizada de comando e mobilização.

Denominando-se o legítimo representante do governo revolucionário, o Comitê determinou o interesse em viabilizar a independência de Porto Rico sob uma fórmula democrático-republicana. Composto de um secretário e outros três integrantes,<sup>206</sup> o órgão delimitou entre suas prerrogativas os poderes de fundar e reconhecer novas Juntas e Legações, direcionar as estratégias e atividades conspirativas, gerenciar a utilização das contribuições recebidas e efetuar a aquisição de armas e munições para o levante almejado. De espírito centralizador e autoritário, o documento vetou a elaboração de qualquer regimento local que não estivesse plenamente alinhado às suas diretrizes, estabelecendo-se como o parâmetro máximo de todas as articulações na ilha.<sup>207</sup>

Com a mudança, a hierarquia insurreta também foi amplamente remodelada, transformando as antigas sociedades secretas em “Juntas” dotadas de presidentes, secretários e regulamentos próprios, estando também responsáveis pela arrecadação de fundos e a divulgação da causa separatista. Abaixo delas ficaram as “Legações”, cujos objetivos eram realizar as mesmas tarefas anteriores só que em menor escala, enfatizando o trabalho com os *barrios* de cada cidade. O terceiro elemento foi dado pelos “delegados”, isto é, os membros do Comitê, que detinham os direitos de voz e voto, além de poderem convocar e liderar reuniões extraordinárias nas Juntas. Criaram-se ainda os “agentes especiais”, que de maneira independente atuavam como informantes regulares diretamente ligados ao Comitê, podendo chegar a esta posição somente aqueles que houvessem doado uma quantia superior a 400 pesos para o sucesso da revolução.<sup>208</sup>

Aparentemente, as alterações na estrutura de comando não estimularam maiores questionamentos por parte dos separatistas. Em linhas gerais, a existência da referida “constituição” só revelou o quão profunda foi a preocupação em aprimorar os modos de organização e conduta dos envolvidos, traduzindo-se em uma relativa complexidade digna de nota nos estudos sobre o Grito de Lares. No tópico a seguir, acompanharemos a trajetória de execução

<sup>204</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n__2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 18.

<sup>205</sup> Para o documento na íntegra, confira o Anexo 2.

<sup>206</sup> O trio era formado por Betances, Carlos Élio Lacroix e Ramón Mella, com Mariano Ruiz Quiñones assumindo o posto de secretário. Acerca desses personagens, nenhum dado relevante foi encontrado.

<sup>207</sup> Cf. ALEGRÍA, op. cit., p. 35.

<sup>208</sup> Cf. *Ibid.*, 35-36.



dos planos independentistas, procurando entender quais foram suas estratégias, em que medida elas puderam se materializar, que tipos de reações as autoridades lhes impuseram e de que maneira aquele processo se desenrolou.

## 2.2 ¡Jíbaros de Borínquen! ¡Arriba!

Com a chegada de 1868, os preparativos para a revolta porto-riquenha mergulharam em uma nova fase. Regulados pela Constituição Provisória de Betances, os separatistas exacerbaram ainda mais suas atividades, comunicando-se através de instrumentos de distração que incluíram o uso de pseudônimos e linguagem cifrada. Ocultadas pelos mais variados símbolos, as mensagens internas podiam ser trocadas em relativa segurança, exigindo de seus interlocutores o emprego de determinados alfabetos-chave desenvolvidos especificamente pelos membros do grupo.<sup>209</sup> Enquanto isso, no exterior, o aumento na obtenção de recursos começou a ser acompanhado pelo agravamento das dificuldades em mantê-los e administrá-los.

Comentando sobre um período incerto que antecedeu ao Grito de Lares, um periódico nacionalista madrilenho publicou, em outubro de 1870, um artigo denunciativo em que alegava se basear em fontes seguras para atestar a ocorrência de um grave desentendimento entre os conspiradores porto-riquenos. O alvo da pugna foi Secundino Bravo, que encarregado de encabeçar missões secretas para a aquisição de armas na Jamaica, Saint Thomas e Panamá,<sup>210</sup> teria chegado a acumular cerca de 500 voluntários em Kingston para participar de uma futura expedição independentista. Contudo, a despeito de suas contribuições, Secundino foi sentenciado à morte pelos próprios colegas mediante a acusação de haver desviado volumosas quantias dos valores arrecadados em favor da rebelião.<sup>211</sup>

Em 2 de maio de 1868, a restauração de Buenaventura Báez na presidência dominicana impôs aos separatistas outra série de adversidades. Pressionado pela Espanha para que pusesse fim às articulações subversivas em seu território, Báez expediu um decreto de prisão contra Betances, cuja detenção só foi refreada pela proteção adquirida junto ao consulado estadunidense no país.<sup>212</sup>

<sup>209</sup> Em um deles, lia-se a seguinte correspondência: – (A); .1 (B); = = (C); X (D); , (E); c (F); 2 (G); o (H); x (I); 5 (J); 9 (L); 99 (LL); 4 (M); 8 (N); 8 (Ñ); – (O); 7 (P); “ (Q); ./ (R); ./ (S); Ø (T); .) (U); \$ (V); a (Y); s (X); h (Z). Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista-del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista-del_icp_primera_serie_n_2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 16.

<sup>210</sup> À época província dos Estados Unidos da Colômbia.

<sup>211</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 93.

<sup>212</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 6.

Meses depois, o líder rebelde viajou para Curaçao e depois Saint Thomas, onde a presença de agentes espanhóis não o impediu de elaborar os planos de invasão à Porto Rico. Contando com pouco mais de 500 fuzis em cada uma das duas ilhas visitadas, Betances acreditava poder reunir, dentro e fora da colônia, algo em torno de 10 mil homens para o combate, depositando no barco a vapor “*El Telégrafo*” o importante papel de providenciar-lhes o transporte.<sup>213</sup>

A data escolhida para a insurreição foi 29 de setembro, dia considerado estratégico por coincidir com a liberação dos escravos para o descanso e a celebração de uma conhecida festa popular na comunidade de Cabo Rojo.<sup>214</sup> Ao tomarem essa decisão, os conspiradores reafirmaram suas elevadas expectativas em relação à capacidade de seus ideais conseguirem estimular a adesão automática de amplos setores da sociedade a uma revolução independentista. O projeto original previa a criação de pequenos focos de rebelião nas zonas rurais do oeste da ilha, propiciando a agitação e tomada das principais vilas e cidades nas regiões de Ponce, Mayagües, Aguadilla, Arecibo e San Germán.<sup>215</sup>

Imediatamente, o levante seria secundado pelo desembarque de armas, munições e expedicionários que, orquestrados por Betances, partiriam de suas bases em Saint Thomas e na República Dominicana para assaltar o litoral desprotegido de Porto Rico. Alcançados os objetivos iniciais, a revolta se espalharia pelas porções oriental e meridional do território, aglutinando forças em posições previamente determinadas para depois marcharem em direção a capital. No decorrer do processo, os rebeldes enfrentariam os cerca de 7 mil homens e 900 efetivos montados que integravam as Milícias Disciplinadas,<sup>216</sup> além de uns poucos milhares de soldados regulares distribuídos entre os fortes.<sup>217</sup> Os detalhes do plano puderam ser resgatados graças à reprodução de um mapa tático capturado pelas autoridades, conforme representado pela figura a seguir.

---

<sup>213</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 6.

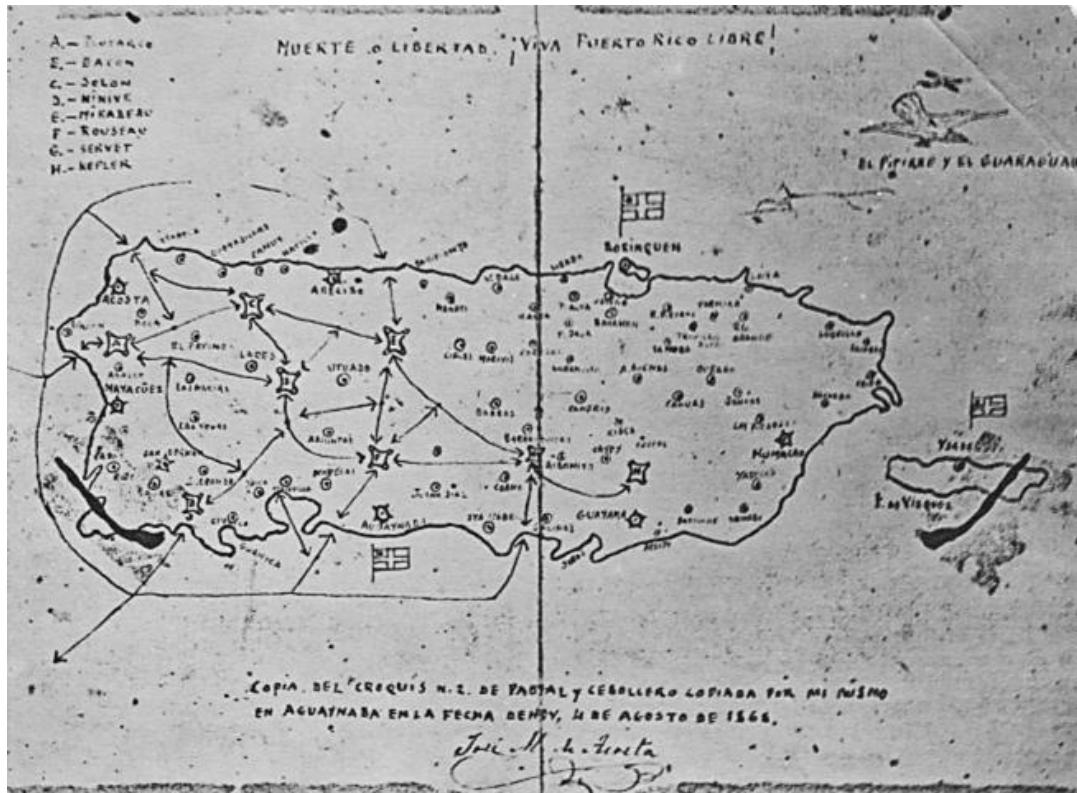
<sup>214</sup> Cf. LA ABORTADA rebelión de Lares en Puerto Rico. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 66-79, jul./sept. 1968. p. 73.

<sup>215</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. p. 6, 73.

<sup>216</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia Militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 114.

<sup>217</sup> Cf. *Ibid.*, p. 136.

**Figura 1** - Mapa estratégico do levante separatista de Porto Rico<sup>218</sup>



Fonte: Editado de ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. p. 17.

Semanas antes da rebelião, uma breve troca de mensagens trouxe à tona um perigoso entrevero em meio aos revolucionários. Desta vez, Gerardo Mendez<sup>219</sup> se queixava de seu profundo desprazer em descobrir que era tido por alguns de seus correligionários como retraído e indiferente à causa, no que respondeu com um desafio aos que duvidassem de sua coragem para que o enfrentassem abertamente em um duelo.<sup>220</sup> Temendo as consequências que a situação poderia trazer, Manuel Rojas<sup>221</sup> se dispôs a oferecer uma cuidadosa mediação para o conflito, respondendo, em apenas três dias, que tudo não passava de um grande mal entendido e que os participantes de seu núcleo o tinham muito em boa conta, aconselhando aos implicados que deixassem de bobagens e se lembrassem de que eram todos patriotas.<sup>222</sup>

<sup>218</sup> Note o emprego dos nomes de astrônomos, filósofos e escritores clássicos na coluna superior esquerda da imagem para identificar os pontos de encontro no interior da ilha.

<sup>219</sup> Obscuro em sua trajetória pessoal, Mendez respondia pelas articulações em Arecibo, estando associado à tentativa de instalação de uma nova Junta separatista na região.

<sup>220</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 295.

<sup>221</sup> Manuel Rojas Luzardo (1831-1903), era venezuelano de nascimento e atendia pelo apelido “Tacoma”. Proprietário de um pequeno e próspero cafezal, Rojas era presidente do “*Centro Bravo*”, em Lares.

<sup>222</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 296.

Em 20 de setembro de 1868, faltando apenas nove dias para o levante, uma inesperada ocorrência ameaçou pôr em xeque o ambicioso plano de ação para a independência de Porto Rico. Naquela noite, em reação aos crescentes rumores de que elementos subversivos estariam rondando pela região, o corregedor de Arecibo, Cel. Manuel Iturriaga, conduziu uma operação de busca à casa de Manuel María González,<sup>223</sup> no povoado de Camuy. Durante a averiguação, o oficial se deparou com documentos e anotações comprometedoras que revelavam as atividades do núcleo “*Lanzador del Norte*” e incluíam até mesmo um rascunho do regulamento de ordenação das sociedades secretas, o mesmo já mencionado anteriormente neste capítulo.<sup>224</sup>

A detenção de González disparou um alerta entre os demais conspiradores que, receosos dos efeitos que uma possível delação viesse a desencadear, decidiram antecipar a data para o conflito. A escolha do dia 23 partiu de Manuel Rojas, que despachou um comunicado às lideranças rebeldes da ilha convocando-as a comparecer imediatamente à sua propriedade com o maior número de armas e combatentes possível. Na ocasião, o principal líder a corresponder foi Matías Brugman,<sup>225</sup> vulgo “Mississippi”, sob cujas ordens se puseram algumas centenas de voluntários.<sup>226</sup> Localizada no *barrio* Pezuela, nas cercanias de Lares, a fazenda “*El Triunfo*” de Rojas se tornou o epicentro da rebelião, reunindo, em pouco tempo, algo em torno de 500 a 1.000 homens.

Os contingentes eram formados por jornaleiros,<sup>227</sup> comerciantes, criados, profissionais liberais, escravos e proprietários, muitos dos quais foram recrutados de última hora para o levante. As condições materiais para o combate eram imensamente precárias, estando a maioria dos rebelados munidos somente de algumas armas antiquadas, como trabucos e escopetas de caça, ou até de ferramentas de trabalho, tais como facas, “*machetes*” (facões), machados e formões. Instrumentos modernos ao estilo de sabres e revólveres ficaram restritos aos “oficiais”, escolhidos entre os principais integrantes das juntas de conspiração.<sup>228</sup>

<sup>223</sup> Conhecido como “Polinesia” entre os companheiros, sabe-se apenas que era venezuelano.

<sup>224</sup> Cf. LA ABORTADA rebelión de Lares en Puerto Rico. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 66-79, jul./sept. 1968. p. 67.

<sup>225</sup> Referido também como Mathias Bruckman, em grafia mais próxima do original, Brugman era americano e proprietário de uma estância de café no *barrio* de Furnias, em Mayagüez.

<sup>226</sup> O número de participantes do exército separatista foi, infelizmente, tomado pela nebulosidade. A título de exemplo, no caso da caravana liderada por Brugman, o historiador Eugenio Fernández Méndez falou em um contingente inicial de 480 voluntários, ampliado pra mais de 600 ao término da viagem empreendida a Lares. Por outro lado, no artigo de época atribuído ao periodista conservador José Perez Morís, o número de engajados na coluna não ultrapassou o de 250 a 300 combatentes.

<sup>227</sup> Isto é, indivíduos que trabalhavam sem contrato por apenas um ou mais dias, em geral nos períodos específicos do plantio e da colheita nas lavouras, ficando comumente desocupados em boa parte do ano.

<sup>228</sup> Vale notar que muitos dos ocupantes de cargos-chave na insurreição eram parentes entre si, como Miguel Rojas, irmão de Manuel, e sua esposa, Mariana Bracetti, conhecida por “Braços de Ouro”. Além desses, outros cinco elementos eram cunhados de Manuel Rojas, uma vez que estavam casados com as irmãs de sua cônjuge, Obdulía Serrano. Cf. HERNÁNDEZ AQUINO, Luis. Figuras del centenario. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 61-65, jul./sept. 1968. p. 63.

O abandono da estratégia original ficou patente na determinação de Rojas pela unificação das forças separatistas em um único exército, contrariando as instruções anteriores que previam a incitação de pequenos focos de rebelião em diferentes pontos da ilha. Sua escolha aparenta ter refletido a consciência de que, sozinhos, não poderiam sustentar diversas frentes de combate até que o auxílio de Betances desembarcasse, mais de uma semana depois. Por outro lado, esperar era arriscado, a revolução estava em perigo e, portanto, era preciso agir para que o desastre fosse evitado. Enquanto isso, na distância do exílio, Betances não esteve a par de nenhuma das decisões tomadas em Porto Rico, mantendo-se piamente apegado aos prazos previamente acertados.

As dificuldades de comunicação também impediram que os sublevados soubessem a tempo do estalar, a 19 de setembro, da “Revolução Gloriosa” na Espanha, cuja ocorrência só foi informada no dia 29 daquele mês por um navio-correio proveniente de Cuba. A nova tática adotada por Rojas parece ter se apoiado na ideia de que, até que os reforços chegassem, os separatistas continuariam marchando em uma coluna compacta pelo interior da ilha, capturando comunidades isoladas e posições vulneráveis, arregimentando apoiadores pelo caminho e se defendendo, da melhor maneira possível, de eventuais ataques e emboscadas do inimigo.

Na madrugada do dia 23, camuflados pela escuridão da noite, os rebeldes surpreenderam a pacata população de Lares com uma investida relâmpago. Impulsionada pelas bandeiras<sup>229</sup> e os gritos dos que seguiam à frente, a multidão foi interceptada por uma ligeira e infrutífera resistência,<sup>230</sup> sendo logo depois recebida pelas demonstrações de apoio de alguns poucos seguidores locais. A cidade caiu em menos de uma hora, com o edifício sede do governo municipal passando ao poder dos rebelados. Sem meios para se defender, o desavisado prefeito, Pablo Mediavilla, foi conduzido amarrado ao lado de algumas dezenas de *peninsulares* à prisão. De acordo com o relato oficial, por cerca de duas horas, houve pânico e confusão nas ruas, com tiroteios, saques, ameaças de morte, roubos de bens e cavalos, invasões de propriedade e comércios vandalizados.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Em uma delas, possivelmente um estandarte, lia-se num fundo branco os seguintes dizeres gravados em letras pretas: “*Muerte o libertad*”, “*Viva Puerto Rico libre*”, “*Año de 1868*”. Já na segunda, quatro retângulos eram divididos por uma cruz branca, de ponta a ponta, ao estilo do pavilhão dominicano, porém, com as duas áreas superiores tingidas de azul ao lado de suas correspondentes inferiores pintadas em vermelho. No canto superior esquerdo, uma estrela branca de cinco pontas completava o visual. Reza a lenda que o desenho foi elaborado pessoalmente por Betances, cabendo à sua cunhada, Mariana Bracetti, a confecção de sua primeira versão. Em alguns relatos, uma bandeira vermelha substituiu a republicana no assalto inicial, sendo depois abandonada em favor do modelo mencionado.

<sup>230</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 6. Já para o periodista Perez Morís, os rebeldes não enfrentaram resistência alguma durante toda a ação, sendo o único falecido da noite um separatista vítima de fogo amigo. Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/-detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 127, 132-133.

<sup>231</sup> Cf. *Ibid.*, p. 130-135.

Ao longo de todo o evento, os separatistas contaram com a participação ativa dos oficiais Cebollero e Ibarra,<sup>232</sup> então integrantes das Milícias Disciplinadas da ilha, para que encorajassem os subordinados de seu quartel a aderirem ao movimento. Nem mesmo o prefeito de Camuy, Pablo Rivera, e o secretário de Lares, Lorenzo Camuñas, escaparam às desconfianças de terem sido coniventes com a rebelião.<sup>233</sup> Superada a fase inicial do assalto, os revolucionários proclamaram a república e interromperam os laços de submissão política a Espanha. Procedeu-se então com a nomeação de um governo provisório, composto de um secretário e mais cinco ministros, sob a presidência do fazendeiro e comerciante Francisco Ramírez.<sup>234</sup> Manuel Rojas assumiu o posto de general em chefe e comandante superior do exército independentista, enquanto outros nove elementos foram designados generais.<sup>235</sup>

Empossado o novo governo, procurou-se atribuir ao levante um caráter legitimamente defensivo, prevenindo-se, de antemão, das presumíveis acusações de rebeldia provenientes tanto do regime colonial quanto de desavisados observadores externos no futuro. Para isso, lançou-se o “*Manifiesto de los patriotas borinqueños que dirigen el movimiento revolucionario*”,<sup>236</sup> que, assinado pelo secretário Bernabé Pol, teve inúmeras cópias afixadas pelas paredes do povoado, anunciando aos moradores “recém-libertados” de Lares sua narrativa particular para o conflito:

*De acuerdo en que es llegado el momento de tomar las armas para santificar la causa de sus derechos, declaran estar resueltos a morir antes que continuar bajo el dominio español, y para que no se le dé carácter de una asonada o motín de mal género y sea considerado como un movimiento patriótico con tendencia a sacudir el ominoso yugo, quieren una patria libre, lo manifiestan para que conste al mundo entero.*<sup>237</sup>

Ainda naquela noite, publicaram-se os dois primeiros decretos (pouco depois convertidos em três) determinando a obrigatoriedade da prestação de serviços militares pelos habitantes da ilha durante a guerra de independência, a concessão de cidadania aos colaboradores estrangeiros e a

---

<sup>232</sup> Não está claro quais eram as patentes ocupadas por aqueles oficiais, de modo que Eusebio Ibarra, que no meio rebelde atendia pelo codinome “*La Esperanza*”, chegou a ser chamado tanto de alferes quanto de sargento, enquanto Manuel Cebollero, vulgo “*El Rápido*”, foi mencionado como alferes, tenente e comandante.

<sup>233</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 128, 143.

<sup>234</sup> As pastas ministeriais eram: Governança, Estado, Fazenda, Guerra e Marinha e Graça e Justiça, sendo seus respectivos designados os senhores Aurelio Méndez (juiz de paz de Lares), Manuel Ramírez (arrendador de galés), Celedonio Abril (ocupação desconhecida), Federico Valencia (escrivão) e Clemente Millán (comerciante). Para as funções de secretário, escolheu-se o proprietário Bernabé Pol.

<sup>235</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 130.

<sup>236</sup> De origem indígena, a palavra “*borinquen*” foi empregada pelos povos taínos para designar a ilha de Porto Rico antes de sua conquista e colonização pela Espanha. Fartamente utilizado nas publicações separatistas, o termo reitera o interesse em valorizar aspectos da cultura local em detrimento de uma identidade espanhola compartilhada, tal como apregoado pelo regime metropolitano.

<sup>237</sup> GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 102.

libertação instantânea de todos os escravos que pegassem em armas em favor da república.<sup>238</sup> Seguiram-se então as requisições de cavalos, homens, empréstimos e animais para o abate sob a ameaça de que os violadores daquela disposição seriam punidos pelos rigores da lei.<sup>239</sup>

Outra medida de impacto efusivamente anunciada foi a abolição imediata do impopular regime de “*libreta*”, que exigia de todos os homens maiores de 16 anos que não tivessem acesso à propriedade ou a uma fonte de renda que lhe garantisse o sustento, o porte obrigatório de uma caderneta que registrasse sua ocupação, salário, termos de contrato, dívidas contraídas e até a conduta pessoal.<sup>240</sup> Introduzido em 1838 e aperfeiçoado em 1849, o programa visava responder à disparidade existente na ilha entre a elevada taxa de desocupação rural e a crescente demanda por mão de obra livre no campo.<sup>241</sup>

Concretizadas essas ações, para demonstrar deferência aos valores religiosos da época e “imprimir à revolução um caráter de solenidade espiritual”,<sup>242</sup> os separatistas ameaçaram o padre da cidade, José Gumercindo Vega, para que conduzisse um *Te Deum*<sup>243</sup> em homenagem aos eventos testemunhados. Dias depois, em correspondência trocada junto ao bispado da ilha, José Vega admitiu ter “simulado” a verdadeira cerimônia exigida, violando intencionalmente alguns detalhes da liturgia com o objetivo de invalidar sua eficácia espiritual.<sup>244</sup>

Do ponto de vista estratégico, a conquista de Lares não representou nenhum ganho substancial para o projeto de captura do território porto-riquenho como um todo. Nesse sentido, é interessante notar que, para os planos iniciais de Betances, a vila não significava mais que um mero ponto de passagem, estando absolutamente distante de figurar entre os principais objetivos na ilha. Situada em uma região montanhosa e majoritariamente ligada ao setor de produção cafeeira, a população das imediações de Lares estivera, há pouco, implicada em uma recusa aberta ao pagamento de impostos,<sup>245</sup> nutrindo, simultaneamente, uma opinião decididamente contrária ao incremento recente da participação de imigrantes *peninsulares* em seu lugar na economia.<sup>246</sup>

<sup>238</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño em el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 102.

<sup>239</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 141, 144.

<sup>240</sup> O rigor daquele regime era tão grande que o jornaleiro que fosse pego desempregado, burlando as regras de contrato ou simplesmente surpreendido sem estar com a dita “*libreta*” poderia ser conduzido a prisão e condenado ao cumprimento de trabalhos forçados por um ano em obras públicas.

<sup>241</sup> CRUZ, Zahir. El régimen de la libreta. **Enciclopedia de Puerto Rico**, 2014. Disponível em: <<https://enciclopediapr.org/encyclopedia/el-regimen-de-la-libreta/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

<sup>242</sup> MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868: el Grito de Lares**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003. p. 63. Tradução nossa.

<sup>243</sup> Hino religioso entoado no cerimonial católico em ocasiões solenes de agradecimento ao divino.

<sup>244</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 143.

<sup>245</sup> Cf. MOSCOSO, op. cit., p. 59.

<sup>246</sup> Cf. KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean: the genesis of a fragmented nationalism**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012. p. 192.

Mas para além desse suposto “espírito de rebeldia”, que poderia haver se convertido em uma possível adesão daqueles moradores aos ideais do separatismo, a escolha de iniciar o levante nessa região em específico atendeu a um conjunto de fatores vantajosos que incluíram o relativo isolamento em relação às principais vias de comunicação da ilha, a concentração local de núcleos conspirativos e simpatizantes do movimento independentista, a inexistência de efetivos coloniais razoáveis ou instalações militares sólidas nas cercanias, além da atrativa contiguidade entre o dito povoado e a propriedade de Manuel Rojas, distante a menos de dois quilômetros dali.<sup>247</sup>

Assegurada a primeira vitória, os separatistas resolveram deslocar-se até a cidade de San Sebastián del Pepino, a uma distância de cerca de 15 quilômetros à Oeste. O ataque foi iniciado por volta das 8 horas da manhã do dia 24, porém, agora sem contar com o tradicional elemento surpresa tão bem utilizado na última investida. A mudança se deveu ao fato de as autoridades em Pepino já estarem informadas, desde a noite anterior, sobre as notícias a respeito do assalto ocorrido em Lares. Outra vez, a contradição entre as fontes analisadas impediu que a identificação exata do número total de participantes da operação pudesse ser verificada, oscilando entre as estimativas de 100 a 700 engajados.<sup>248</sup>

Influenciados pelos apelos de Cebollero e Ibarra, os integrantes da milícia local abandonaram seus postos na véspera da ofensiva, fragilizando ainda mais as limitadas defesas de Pepino, cuja responsabilidade acabou recaindo sobre as mãos de uma pequena guarnição de 16 milicianos recém-chegados de Aguadilla.<sup>249</sup> Bastaram alguns minutos de escaramuças e tiroteios para que os invasores se retirassem da cidade, convencidos de que a resistência encontrada era maior do que na realidade. Aborrecido com o resultado, Rojas ainda tentou reanimar seus seguidores para que iniciassem uma segunda investida, porém, não conseguiu fazer-se entendido em meio a uma fuga massiva e desordenada.<sup>250</sup>

O desastre em Pepino arruinou os planos de conquista da independência de Porto Rico, espalhando de imediato as poucas centenas de voluntários reunidos até ali. Temerosos das consequências de seus atos, grande parte dos rebelados buscaram refúgio nas matas e montanhas da região, enquanto Rojas e os demais oficiais se dirigiram à fazenda *El Triunfo* para repensar os novos rumos da revolução. Daquele ponto em diante, o acúmulo de erros e dissensões piorou ainda

<sup>247</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/-detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 55.

<sup>248</sup> Para o corregedor de Aguadilla, Jacinto Garcia Perez, a quantidade estimada de inimigos era de 300 homens, porém, somente uma fração deles se engajou diretamente na batalha. Cf. *Ibid.*, p. 152.

<sup>249</sup> A negligência do comandante de Aguadilla aos apelos de Luis Chesa, prefeito de Pepino, foi mencionada em Perez Morís como a única causa dos poucos avanços obtidos pelos rebeldes em seu levante. Cf. *Ibid.*, p. 145-149.

<sup>250</sup> Cf. LA ABORTADA rebelión de Lares en Puerto Rico. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 66-79, jul./sept. 1968. p. 73.



mais o cenário de dificuldades para a tomada de decisões, levando à soltura dos *peninsulares* detidos em Lares, à dissolução informal do governo provisório e até à desunião das principais lideranças, como Matías Brugman, que manifestou ser a covardia de Rojas a causa do fiasco de seu avanço.<sup>251</sup>

Inteirado dos últimos fatos somente na tarde de 24 de setembro,<sup>252</sup> o capitão-geral Julián Pavía determinou o envio de tropas para o reconhecimento da região. Nas semanas seguintes, inúmeras prisões e pequenos embates foram registrados, terminando com dezenas de mortos e algo em torno de 200 detidos.<sup>253</sup> A quantidade de encarcerados foi tão grande que Pavía teria dito não haver prisões suficientes na ilha para recebê-los.<sup>254</sup> O “Grito de Lares”, como ficou conhecido, acabou atraindo a absoluta reprovação da Igreja, que orientou aos fiéis e integrantes do clero a permanecerem leais às autoridades constituídas, conforme o exigido pela ordenança bíblica.<sup>255</sup>

Quando o que havia acontecido finalmente chegou aos ouvidos de Betances, já era tarde demais para que o destino do movimento fosse efetivamente modificado, levando-o a cancelar a tão aguardada expedição que, àquela altura, já não faria mais diferença. Em San Juan, figuras importantes como os médicos Calixto Romero e Gerónimo Goyco, o agente de negócios Julián Blanco, o comerciante Rufino Goenaya e o naturalista e ex-comissionado pela Junta de Informação, José Julián Acosta, foram presos e acusados de prestarem colaboração ao levante, o que, apesar de parecer verdadeiro, não pôde ser comprovado, resultando em uma contrariada liberação.<sup>256</sup>

Em sua primeira carta enviada ao Ministério do Ultramar, a 27 de setembro, Pavía descreveu o episódio de Lares como um ato “vandálico” e “minoritário” que, capitaneado pelo estrangeiro Manuel Rojas, havia explorado a situação de penúria da ilha frente às inundações e terremotos recentes,<sup>257</sup> além do descontentamento geral com as elevadas obrigações tributárias exigidas de seus moradores. Após minimizar a magnitude da batalha de Pepino, designando-a como um simples assalto de apenas 30 agressores, o oficial classificou a ocorrência como uma ação isolada, adiantando estar “*el resto de la Isla [...] tranquila y adherida al Gobierno*”.<sup>258</sup>

<sup>251</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/-detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 158.

<sup>252</sup> Cf. *Ibid.*, p. 304.

<sup>253</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 98.

<sup>254</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 7.

<sup>255</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 300-301.

<sup>256</sup> Cf. *Ibid.*, p. 493-494.

<sup>257</sup> Uma provável referência aos desastres de 1867.

<sup>258</sup> GAUTIER DAPENA, op. cit., p. 97.

Semanas depois, em 11 de outubro, o capitão-geral voltou a relatar um cenário positivo e de pleno controle no interior da colônia, desta vez, enfatizando a captura adicional de duas centenas de sublevados dentre os quais figurava o líder Rojas, cuja prisão fez com que fosse decretado o fim da rebelião.<sup>259</sup> Reafirmada a estabilidade e lealdade da ilha, o general ainda ofereceu uma explicação acerca do critério jurídico empregado na distribuição dos julgamentos futuros, segundo o qual “*los insurrectos cogidos con las armas en la mano se juzgan por el ramo militar, y a los que no se hallan en este caso se les ha entregado a la Justicia Ordinaria*”.<sup>260</sup>

Alguns dias antes, Pavía já havia veiculado em uma carta aberta aos porto-riquenhos sua primeira declaração pública acerca do levante. Nela, o oficial parabenizou a população por sua fidelidade à Coroa e identificou os rebeldes como “*un corto número de industriales quebrados, de agricultores arruinados por sus vicios y vida liviana y licenciosa*”,<sup>261</sup> que, por intermédio do terror e da violência, arrastaram para junto de si alguns jornaleiros da região e cometeram contra a gente pacífica da Antilha “*todo género de crímenes, incluso el asesinato*”.<sup>262</sup>

Ao se apoiar em um julgamento visivelmente negativo, o governador deixou clara sua disposição em condicionar a opinião pública de Porto Rico em desfavor à mobilização separatista, lançando mão de condenações morais aos sublevados na tentativa de infundir em seus leitores a rejeição automática ao argumento independentista, apostando no temor de eles mesmos se tornarem vítimas futuras das ditas violações caso não tomassem uma firme posição de alinhamento com os esforços de repressão.

Em um despacho do dia 13 de novembro, o ministro do ultramar, López de Ayala, elogiou Julián Pavía por sua imediata e patriótica reação ao desafio da insurreição de Lares, aproveitando para exortar que a punição aos desertores e amotinados não fosse aplicada além do estritamente necessário, evitando, acima de tudo, demonstrações indesejáveis de excessivo rigor ou crueldade, transmitindo aos moradores da ilha a confiança de que a Metrópole em breve se ocuparia da viabilização de todas as reformas realizáveis.<sup>263</sup>

Conforme exposto até aqui, a experiência republicana de Porto Rico não perdurou por mais do que 12 horas,<sup>264</sup> e enquanto existiu, sua condição como entidade política soberana ou minimamente capaz de executar a beligerância legítima jamais chegou a ser reconhecida por

<sup>259</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 98.

<sup>260</sup> Ibid.

<sup>261</sup> PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 298.

<sup>262</sup> Ibid.

<sup>263</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, op. cit., p. 98-99.

<sup>264</sup> Cf. PEREZ MORÍS, op. cit., p. 141.

nenhum outro Estado ou legação estrangeira. Mas apesar de sua efemeridade e do precário alcance de boa parte dos seus objetivos, as consequências do Grito de Lares se mantiveram em pauta por muito mais tempo no cotidiano posterior da ilha, tornando-se alvo de acalorados debates acerca de sua natureza, motivação e legado.

É sobre este conturbado período que compreende o final de 1868 e os meses iniciais de 1869, que o tópico a seguir dedica-se a apresentar quais foram as opiniões que se utilizaram do espaço editorial porto-riquenho para veicular sua leitura particular dos eventos testemunhados em Lares, que impacto o insucesso da rebelião foi capaz de gerar no ordenamento político antilhano, qual foi o destino dos rebelados que caíram em poder das autoridades e de que maneira as lideranças separatistas que escaparam à punição voltaram a se articular na tentativa de minimizar os danos sofridos e recuperar o engajamento perdido em sua causa recém derrotada.

### 2.3 Dos tribunais à imprensa: repercussões e legados da Revolução Borinqueña

Quando encarado sob o viés quantitativo, o número de mortos deixados pelas incursões de Lares e Pepino foi relativamente pequeno, com apenas duas vítimas para o lado espanhol e não mais do que dez entre a facção separatista.<sup>265</sup> O mesmo valeu para as perseguições realizadas no decorrer das semanas seguintes, em que algumas dezenas de insurretos terminaram fatalmente atingidos em situações de emboscada ou de resistência individual, como no caso do “general” Matías Brugman, neutralizado em Río Prieto na madrugada de 30 de setembro.<sup>266</sup>

Todavia, nem mesmo a soma do total de baixas ocorridas em “campo de batalha” teria sido capaz de superar o número de vitimados pela febre amarela no cárcere, de onde ao menos 50 detidos perderam a vida antes mesmo de irem a julgamento.<sup>267</sup> As primeiras sentenças foram divulgadas em Ponce ainda em novembro, com os réus Andrés Pol, Clodomiro Abril, Ignacio Estolaza, Leoncio Rivera, Manuel Rojas, Pedro García e Rodolfo Echevarría sendo condenados à morte, em garrote vil, por traição sediciosa à pátria.<sup>268</sup>

A severidade das penas gerou comoção entre os habitantes da ilha, com muitas mulheres e integrantes do clero redigindo cartas de apelo ao capitão-geral, suplicando-lhe o indulto dos envolvidos. Preocupado com a repercussão do caso, Julián Pavía reivindicou suas prerrogativas de

<sup>265</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 149.

<sup>266</sup> Cf. *Ibid.*, p. 312.

<sup>267</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 7.

<sup>268</sup> Cf. PEREZ MORÍS, *op. cit.*, p. 199.

preponderância jurídica para suspender a execução das sentenças e comutá-las em até dez anos de prisão na Espanha.<sup>269</sup> A decisão foi informada ao Ministério do Ultramar como um gesto oportuno de clemência pública, em consonância com a “nova ordem de coisas” estabelecida desde a Revolução de Setembro em Madri, garantindo a estabilidade colonial sem trazer-lhe qualquer dano adicional à segurança.<sup>270</sup>

Aparentemente, nenhuma nova condenação associada ao levante de Lares foi expedida a partir de então em Porto Rico, com um decreto metropolitano de 25 de janeiro de 1869, instituindo a anistia plena de todos os acusados, detidos ou sentenciados pela prática de delitos políticos,<sup>271</sup> encerrando de vez todas as implicações legais do malsucedido “grito”. No penúltimo dia de 1868, Julián Pavía transmitiu o cargo de capitão-geral a José Laureano Sanz,<sup>272</sup> simbolizando a transição política que há alguns meses já havia começado na Espanha e que, agora, se estendia também aos seus domínios caribenhos.

A chegada de Laureano Sanz ao poder marcou a introdução de grandes mudanças no cotidiano porto-riquenho, a começar pela proibição da maçonaria que, a despeito de sua fragmentação ideológica e do limitado papel exercido no levante, foi rebaixada à condição de ilegalidade por até três anos, de 1868 a 1871.<sup>273</sup> Para o historiador José Antonio Ayala, essa atitude não representou uma reação justificável à revolta, uma vez que a maçonaria jamais se posicionou “institucionalmente” como apoiadora do separatismo, sendo esta correlação estabelecida entre as duas entidades uma percepção inexata e efetivamente aplicável apenas a alguns integrantes.<sup>274</sup>

Do ponto de vista militar, o envolvimento de alguns oficiais das Milícias Disciplinadas na insurreição de Lares prejudicou, irreversivelmente, a imagem de confiabilidade e lealdade da corporação, condenando-a a um processo gradual de extinção iniciado por volta de 1870.<sup>275</sup> Seguindo pela direção oposta, o Instituto de Voluntários – que há décadas vinha atuando na capital com a prestação de serviços auxiliares de segurança – recebeu um regulamento próprio e teve suas

<sup>269</sup> A medida só não beneficiou a Manuel Rojas e Rodulfo Echevarría, que permaneceram detidos na ilha sob a alegação de estarem implicados em conflitos de jurisdição penal.

<sup>270</sup> Cf. GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 100.

<sup>271</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 207.

<sup>272</sup> Ten. Gen. José Laureano Sanz Posse, futuro M.es de San Juan (1883), já havia sido, em 1866, capitão-geral interino das Filipinas, ocupando a liderança de Porto Rico em duas ocasiões: de 1869 a 1870 e de 1874 a 1875.

<sup>273</sup> A maçonaria porto-riquenha só conquistou verdadeira relevância política a partir da década de 1880, mantendo-se, até então, praticamente incipiente. Sobre a diversidade dos ritos praticados, as poucas lojas estabelecidas até 1868 podiam estar subordinadas a diferentes matrizes ideológicas, que incluíam instituições cubanas, espanholas, franco-dominicanas ou até venezuelanas, divergindo entre si em muitos aspectos. Cf. AYALA, José Antonio. **La masonería de obediencia española en Puerto Rico, en el siglo XIX**. Murcia: Universidad de Murcia, 1991. p. 25-32.

<sup>274</sup> Cf. *Ibid.*, p. 33-36.

<sup>275</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico: en conmemoración del encuentro de dos mundos**. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros). p. 114.

guarnições aumentadas, saltando de 1 para 9 batalhões espalhados entre as principais zonas urbanas da ilha.<sup>276</sup>

Outra medida adotada naquele tempo foi a introdução, em junho de 1869, de um efetivo local da Guarda Civil. Formada inicialmente por 250 homens – todos eles *peninsulares* – a Guarda se inspirava no modelo metropolitano, assumindo uma variedade de funções que incluíam desde a manutenção da ordem e a vigilância rural até a prestação de auxílio humanitário em situações de emergência ou catástrofe.<sup>277</sup> Diretamente subordinada ao capitão-geral, a instituição se organizou seguindo uma lógica paramilitar e nacionalista, tornando-se, em pouco tempo, uma ferramenta adicional de perseguição à oposição liberal-reformista na colônia.<sup>278</sup>

Para o periodista liberal José Marcial Quiñones,<sup>279</sup> a imposição de tamanhas mudanças também veio acompanhada de um aumento considerável nas desconfianças em relação aos insulares, agravando ainda mais as tensões políticas e sociais existentes.<sup>280</sup> Paralelamente, os porto-riquenhos recuperaram o antigo direito de representação nas Cortes, realizando-se, em janeiro de 1869, a eleição de 11 deputados para as constituintes em Madri. Em outra frente, as discussões abolicionistas voltaram a ocorrer na Espanha, aprovando-se, no ano seguinte, a criação de um regime transitório de patronato,<sup>281</sup> que terminou por viabilizar o fim absoluto da escravidão na ilha, em 22 de março de 1873.<sup>282</sup>

Enquanto isso, no exterior, os separatistas enfrentaram a dificuldade de manter vivo o entusiasmo e a credibilidade de sua causa, haja vista os resultados negativos de sua tentativa antecipada de sublevação nos episódios observados entre setembro e outubro de 1868. Quando Ramón Emeterio Betances finalmente foi informado do insucesso de seus associados na inesperada mobilização de Lares, a primeira questão essencial a ser prontamente solucionada foi a de que destino seria dado a expedição militar até então programada para o dia 29 daquele mês.

<sup>276</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros).p. 122-123.

<sup>277</sup> Cf. MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Alfredo José. La Implantación de la Guardia Civil en Puerto Rico. (1857-1869): ¿Frente a la marginalidad delincriminal o a la subversión política? **Revista dos puntas**, San Juan, Año 8, n. 14, p. 127-173, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11441/67135>>. Acesso em: 19 jun. 2020. p. 160-162.

<sup>278</sup> Cf. ANDRÉS NEGRONI, op. cit., p. 125.

<sup>279</sup> José Marcial Quiñones y Quiñones (1827-1893), homem de letras porto-riquenho e deputado pela ilha nas Cortes, de 1873 a 1874.

<sup>280</sup> QUIÑONES, José Marcial. **Un poco de historia colonial (incluye de 1850-1890)**. Barcelona: Academia Puertorriqueña de la historia, 1978. p. 98.

<sup>281</sup> O sistema previa a liberação de todos os escravos maiores de 60 anos; a liberdade tutelada dos nascidos a partir de 17 de setembro de 1868, até que completassem a maioridade, aos 22 anos, ou até que se casassem – a partir dos 14, entre as mulheres, ou após os 18, entre os homens; criava obrigações quanto à alimentação, vestimenta e saúde dos tutelados, proibindo aos senhores a aplicação de punições físicas; e instituiu a organização de um fundo monetário para que os proprietários de escravos das demais faixas etárias pudessem ser devidamente indenizados no futuro.

<sup>282</sup> Cf. HERNÁNDEZ RUIGÓMEZ, Almudena. La abolición de la esclavitud en Puerto Rico: Introducción al estudio de las mentalidades anti-esclavistas. **Quinto Centenario**, Madrid, n. 14, p. 27-42, 1988. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=80417>>. Acesso em: 29 ago. 2018. p. 36-39.

Com as autoridades porto-riquenhas em alerta e sem poder continuar com as provisões arrecadadas em suas mãos, Betances optou por entrega-las ao general dominicano Gregório Luperón,<sup>283</sup> que igualmente refugiado em Saint Thomas, era inimigo de Buenaventura Báez e supostamente compartilhava de sua expectativa por uma Federação Antilhana que congregasse os territórios “libertos” de Cuba, Porto Rico e República Dominicana.<sup>284</sup> Principiada a rebelião de Cuba, em 10 de outubro de 1868, Betances congratulou Carlos Manuel de Céspedes por sua iniciativa revolucionária,<sup>285</sup> tornando a elogiá-lo em diversas outras ocasiões no futuro.

Passando a seguir para Nova York, Emeterio estreitou os laços de comunicação com as sociedades separatistas de cubanos refugiados, colaborando também com as atividades do Comitê Revolucionário de Porto Rico, mantendo-o ativo pelo menos até meados do ano seguinte, na companhia de seu amigo Francisco Basora.<sup>286</sup> Dali em diante, as publicações de artigos em periódicos europeus e locais se avolumaram ainda mais, sendo sua preocupação preliminar advogar pela liberdade dos companheiros capturados e condenados em Porto Rico.<sup>287</sup>

Atento às mudanças recentes que se operavam em sua terra natal, em 1º de janeiro de 1870, Betances fez circular o manifesto “*Patria, justicia, libertad*”, rememorando o mesmo título empregado em sua primeira “*proclama*”, lançada em 1865. Desta vez, com uma mensagem bem mais enxuta que a anterior, o novo texto comemorou a perseverança “indomável” de Cuba na perseguição de sua demanda “sagrada” pela independência, convidando os compatriotas porto-riquenhos a meditar se já não estava na hora de eles mesmos voltarem às armas para poder emular aquele exemplo de coragem e heroísmo.<sup>288</sup>

Na sequência, Emeterio questionou até quando os espanhóis tentariam enganá-los com as mesmas ofertas vagas baseadas em constitucionalismo, ao mesmo tempo em que alegavam “*la imposibilidad de dar a una provincia tan apartada de la metrópoli [...] las mismas libertades que a las provincias españolas*”.<sup>289</sup> Ao final, o autor, entusiasmado, prescreveu aos seus leitores:

<sup>283</sup> Gregorio Luperón (1839-1897) foi, em 1865, vice-presidente de seu país por alguns meses, assumindo a presidência interinamente anos depois, de 1879 a 1880.

<sup>284</sup> A ideia era que a queda de Buenaventura Báez facilitasse a ascensão de um novo governo simpático à almejada separação porto-riquenha. Resta saber se o material do navio “*El Telégrafo*” – originalmente endereçado ao levante de Betances – foi efetivamente cedido ou negociado com Luperón. Cf. CASSÁ, Roberto. **Héroes restauradores**. Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2009. p. 100 / Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lates. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 8.

<sup>285</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ., Ibid.

<sup>286</sup> Cf. VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX**: antología. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004. p. 489.

<sup>287</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, op. cit., p. 8.

<sup>288</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 82.

<sup>289</sup> Ibid.

“¡Elevemos nuestra alma que se degrada en la servidumbre! [...] sacudamos el yugo de deshonra que nos dobla, y sepamos combatir por conquistar siquiera nuestro honor y nuestra dignidad. Solo así, en el año 70, podremos en breve saludar a Cuba y a Borínquen independientes”.<sup>290</sup>

Mas apesar da insistência do panfleto em impulsionar uma insurreição armada, nenhum daqueles argumentos foi capaz de aglutinar um novo grupo de conspiradores como o que fora verificado até 1868. Em 1872, Betances deixou seu lugar nos Estados Unidos para viver o resto do exílio em Paris, realizando algumas breves viagens para o Haiti e a República Dominicana em busca de apoiadores da guerra de independência cubana. No campo das letras, Emeterio empenhou-se ativamente em concretizar a Federação Antilhana, projeto que acabou por se tornar uma ideia fixa até o fim de sua vida, em 1898.<sup>291</sup>

Seguindo por outro caminho, Eugénio María de Hostos permaneceu atuante na Espanha até 1869, quando passou à Nova York para ingressar no periódico separatista “*La Revolución*”. Defensor de que o movimento cubano financiasse a segunda revolta porto-riquenha, Hostos acumulou inimizades junto a setores influentes dos exilados no país, indispondo-se, até mesmo, com os seus colegas Basora e Betances.<sup>292</sup> Com a popularidade desgastada e já bastante solitário, Eugénio se retirou das articulações em Nova York no final de 1870, dedicando-se a outros projetos em países da América do Sul.<sup>293</sup>

Quanto a Manuel Rojas, responsável de última hora por executar o Grito de Lares, sua trajetória posterior passou pelo convite do capitão-geral, José Laureano Sanz, para que colaborasse com o regime delatando as possíveis conspirações que viessem a ser tramadas. Ao receber uma negativa, Laureano pediu para que o ex-prisioneiro fosse removido da anistia de 1869, forçando-o a deixar Porto Rico rumo ao exílio nos Estados Unidos. Passando depois pelo Caribe, Rojas se estabeleceu com sua família na Venezuela, em 1875, abandonando de vez as negociações separatistas.<sup>294</sup>

<sup>290</sup> ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 82.

<sup>291</sup> Cf. FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lares. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968. p. 8.

<sup>292</sup> Cf. VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX**: antología. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004. p. 491-493.

<sup>293</sup> Apesar de se manter relativamente afastado, Eugénio continuou a colaborar com a causa de independência cubana fundando, de 1870 a 1873, “sociedades de auxílio” em Nova York, Lima, Buenos Aires, Santiago do Chile e Santo Domingo. Cf. FREIRE DÍAZ, Joaquín. **Presencia de Puerto Rico en la historia de Cuba**: una aportación al estudio de la historia antillana. 2 ed. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 136.

<sup>294</sup> Cf. HERNÁNDEZ AQUINO, Luis. Figuras del centenario. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 61-65, jul./sept. 1968. p. 65.

Enquanto os antigos rebeldes se adaptavam à sua nova realidade, em Porto Rico, uma avalanche de opiniões tomou lugar nos meios impressos para tecer considerações acerca da natureza e da relevância dos acontecimentos em Lares. Do ponto de vista oficial, em sua última carta ao Ministério do Ultramar, o general Pavía argumentou ter sido a revolta “*ocasionada por las excitaciones del Dr. Betances que reside fuera de la Isla*”,<sup>295</sup> acrescentando ter-lhes faltado dinheiro para a execução do ato, cujos apoiadores se limitaram à uma região específica da ilha há muito instigada pelas ações de sociedades secretas trazidas por estrangeiros da América Central.<sup>296</sup>

A interpretação de que o levante foi condicionado por motivações externas também apareceu, em 1870, num periódico nacionalista de Madri, acrescido da ideia – já adianta pelo capitão-geral Marchesi – de que a insurreição porto-riquenha serviria ao propósito de dissimular os preparativos finais de uma outra guerra no território de Cuba. Sendo assim, em matéria do dia 18 de outubro (a mesma que noticiou a morte do articulador separatista Secundino Bravo) o jornal denunciou a intenção de “*llevar el fuego de la rebelión a la tranquila Isla de Puerto Rico, con el fin de hacer más difícil la defensa de Cuba*”.<sup>297</sup>

Em outra linha de raciocínio, em seu famoso livro “*Historia de la insurrección de Lares*” (1872), o periodista conservador José Perez Morís<sup>298</sup> avaliou que as lideranças rebeldes se resumiam a uma malta de endividados, pretensiosos e fracassados que, por intermédio de seus seguidores incautos, almejavam se apoderar dos altos postos do Estado patrocinando a ruptura institucional com a Espanha e surrupiando os habitantes leais da Antilha.<sup>299</sup> Indo um pouco mais além, o escritor insinuou a existência de uma suposta conexão entre os episódios observados e as opiniões ostentadas pela Primeira Internacional:<sup>300</sup>

*Las inmorales teorías del reparto se han visto practicadas en las quince horas que duró el efímero poder de los que quieren fundar una nación sobre el robo y el asesinato, sobre las deleznable é inmundas doctrinas de la Internacional. A haber durado ocho días el gobierno republicano, los regeneradores se habrían distribuido las tierras, las casas y todos los inmuebles de aquellos inofensivos españoles.*<sup>301</sup>

<sup>295</sup> GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 100.

<sup>296</sup> Cf. *Ibid.*, p. 101.

<sup>297</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>298</sup> José Perez Morís (1840-1881) era *peninsular*, tendo emigrado para Cuba e depois Porto Rico, onde ocupou a direção do “*Boletín Mercantil*” e orientou as atividades da Estação Telegráfica de San Juan.

<sup>299</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 129-130, 292.

<sup>300</sup> Referência à “Associação Internacional dos Trabalhadores”, fundada em Londres, em 1864, sob a liderança de um conselho integrado, entre outros, por Karl Marx. Influenciada por diferentes ideias, a associação teve filiais em quase toda a Europa, estando por trás de partidos, sindicatos e organizações clandestinas que patrocinavam a realização de greves e outros esforços de propaganda. Entre suas principais teorias, as propostas do anarquismo e do socialismo se mantiveram em destaque. Dividida em 1872, a organização inspirou outros fóruns em décadas posteriores, tornando-a, portanto, a “Primeira Internacional”.

<sup>301</sup> PEREZ MORÍS, op. cit., p. 221. (Grifo do Autor).



Paralelamente, o jornalista apelou ao fenômeno do haitianismo para argumentar que uma vitória separatista em Porto Rico resultaria na imigração forçada de todos os *peninsulares*, prejudicando a vantagem numérica tão dificilmente alcançada pelos cidadãos brancos em relação aos negros, arriscando uma “*guerra entre razas que son antitéticas*” aos moldes do que outrora ocorrera em Saint Domingue. Ainda de acordo com o autor, se a violência não fosse elevada ao ponto de se tornar uma guerra civil, as tensões raciais atingiriam um tal nível de descontrole que a situação de instabilidade, então existente no sul dos Estados Unidos com as operações da Ku Klux Klan, se repetiria no interior da ilha sem maiores dificuldades.<sup>302</sup>

Sobre o perfil dos envolvidos no levante, Perez Morís destacou no memorial “*La abortada rebelión de Lares en Puerto Rico*”, que “*individuos de todas las clases que componen aquella sociedad tuvieron participación en una revolución radical, que proclamaba la independencia de la isla*”.<sup>303</sup> Entre os ditos implicados estavam: sete comissários de bairro, dois juizes de paz, alguns oficiais do exército e das Milícias, fazendeiros dos mais diversos níveis de riqueza (porém, com a maioria deles excessivamente endividados) médicos, advogados, comerciantes, professores, jornaleiros e escravos, com até dois integrantes do clero tomando parte da conspiração.<sup>304</sup> Quanto aos motivos que levaram à revolta, o jornalista apregoou:

*Aquel pueblo en su mayor parte ha dejado enfriar los sentimientos religiosos [...] carecen de los vínculos de familia [...] la educación no reconoce como base el origen y recuerdos históricos de España [...] los curas de almas son en su totalidad hijos del país o extranjeros procedentes de Méjico, Venezuela y Santo Domingo, y los maestros de primera enseñanza reconocen el mismo origen.*<sup>305</sup>

Acusações de frouxidão na vigilância rural e da subestimação de denúncias e apreensões na gestão de Julián Pavía também foram elencadas como impulsionadores do crescimento separatista.<sup>306</sup> Dentre as medidas sugeridas na prevenção de um novo levante, Perez Morís recomendou a criação de um destacamento do exército exclusivamente dedicado à repressão de novos distúrbios; a introdução de uma “*polícia política*”, empenhada em vigiar a conduta moral dos habitantes; a redução da burocracia na administração política e econômica e a admissão de *peninsulares* para o exercício de funções estratégicas, como as de padres, professores e empregados públicos.<sup>307</sup>

<sup>302</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 226.

<sup>303</sup> LA ABORTADA rebelión de Lares en Puerto Rico. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 66-79, jul./sept. 1968. p. 75.

<sup>304</sup> Cf. *Ibid.*, p. 74-75.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>306</sup> Cf. *Ibid.*, p. 66-67, 74.

<sup>307</sup> Cf. *Ibid.*, p. 76.

Em seu livro de memórias, publicado postumamente, José Marcial Quiñones apontou o descumprimento das promessas metropolitanas e a profusão de sociedades secretas como os principais motores da rebelião de Lares, cujos idealizadores – Betances e Belvis – foram descuidados, desde o início, em ocultar sua rejeição aos *peninsulares* – causa primeva de suas deportações prematuras – assim como na escolha de seus associados, deixando-os à mercê de “*gente moza, novicia, inexperimentada, indiscreta, buena más para concitar las pasiones que para dar un buen consejo*”.<sup>308</sup> Isolada, mal organizada e pior executada, a revolta teria se frustrado porque seus organizadores “*cegados [...] por sus pasiones, o se dejaron engañar por ellas, o fueron muy crédulos con la clase de gente que los rodeaba*”.<sup>309</sup>

Avesso às condições a que fora contemporâneo, Quiñones criticou Perez Morís pela “parcialidade” de seu livro, ao mesmo tempo em que expressou seu alívio pelo insucesso de Lares ter evitado os “males piores” que acompanham uma separação quando ela é instigada a partir do estrangeiro, sem refletir uma demanda interna minimamente sustentada.<sup>310</sup> Adepto da conciliação reformista, Quiñones registrou sua reprovação ao afirmar que jamais se arriscaria em aventuras como aquelas, apresentando a guerra de Cuba – tão aclamada como um modelo por Betances – como um cenário de miséria e selvageria.<sup>311</sup> Descrente em relação ao futuro, o autor concluiu: “*mal estábamos antes, peor lo pasamos hoy [...] un desconsolador escepticismo de las cosas y de las personas es lo único que nos queda*”.<sup>312</sup>

Condenado pelos contrerrâneos e malgrado em seus objetivos, o Grito de Lares representou um duro golpe ao separatismo, cobrando, naquele momento, um alto custo aos envolvidos por ao menos três motivos: primeiro, por empregar inutilmente os poucos recursos até ali reunidos, segundo, por ter provocado a morte ou o exílio de boa parte dos seus seguidores, e terceiro, por haver motivado novos meios de repressão e censura na ilha, como a Guarda Civil, por exemplo. Divididas no exterior, as lideranças sobreviventes não foram capazes de se reagrupar em torno de um novo projeto, falhando, similarmente, em explorar as potencialidades oferecidas pelas alianças formadas junto aos cubanos e dominicanos.

Além disso, longe estiveram as “liberdades” do pós-1868 – como o direito ao voto, a abolição da escravidão e a formulação de partidos – de refletir uma conquista local impulsionada pela revolta de Lares. Sua existência, em verdade, atendeu ao interesse exclusivamente metropolitano de um novo regime, implantado no mesmo ano, em apostar na assimilação como o

---

<sup>308</sup> QUIÑONES, José Marcial. **Un poco de historia colonial (incluye de 1850-1890)**. Barcelona: Academia Puertorriqueña de la historia, 1978. p. 101.

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> Cf. Ibid., p. 100-101.

<sup>311</sup> Cf. Ibid., p. 102.

<sup>312</sup> Ibid.

melhor caminho para lidar com as adversidades no ultramar. Como os próprios documentos indicaram, as atenções da Espanha estavam voltadas à crise cubana, sendo a isolada insurreição de Porto Rico uma questão já superada e tratada como “distração”.

Tempos depois, o Grito de Lares foi sendo gradualmente reabilitado para se tornar um símbolo fundante do nacionalismo porto-riquenho, incorporando-se à gama de eventos inspiradores da identidade política local. A esse respeito, o historiador José Gautier Dapena pontuou: “*no debe interpretarse Lares por sus resultados inmediatos, sino por el impulso emocional e ideológico que ha tenido en nuestro acontecer político. Lares ha sido tronco, raíz, signo y símbolo del ideal separatista puertorriqueño*”.<sup>313</sup>

Mas se o resultado do levante porto-riquenho ficou muito aquém do que era esperado, a poucos quilômetros dali os cubanos experimentaram uma trajetória completamente distinta no que concerne ao seu movimento. Ultrapassadas as dificuldades iniciais, a revolta consolidou-se a ponto de se tornar em uma longa guerra de independência, gerando inúmeras conquistas territoriais e diplomáticas. Mas de que modo esse processo se desenvolveu no interior de Cuba? Quais eram suas estratégias, lideranças e postulados? De que modo a rebelião foi articulada e como isso influenciou em seu relativo sucesso? É sobre esses e outros assuntos que o capítulo a seguir se destina a abordar.

---

<sup>313</sup> GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975. p. 41.

### CAPÍTULO 3

#### O GRITO DE YARA E A GÊNESE DA REVOLTA CUBANA

Ao aportar em Santiago de Cuba, em 7 de outubro de 1868, o paquete a vapor “*France*” trouxe consigo uma importante notícia até então desconhecida pelas autoridades locais: em 23 de setembro, uma rebelião separatista havia despontado nos campos remotos do Oeste de Porto Rico. Paralelamente, os últimos jornais da Metrópole anunciavam o que há dias não havia ficado claro sequer para os oficiais de Havana: o já muito fragilizado reinado de Isabel II se aproximava de uma perigosa (e derradeira) crise, com a emblemática cidade de Cádiz se destacando como o epicentro de um movimento revolucionário que rapidamente foi secundado em quase toda a Espanha.<sup>314</sup>

Em meio a tantas novidades, o que os cubanos não sabiam era que sua própria ilha estava na iminência de ser envolvida em uma longa guerra civil. O atraso de 14 dias para que o governo da colônia tomasse conhecimento das ocorrências de Lares não foi o mesmo cobrado aos conspiradores que atuavam na região, cujas tratativas, por vezes conjuntas às de seus homólogos porto-riquenhos, facilitou-lhes o acesso antecipado àquela informação. Nesse sentido, o insucesso de Betances e seus aliados não se mostrou capaz de desestimular o movimento cubano pela independência, cujo levante seria orquestrado apenas três dias depois da chegada do “*France*”.

Mas diferente do episódio porto-riquenho, o *Grito de Yara* não deu origem a mais uma revolta de duração efêmera, no que seria a repetição de um cenário tão comum ao passado recente de Cuba naquele século. Pelo contrário, o que testemunhou-se foi o início de um grande conflito cuja magnitude ultrapassou todas as expectativas inicialmente elaboradas por seus adversários, transformando-se em uma custosa guerra de escaramuças com uma década de duração. Para os propósitos desta pesquisa, nos concentraremos nos dez primeiros meses da insurreição, cujos eventos concentram os dados essenciais para a análise comparativa posterior.

Seguindo os procedimentos da seção precedente, neste capítulo responderemos a perguntas tais como: Quais eram as lideranças da rebelião cubana? Que perspectivas políticas elas nutriam? Com quais tipos de argumentos se pronunciavam? De que modo suas intenções foram concretizadas? Quais eram as tensões e desafios em seu meio? Com que espécie de dificuldades tiveram de lidar? E de que forma as autoridades reagiram aos seus apelos? É com essas e outras questões em mente que faremos a exposição cronológica dos elementos que configuraram o preparo, a execução e a consolidação da revolução cubana.

---

<sup>314</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 229, 724-725. (Nota 23).

### 3.1 Arquetando a independência

Marcada por uma sucessão de tramas e conspirações, a sociedade cubana já vinha sendo exposta aos argumentos separatistas desde as primeiras décadas do século XIX. Passado o período de relativo declínio desta tendência política, intensificado depois da derrota de Narciso López, em 1851, a defesa da independência voltou a ganhar terreno a partir de 1860, angariando o apoio de um número cada vez maior de adeptos e simpatizantes, especialmente após a nulidade dos resultados apresentados pela Junta de Informação (1867).

Iniciada em 10 outubro de 1868, a revolta de Yara foi reforçada por outros dois levantes posteriores, com cada um deles encabeçado por seus respectivos líderes regionais. A esse respeito, embora tenha sido o autor do primeiro ato, Céspedes não foi o único a se destacar como membro relevante da rebelião separatista. Cientes disso, tomemos um breve momento para compreender quais foram e de onde vieram os quatro principais integrantes responsáveis pela articulação e realização do referido movimento.

Conforme dito acima, a disparada do conflito estudado partiu da iniciativa de Carlos Manuel de Céspedes (1819-1874),<sup>315</sup> que natural da cidade de Bayamo, no Dep. Oriental de Cuba, foi o primeiro dos cinco filhos de um fazendeiro local. Com 15 anos, Céspedes se mudou para Havana, onde formou-se em direito, em 1838, passando depois à Espanha para completar os estudos em Barcelona e Madri. Entre 1842 e 1844, se dedicou a uma sucessão de viagens pelos países da Europa, Oriente Médio e norte da África, tornando-se conhecedor de numerosos idiomas tais como o francês, o italiano, o inglês, o latim e o catalão.<sup>316</sup>

De volta à cidade natal, Céspedes passou a advogar e publicar artigos nos periódicos “*La Prensa*” de Havana e “*El Redactor*” de Santiago de Cuba. Sua intensa atividade literária, que incluiu a redação de poemas, traduções e músicas, rendeu-lhe a presidência da Sociedade Filarmônica de Bayamo, onde chegou a divulgar muitos de seus trabalhos.<sup>317</sup> Porém, o conteúdo irônico e, não raro, crítico de suas obras não demorou a despertar a oposição das autoridades, cuja reprovação esteve a base das repetidas prisões, ameaças e transferências sofridas por Carlos.

Determinado a escapar das perseguições, Céspedes mudou-se para Manzanillo, onde passou a redigir o periódico “*La Antorcha*”,<sup>318</sup> abriu um novo escritório de advocacia, fundou sua própria Sociedade Filarmônica e envolveu-se com a maçonaria, assumindo a direção de uma loja. Em 1866, adquiriu de seu irmão o engenho “*La Demajagua*” que, com 50 escravos e

<sup>315</sup> Nascido como Carlos Manuel Perfecto del Carmen de Céspedes y López del Castillo.

<sup>316</sup> Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p.7.

<sup>317</sup> Cf. *Ibid.*, p. 9.

<sup>318</sup> Cf. VARGAS ARAYA, Armando. **El doctor Zambrana**. San José: EUNED, 2006. p. 472.

aproximadamente 7 km<sup>2</sup>, constituía uma pequena propriedade localizada há cerca de 11 km ao sul de Manzanillo.<sup>319</sup>

Outro nome a ser destacado é o de Salvador Cisneros Betancourt (1828-1914), nascido em Puerto Príncipe<sup>320</sup> no seio de uma família aristocrática cubana. Educado desde a infância nos Estados Unidos, Cisneros retornou definitivamente à ilha em 1846, com os estudos de engenharia civil ainda incompletos. Como herdeiro do título de marquês de Santa Lucía, Cisneros escapou à prisão mesmo após ter sido implicado na conspiração de Joaquín de Agüero (1851), organizada em conjunção com o segundo desembarque de Narciso López. Escolhido prefeito de sua cidade em até três ocasiões, Betancourt estendeu seu apoio aos periódicos, teatros e associações culturais locais, fundando, em 1867, sua própria loja maçônica denominada “*Tínima*”.<sup>321</sup>

Além dele, também há que se falar de José Morales Lemus (1808-1870), que originário da pequena vila de Gíbara, era filho de um *peninsular* capitão de barcos. Formado em direito pela Universidade de Havana, Lemus exerceu a advocacia ao lado de suas atividades políticas clandestinas,<sup>322</sup> aliando-se, num primeiro momento, aos anexionistas da década de 1850.<sup>323</sup> Frustradas as tentativas de negociação com os Estados Unidos, Morales retornou a Cuba, onde passou a colaborar financeiramente com o periódico reformista “*El Siglo*”, adquirido, em 1863, pelo fazendeiro e agrônomo Francisco Frías e Jacott.<sup>324</sup>

Eleito pelo distrito de Remédios como comissionado para a Junta de Informação (1866-1867), Lemus foi, à época, um dos mais fervorosos defensores da autonomia cubana, sendo, nos bastidores, favorável à própria separação da ilha caso as exigências de seus representantes não fossem atendidas.<sup>325</sup> Encerradas as reuniões da Junta e derrotadas as aspirações por mudanças, o

<sup>319</sup> Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 16.

<sup>320</sup> Depois rebatizada como “Camagüey”, em 1898.

<sup>321</sup> Cf. CENTO GÓMEZ, Elda. Conferencia dedicada al centenario de la muerte de Salvador Cisneros Betancourt. In: **SESIÓN SOLEMNE DE LA ACADEMIA DE LA HISTORIA DE CUBA**, Habana, 2014. Disponível em: <<http://sociedadpcma.org.cu/index.php/Vida-en-La-Academia/Conferencia-dedicada-al-centenario-de-la-muerte-de-Salvador-Cisneros-Betancourt>>. Acesso em: 03 set. 2020.

<sup>322</sup> Vale destacar que, em algum momento (provavelmente entre 1862 e 1866), Morales Lemus foi advogado da C. dessa de Santovénia, esposa do capitão-geral Domingo Dulce, que, neste período, esteve à frente do governo de Cuba. Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 748. (Nota 49).

<sup>323</sup> Cf. CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020. p. 198.

<sup>324</sup> 4º C.de de Pozos Dulces.

<sup>325</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, María Dolores. La Junta de Información en Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 161.

advogado foi o primeiro a se mobilizar contra a inação da Metrópole, convocando os demais colegas a protestar, enquanto, ele mesmo, aderiu de vez   causa da independência.<sup>326</sup>

Por fim, desponta-se o nome de Francisco Vicente Aguilera (1821-1877), cujo pai foi oficial do exército espanhol e detentor de uma grande soma de propriedades e escravos. Com o falecimento deste, o jovem Aguilera, que então estudava direito em Havana, precisou assumir os negócios da família, adquirindo, em pouco tempo, um elevado grau de carisma e prestígio na região. Nomeado por um período como prefeito de sua cidade natal, Bayamo, Francisco chegou a viajar para a Europa e os Estados Unidos, inaugurado em seu retorno a loja maçônica “*Redenci n*”. Igualmente envolvido na conspira o de Agüero, Aguilera por pouco não foi descoberto e punido, adotando, a partir da , uma conduta moderada e prudente.<sup>327</sup>

Do ponto de vista cultural, os anos que precedem   revolta de Yara foram marcados pela funda o e consolida o dos “*liceos*” e “*casinos*” que, surgidos a partir da primeira metade do século XIX, operavam na ilha como clubes de reunião, integra o e entretenimento, frequentados, respectivamente, por *criollos* e *peninsulares*. Nesse sentido, “*liceo y casino simbolizaron durante largos a os la línea de demarcación entre sociabilidad cubana y espa ola [...] los liceos daban la t nica de cubanismo y los casinos la de hispanismo*”.<sup>328</sup> Mais do que um espaço de debates, esses lugares funcionavam como um núcleo de elabora o e dissemina o de opiniões políticas, influenciando a ado o de ideias e comportamentos por parte de seus associados.

Em rela o aos seus contatos estabelecidos com a sociedade, cada organiza o tinha o seu público-alvo e modo próprio de agir, de forma que os *casinos* normalmente capturavam as aten es de comerciantes, funcionários públicos, oficiais e fazendeiros ricos, resultando em um “*baluarte inexpugnable de integrismo, levemente moderado en los períodos de tranquilidad, y exacerbado hasta el delirio en los de guerras o rebeliones*”.<sup>329</sup> Por outro lado, os *liceos* já preferiam adotar uma abordagem normalmente discreta, mantendo-se “*al margen de la política directa*”,<sup>330</sup> como único meio de fugir aos instrumentos de censura e repressão do regime.

Com uma fun o bem semelhante   dos *liceos*, as sociedades “*filarm nicas*” assumiram uma inclina o mais cultural e literária, apresentando-se como uma alternativa para a divulga o limitada de manifesta es político-artísticas da autoria de opositores cubanos. Tratadas pelo

<sup>326</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, Maria Dolores. La Junta de Información en Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. *Hispania*, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 151.

<sup>327</sup> Cf. CASTELLANOS G., Gerardo. *Raíces del 10 de octubre de 1868*: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 81-82, 84.

<sup>328</sup> Ibid. p. 68.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> Ibid.

escritor integrista e fiscal da audiência de Puerto Príncipe, Vicente García Verdugo, como “*un club de conspiración permanente*”,<sup>331</sup> estas sociedades estiveram presentes em muitas das principais cidades da ilha, tendo Verdugo até mesmo lamentado o fato de não as terem fechado a tempo de evitar a propagação do separatismo na região central de Cuba.<sup>332</sup>

Outrossim, não foi somente nos *liceos* e *filarmónicas* que os separatistas se encontravam para articular o seu complô. Tal como ocorrera em Porto Rico, os cubanos se utilizaram da cumplicidade da maçonaria para recrutar novos integrantes e ocultar as minúcias de seus planos. Conforme visto anteriormente, ao menos três dos quatro principais líderes da revolta já eram membros de longa data desta sociedade secreta, sendo, inclusive, responsáveis por fundar e dirigir suas próprias lojas maçônicas. Ao refletir sobre o período, um escritor da época, Justo Zaragoza, observou: “*los conspiradores de Cuba [...] estaban de antiguo organizados masónicamente, y en esta forma [...] llevaron adelante su obra separatista. Al efecto, tenían dividida la isla en diferentes logias, obedientes á los hermanos de superior graduación*”.<sup>333</sup>

Somadas as comodidades dos três recintos, os separatistas logo passaram a disfrutar de uma ampla gama de oportunidades para celebrar suas frequentes e seletas reuniões. Em decorrência disso, com o avançar da década de 1860, a complexidade dos trabalhos conspirativos foi se aprofundando a cada dia mais, culminando na já mencionada “Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico”, sediada em Nova York, em 1865. Todavia, ao invés de uma crescente aglutinação de forças ao redor de um só núcleo de conspiração, o que se verificou foi a criação de numerosos focos isolados, com seus alcances não ultrapassando mais do que as fronteiras no interior da ilha.

A primeira autoridade a se pronunciar sobre o assunto foi o capitão-geral Domingo Dulce,<sup>334</sup> que, em 29 de março de 1866, minimizou os alertas oferecidos pelo então representante espanhol nos Estados Unidos, Gabriel García Tassara, e até pelo secretário de Estado daquele país, William Seward, de que, em Cuba, tramava-se ativamente contra a Espanha. Em sua carta enviada naquela data ao Ministério do Ultramar, Dulce afirmou que se houvessem, de fato, homens mobilizados contra a soberania nacional sobre aquele território, eles seriam “*tan despreciables que no debía perder-se el tempo en ellos*”.<sup>335</sup>

<sup>331</sup> GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 52.

<sup>332</sup> Cf. *Ibid.*, p. 52.

<sup>333</sup> ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla em el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 229.

<sup>334</sup> Ten. Gen. Domingo Dulce de Guerrero y Garay, M.es de Castell-Florite, foi capitão-geral de Cuba em duas ocasiões: de 1862 a 1866, e, por alguns meses, em 1869.

<sup>335</sup> ZARAGOZA, op. cit., p. 140. (Grifo do autor).



Meses depois, o novo capitão-geral, Joaquín de Manzano, manifestou preocupação com a “publicidade” negativa que os emigrados cubanos estavam realizando nos Estados Unidos, em conexão com seus vários associados na ilha. Em um informe do dia 30 de novembro, o oficial ponderou: “*nada es imposible en las actuales circunstancias en materias de filibusterismo [...] dada la situación actual de América y la particular de la isla, donde las pasiones políticas han tenido demasiada libertad, principalmente en la prensa periódica, en los últimos años*”.<sup>336</sup> Para tranquilizar seus superiores, em contraste com o antecessor, Manzano acrescentou: “*me estoy ocupando activa y cautelosamente para descubrir y destruir todos los planes de los desafectos á España*”.<sup>337</sup>

Com efeito, a desconfiança expressa por Joaquín de Manzano não teve como base uma mera suposição ou excesso de zelo do oficial, uma vez que, apesar de os separatistas terem intensificado suas atividades apenas depois de finalizada a Junta de Informação, em 1867, as ocorrências de movimentações suspeitas e a exposição de opiniões subversivas já eram uma realidade na ilha há alguns anos, vide as perseguições mencionadas à Carlos Manuel de Céspedes, desde a década de 1850.

Em linhas gerais, o separatismo cresceu ao redor de três grandes núcleos iniciais que se autodesignavam “Comitês Revolucionários”, passando depois a utilizar o termo “Junta” para se diferenciar dos demais comitês embrionários. Sem fazer distinção entre as datas de origem de cada núcleo, cuja identificação não se mostrou possível, a primeira Junta a ser destacada esteve situada na capital, Havana, sob a direção do advogado José Morales Lemus. Há poucos quilômetros dali, fundou-se outra Junta na cidade de Villa Clara,<sup>338</sup> orientada pelo poeta Miguel Jerónimo Gutierrez.<sup>339</sup> Já a terceira, estabelecida em Puerto Príncipe, teve como lideranças o marquês Salvador Cisneros Betancourt e seus aliados, Eduardo e Ignacio Agramonte.<sup>340</sup>

Em 14 de agosto de 1867, criou-se o Comitê de Bayamo que, instalado por iniciativa própria na cidade de mesmo nome, tornou-se, em poucos meses, um dos maiores focos de conspiração da ilha. Conduzido por um “triumvirato”, o comitê teve na presidência o fazendeiro Francisco Vicente Aguilera, com os advogados Pedro Figueredo e Francisco Maceo Osorio

<sup>336</sup> ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 180-181.

<sup>337</sup> Ibid., p. 181.

<sup>338</sup> Atualmente Santa Clara, também é mencionada nos documentos como Las Villas e Villaclara.

<sup>339</sup> Nascido na mesma cidade, em 1822, Gutiérrez foi escritor e colaborou com o periódico “*El Eco de Villaclara*”, tornando-se, anos depois, procurador público.

<sup>340</sup> Eduardo Agramonte y Piña (1841-1872) era médico e primo de Ignacio Agramonte y Loynaz (1841-1873). Natural de Puerto Príncipe, Ignacio estudou filosofia em Barcelona (déc. 1850) e direito em Havana, abandonando este curso, em 1867, para se juntar aos separatistas.

completando a equipe diretiva.<sup>341</sup> Apesar de sua união de propósitos, “Perucho” e Maceo eram inimigos e se “detestavam” mutuamente, sendo o segundo descrito pelas fontes como um homem “arrogante” e provocador, características que, todavia, não os impediu de trabalharem juntos.<sup>342</sup>

Desde a sua formação, o Comitê de Bayamo empenhou-se em alcançar ao menos três objetivos, a saber: o de atrair novos simpatizantes das jurisdições vizinhas e estender sua influência por toda a ilha; o de divulgar a causa independentista e arrecadar fundos para um levante; e o de manter-se em contato com as juntas de Havana, Villa Clara e Puerto Príncipe. Em resultado, foram abertos diversos outros “centros” subalternos espalhados pelo Departamento, com o crescimento destes resultando na criação de vários outros comitês e subcomitês no Oriente.<sup>343</sup>

Dentre estes, os “centros” mais relevantes estavam localizados em Santiago de Cuba, Las Tunas, Holguín e Manzanillo, sendo liderados, respectivamente, por Manuel Fernández, Vicente García, Belisario Alvarez e Juan Hall. Naquele tempo, também eram recorrentes as sessões conjuntas de confraternização e planejamento político, sendo o engenho “*Santa Isabel*”, de Vicente Aguilera, um dos espaços mais frequentados pelos conspiradores da região. Além disso, com a aproximação de 1868, a maçonaria foi envolvida ainda mais no separatismo, de forma que “*las logias masónicas entraron en plena actividad política, despistando a los agentes del gobierno*”.<sup>344</sup>

Entretanto, uma cisão inesperada ocorrida nos meses finais de 1867, contrariou a expectativa de unificar as decisões locais em nome de uma rebelião conjunta no futuro. Tratou-se de um acordo unilateral firmado entre a Junta Revolucionária de Havana e um representante secreto do então general americano Ulysses Grant. Simpático ao movimento separatista e convencido de que seria eleito presidente no sufrágio de 1868, Ulysses recomendou que os conspiradores da capital freassem os preparativos da revolta e interrompessem as relações com os demais núcleos da ilha, adiando o presumido levante para depois de sua posse, quando então, prometia ele, trabalharia mais “livremente” em favor dos interesses cubanos.<sup>345</sup>

Enquanto isso, para o mais novo capitão-geral de Cuba, Francisco Lersundi,<sup>346</sup> os tempos de supremacia europeia já haviam passado na América, sendo a morte do imperador Maximiliano,

---

<sup>341</sup> Também conhecido como “Perucho”, Pedro Figueredo (1819-1870) foi fazendeiro e fundador do periódico “*El Correo de la tarde*” de Havana. Apoiador de Narciso López, em dada ocasião, Perucho foi detido por um ano por criticar o prefeito de Bayamo. Já Maceo Osorio (1828-1873) foi um advogado prestigiado, poeta e rico proprietário bayamés, tendo atuado como secretário da loja maçônica de Aguilera.

<sup>342</sup> Cf. CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 86-87.

<sup>343</sup> Cf. *Ibid.*, p. 85, 88.

<sup>344</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>345</sup> Cf. *Ibid.*, p. 89. Com efeito, Grant foi escolhido para o mandato presidencial de 1869-1873, contudo, como veremos adiante, sua atitude no poder não refletiu o compromisso pactuado com os cubanos.

<sup>346</sup> Ten. Gen. Francisco de Lersundi Hormaechea, exerceu a governança de Cuba em duas oportunidades: em 1866, e de 1867 a 1869.

em junho de 1867, e a conseqüente derrubada da monarquia no México, um grande marco negativo para o futuro da Espanha e seus domínios caribenhos. Conforme narrado pelo escritor Justo Zaragoza, ao comentar sobre a política externa e as inclinações dos exilados cubanos em seu relatório ao Ministério do Ultramar, em fevereiro de 1868, Lersundi ajuizou:

[...] *acariciadas con la victoria de los republicanos las aspiraciones de la doctrina Monroe, los disidentes, ensoberbecidos por sus alianzas con las repúblicas del Sur, alimentaban mayores esperanzas que nunca, y creyéndolo todo dispuesto para realizar sus propósitos, trasmitían sus creencias á los conspiradores de la isla, cuya arrogancia se veía también crecer por instantes.*<sup>347</sup>

Para as autoridades coloniais, o fortalecimento dessas aspirações subversivas não poderia ter ocorrido em um momento pior, haja vista as crescentes dificuldades financeiras pelas quais a administração da ilha estava passando. Somadas as quedas de arrecadação com a volumosa dívida herdada da Guerra de Santo Domingo, em 1868, o tesouro cubano havia alcançado um estado crítico, com a ausência de fundos motivando até mesmo a negativa em despachar uma fragata para escoltar o navio que transportava Lersundi à uma missão no exterior.<sup>348</sup>

Em outra oportunidade, uma comissão enviada aos Estados Unidos para a aquisição de embarcações de guerra e peças de artilharia teve de retornar antes do tempo, uma vez que não dispunham mais das condições mínimas sequer para garantir a hospedagem dos seus integrantes. Da perspectiva militar, a situação era tal que predominava “*la carencia de los elementos necesarios para resistir una situación excepcional*”,<sup>349</sup> sendo que “*las fuerzas navales ni por su número ni menos por la calidad de los buques, eran proporcionales á las necesidades del servicio*”.<sup>350</sup>

Com o afastamento dos separatistas de Havana, o independentismo continuou a ser tramado pelas demais Juntas e Comitês da ilha, sendo os núcleos localizados no Oriente os que maior sucesso obtiveram em mobilizar os preparativos da rebelião. Nesse sentido, apesar de se comunicarem eventualmente, na maioria das vezes, cada grupo permaneceu leal aos seus respectivos planos e lideranças, constituindo uma verdadeira gama de movimentos regionalistas pela independência. Acerca dessa heterogeneidade, Gerardo Castellanos observou:

*Las Villas y Camagüey sabían de la actividad de Oriente, aunque en realidad la vinculación no era muy estrecha. En cuanto a La Habana, había sido abandonada por*

<sup>347</sup> ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 200.

<sup>348</sup> Cf. *Ibid.*, p. 182.

<sup>349</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>350</sup> GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 24.

*completo. De modo que el movimiento oriental tomó notorio y propio carácter provinciano, aislado en su región bravía.*<sup>351</sup>

Em julho de 1868, a admissão de um novo membro no Comitê de Manzanillo lançou as bases do que viria a ser um elemento crucial na realização antecipada da esperada guerra de insurreição cubana. Excluído do movimento até aquela data pela oposição de Vicente Aguilera, Carlos Manuel de Céspedes foi aprovado como integrante pela influência de seu “parente”, Pedro Figueredo. Com a chegada de Céspedes à dita célula, o número de seguidores foi ampliado pela adesão de outras dezenas de amigos e apoiadores do advogado, cuja notoriedade rendeu-lhe a liderança do mesmo comitê, à época, submetido à autoridade de Bayamo.<sup>352</sup>

Para os contemporâneos de Carlos, sua ascensão deveu-se, em grande parte, à facilidade com que atraía os leitores e ouvintes de seus discursos, fazendo uso de um estilo carismático e impulsivo que entusiasmava, sobretudo, o engajamento da juventude da região. Não demorou para que Céspedes começasse a ofuscar a própria figura de Aguilera, alimentando uma rivalidade informal entre ambos sem, contudo, interferir na obediência do grupo às ordens do antigo líder do separatismo oriental.<sup>353</sup>

Em 3 de agosto, nas proximidades de Las Tunas, os conspiradores se encontraram na fazenda “*San Miguel del Rompe*” para discutir os detalhes da rebelião. Conhecida como a “Convenção de Tirsán”, a reunião teve a presença de representantes dos comitês orientais e da Junta Revolucionária de Puerto Príncipe, sendo Céspedes o escolhido – por ser o mais velho – para presidi-la. Na ocasião, o Comitê de Bayamo foi “elevado” à condição de Junta, tornando-se, a partir dali, a “Junta Revolucionária do Oriente”. Mais uma vez, Aguilera foi indicado como presidente, com Osorio e Figueredo ocupando outras funções auxiliares.<sup>354</sup>

Ao debaterem o início do levante, uma disputa foi travada entre Céspedes e Aguilera, com o primeiro advogando pela ação imediata enquanto o segundo encabeçava os favoráveis à prorrogação. Determinado pela maioria que os recursos ainda eram insuficientes, a insurreição foi adiada para 3 de setembro, encorajando a ideia de um movimento sincronizado que envolvesse o centro e o Leste da ilha. Insatisfeito com a resolução, Céspedes voltou a sugerir que o prazo fosse abandonado caso um dos núcleos estivesse em perigo, obrigando a que todos os demais saíssem em apoio antes do tempo, no que foi, outra vez, derrotado.<sup>355</sup>

<sup>351</sup> CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 91.

<sup>352</sup> A “promoção” de Céspedes custou o cargo de Angel Mestre, substituto de Juan Hall na presidência do Comitê de Manzanillo.

<sup>353</sup> Cf. CASTELLANOS G., op. cit., p. 91-92.

<sup>354</sup> Cf. Ibid., p. 92-93, 95.

<sup>355</sup> Cf. Ibid., p. 96-97.

Conforme estabelecido em agosto, os conspiradores voltaram a se reunir no dia 1º de setembro, com a intenção de avaliar se os requisitos mínimos para a rebelião já haviam sido alcançados. Desta vez, o encontro ocorreu na fazenda “*Muñoz*”, não muito distante de Las Tunas, sendo notável a ausência de Céspedes e seus partidários. Ainda hesitantes quanto ao início da revolta, os participantes da conferência optaram por, novamente, prorrogar o ato, entendendo que caso o fizessem depois do fim da safra – por volta de fevereiro de 1869 – a quantidade de voluntários e dinheiro disponíveis seria maior, aumentando as chances de um resultado positivo.<sup>356</sup>

Com um novo prazo definido, desta vez sem uma data específica, os separatistas organizaram duas missões de convencimento para estimular a cooperação das outras Juntas cubanas, sendo Augusto Arango o enviado para Villa Clara e Salvador Cisneros o responsável por Havana. Para provar que o atraso também traria vantagens, Aguilera se ofereceu para alienar seus próprios bens, prometendo que os valores arrecadados de sua fortuna seriam enviados, juntamente com os demais, a um fundo localizado nos Estados Unidos onde, ele mesmo, se encarregaria de comprar os suprimentos necessários até dezembro de 1868. Caso tudo ocorresse bem, a revolta poderia se dar ainda na véspera de natal.<sup>357</sup>

Não obstante, a impaciência de Céspedes e outros líderes regionais ameaçaram frustrar os planos firmados em “*Muñoz*”. Para evitar que tais discordâncias alimentassem resistências futuras, em 3 de outubro, Aguilera foi pessoalmente dialogar com Céspedes na fazenda “*El Ranchón*”,<sup>358</sup> que dividia as propriedades de ambos em Manzanillo. Decorrida em um “terreno neutro”, a reunião foi acompanhada de perto pelos agitadores “céspedesistas”, dificultando ainda mais a tarefa de Aguilera que não pôde fazer mais do que apelar para a calma, reafirmando a escassez de valores acumulados até o momento.<sup>359</sup>

Indiferente aos argumentos de Aguilera, em 6 de outubro, Céspedes organizou uma assembleia no engenho “*El Rosario*” onde, acompanhado de seus seguidores, ignorou a hierarquia do movimento e determinou o dia 14 daquele mês como a data definitiva para o levante, convocando os demais comitês a secundar-lhes imediatamente. Informado dos últimos fatos, Aguilera hesitou em reagir ao “golpe” sofrido, resignando-se a ficar em segundo plano e consentir com a usurpação da liderança cometida por Céspedes.<sup>360</sup>

---

<sup>356</sup> Cf. CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 98-99.

<sup>357</sup> Cf. Ibid., p. 99-101.

<sup>358</sup> Também mencionada como “*Ranchón de los Caledones*”.

<sup>359</sup> Cf. CASTELLANOS G., op. cit., p. 102.

<sup>360</sup> Cf. Ibid., p. 112-114.

Enquanto isso, em Havana, as notícias de um outro golpe eram levadas às autoridades. Tratava-se da “Revolução de Setembro” ocorrida na Espanha, cuja rainha deposta, Isabel II, telegrafara a partir do exílio na França, exigindo do capitão-geral que permanecesse fiel à Coroa. Sua mensagem do dia 4 de outubro dizia: “*Lersundi: Como española y como reina ruego y mando resistas todo pronunciamiento y defiendas á todo trance esas provincias de la revolución: mi residencia actual explica la razón*”.<sup>361</sup> Com uma resposta ambígua, Lersundi assegurou permanecer fiel aos seus “deveres patrióticos” sem, contudo, se comprometer a rejeitar o novo governo.<sup>362</sup>

Faltando apenas 6 dias para o levante, Céspedes foi alertado de que ele e outros membros da conspiração estavam prestes a ser detidos. A descoberta da trama teria partido da esposa de um envolvido que se confessara a um padre, cuja clemência não o impediu de denunciar o segredo. Em outra versão, uma mulher soube pelo marido que a revolta iria acontecer, mencionando-a, descuidadamente, em uma loja de Bayamo.<sup>363</sup> Sentindo-se ameaçado, Céspedes adiantou a data da insurreição, proclamando, em 10 de outubro de 1868, a independência de Cuba.

Principiado assim às pressas e praticamente de improviso, o movimento teve de lidar com muitas barreiras e desafios. A esse respeito, quantos foram os que acreditaram e atenderam prontamente ao chamado de Céspedes? Em que condições aqueles primeiros “revolucionários” se encontravam para lutar? Que estratégias e decisões foram tomadas logo em seguida? De que maneira as autoridades reagiram à rebelião? E qual foi a reação dos demais núcleos separatistas? Para responder a estas e outras perguntas, passemos à exposição dos meses iniciais da revolta no tópico a seguir.

### 3.2 Cuba em chamas: revolta e repressão na “pérola das Antilhas”

Reunidos em “*La Demajagua*” na virada da noite de 9-10 de outubro, os separatistas se organizaram em torno da liderança de Carlos Manuel de Céspedes. De acordo com as fontes, o número inicial de voluntários variou entre os 37 e 300 combatentes,<sup>364</sup> com algumas delas

<sup>361</sup> ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla em el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 725. (Nota 33).

<sup>362</sup> Cf. *Ibid.*, p. 234.

<sup>363</sup> Cf. CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 124-125.

<sup>364</sup> Cf. COLLAZO, Enrique. **Desde Yara hasta el Zanjón**: apuntes históricas. La Habana: Instituto del Libro, 1967. (Centenario 1868). p. 4. / CÉSPEDES Y QUESADA, Carlos Manuel de. **Carlos Manuel de Céspedes**. Paris: Tipografía de Paul Dupont, 1895. p. 12.

indicando a quantia aproximada de 147 homens.<sup>365</sup> Do ponto de vista bélico, a situação dos mobilizados não era nada favorável, com vários deles portando apenas alguns facões (“*machetes*”), lanças, espadas e umas poucas dezenas de armas de fogo antiquadas.<sup>366</sup> De qualquer modo, Céspedes buscou não esmorecer perante esta adversidade, apregoando aos que ali estavam que: “*a un pueblo desesperado no se le pregunta con qué pelea; estamos decididos a luchar; pelearemos aunque sea con las manos*”.<sup>367</sup>

Denominado posteriormente como o “Grito de Yara”,<sup>368</sup> o episódio ocorreu entre duas datas simbolicamente importantes para a Espanha: o estabelecimento recente do Governo Provisório, em 8 de outubro, e a comemoração do 38º aniversário de Isabel II, no dia 10. Ironias à parte, o movimento começava nos arredores de uma pequena cidade que não alcançava os 6 mil habitantes,<sup>369</sup> estando, por sua vez, em um Departamento cuja riqueza total era quase cinco vezes inferior à da metade Ocidental de Cuba. Além disso, a região era conhecida por sua geografia isolada e montanhosa, contendo o maior número proporcional de população não-branca e mestiça da ilha.<sup>370</sup>

Proferidas as primeiras palavras de ânimo, Céspedes apresentou o seu “*Manifiesto de la Junta Revolucionaria de la Isla de Cuba, dirigido a sus compatriotas y a todas las naciones*”, que, conforme o título expressava, pretendia alcançar não apenas a totalidade dos cubanos (sobre os quais era imposta a autoridade de uma nova “Junta Revolucionária”), mas também, a opinião dos demais países estrangeiros. Logo na abertura, o documento legitimou a insurreição armada como um gesto de resistência à opressão do “*tiránico gobierno español*”, seguindo “*la costumbre establecida en todos los países civilizados*”.<sup>371</sup>

Dentre as queixas enumeradas, os separatistas enfatizaram a negação às liberdades de expressão, reunião e confissão, bem como a ausência de garantias adequadas à propriedade privada, participação política ou o acesso a julgamentos segundo o devido processo legal. Em seus treze parágrafos, o texto também sustentou que a ilha vinha sendo prejudicada pelo excessivo dispêndio com o setor militar, o elevado peso das tarifas alfandegárias, que atrapalhava a

<sup>365</sup> Cf. THOMAS, Hugh. **Cuba: la lucha por la libertad**. [Madrid]: Debate; Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016. p. 151.

<sup>366</sup> Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 20.

<sup>367</sup> Ibid., p. 20.

<sup>368</sup> O nome parece ter derivado do rio que desagua ao norte de Manzanillo, podendo também haver se inspirado no povoado homônimo que medeia entre aquela cidade e a de Bayamo, onde, em 1512, foi executado o cacique taíno Hatuey, condenado por se rebelar contra os exploradores espanhóis da época.

<sup>369</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album histórico fotografico de la Guerra de Cuba: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I**. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 35.

<sup>370</sup> Cf. Ibid., p. 26-27.

<sup>371</sup> BUENO MENÉNDEZ, op. cit., p. 61.

exportação de produtos para os países vizinhos, e a impertinência em estimular a “conveniente” imigração branca. Outro problema de longa data era o descumprimento das promessas assumidas pela Espanha, cuja intenção declarada era a de respeitar os ditos “direitos” cubanos.<sup>372</sup>

Ao ressaltar que o “*el ejemplo de las más grandes naciones*”<sup>373</sup> os autorizava a utilizar o último recurso à violência, o manifesto anunciou: “*a los demás pueblos civilizados toca interponer su influencia para sacar de las garras de un bárbaro opresor a un pueblo inocente, ilustrado, sensible y generoso*”.<sup>374</sup> Preocupados com o conceito que se faria de seus atos no exterior, os separatistas assumiram como princípios norteadores o que chamaram de “*derechos imprescindibles del hombre*”, identificados com as prescrições liberais de igualdade, tolerância, ordem, justiça, respeito à propriedade e representação política, acrescidas das ideias de sufrágio universal e abolição gradual e indenizada da escravidão.<sup>375</sup>

Por fim, determinou-se a adoção de um imposto único denominado “*ofrenda patriótica*”, cuja alíquota inicial de 5% sobre a renda seria usada no custeio da guerra, prevendo-se que, até que a independência fosse alcançada, Cuba estaria sob o comando de um “General em Chefe” com os poderes de nomear seus auxiliares e exercer “faculdades plenas” durante as operações militares. Ao seu lado, uma “Comissão Governativa” composta de cinco membros o apoiaria na gestão dos assuntos civis, enquanto, na esfera local, as “Junta de Cidadãos” decidiriam um eventual aumento das taxas. Segundo o manifesto, a nomeação do general em chefe ocorreu ainda na mesma noite, saindo “unanimemente” vitorioso o seu assinante, Carlos Manuel de Céspedes.<sup>376</sup>

Para se apoderarem da ilha, os insurretos teriam de enfrentar os milhares de soldados a serviço da Espanha na colônia, cuja quantia foi, uma vez mais, vítima das divergências entre cada uma das fontes. De acordo com o periodista Gelpí Ferro, em 1868, haviam cerca de 19 mil homens desempenhando funções militares em Cuba, dos quais somente 10 mil eram soldados treinados e em pleno estado de prontidão, com apenas 1,5 mil destes localizados no Dep. Oriental.<sup>377</sup> Já para a historiografia recente, o número total de mobilizados na ilha girava em torno de 7 mil homens.<sup>378</sup>

<sup>372</sup> Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 62.

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> Ibid., p. 62-63.

<sup>375</sup> Cf. Ibid., p. 63.

<sup>376</sup> Cf. Ibid., p. 64.

<sup>377</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 23.

<sup>378</sup> Cf. NAVARRO GARCÍA, Luis. **La Independencia de Cuba**. Madrid: Mapfre, 1992. (Independencia de Iberoamérica). p. 277. / THOMAS, Hugh. **Cuba: la lucha por la libertad**. [Madrid]: Debate; Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016. (Edición revisada y ampliada). p. 152-153.



Para a defesa naval, as autoridades contavam com apenas nove embarcações a vapor, sendo que duas delas eram fragatas e, outras cinco, pequenas *goletas* de patrulha.<sup>379</sup>

O primeiro confronto entre as duas partes ocorreu ainda no fim da tarde de 10 de outubro, quando Céspedes avançou sobre a vila de Yara e acabou surpreendido por uma coluna espanhola. Efetuado o contato inicial, os separatistas se retiraram em debandada, desintegrando o pequeno exército recém-formado havia poucas horas. Quando percebeu que tudo estava prestes a ser perdido, Céspedes teria exclamado “*aún quedamos doce hombres: ¡basta para hacer la independencia de Cuba!*”,<sup>380</sup> em uma vã tentativa de reanimar suas tropas. Contudo, apesar de terem falhado logo no primeiro ataque, nos dias seguintes, os rebeldes foram reforçados por outras centenas de voluntários vindos de outras jurisdições do Departamento. Era a estratégia de Céspedes de convocação antecipada dos demais Comitês para a guerra que havia funcionado.

No dia 15, os separatistas capturaram Barrancas, não muito depois de haverem, enfim, ocupado Yara, já evacuada pelas milícias coloniais. A 17 de outubro, mesma data em que “*La Demajagua*” foi bombardeada pelo navio “*Neptuno*”, os revolucionários chegaram às portas de Bayamo que, defendida por cerca de 300 soldados,<sup>381</sup> se entregou no dia 21 após um exitoso cerco. Dali em diante, as forças insurretas se multiplicaram exponencialmente, alcançando, segundo elas próprias, de 9 mil a 12 mil voluntários até o fim do mês de outubro.<sup>382</sup> Entretanto, na perspectiva de Gelpí Ferro, a qualidade desse novo “exército” continuava a ser questionável, uma vez que a maioria de seus combatentes eram recrutados por métodos pouco ortodoxos:

[...] *hombres y mujeres se entusiasmaron sin preocuparse mucho de lo que había de suceder después [...] al grito de ¡viva Cuba libre! se anunciaban bailes y convites en las fincas y caseríos de aquellas jurisdicciones poco pobladas, y en menos de quince días todos los guajiros y todas las jóvenes montaban á caballo y figuraban como soldados de los caudillos.*<sup>383</sup>

Transformada em capital provisória do governo revolucionário cubano, Bayamo foi considerada a primeira grande conquista dos rebeldes no conflito, tornando-se um poderoso motivo de comemoração e orgulho naquelas etapas iniciais da guerra, onde o movimento de independência cobrava vitórias para se manter relevante. Nesse sentido, apesar de relativamente limitada em números totais de habitantes, Bayamo representava o maior centro político de sua

<sup>379</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 24.

<sup>380</sup> BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 23.

<sup>381</sup> IZAGUIRRE, José María. **Asuntos cubanos**: colecciones de artículos y poesías. New York: Imprenta América, 1896. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000127217>>. Acesso em: 14 out. 2020. p. 13.

<sup>382</sup> Cf. GELPÍ FERRO, op. cit., p. 34.

<sup>383</sup> Ibid.

jurisdição, tendo se destacado como um importante polo de tradição cultural e social na região. Nas palavras do historiador Gerardo Castellanos:

*Bayamo era la ciudad aristocrática. Cuna de hombres de letras, ciencias, artes, hacendados y aristócratas. Palpitaba de arrogancia un círculo de inusitado brillo. Fortunas que permitían viajes al extranjero, mantener residencias de lujos y comodidades, veladas frecuentes en sociedades. Era la ciudad de mayor celebridad de Oriente, con excepción de Santiago.*<sup>384</sup>

Enquanto os rebeldes se apoderavam das pequenas vilas e cidades que encontravam pelo caminho, aproveitando-se dos efetivos esparsos e posições escassamente defendidas, na capital, o periódico oficial “*Gaceta de la Habana*” veiculou, a 13 de outubro, uma mensagem do chefe de Estado Maior, coronel José de Chessa. Nela, o militar reconheceu ainda não saber quais eram os líderes ou motivos da rebelião, supondo que o caso talvez não passasse de um mero bando de baderneiros, ironizando o modo como os implicados fugiram de Yara ao se encontrarem com uma modesta patrulha de observação.<sup>385</sup>

No dia 18, o mesmo jornal publicou outra mensagem, desta vez assinalando a divisão dos amotinados em pequenos grupos, contra os quais o capitão-geral, Francisco Lersundi, aplicaria a ocupação militar do território afetado. Ao final, o breve texto frisou: “*el resto de la isla está en perfecta tranquilidad*”.<sup>386</sup> Dois dias depois, Lersundi expediu um decreto incluindo os delitos de traição, sedição e rebelião no rol de situações a serem julgadas por tribunais militares, estendendo os efeitos da lei marcial sobre todos os cúmplices, conspiradores e encobridores daquela revolta.<sup>387</sup>

Ainda em fins de outubro, o Ministério do Ultramar despachou uma circular orientando a Lersundi que divulgasse a disposição do novo governo em realizar as reformas há muito prometidas aos domínios espanhóis no Caribe. Reconhecendo que as mudanças haviam tardado a chegar, o documento admoestou o capitão-geral a renunciar o recurso a qualquer tipo de violência, operando na preservação dos valores da “lei natural” e salientando que, doravante, os cubanos “*gozarán las ventajas de la nueva situación e intervendrán con su inteligente criterio y con su voto en la resolución de las arduas cuestiones [...] que tanto interesan à la población antillana*”.<sup>388</sup>

No lado oposto do conflito, os separatistas lançaram um segundo manifesto onde explicitaram, pela primeira vez, o interesse em promover a igualdade legal entre brancos, negros

<sup>384</sup> CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 75.

<sup>385</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 32.

<sup>386</sup> Cf. *Ibid.*, p. 39.

<sup>387</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 45-46.

<sup>388</sup> *Ibid.*, p. 78.

e “chineses” na ilha.<sup>389</sup> No panfleto, a agressividade da guerra foi justificada como um gesto “compatível” aos abusos sofridos às mãos de seus “opressores”, sendo vedada a violação da propriedade privada, a não ser que a “necessidade” os compelissem a toma-la.<sup>390</sup> Assinado em nome da “Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico”, o texto cobrou o envolvimento de “*todo hombre capaz de llevar armas, ó de ser de utilidad en la guerra*”,<sup>391</sup> condenando a neutralidade como um sinal de covardia ou do disfarce de um potencial inimigo.<sup>392</sup>

Ao mesmo tempo em que estas ações se desenrolavam no Oriente, as outras Juntas Revolucionárias continuaram operando individualmente em cada região, sendo a de Puerto Príncipe a primeira a decidir abandonar o sigilo e colaborar diretamente com o levante. Surpreendido com a notícia da rebelião de Céspedes, Cisneros Betencourt se encontrava em Havana, onde cumpria a missão que havia recebido ainda na reunião de “*Muñoz*”.<sup>393</sup> Regressando à sua cidade o mais rápido possível, Cisneros persuadiu seus associados a se insurgirem nos campos, proclamando, em 4 de novembro, a abertura das hostilidades.

Não obstante, os separatistas criaram um “Comitê Revolucionário” que, formado pela mesma tríade de lideranças da antiga Junta local, constituiu-se como um governo provisório em separado. Para comandar suas “tropas”, o comitê nomeou o fazendeiro Napoleón Arango y Agüero, colocando-se igualmente em contato com Manuel de Quesada<sup>394</sup> em busca de reforços. Por esses tempos, no Oriente, a ocorrência de escaramuças ia se multiplicando em número, enquanto Céspedes se atribuiu o cargo de “capitão-geral do Exército Libertador”, promulgando o indulto aos espanhóis que se entregassem e a pena capital aos espíões capturados ou aos rebeldes que invadissem propriedades “*para sublevar ó [...] extraer sus dotaciones de esclavos*”.<sup>395</sup>

<sup>389</sup> Isto é, os imigrantes provenientes da Ásia que foram trazidos à Cuba.

<sup>390</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 41.

<sup>391</sup> Cf. Ibid.

<sup>392</sup> Para o infortúnio dos civis cubanos, esse conceito também foi comum ao pensamento integrista, tendo o escritor pró-Espanha Vicente Garcia Verdugo opinado que “*en las grandes crisis no cabe neutralidad, sino decidirse abiertamente en uno ú otro sentido, porque esto es lo que la nobleza y el honor exigen*”. Ibid.

<sup>393</sup> Cf. CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020. p. 70.

<sup>394</sup> Manuel de Quesada y Loynaz (1830-1886) foi um criador de gado até fugir da ilha, em 1851, após ter sido preso por se envolver na Conspiração de Agüero. Estabelecido no México, tornou-se militar até alcançar o generalato, lutando pelos conservadores na Guerra de Reforma e ao lado dos republicanos na Guerra de Intervenção Francesa. Refugiado nos Estados Unidos por intrigas pessoais, Quesada voltou depois a se envolver com o separatismo cubano.

<sup>395</sup> ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla em el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 732. (Nota 46).

O mês de novembro marcou o início do contra-ataque planejado por Lersundi que, sob a chefia do general Villate,<sup>396</sup> foi conduzida com cerca de 2 mil homens.<sup>397</sup> Não encontrando resistência alguma até sua chegada em Puerto Príncipe, a princípio, Villate adotou uma política de conciliação, oferecendo uma anistia de quatro dias a todos os insurretos que depusessem as armas.<sup>398</sup> A tentativa foi, contudo, amplamente ignorada, seguindo-se as refregas, emboscadas e atos de sabotagem, cujos alvos preferenciais foram as linhas ferroviárias, pontes e cabos telegráficos, não escapando sequer o aqueduto que fazia o abastecimento de água de Santiago de Cuba.<sup>399</sup> A fidelidade dos relatos de batalha acabou, no entanto, comprometida, com ambos os lados narrando versões diferentes dos fatos e acusando-se mutuamente de exageros e atrocidades.<sup>400</sup>

Com o início de dezembro, os separatistas de Puerto Príncipe se engajaram na tentativa de convencer os *peninsulares* de que sua causa não se opunha a eles como um todo, preparando um manifesto onde diziam ser esta “*una guerra contra la opresión y exclusivamente contra ella*”,<sup>401</sup> distinguindo os opressores dos “*españoles buenos y tranquillos*” e garantindo: “*a todos los que [...] no nos son hostiles, merecerán siempre nuestro aprecio fraternal, y sus bienes y sus personas serán respetadas*”.<sup>402</sup> Em outra “*proclama*”, os comerciantes foram chamados a se juntar à rebelião sob o argumento de que *criollos* e *peninsulares* compartilhavam do interesse em comum de “*proteger las instituciones liberales*”<sup>403</sup> que os sustentaria na edificação da futura riqueza de Cuba.

Nos últimos meses de 1868, pressionado pelo regime colonial, o relutante governo espanhol passou a emitir consideráveis promessas de reforços. Entre as medidas anunciadas a partir de novembro, estavam a substituição de Lersundi no cargo de capitão-geral, o despacho de peças de artilharia, 9 mil soldados e outros quatro generais, além de duas fragatas de combate e barcos de transporte, com a expectativa de chegada datada em 10 de dezembro. Na realidade,

<sup>396</sup> Gen. Blas Villate de la Hera, 2º C.de de Valmaseda, ocupou numerosos cargos administrativos em Cuba, sendo capitão-geral da ilha em três ocasiões: 1867 (interino), 1870-1872 e 1875-1876.

<sup>397</sup> Cf. IZAGUIRRE, José María. **Asuntos cubanos**: colecciones de artículos y poesías. New York: Imprenta América, 1896. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000127217>>. Acesso em: 14 out. 2020. p. 29.

<sup>398</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 90-91.

<sup>399</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 46.

<sup>400</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, op. cit., p. 91-94.

<sup>401</sup> Ibid., p. 99.

<sup>402</sup> Ibid., p. 100.

<sup>403</sup> Ibid., p. 101.

porém, desembarcaram apenas 434 soldados até o fim do ano, o que para o escritor integrista Vicente Garcia Verdugo, ajudou a selar o destino da guerra em favor da insurreição.<sup>404</sup>

A lentidão da Metrópole em responder à crise cubana também foi condenada por Justo Zaragoza, que registrou haverem chegado, até janeiro de 1869, somente 2 mil dos 5 mil combatentes inicialmente esperados.<sup>405</sup> Para o comando rebelde, a preocupação derradeira de 1868 esteve voltada a outro tema delicado: a escravidão. Autor ele próprio da alforria de seus escravos na noite da rebelião em “*La Demajagua*”, Céspedes pontuou que a independência era incompatível com a servidão.<sup>406</sup> Contudo, sendo o assunto ainda objeto de discordâncias no movimento, em seu decreto de 27 de dezembro, o posicionamento adotado foi de cautela e provisoriedade.

Depois de afirmar que a abolição gradual só aconteceria em Cuba sob o escrutínio futuro de seus cidadãos, o decreto tornou possível duas formas de emancipação: a concessão voluntária e (opcionalmente) indenizada, para os cativos de proprietários separatistas, e a libertação compulsória, sem o direito à reparação, para os escravos capturados ao inimigo. Em ambos os casos, os libertos deveriam ficar “*en servicio de la patria*”, submetidos a um regulamento próprio. Para os senhores que assim optassem, sua propriedade seria preservada, com a alforria de fugitivos condicionada à explícita aprovação de seus responsáveis. Outra possibilidade era a da cessão de escravos para “*el servicio de la revolución*”, sem com isso prejudicar os direitos já possuídos sobre qualquer um deles. Estava assim assegurada a tolerância temporária à escravidão.<sup>407</sup>

Alguns meses depois, em 28 de fevereiro, o Comitê de Puerto Príncipe lançou seu próprio decreto de abolição, onde impôs o fim imediato da escravidão, comprometendo-se a indenizar “oportunamente” os proprietários. Com um tom mais tolerante que o da lei de Céspedes, a norma ainda estabeleceu a igualdade de tratamento entre os soldados do “exército libertador” e obrigou o alistamento de todos os libertos beneficiados pelo texto.<sup>408</sup> Como lembrou a historiadora Rebeca Scott, apesar de a maioria dos ex-escravos serem tratados como úteis à revolução, sua presença ainda inspirava algum temor, exigindo outras barreiras adicionais à sua recém-obtida liberdade.<sup>409</sup>

Nesse contexto de insegurança, a vida dos negros livres e escravos piorou muito em Cuba, aprofundando a vigilância sobre o seu trabalho e limitando a mobilidade, já precária, dos que

---

<sup>404</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 67-69.

<sup>405</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 740. (Nota 6).

<sup>406</sup> Cf. *Ibid.*, p. 742. (Nota 16).

<sup>407</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>408</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, op. cit., p. 202.

<sup>409</sup> Cf. SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre, 1860-1899. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora UNICAMP, 1991. p. 66.

habitavam em territórios administrados pelo regime, onde as suspeitas de um plano de fuga ou da deserção para o inimigo foram elevadas a níveis altíssimos.<sup>410</sup> Além disso, para os cativos que dependiam de boatos para se informar do que acontecia, “as mensagens de espanhóis e insurretos podiam ser dúbias e [...] a insurreição podia representar promessa de liberdade, mas também possibilidade de prisão, exílio e execução”.<sup>411</sup>

O ano de 1869 começou com novidades para ambos os lados. Para os rebeldes de Puerto Príncipe, o desembarque de Manuel Quesada trouxe o engajamento forçado aos homens de 15 a 50 anos de idade, a proibição do comércio entre as cidades e a punição com a morte dos elementos hostis à revolução.<sup>412</sup> Entre os apoiadores da Espanha, o sentimento era de expectativa com a chegada de Domingo Dulce para o exercício de mais um mandato como capitão-geral de Cuba. Neste segundo termo, Dulce se apresentava como um enviado da “Revolução de Setembro”, sendo incumbido da tarefa de implementar as diretrizes do Governo Provisório espanhol na ilha.

Em sua carta inaugural endereçada ao público, o oficial expressou o compromisso que a Metrópole assumira em devolver aos súditos locais sua “dignidade” e “cidadania”, restituindo-lhes o direito ao voto e equiparando-os aos compatriotas europeus, de modo que “*desde hoy la Isla de Cuba se cuenta ya en el número de las provincias españolas*”.<sup>413</sup> Para os conspiradores e rebelados, sua mensagem foi de reprovação e censura: “*No hay libertad sin orden y sin respeto á las leyes. Quien voluntariamente abandona el terreno legal con que, por vez primera, se le brinda, es un malvado á quien deben juzgar los tribunales de justicia*”.<sup>414</sup>

Em outro panfleto, distribuído entre os civis que acompanharam o desfile organizado na véspera da posse de Dulce, Lersundi elogiou o patriotismo dos voluntários que se alistaram em oposição ao que chamou de o “*escándalo de Yara*”, entristecendo-se, unicamente, por não poder participar da pacificação total do território. Avaliando que, àquela altura, a ameaça de separação havia sido superada, Lersundi acrescentou: “*no queda ya más de él que una gran perturbación campestre en forma de partidas, faltas de todo, encerradas próximamente en el territorio donde nacieron en Octubre*”,<sup>415</sup> estando os rebeldes “*condenados á desaparecer ante la acción enérgica de los elementos poderosos de que dispondrá discretamente mi sucesor*”.<sup>416</sup>

---

<sup>410</sup> Cf. MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor**: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Campinas: Ed. Unicamp, 2015. p. 163, 166.

<sup>411</sup> Ibid., p. 164.

<sup>412</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 116-117.

<sup>413</sup> GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 129.

<sup>414</sup> Ibid.

<sup>415</sup> GELPÍ FERRO, op. cit., p. 97.

<sup>416</sup> Ibid.

Com sua partida no dia 5, Lersundi levou consigo os últimos vestígios do reinado de Isabel II, sendo tirados dos prédios públicos todos os quadros, bustos e imagens que remetessem à ela ou à sua dinastia, não escapando sequer a estátua que figurava em sua homenagem no Parque Central de Havana.<sup>417</sup> Deste momento em diante, cresceram também os associados aos batalhões de Voluntários, cujo arsenal e equipamentos eram custeados pelos próprios membros, enquanto, em outras cidades, foram fundadas milícias privadas através da iniciativa de fazendeiros e comerciantes ricos entusiasmados com a guerra.<sup>418</sup>

Alguns dias depois da posse, Dulce expediu dois decretos nos quais prometia criar uma “nova era” de liberdade e segurança individual para Cuba. No primeiro deles, revogou-se a existência dos tribunais militares excepcionalmente criados por Lersundi, ao passo que o segundo determinou a liberdade de imprensa e a extinção da censura, proibindo apenas as críticas à religiosidade e à escravidão, ao menos até que a Constituinte se posicionasse sobre os assuntos.<sup>419</sup> A 12 de janeiro, foi promulgada uma anistia geral estabelecendo a soltura de todos os presos políticos, o encerramento dos processos ligados ao tema e a concessão de um longo prazo de 40 dias para que os rebeldes retornassem aos lares e desfrutassem dos benefícios do acordo.<sup>420</sup>

No mesmo dia em que o indulto foi publicado, os habitantes da ilha foram chocados com a notícia do episódio mais dramático da guerra até o momento. Derrotados pelo general Villate na batalha de El Saladillo, os separatistas se dispersaram em pequenos bandos e, no caminho, evacuaram e queimaram sua capital, Bayamo. Mais uma vez, enquanto um dos lados descreveu o acontecimento como um gesto de resistência espontânea à proximidade do adversário, da perspectiva oficial, os moradores foram obrigados a atear fogo em suas próprias casas sob a ameaça de serem tratados como inimigos da revolução.

Nos meses seguintes, a ocorrência de saques e atos incendiários se converteu em uma realidade cada vez mais habitual nas áreas rurais de Cuba, com o periódico “*El Fanal*” estimando que, em um espaço de quatro meses, a soma dos danos materiais causados na região central, chegou a quase \$ 6 milhões.<sup>421</sup> Em uma carta enviada ao capitão-geral, Céspedes imputou às forças coloniais a autoria sobre a maior parte dos atentados, com os incêndios iniciados a mando dos

---

<sup>417</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 265, 741. (Nota 13).

<sup>418</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 116.

<sup>419</sup> Cf. *Ibid.*, p. 110-111.

<sup>420</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 136-137.

<sup>421</sup> Em “Pesos Fuertes”. Cf. *Ibid.*, p. 177

rebelados se limitando a ações isoladas que tencionavam “*hacerles comprender [...] que no hay sacrificio alguno que nos amedrente*”.<sup>422</sup> Retido em Bayamo pela escassez de soldados, Villate tentou estimular a reconstrução da cidade, partindo em retirada algum tempo depois.

Convencido de que o diálogo ainda era possível, Dulce enviou três missões confidenciais para negociar a paz com os sublevados. Todavia, antes mesmo de realizar-se o primeiro contato, as mediações foram frustradas pelo assassinato do “general” Augusto Arango,<sup>423</sup> então vinculado aos separatistas de Puerto Príncipe. Ocorrida em um clube, a 26 de janeiro, a morte gerou controvérsias sobre o que haveria, de fato, motivado o ataque. Para os insurretos, os responsáveis eram milicianos a serviço de Havana, enquanto que, para estes, a execução foi encomendada por Manuel de Quesada, que não tolerava a intenção de Arango em colaborar com a rendição de seus homens à anistia citada.<sup>424</sup>

Com a instituição da liberdade de imprensa, periódicos reformistas até então silenciados puderam voltar a circular, com outros novos sendo fundados e difundindo, por vezes, críticas duras aos *peninsulares* e elogios abertos ao separatismo, como nos jornais “*El Espectador Liberal*” e “*La Voz de Cuba*”.<sup>425</sup> Tendo um alcance um pouco mais limitado, publicações clandestinas como o “*La Verdad*”, “*Los Laborantes*” e “*El Cubano Libre*”, chegavam às mãos de numerosos cubanos desde o início da guerra, dedicando-se exclusivamente a patrocinar os ideais do independentismo. Semelhantes a estes, contrabandeavam-se também alguns números do “*El Pueblo*”, “*El Boletín de la Revolución*” e do “*La Revolución*”, com todos eles originados em Nova York. Entre a imprensa governista, destacavam-se a “*Gaceta de la Habana*” (oficial) e o “*Diário de la Marina*”.

Desmoralizado pelo fracasso das tentativas de conciliação e o inesperado comportamento crítico da imprensa, em fevereiro de 1869, o regime foi novamente contrariado por outro grande revés no interior da ilha. No dia 7, organizados na fazenda “*El Cafetal*”, os associados da Junta Revolucionária de Villa Clara pronunciaram uma terceira declaração de independência. Tal como observado em Puerto Príncipe, os sublevados não se renderam a autoridade de Céspedes, optando pela formação de um governo local encabeçado por seu líder, Miguel Jerónimo Gutierrez. Ao lado

---

<sup>422</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 747. (Nota 35).

<sup>423</sup> Augusto era irmão de Napoleón Arango, à época já indisposto com os separatistas por sua visão “pessimista” da guerra e a insistência em realizar algum acordo de paz. Substituído por Manoel de Quesada na posição de “general em chefe”, Napoleón chegou a ser preso pelos colegas pouco antes de desertar para o inimigo, em 1870.

<sup>424</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 118-119.

<sup>425</sup> Cf. ZARAGOZA, op. cit., p. 275, 748. (Nota 38).



de Villa Clara, outras cidades importantes da região, como Remédios, Trinidad, Sancti Spíritus, Cienfuegos e Sagua, também registraram desdobramentos colaterais do levante.<sup>426</sup>

Com a insurreição a cada dia mais próxima de Havana, a política moderadora de Dulce começou a se deteriorar. Onipresente em toda a ilha, a instabilidade já afetava até mesmo o Departamento Ocidental, onde embora nunca tenham se sucedido confrontos diretos entre as forças legais e os separatistas, não raro, ocorreram tumultos urbanos e repetidas demonstrações de simpatia ou adesão à revolta. Para Gelpí Ferro, o Ocidente cubano chegou a render até 3 mil homens de “raça branca” à rebelião, sendo que muitos deles eram herdeiros irresponsáveis ou rapazes provenientes da “*juventud extraviada de la Universidad y de los colegios*”.<sup>427</sup>

Passados trinta dias da entrada em vigor da anistia, Dulce afirmou terem se enganado os que notaram como fraqueza a tolerância exercida por seu governo e, acusando os insurretos de terem agido com “*mala voluntad*” e “*absurda ingratitud*”, assinou um novo decreto que restabeleceu a censura prévia, restringiu a circulação de jornais aos que tivessem a aprovação do Estado e devolveu a apreciação dos delitos políticos à jurisdição militar.<sup>428</sup> No dia 18, as limitações foram ampliadas, passando a incluir a proibição do comércio em todos os portos do centro-leste da ilha que não dispusessem de aduanas próprias e funcionais.<sup>429</sup> A medida visava deter o ingresso ilegal de armas que já ocorria em determinadas áreas desprotegidas do litoral.<sup>430</sup>

Superados os desafios iniciais, em fevereiro de 1869, o levante separatista ainda não estava formalmente consolidado. Separado em três movimentos que eventualmente se comunicavam, as ações descoordenadas de cada núcleo “revolucionário” não colaboraram, como se esperava, com o alcance efetivo da independência. Desorientado em Havana, o regime sofria para lidar com uma situação que acreditava, erroneamente, ser similar às outras inúmeras e efêmeras rebeliões do passado. Para obterem a vitória, os separatistas teriam de formar uma unidade estratégica capaz de melhor aproveitar os seus limitados recursos. É sobre esse processo de unificação da revolta que o subtítulo a seguir pretende se debruçar.

<sup>426</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 183-184.

<sup>427</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 27.

<sup>428</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 751-752. (Notas 8-9).

<sup>429</sup> Cf. *Ibid.*, p. 753. (Nota 16).

<sup>430</sup> Um dos mais conhecidos era o porto informal de Guanaja, que situado há alguns quilômetros ao norte de Puerto Príncipe, era empregado na troca do gado capturado nas cercanias pelos rebeldes por armas trazidas em navios de carga vindos de Nassau, nas Bahamas. Cf. GARCIA VERDUGO, op. cit., p. 189, 191.

### 3.3 Da ascensão ao impasse: a formação da república e a continuidade da guerra

Passados alguns meses desde o Grito de Yara, a extensão dos territórios ocupados pelo levante permaneceu pequena se comparada a totalidade da ilha, restringindo-se, essencialmente, à algumas vilas e propriedades rurais. Por outro lado, no exterior, a continuidade da guerra chamou a atenção de leitores e periodistas, cujos artigos angariaram o apoio de cidadãos e estadistas em diferentes países. No México e na Venezuela, reuniões públicas manifestaram a aprovação à independência cubana, enquanto, nos Estados Unidos, organizações voluntárias chamadas de “*juntas de señoras*” foram instaladas em Washington, Baltimore, Filadélfia, Nova York e Nova Orleans para arrecadar doações em dinheiro à insurreição.<sup>431</sup>

Elogiados pela imprensa e raramente incomodados pelas autoridades federais, os separatistas cubanos constituíram ali uma verdadeira base de articulação política e preparação estratégica para o envio de armas e munições à ilha. De 1868 em diante, os Estados Unidos foram também “*los más abiertos acogedores de cubanos*”,<sup>432</sup> sendo o incremento da imigração caribenha e a facilidade de acesso à cidadania local, o causador de um eleitorado novo capaz de influenciar, por intermédio do voto “em bloco”, a eleição de alguns deputados, em tese, alinhados aos interesses cubanos. Especialmente eficiente em determinados distritos da Flórida, esse fenômeno conquistou a atenção dos candidatos que passaram a disputar essa fatia do eleitorado em troca da promessa de apoio à separação.<sup>433</sup>

Provavelmente ciente das interações entre Ulysses Grant e a extinta Junta Revolucionária de Havana, Céspedes contactou o general, então na iminência de tomar posse, em uma carta do dia 1º de março de 1869. Nela, o líder rebelde apontou que em sua ilha “*la unanimidad de las masas del pueblo por la república es fatal*”,<sup>434</sup> dizendo ter sob às suas ordens 70 mil homens “*organizados y gobernados bajo los principios de las leyes militares de los pueblos civilizados*”.<sup>435</sup> Identificado como “*la nación civilizada más inmediata a Cuba*”, aos Estados Unidos foi requerido o

<sup>431</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 241.

<sup>432</sup> CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 61.

<sup>433</sup> Cf. POYO, Gerald E. Cuban Revolutionaries and Monroe County Reconstruction Politics, 1868-1876. **The Florida Historical Quarterly**, v. 55, n. 4 (Apr. 1977), p. 407-422. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/30145986?seq=1>>. Acesso em: 07 nov. 2020. p. 408-411.

<sup>434</sup> GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 309.

<sup>435</sup> Ibid.

“*incuestionable derecho de reconocimiento*” da independência cubana, cujos valores e interesses financeiros eram “*idénticos y recíprocos por naturaleza*”.<sup>436</sup>

Ao tempo em que os separatistas tratavam de conseguir algum apoio estrangeiro, em Havana, Dulce voltou à carga com novas medidas de repressão. A 21 de março, 250 presos acusados de “*laborantismo*” foram deportados para Fernando Pó à mando do capitão-geral.<sup>437</sup> Pouco depois, em 15 de abril, Dulce embargou os bens de mais 16 “*laborantes*”,<sup>438</sup> incluindo em sua lista José Morales Lemus e Antonio Fernández Bramosio, ambos ex-comissionados à Junta de Informação.<sup>439</sup> Em meados de maio, a apreensão do bergantim “*Mary Lowe*” revelou o quão avançados estavam os planos de reabastecimento da insurreição. Saído de Nova York, o barco levava 6 canhões, cerca de 4 mil fuzis e uma diversidade de calçados e munições, sendo flagrado em contatos suspeitos com dois navios de patrulha peruanos que rondavam o Caribe.<sup>440</sup>

A perda do “*Mary Lowe*”, no entanto, esteve longe de pôr fim ao tráfico clandestino de armas para Cuba. Ainda naquele ano, operações bem-sucedidas partiram das ilhas Bahamas e dos Estados Unidos, com outras mais sendo tramadas posteriormente nos portos do México, Venezuela e República Dominicana. Abastecidos no meio do percurso, os barcos zarpavam com a conivência das autoridades locais que, por vezes, sabiam do estoque de materiais bélicos em seus portos.<sup>441</sup> Apesar disso, os separatistas continuaram a enfrentar a carência de meios adequados para o combate, chegando a ter de apelar para o reuso de armas deixadas em campo pelo inimigo e até para a fabricação de canhões rudimentares de madeira, couro e bronze.<sup>442</sup>

Quando escolheram se rebelar contra a Espanha, cada Junta Revolucionária optou pela formação de um governo próprio com características ímpares. No episódio de Yara, Céspedes proclamou-se “general em chefe”, defendendo uma ditadura centralizada até que a independência

<sup>436</sup> GELPÍ FERRO, Gil. **Album histórico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>> Acesso em: 27 dez. 2019. p. 309.

<sup>437</sup> Cf. ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 28 jan. 2020. p. 328.

<sup>438</sup> O termo “*laborante*” foi empregado pelas autoridades e escritores pró-Espanha para se referir aos separatistas cubanos durante a Guerra dos Dez Anos. Uma das versões mais conhecidas da sua origem está no lançamento do artigo “*Laboremus*” pelo periodista Rafael María Merchán. Publicado, em 1868, em um jornal de Havana, o texto convocava os insulares a se libertar pela luta, tornando-se um ícone do separatismo. Cf. *Ibid.*, p. 749. (Nota 51).

<sup>439</sup> Cf. *Ibid.*, p. 770-771. (Nota 16).

<sup>440</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 201.

<sup>441</sup> Cf. DOMINGO ACEBRÓN, María Dolores. La Junta de Información em Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020. p. 244, 248.

<sup>442</sup> Cf. SARMIENTO RAMÍREZ, Ismael. La Artillería rudimentaria en la Guerra de Cuba. **Militaria. Revista de cultura militar**, Madrid, n. 15, p. 85-118, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/MILT/article/view/MILT0101120085A>>. Acesso em: 10 nov. 2020. p. 86-88.

fosse obtida e um sistema republicano tivesse os meios de ser implantado.<sup>443</sup> Para os sublevados de Puerto Príncipe, o ideal representativo já deveria ser respeitado desde o começo, motivo pelo qual organizaram um “Comitê” que atuaria como órgão legislador provisório. Já em Villa Clara, a solução passou por um modelo “neutro”, em que a autonomia dos núcleos locais foi preservada a despeito de também reconhecerem a autoridade de um líder geral que os governasse.

Tal divisão foi amplamente explorada pelos autores legalistas da época, que a interpretaram como uma tendência inerente ao movimento insurreto. Assim, para o escritor Garcia Verdugo, “*si por su mal llegasen à conseguir los cubanos su independencia, estarían unidos por interés común para conseguirla, pero el día del triunfo seria el principio de su disolución*”,<sup>444</sup> enquanto para Gelpí Ferro, “*tan pronto como estuvieran en posesión de su independencia se habrían de dividir en tres ó cuatro repúblicas rivales [...] pues todos los gobernantes aspirarían á la unidad, pero todos pretendiendo el predominio de sus poblaciones respectivas*”.<sup>445</sup> Na leitura de ambos, a retirada da Espanha traria a ruína aos cubanos, estimulando a guerra infundável e a rebelião dos escravos instigados pelo Haiti. Garcia Verdugo foi ainda mais longe, denunciando a intenção dos Estados Unidos de “desaguar” sua maré de negros indesejados no território de Cuba.<sup>446</sup>

Afim de solucionar as diferenças que os apartavam, os separatistas se reuniram, em 10 de abril, na pequena vila de Guáimaro, a meio caminho entre Las Tunas e Puerto Príncipe. Presentes as lideranças dos três grupos rebeldes, o objetivo era unificar a revolta através de uma constituinte, determinando os princípios básicos sobre os quais a república cubana seria fundada. Formada por treze membros e outros dois secretários, com estes últimos responsáveis pelo esboço a ser debatido, a reunião foi presidida por Céspedes, passando logo à leitura e votação dos artigos.

Aprovado no mesmo dia com relativa tranquilidade, o texto final adotou uma forma enxuta e praticamente restrita aos procedimentos administrativos. Em seus 29 artigos, a Constituição<sup>447</sup> estabeleceu a divisão de poderes do Estado entre o executivo, legislativo e judiciário, prevendo a autonomia de cada um. O mais mencionado entre os três foi o legislativo, cujas funções residiam na “Câmara de Representantes” composta pelos eleitos nos quatro estados em que a ilha foi dividida, a saber: Oriente, Camagüey, Occidente e Las Villas. Para estar apto a ser tornar um

<sup>443</sup> Em janeiro de 1869, pouco depois da queda de Bayamo, Céspedes sofreu uma tentativa de golpe por um de seus generais, Donato Mármol, cujo desfecho foi negociado em favor do primeiro alguns dias depois. Cf. COLLAZO, Enrique. **Desde Yara hasta el Zanjón**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Instituto del Libro, 1967. (Centenario 1868). Disponível em: <<https://archive.org/details/DesdeYaraHastaElZanjn>>. Acesso em: 10 nov. 2020. p. 10.

<sup>444</sup> GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 22.

<sup>445</sup> GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>> Acesso em: 27 dez. 2019. p. 41.

<sup>446</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, op. cit., p. 24.

<sup>447</sup> Para o documento na íntegra, confira o Anexo 3.

“representante”, foi exigido que se tivesse, ao menos, 21 anos completos, enquanto que, para ocupar a presidência, cobrou-se o nascimento em território cubano e a idade mínima de 30 anos.

Pelo Art. 7º, a eleição presidencial foi atribuída à Câmara, bem como a escolha do general em chefe que estaria subordinado ao executivo. Aos ocupantes dos altos cargos de governança, foi garantida a imunidade legal até que a Câmara consentisse em remetê-los ao judiciário. Entre as prerrogativas da casa, também estavam a aprovação de empréstimos e impostos, as declarações de guerra e paz, a deposição de seus nomeados (incluindo o presidente) e a ratificação de tratados e medidas de mobilização militar. Sem estipular um mandato específico, a Constituição concedeu ao presidente o poder – reversível – de veto, impondo que a Câmara estivesse em sessão permanente até o fim da guerra.

No Art. 26, aboliram-se os privilégios e dignidades especiais, com o Art. 28 vedando o ataque às liberdades de culto, imprensa, reunião e ensino, bem como a ameaça do Estado a qualquer direito “*inalienable del pueblo*”. Finalmente, embora o Art. 24 definisse que “*todos los habitantes de la República son enteramente libres*”,<sup>448</sup> a Constituição não impediu que os escravos permanecessem sob a tutela de um “Reglamento de Libertos”,<sup>449</sup> criado em julho daquele ano, com o Art. 25 contradizendo a disposição anterior ao obrigar os cidadãos à prestação de serviços à república conforme sua aptidão.<sup>450</sup>

Encerrada a votação, os constituintes foram jurados “deputados”, sendo as funções de Estado distribuídas entre os antigos líderes de cada Junta. Deste modo, Céspedes foi eleito presidente, tendo Vicente Aguilera como vice. Salvador Cisneros foi elevado à presidência da Câmara, sendo Jerónimo Gutierrez o indicado para substituí-lo. Manuel de Quesada foi confirmado no cargo de general em chefe, enquanto Morales Lemus – que se encontrava em Washington para audiência com Ulysses Grant e o secretário de Estado, Hamilton Fish – tornou-se o “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário” de Cuba nos Estados Unidos.

Atuante em Nova York desde o retorno de Dulce a Cuba, Morales Lemus converteu a “Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico” na “Junta Revolucionária Cubana” que, dirigida por ele, teve o porto-riquenho Francisco Basora como tesoureiro.<sup>451</sup> Rebatizada, pouco depois,

---

<sup>448</sup> Grifo nosso.

<sup>449</sup> Abolido apenas em dezembro de 1870, o Regulamento ditava, entre outras coisas, a aplicação do trabalho compulsório aos libertos, a proibição do abandono da propriedade em que estes servissem sem a permissão do patrono, a imposição de horários fixos de trabalho e a suspensão eventual dos dias de descanso para “fins disciplinares”. Cf. SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora UNICAMP, 1991. p. 65.

<sup>450</sup> Modificado, em 28 de julho, para: “*Todos los ciudadanos de la República se considerarán soldados del Ejército Libertador*”.

<sup>451</sup> Cf. VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX: antología**. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004. p. 489.

como “Junta Central Republicana de Cuba e Porto Rico”, a organização financiou jornais e propagandas separatistas, engajando-se na tentativa de provocar a intervenção dos Estados Unidos na guerra de Cuba. Seus esforços iniciais, contudo, renderam só um pedido de calma do presidente Grant que, ainda naquele ano, negociou com a Espanha a quarta e última oferta de aquisição da ilha. Em outra frente, os deputados norte-americanos aprovaram uma moção de apoio à independência cubana, oferecendo ao executivo a chance – não concretizada – de reconhecê-la.<sup>452</sup>

Ao assumir a presidência, Céspedes proferiu, em seu breve discurso, que os cubanos haviam firmado “*el solemne compromiso de consumir su independencia ó perecer en la demanda: en el acto de darse un gobierno democrático, el de ser republicano*”.<sup>453</sup> A fundação da República “em armas” foi sucedida pelo esforço de seus genitores para a obtenção do reconhecimento internacional de sua soberania, todavia, a conquista desse *status* foi circunscrita a somente três países (a Bolívia – em junho – e o Peru – em agosto – de 1869 e a Guatemala – em abril de 1875), com praticamente todos os outros ignorando o conflito cubano ou preferindo manter-se em neutralidade, preocupados com as reações diplomáticas da Espanha.

Mas se os cubanos falharam em promover sua admissão no rol dos Estados reconhecidos da época, o mesmo não se pôde dizer de sua condição de beligerância, cuja outorga garantiu aos sublevados algum nível de legitimidade, tornando-os combatentes de uma guerra “lícita” ao invés de continuarem sendo apenas rebeldes em uma crise interna. O primeiro a oferecer tal benefício foi o México, cujo presidente foi respaldado pelo parlamento local alguns dias antes de a Constituição de Guáimaro ser aprovada.<sup>454</sup> O acontecimento foi precedido pela abertura dos portos mexicanos ao separatismo, facilitando o trânsito de armas para a ilha. Ainda em 1869, três outros países reconheceram a beligerância cubana, com mais três os sucedendo nos anos seguintes.<sup>455</sup>

Para as autoridades de Havana, o desafio era lidar com o desgaste gerado pelo prolongamento da guerra no decorrer do governo Dulce. Desacreditado e enfermo, o capitão-geral era criticado pela clemência e lentidão com que lidara com a crise, fazendo-o ser questionado até mesmo pelos militares subalternos, cuja reunião secreta, em fins de maio, recomendou-lhe que abandonasse prematuramente o posto. Surpreendido pela ideia, o oficial não objetou a tentativa de

<sup>452</sup> Cf. CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020. p. 200-201.

<sup>453</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 262.

<sup>454</sup> O gesto foi agradecido em correspondência pessoal de Céspedes a Benito Juárez, em 9 de junho daquele ano. Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 33-34.

<sup>455</sup> Trataram-se do Chile, em abril, da Bolívia, em julho, e do Peru, em agosto de 1869, com a acréscimo da Colômbia, em fevereiro de 1870, El Salvador, em setembro de 1871, e da Guatemala, em abril de 1875. Cf. IZAGUIRRE, José María. **Asuntos cubanos**: colecciones de artículos y poesías. New York: Imprenta América, 1896. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000127217>>. Acesso em: 14 out. 2020. p. 106-109.

derrubá-lo, telegrafando à Metrópole seu pedido de demissão ao mesmo tempo em que indicava a intenção de permanecer no cargo até a chegada de seu sucessor.<sup>456</sup>

Contudo, a decisão – provavelmente desconhecida do grande público – não satisfez aos *peninsulares* mais exaltados com a inação do exército nos arredores de Las Villas. Hostilizados na capital, em 31 de maio, os oficiais Pelaez e Modet, que comandavam a operação, tiveram de fugir para os Estados Unidos para escapar à fúria dos manifestantes. Respalhada pelos Voluntários,<sup>457</sup> uma comissão exigiu que Dulce se retirasse imediatamente, com a cavalaria se recusando a arremeter contra a multidão que se formara, na noite posterior, diante do palácio. Sem ter os meios de controlar a situação, Dulce entregou o cargo à autoridade protocolar de turno,<sup>458</sup> rumando em definitivo para a Espanha apenas quatro dias depois.

A derrocada de Domingo Dulce só encontrava precedentes no caso de Vicente Raja que, em 1717, renunciou ao governo da ilha após ser pressionado por uma revolta de tabaqueiros na capital. Preocupados com a impressão negativa que sua presença no golpe pudesse suscitar, os Voluntários escreveram um manifesto para explicar os motivos que os levaram a colaborar com uma atitude tão drástica. Na abertura, o documento questionou a velocidade com que as reformas estavam sendo operadas, facilitado os meios de ação e comunicação dos separatistas sem considerar que Cuba tinha “*su manera de ser especial [...] donde hay diversidad de razas y derechos fundados en esta divergencia*”.<sup>459</sup>

Na sequência, a abordagem conciliadora de Dulce foi duramente atacada, com a liberdade de imprensa e a anistia de janeiro sendo descritas como um incentivo à conspiração na ilha, enquanto “*la conducta débil del gobernante dio ocasión a la anarquía [...] limitando la acción de nuestras fuerzas*”.<sup>460</sup> No entendimento dos redatores, o capitão-geral vinha menosprezando, sistematicamente, os apelos de moradores vitimados pela revolta, chegando ao extremo de anular o avanço das forças coloniais, proibindo-as, inclusive, de abrirem fogo contra o inimigo até mesmo no caso de um assalto inesperado.<sup>461</sup>

<sup>456</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 300.

<sup>457</sup> Milícia paramilitar criada, em 1855, para auxiliar o exército no patrulhamento e na defesa de Cuba. Também conhecido como os “Voluntários do Comércio”, o grupo era integrado, majoritariamente, por *peninsulares* de 16 a 50 anos de idade, com treinamento básico e geralmente voltado à segurança dos fortes, cidades e prisões. Fortalecidos em número e poder durante a Guerra dos Dez Anos, os Voluntários saltaram de 35 mil para 80 mil membros no período. Cf. PADILLA ÂNGULO, Fernando J. **Volunteers of the Spanish Empire (1855-1898)**. 2018. 265 f. Theses (Degree of Doctor of Philosophy) - School of Modern Languages, University of Bristol, Bristol, 2018. Disponível em: <<https://research-information.bris.ac.uk/en/studentTheses/volunteers-of-the-spanish-empire-1855-1898>>. Acesso em: 27 nov. 2020. p. 15-16, 19, 28.

<sup>458</sup> 2º Cb. Gen. Felipe Ginovés Espinar.

<sup>459</sup> GARCIA VERDUGO, op. cit., p. 306.

<sup>460</sup> Ibid., p. 307.

<sup>461</sup> Cf. Ibid., p. 308.

Quanto aos eventos que culminaram na remoção de 1º de junho, o manifesto argumentou que a inconformidade se originou dos elogios oficiais à Pelaez e Modet, contrariando frontalmente o sentimento de reprovação da maioria dos populares. Fiéis ao governo até o último instante, os Voluntários só cogitaram a “conveniência” da demissão de Dulce depois que sua ordem – de que se efetuassem disparos contra o público – se espalhou pela cidade, causando o choque e a demanda unânime pela entrega “respeitosa” da referida recomendação.<sup>462</sup> Empenhado em rebater qualquer aparência de um golpe, o panfleto insistiu na lealdade dos cubanos ao sucessor legal de Dulce, bem como na aceitação de qualquer outro governante que a Metrópole viesse a indicar.<sup>463</sup>

Os acontecimentos narrados marcaram uma virada no posicionamento espanhol diante da Guerra de Cuba, inaugurando uma fase de enfrentamento à rebelião que se estendeu por mais nove longos anos. Em seu decurso, as nomeações para o cargo de capitão-geral passaram por até onze mudanças, transparecendo a instabilidade que permaneceu rondando a governança da ilha. Paralelamente, os insurretos se depararam com uma realidade cada vez mais distante da que haviam idealizado, com a presidência de sua “república” sendo exercida por outras cinco pessoas até a assinatura da rendição final.

Dentre os mentores iniciais do separatismo, o primeiro a morrer foi José Morales Lemus, cujos esforços tão pouco frutíferos nos Estados Unidos chegaram ao fim em 1870. No ano seguinte, Gutierrez foi alvejado em seu acampamento, enquanto, deteriorado pelo avanço do sectarismo no movimento, Céspedes foi removido da presidência em 27 de outubro de 1873, deixando a vida, meses depois, numa emboscada inimiga. Ofuscado desde o Grito de Yara, Vicente Aguilera seguiu ocupando funções secundárias, passando ao exterior, em 1871, na tentativa de organizar uma expedição que os impulsionasse rumo à vitória. Frustrado nesse propósito, Aguilera faleceu doente em Nova York, faltando apenas um ano para o fim da guerra.

Único a sobreviver ao conflito dentre as lideranças de 1868, Cisneros Betancourt governou a república de 1873 a 1875, passando depois aos Estados Unidos onde colaborou com os planos da guerra de 1895. Firmado em fevereiro de 1878, o Pacto de Zanjón pôs fim oficialmente às hostilidades, introduzindo medidas como a liberdade de imprensa, o direito ao voto e a legalização das agremiações políticas. Apesar de não haver conquistado o mais importante de seus objetivos, a independência de Cuba, o Grito de Yara continuou a inspirar novos adeptos do separatismo na ilha, simbolizando o quão distante uma modesta revolta, iniciada em condições improváveis e

---

<sup>462</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 309-310.

<sup>463</sup> Cf. *Ibid.*, p. 311.



engajada por uma pequena parcela do público, poderia chegar sob a influência das convicções e dos incentivos corretos.

Conhecidos os aspectos gerais que perfizeram o levante cubano e seu antecessor porto-riquenho, é chegado o momento de efetuar a comparação de ambos os casos com o objetivo de determinar quais foram os elementos que colaboraram com o relativo sucesso do episódio de Yara frente ao imediato infortúnio do Grito de Lares. Para tanto, exploremos no capítulo a seguir algumas das hipóteses mais viáveis para a compreensão dos causadores dessa notável disparidade, apreciando, em cada ilha, o quanto elas puderam influenciar na obtenção daqueles resultados.

## **CAPÍTULO 4**

### **AVALIANDO AS HIPÓTESES: O SEPARATISMO ANTILHANO EM 1868**

Doze horas de insurreição frente à uma guerra civil de quase uma década. Quando opostos a partir de seus resultados, é improvável que os gritos de Lares e Yara sejam encarados como eventos minimamente semelhantes entre si. Contudo, essa percepção preliminar é transformada ao compará-los pelo critério de seus primeiros atos e objetivos, trazendo à tona uma variedade surpreendente de elementos e ocorrências em comum. Conforme visto nos capítulos anteriores, em ambos os casos, a proximidade cronológica e contextual daqueles levantes foram apenas algumas das similitudes também verificadas em seus respectivos processos de planejamento, organização e execução.

Em se tratando dos preparativos, os documentos evidenciaram a convergência entre os separatismos cubano e porto-riquenho em sua intenção de inaugurar um novo regime pautado pelos princípios do liberalismo, então compreendido como aquele capaz de resguardar as liberdades individuais, garantir o livre exercício da expressão oral e escrita e defender o usufruto da propriedade privada. Ao lado destas, a abolição da escravidão foi assumida como um princípio a ser aplicado em consonância com a conquista da liberdade política, embora sua execução tenha enfrentado, em solo cubano, uma expressiva recusa à extinção imediata do dito regime, perpetuando-o por intermédio de subterfúgios legais como as “tutelas” e “regulamentos” até que o levante estivesse, enfim, unificado e consolidado.

Outra proximidade anteriormente encontrada manifestou-se no espírito de legalismo que motivou a confecção das constituições voltadas à ordenação e legitimação das “revoluções” em curso. Assim, seja na “Constituição Revolucionária” porto-riquenha, de 1868, ou na magna-carta que originou a “República em Armas de Cuba”, em 1869, a preocupação com a criação de instituições capacitadas a orientar a transição para uma realidade independente, ao mesmo tempo em que buscavam representar os interesses de seus futuros cidadãos, tornou-se um lugar comum no pensamento da maioria das lideranças separatistas de ambas as ilhas.

Quanto aos instrumentos de ação empregados na elaboração das revoltas, foi perceptível a geração de ambiciosas redes de aliciamento e conspiração que, permeadas pelo sigilo, apostaram na cumplicidade e na convivência entre os envolvidos para garantir a divulgação de panfletos, ideias e discursos subversivos, aproveitando-se dos clubes, sociedades e estabelecimentos da maçonaria para formar espaços de sociabilidade e articulação política. Distribuídos em pequenos núcleos submetidos a uma estrutura hierárquica, os separatistas não demoraram a buscar novos contatos no exterior, ganhando o apoio ou a conivência de autoridades nos Estados Unidos, territórios coloniais contíguos e até em algumas das repúblicas hispano-americanas.

Bradando a tese de ampla rejeição à negociação e ao reformismo, o independentismo de 1868 manifestou o seu desejo de conceber uma identidade nacional própria que, apesar de incipiente, foi esboçada como um amálgama das culturas localmente produzidas com as heranças importadas da Metrópole, sendo o resgate de personagens e expressões indígenas um elemento especialmente forte em Porto Rico. Interessados em figurar entre as “nações civilizadas” de seu tempo, os separatistas apostaram na depreciação da governança espanhola, retratando-a como corrupta, negligente e tirânica, em contraste com o que alegavam ser sociedades insulares plenamente amadurecidas para assumirem o controle de seu próprio destino.

Pode-se ainda fazer menção à quase equivalência do número aproximado de implicados nos atos que deram origem aos gritos de Lares e Yara, tal como a prevalente carência de armas, munições e equipamentos adequados para a guerra. Como indicado nos capítulos 2 e 3, delações inesperadas turvaram os planos inicialmente traçados por ambos os grupos, forçando a execução improvisada das rebeliões previstas. Da mesma forma, a dependência de expedições clandestinas vindas do estrangeiro foi um fator de peso tanto em Cuba quanto em Porto Rico, não sendo muito distintos os espaços de pobreza e distanciamento geográfico em relação às capitais onde os levantes aconteceram em cada ilha.

Porém, a despeito das inúmeras coincidências listadas acima, ainda nos resta compreender o que teria ocasionado a obtenção de resultados tão diferentes entre revoltas com tamanho grau de semelhança. Acerca disso, é importante lembrar que a intenção desta pesquisa não se limita a realizar uma compilação dos afastamentos e proximidades observados nas ocorrências de Lares e Yara. Em vez disso, esta seção se dedica a comparar os eventos apresentados por intermédio da exposição às hipóteses que mais se aproximam de oferecer uma explicação razoável ao surgimento dessa disparidade.

Entre as situações a serem exploradas, avaliaremos em que medida as distinções de organização podem ter influenciado as virtuais possibilidades de sucesso em cada episódio; até que ponto o moral superior dos sublevados e o relativo acesso facilitado às armas foram, de fato, uma realidade em Cuba; se é plausível dizer que a reação das autoridades foi mesmo decisiva para o insucesso em Porto Rico; de que modo as capacidades de mobilização inicial podem ter afetado a trajetória de algum dos movimentos; e quais os limites em considerar a tentativa porto-riquenha como uma vítima do excesso de expectativas em relação ao conflito. Isto posto, passemos à análise interpretativa destes quesitos.

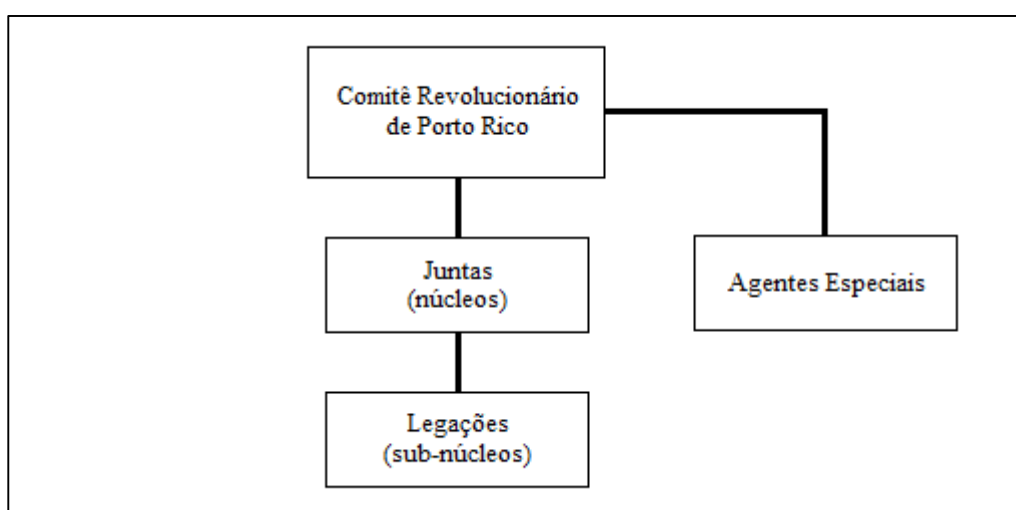
Na primeira hipótese a ser testada, tomaremos como objeto os diferentes modelos de organização e distribuição de poder empregados por cada ramo do independentismo antilhano. Partindo da ideia de que tais estruturas determinaram elementos importantes como a tomada de

decisões e a elaboração dos planos, a definição do modo como as missões deveriam ser repassadas e obedecidas, a coleta de donativos ou a aquisição de armas e suprimentos, a admissão de novos membros e até a consumação dos levantes, é natural supor que o relativo sucesso da insurgência cubana estivesse ligado, de alguma maneira, à adoção de um sistema mais adequado às necessidades que aquele tipo de revolta exigia em campo.

Caso esta perspectiva seja provada correta, o malogro porto-riquenho poderá ser interpretado como o resultado da incapacidade de sua alternativa em se adaptar à realidade do conflito, dando abertura a vulnerabilidades posteriormente não replicadas nos eventos de Cuba. Para que esta opção seja devidamente aferida, retomaremos alguns detalhes acerca dos procedimentos que configuraram as insurreições de Lares e Yara, analisando quais foram as vantagens e desvantagens observadas em cada modelo, seja nos períodos que antecederam aos levantes, seja na própria execução dos mesmos.

No caso de Porto Rico, a percepção comumente encontrada na historiografia que versa sobre o tema, segundo a qual o separatismo da ilha não desfrutava da “intensidade” necessária ao alcance de seus propósitos, pode ser entendida como uma crítica às habilidades de organização elaboradas por aquele grupo, tratando-as como inferiores ou menos desenvolvidas. Todavia, conforme exposto no capítulo 2, esta afirmação demonstrou-se frágil ao descobrirmos o quão complexa e detalhada foi a estrutura destinada à coordenação de suas atividades conspirativas, cuja hierarquia pode ser esboçada pela figura a seguir.

**Figura 2** - Organograma hierárquico do movimento separatista de Porto Rico.



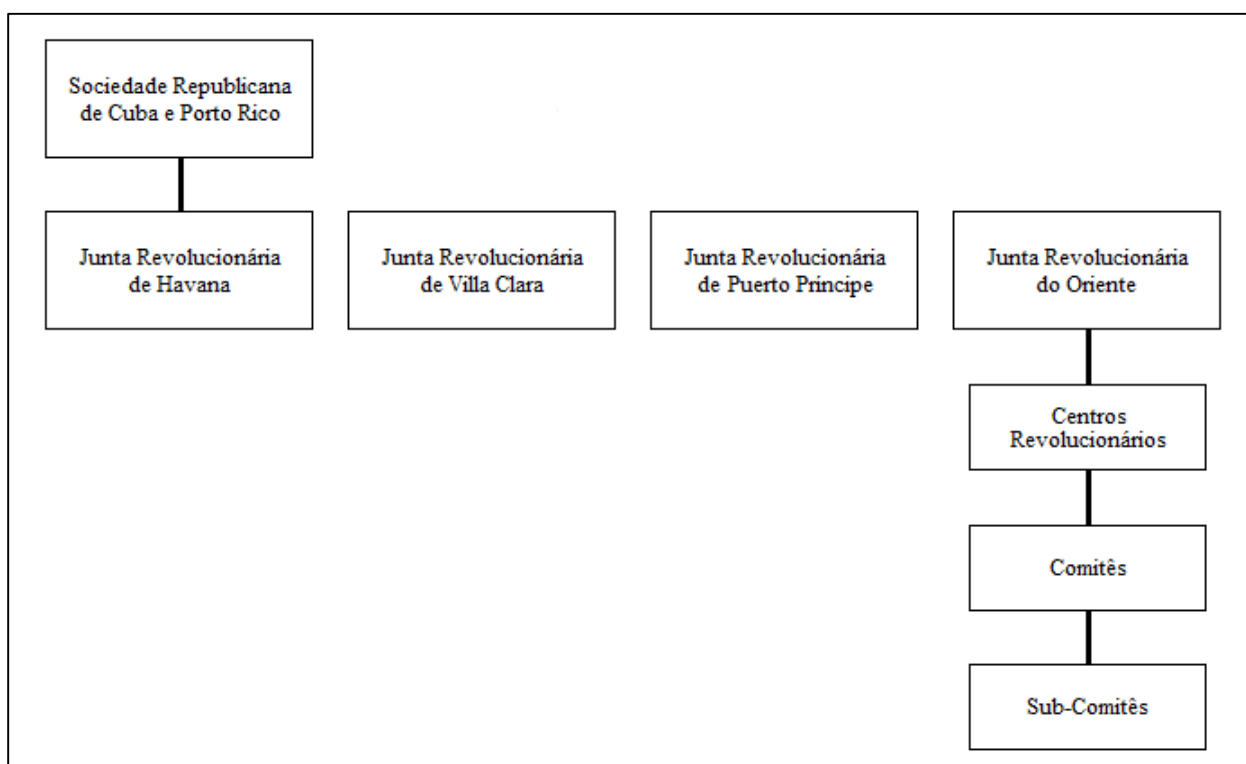
Fonte: Do autor.

No organograma exibido, verificamos a existência de uma estrutura centralizada de poder onde a liderança era exercida pelo “Comitê Revolucionário”, encabeçado pelo médico e escritor Ramón Emeterio Betances. De sua base, em Santo Domingo, o Comitê expedia suas diretrizes aos

segmentos locais da Antilha, cuja autonomia se restringia à criação de regulamentos internos para determinar os procedimentos cotidianos de seus núcleos. Desprovidas de autoridade para intervir na estratégia-geral do movimento, as Juntas e Legações se limitavam aos papéis já mencionados de conquista e preparação de potenciais seguidores, divulgação de panfletos e ideais do separatismo, manutenção do moral elevado dos combatentes e a arrecadação regular de fundos.<sup>464</sup>

Pouco se sabe a respeito do nível efetivo de lealdade em relação às rígidas normas que balizavam o funcionamento da máquina separatista porto-riquenha, menos ainda sobre o papel ou a real existência dos comitês regionais que, supunha-se, operavam em alguns pontos da ilha, contudo, é certo que, ao menos em teoria, Betances manteve-se no topo da hierarquia ditando os caminhos pelos quais a revolução deveria seguir. Situação bastante diversa foi a encontrada em Cuba, onde a desunião e o regionalismo deram origem a um sistema fragmentado tal como o apresentado na figura abaixo.

**Figura 3** - Organograma hierárquico do movimento separatista de Cuba.



Fonte: Do autor.

Neste segundo esquema, nota-se a ausência de conexões diretas interligando as quatro “Juntas Revolucionárias” cubanas, reflexo do afastamento fundado não apenas no distanciamento geográfico, mas também, nas origens, pensamentos e práticas distintas, cuja existência dificultava

<sup>464</sup> Cf. ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac-7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac-7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 35-36.

a aproximação duradoura. Nesse sentido, as Juntas de Villa Clara e Puerto Príncipe se caracterizaram pela organização em pequenos núcleos, com um abundante grau de autonomia mútua e a aparente falta de um comando central e absoluto, embora fosse reconhecida a proeminência de alguns dos seus líderes em situações específicas. Como se viu no capítulo 3, estas Juntas ingressaram na guerra somente semanas ou meses depois do Grito de Yara, atuando praticamente em separado pelo menos até abril de 1869.

Sobre a Junta de Havana, cabe-nos destacar sua atuação mais conectada ao estrangeiro, sendo profundas as relações estabelecidas com os cubanos exilados nos Estados Unidos, onde mantinham um escritório bastante ativo de articulação política e propaganda, materializado na “Sociedade Republicana de Cuba e Porto Rico”. Acerca disso, apesar de terem se associado aos porto-riquenhos, as relações entre ambos os grupos não resultaram em qualquer influência ou planejamento em comum, limitando-se muito mais a um espaço de discussão.<sup>465</sup> Em território cubano, os insurgentes de Havana se dedicaram à introdução de manifestos e periódicos subversivos, assumindo a intermediação diplomática com o exterior ao ingressarem na guerra.

Sendo a mais jovem das quatro juntas, a do Oriente também exibiu uma estrutura mais ramificada e complexa que as demais, dando ênfase à organização hierárquica de seus membros, cuja quantia era, aparentemente, superior. Por ali, a divisão em quatro níveis denota a capilaridade alcançada pelo independentismo na região, bem como a oportunidade da formação de novos líderes futuramente capazes de exercitarem sua influência acima até da desfrutada por Francisco Aguilera, seu fundador e presidente. Foi bem daí que surgiu a chance de ascensão para o inflamado Céspedes, bem situado na direção do estratégico “Centro Revolucionário” de Manzanillo.

Em suma, autonomia e descentralização são as palavras que melhor definem o modelo adotado pelos conspiradores cubanos, sendo notório o contraste existente em relação ao que então era praticado por seus congêneres em Porto Rico. Mas como essas estruturas se comportaram ao serem postas em contato direto com a realidade da guerra? Teriam elas subsistido aos desafios, consolidando-se à medida que seus membros eram lançados em campo? Ou submetê-las ao teste da força fez com que as regras dos tempos de paz caíssem por terra ao simplesmente deixarem de corresponder ao anterior sentido?

Quando se rebelaram em suas respectivas ilhas, os separatistas cubanos e porto-riquenhos testemunharam a imediata ascensão de uma porção de autoridades em seu meio, que, sob a divisa de seus novos cargos, se impuseram sobre os demais insurretos como os guias supremos da revolução que lhes trariam a independência. Diferentes em cada evento, as hierarquias gestadas na

---

<sup>465</sup> Cf. HERNÁNDEZ RUIGÓMEZ, Almudena. 1868. Alcolea, Lares, Yara. ¿Una misma estructura de identificación política? *Quinto Centenario*, Madrid, v. 7, p. 55-81, 1985. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/view/QUCE8484110055A/1837>>. Acesso em: 22 ago. 2018. p. 77.

efervescência daqueles momentos traçaram os rumos a serem tomados pelas milícias rebeldes dali em diante, configurando um objeto de especial interesse para o presente estudo. Sendo assim, vejamos como esses processos se deram em cada caso.

Ao receber a notícia da detenção de Manuel González e a conseqüente exposição das atividades do núcleo “*Lanzador del Norte*”, Manuel Rojas decidiu precipitar o levante que os separatistas planejavam realizar em Porto Rico. Proprietário da fazenda “*El Triunfo*”, onde a insurreição começou com a chegada de apoiadores convocados às pressas, Rojas não exercera, até então, mais do que a presidência do chamado “*Centro Bravo*”, cuja importância se igualava à de tantos outros focos de conspiração na ilha.

Ausente dos documentos que mencionavam as lideranças superiores do movimento, Rojas assumiu o posto de comandante máximo do exército improvisado que se formara, reclamando para si a competência da condução das operações militares que se seguiram até a dissolução provocada pelo assalto a Pepino. Em outras palavras, o Grito de Lares não foi chefiado por Emeterio Betances, seu idealizador e mentor intelectual que, desde o início, esperava exercer esta função ao desembarcar com os reforços que prometera no dia acertado. Em seu lugar, ascendeu o fazendeiro Rojas, um subordinado local que resolvera tomar as rédeas do grupo enquanto ainda existia tempo.

Aparentemente, a autoridade de Rojas não foi questionada – ao menos no princípio – por seus seguidores e demais membros da trama, sendo que muitos se dispuseram a responder ao seu chamado vindos de outras partes além das cercanias de Lares. A exceção ficou por conta da ausência de dados sobre a participação efetiva dos núcleos restantes que conspiravam na zona oeste da ilha, cujo silêncio pode haver significado uma simples falha de comunicação, que lhes impediram de se inteirar sobre a mudança de planos operada, ou até mesmo a própria recusa em participar da guerra sem receber instruções claras vindas diretamente de Betances ou de seu comitê superior.

Ao conquistarem a vila de Lares, na madrugada de 23 de setembro, uma segunda anomalia foi verificada na ordenação antes vigente entre os implicados. Tratou-se da nomeação de Francisco Ramírez para presidir a recém-instaurada República de Porto Rico. Pouco importante na hierarquia do movimento – vide a escassez de informações sobre sua vida ou contribuição com o separatismo – Ramírez foi escolhido, provavelmente entre os seus pares, por meios desconhecidos, sinalizando a separação entre os poderes civil e militar na revolução e o ofuscamento da preferência supostamente reservada a Betances para o exercício do cargo.

Totalmente impotente e desinformado dos fatos que aconteceram na ilha, Betances viu seu sistema desmoronar imediatamente ao primeiro teste enfrentado. Desorientados pela ausência de seu líder, os separatistas improvisaram uma estrutura política própria sem definir claramente quais

eram suas prioridades, atribuições e propósitos, agindo sob a tutela de comandantes despreparados e cuja expressividade se limitava a um alcance meramente regional. Em sua divisão de tarefas, o grupo acabou administrando a situação por um modelo descentralizado, onde diferentes pessoas se encarregaram de um ramo específico do andamento da revolta.

Imersos em uma realidade distinta, os separatistas cubanos de 1868 tiveram como estratégia a manutenção de suas atividades sigilosas por um período mais extenso e, de certa forma, indeterminado, adiando o início de seu levante na tentativa de assegurar o melhor cenário possível para o alcance da vitória. O apego a essa tese era tamanho que, ainda na véspera dos acontecimentos de Yara, predominava entre as lideranças do movimento a opinião de que a insurreição só deveria ser posta em prática quando houvessem arrecadado uma quantidade superior de equipamentos e insumos, sendo vital que ela fosse organizada de maneira a se espalhar por quase todas as regiões da ilha.

Seguindo na direção contrária, o advogado e proprietário Carlos Manuel de Céspedes, considerava que esperar por um momento mais propício era arriscar passarem à história como os autores de outra trama que fracassara por não se ocultar do atento olhar dos espanhóis. De acordo com sua visão, a descoberta de conspirações anteriores não deixava dúvidas de que o mesmo poderia afetá-los, sendo preciso que tomassem as armas de imediato e garantissem a iniciativa do conflito. Sendo ainda um membro recém-integrado e presidente de um mero “centro” revolucionário, Céspedes tinha poderes limitados e, a despeito de seu carisma e influência cada vez mais notáveis, não conseguiu convencer a todos até outubro daquele ano.

Foi assim que, decidido a contrariar a inércia de seus superiores, Céspedes se rebelou com o apoio de alguns amigos, admiradores e associados, originando o que depois se tornou a longa Guerra dos Dez Anos. Na mesma noite em que efetuou sua proclamação, o advogado evidenciou sua intenção de conduzir o processo pessoalmente e de todos os ângulos: a ele pertencia a fazenda onde a revolta foi subitamente começada, de sua caneta partiu o texto do manifesto e a convocação aos cubanos para guerrear pela “liberdade”, à sua pessoa foi incumbida a direção do exército mesmo após terem amargado a derrota no enfrentamento de Yara e, no tocante ao Dep. Oriental, vigorou pelos próximos seis meses sua autoridade absoluta sobre os aspectos políticos e militares dos territórios recém-conquistados.

Ignorado por Céspedes, Francisco Aguilera não esboçou resistência ao se ver sobrepujado de suas prerrogativas de comando, enquanto, na maioria dos núcleos, mobilizaram-se os membros para atender ao chamado de seu novo líder. Nas outras jurisdições, a impetuosidade de Céspedes não teve boa acolhida, despedaçando a cooperação entre as três Juntas Revolucionárias ativas, ao menos até a assinatura da Constituição de Guáimaro. Uma vez eleito presidente, Céspedes



continuou a implementar o seu estilo de governança tipicamente centralizado, ainda que agora tivesse de conceder algumas tarefas ao Legislativo tão ansiado pelos insurretos de Puerto Príncipe.

Isto posto, chegamos ao ponto onde é possível elaborar um panorama comparativo dos gritos de Lares e Yara considerando suas estruturas e procedimentos organizacionais. Dentre os aspectos a se destacar, o primeiro é relativo à existência de hierarquias prévias com níveis aproximados de complexidade, sendo notória a posição secundária até então ocupada pelos autores daqueles levantes. Distantes das lideranças superiores do separatismo local, com os quais mantinham apenas algum contato esporádico, Céspedes e Rojas nunca tiveram uma voz ativa nos órgãos responsáveis pela definição das regras e operações do grupo, o que, contudo, não os impediu de transpassar esta barreira e assumir, por si mesmos, a condução das revoltas.

Expressiva também foi a inação dos ex-líderes, cujo trabalho e dedicação de tantos anos aos movimentos não os impediu de resignarem-se ao saber que foram privados de suas funções. Não nos parece assim razoável que Aguilera e Betances tenham ficado tão simplesmente apáticos ao desafio de seus poderes conforme querem fazer-nos crer as publicações de simpatizantes dos “gritos” de 1868. A título de exemplo, a conveniência do apoio de Aguilera à Céspedes, seu antagonista e usurpador, elogiado por Castellanos e Carbonell como um gesto de “patriotismo” e “desprendimento”,<sup>466</sup> pode não ter se passado exatamente do modo como acabou narrado.

Mas para além de um provável interesse em legitimar os atos de insubordinação praticados por Rojas e Céspedes, cujos detalhes não cabem aqui ser desdobrados pela ausência de um espaço adequado, o elemento essencial para o interesse desta hipótese foi encontrado no abandono e na inversão total das estruturas organizacionais verificadas no separatismo de ambas as ilhas. Logo, se em Porto Rico empregou-se um sistema marcado pela ostensiva centralização e hierarquização de poderes, quando lançaram-se à luta, os mesmos rebeldes coordenaram suas atividades por um critério diametralmente oposto, atribuindo à diferentes pessoas os encargos até então reservados à alta cúpula da direção do movimento.

Paralelamente, em Cuba, a mesma troca foi identificada à medida que, de um modelo difuso e inerentemente descentralizado, que vigorava até mesmo na zona “influenciada” pela Junta Revolucionária do Oriente (detentora de uma hierarquia um pouco mais elaborada, porém, na mesma, bastante autônoma), a revolta de Yara culminou na migração para um regime centralizado e dependente das instruções manifestadas por Céspedes. Mas se a mudança institucional foi detectada nos dois levantes, teria esse fato sido o bastante para abalar os seus resultados imediatos?

---

<sup>466</sup> Cf. CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020. p. 114. / Cf. CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020. p. 28.

Para entendê-lo, vejamos quais foram as possíveis vantagens e desvantagens contidas em cada uma das estruturas.

Conforme observado na Figura 2, o modelo porto-riquenho de centralismo institucional, esquematizado por Betances nos últimos meses do movimento, pautou-se pelo respeito a uma rigorosa cadeia de comando hierárquico, cuja operação exigia a obediência plena dos envolvidos ao custo de restringir a tomada de decisões locais capazes de impactar na estratégia independentista. Longe de ser uma fonte intrínseca de problemas, tal opção tinha como vantagem unificar os esforços do empreendimento separatista, eliminando os perigos de insurreições isoladas ao impor a adesão a um único plano em comum, somando forças para um levante massivo e organizado capaz de enfrentar a resistência do exército colonial em San Juan.

O inconveniente, porém, ficava na dependência de um líder que, há meses, não residia na própria ilha em questão, dificultando os contatos entre os núcleos conspirativos e o Comitê Revolucionário localizado no exterior. Ademais, a instabilidade política do país escolhido para servir de sede ao Comitê ameaçava o futuro dos principais recursos endereçados aos primeiros dias da insurreição, uma vez que, com a subida ao poder do general Buenaventura Báez, as autoridades dominicanas tornaram-se hostis às atividades subversivas de Betances.

Acostumados a um sistema central que lhes forneciam regularmente as diretrizes a serem cumpridas, os separatistas porto-riquenhos tornaram-se incapazes de conceber uma solução efetiva para o problema da descoberta intempestiva de seus planos. Ao ponderar que a divisão de tarefas era uma boa ideia naquele momento, os executores do Grito de Lares se entregaram à desorientação que se pode esperar de uma abordagem descentralizada completamente fundada no mais puro improviso, carente dos limites prévios, ajustes e mecanismos que o sucesso deste modelo naturalmente exigia.

No diferenciado contexto cubano, a variedade de iniciativas que resultaram na formação de quatro juntas subversivas minimizou, substancialmente, a eventualidade de um processo centralizador nas articulações pela independência. Por conseguinte, seja por sua ênfase na ação diplomática ou pelo interesse em multiplicar a quantidade dos núcleos de discussão e recrutamento, os separatistas cubanos se organizaram segundo um método mais tolerante e flexível, enfatizando os interesses e as particularidades regionais.

Se por um lado essa estratégia ameaçou seus integrantes com o fator da desunião, manifestando-se em desacordos sobre a data e modo de se insuflar contra a Espanha – raiz do isolamento da Junta de Havana e dos adiamentos sucessivos do levante, entre agosto e setembro de 1868 – a autonomia de cada Junta na definição de suas metas assegurou que o ingresso individual na guerra se concretizasse, em comum acordo, com o tempo e a aceitação expressa da

maioria de seus membros, minimizando as discrepâncias de entusiasmo e prontidão enunciadas nos diversos pontos da ilha.<sup>467</sup>

Com a insurreição do Oriente, em 10 de outubro, os separatistas testemunharam uma rápida concentração de poderes ao redor de Céspedes, arrematando as prerrogativas até então desfrutadas sob a “gestão” de Aguilera. Alicerçada no ambiente de exceção que aquela guerra supostamente criara, a autocracia de Céspedes instigou a unicidade e a cooperação entre os vários centros conspirativos da região, ocasionando como principal vantagem o fortalecimento do exército revolucionário e a superação das desavenças internas potencialmente prejudiciais ao processo.

Retomando as perguntas que originaram esta hipótese, constatamos que a adoção de regimes distintos de organização e suas mudanças posteriores na efetivação das revoltas expuseram os separatistas a consequências capazes de impactar extensivamente em seus resultados. Logo, se em Cuba mostrou-se benéfica a inexistência de uma centralização prévia, sua implementação posterior agilizou o processo de consolidação do levante, enquanto, em Porto Rico, a realidade inversa fez com que os rebeldes abandonassem o inflexível sistema hierárquico que os comandavam para seguir outro modelo pouco eficaz e desordenado de repartição de poderes.

Tais conclusões, no entanto, não põe fim à questão do que teria levado ao insucesso de uns e a permanência de outros. Nesse sentido, a influência do elemento estrutural sustenta-se mais como um fator contributivo, somando-se a outros de menor ou igual importância, do que propriamente determinante em si. Estimulados pelas respectivas lideranças, os adeptos do separatismo podem ter sido levados a acreditar que suas chances de alcançar a vitória eram maiores do que na realidade, tornando fatal aos porto-riquenhos o resultado negativo de sua experiência. Mas se isso for verdade, seria esse um problema ausente na revolta cubana? O quão desproporcionadas estavam as expectativas de sucesso em cada Antilha? Consideremos alguns detalhes desses aspectos na segunda hipótese a seguir.

Na noite em que os separatistas se amotinaram, lançando ao público a intenção irrevogável de conquistar a independência pelo poder das armas, o anonimato cedeu lugar à convicção de que o sucesso era não só possível, como também, inevitável. Tal como descrito nos capítulos anteriores, esse otimismo exacerbado não foi produto de um simples fato de momento, sendo

---

<sup>467</sup> Como os cubanos viam a partir de 1873, a rebelião separatista declinou sob os efeitos das discordâncias internas entre os mandantes de cada província, situação que havia sido amenizada, por anos, exatamente em razão da independência de cada Junta nos primeiros estágios mais delicados do conflito. Em uma realidade distinta, a insurreição de 1868 poderia não ter sobrevivido às consequências da corrosão prematura de uma liderança central, seja por sua beligerância “imprudente” (como a que os rebeldes de Puerto Príncipe e Las Villas identificavam em Céspedes), seja pelo excesso de adiamentos “intoleráveis” (como era vista a cautela daqueles primeiros pelos inquietos sequazes de Céspedes).

gestado ao longo dos anos de convivência e elaboração de uma crença no futuro em que os colonos pudessem gozar de toda a liberdade e prosperidade que os espanhóis vinham se negando a entregar.

Incentivados por tais promessas que se chocavam com a resistência institucional em atender aos apelos por reforma, os poucos milhares de defensores da secessão se convenceram de que os demais moradores da ilha não se oporiam a um levante que advogasse pelos desejos já de há muito desestimados pelos políticos e aristocratas da Metrópole. Sendo a extensa maioria dos habitantes constituída por *criollos*, *mestizos* ou escravos, a ideia era atraí-los à oportunidade de terem cumpridos os seus direitos individuais, tornar real a representação no Estado, deitar por terra as restrições à igualdade ou antecipar o acesso à alforria almejada.

Mesmo aos *peninsulares* que residiam em Cuba, cujo protesto em favor da Espanha era esperado, propôs-se um apelo à “fraternidade” e à expectativa por facilidades comerciais que as presumidas “instituições liberais” concederiam a todos.<sup>468</sup> Externamente, verificamos o quanto, tanto cubanos e porto-riquenhos, se preocuparam em qualificar seus esforços como legítimos e inspirados nos mais puros conceitos de civilidade.<sup>469</sup> Mirando o apoio pecuniário e diplomático internacional, suas publicações tentaram vender uma imagem polida dos movimentos que encabeçavam, narrando-os como uma guerra moral ante a opressão e a barbárie de um país decadente que se negava a deixá-los.

Não raro, a vitória foi celebrada precocemente, como no texto “*Patria, justicia, libertad*” (1867), onde Betances salientou que a “*desproporción inmensa*” de desafios em relação às autoridades não eram o bastante para evitar que os compatriotas ganhassem. Em sua visão, ainda que os meios de guerra fossem escassos, o conhecimento do solo adquirido pelos “*jíbaros*” os proveria com alimentos, recursos e proteção, acrescentando que “*la resistencia no puede ser duradera por parte de España, porque está y estará cada vez más agotada de hombres, buques y dinero*”.<sup>470</sup> Confiante no impacto de sua propaganda no “espírito público”, Betances sentiu-se seguro para afirmar: “*el patriotismo todo lo puede, porque ¡Siempre vence quien sabe morir!*”.<sup>471</sup>

Não muito distantes estavam as ideias que os cubanos faziam de si em relação aos esforços de independência na ilha. Sob a inspiração de seus comandantes, os separatistas locais também confiavam que a adesão popular seria massiva e espontânea, mantendo-se firmes mesmo após a

<sup>468</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 100-101.

<sup>469</sup> Cf. BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020. p. 61-63.

<sup>470</sup> ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_primera\\_serie\\_n\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp_primera_serie_n_2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020. p. 22.

<sup>471</sup> Ibid. (Grifo do Autor).

retirada incendiária de Bayamo. Dois meses depois desse revés estratégico e ainda sofrendo com a exiguidade de suprimentos, o otimista Céspedes não se furtou a dizer que “*la unanimidad de las masas del pueblo por la república es fatal*”,<sup>472</sup> assegurando a Ulysses Grant que “*los corazones de las noventa y nueve centésimas partes de los habitantes de la isla de Cuba se elevan [en] votos por el triunfo de las armas de la república*”.<sup>473</sup>

Mas se em discurso o engajamento separatista foi exaltado como infalível por ambas as partes, em que medida esse entusiasmo se refletiu na etapa prática daqueles conflitos? Estiveram Betances e Céspedes tão enganados sobre os limites de seus projetos, sendo o primeiro o mais descuidado em avaliar suas franquezas e, logo, a provocar a derrota verificada? Para entendê-lo, tomemos por base as informações encontradas sobre as milícias formadas em cada caso, determinando quais eram suas forças de combate e a que número podiam chegar se o melhor dos cenários houvesse, de fato, se concretizado.

Dadas as dificuldades de acesso a dados precisos no intervalo de tempo estudado, trabalharemos nestes parágrafos com as quantidades aproximadas já referidas no decorrer da pesquisa. Partindo dos fatos ocorridos em Porto Rico, notamos que a soma dos 500 a 1.000 homens juntados às pressas no Grito de Lares formavam a proporção de, no mínimo, 1:9 em relação aos soldados coloniais. A esse respeito, é verdade que nem todos os núcleos acudiram ao chamado de Rojas a 23 de setembro, contudo, a confluência de vários deles àquele evento nos faz supor que o montante total de voluntários mobilizáveis não fosse maior que o dobro do realmente alcançado.

Com a população masculina girando em torno de 307 mil habitantes,<sup>474</sup> excluídos os cerca de 9 mil militares a serviço da Espanha, assim como a provável chegada de efetivos reserva a partir da Metrópole, a equivalência entre os rebeldes e as unidades oficiais exigiria o envolvimento de ao menos 3% da população viril. Faltando somente algumas semanas para o levante, este era precisamente o cenário arquitetado por Betances, cuja chegada com mais de mil fuzis traria aos estimados 10 mil combatentes os instrumentos iniciais para empreenderem a luta.

Como sabemos, os planos originais não foram postos em prática, com as poucas centenas de voluntários às ordens de Rojas sendo batidas, um dia depois, por menos de 20 soldados. Ainda que tudo ocorresse exatamente conforme o esperado, haveríamos de questionar o quanto o “exército” de Betances seria capaz de realizar, considerando que apenas um décimo de suas tropas

---

<sup>472</sup> GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>> Acesso em: 27 dez. 2019. p. 309.

<sup>473</sup> Ibid.

<sup>474</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 225.

teria acesso às armas de fogo. Sendo um mistério se aquela era a única expedição planejada, a escassez de munições teria imposto um colossal desafio às intenções separatistas.

Em solo cubano, o número aproximado de insurretos iniciais girou entre os 150 e 300 combatentes, saltando em um espaço de apenas 20 dias para a incrível marca de 9 mil a 12 mil homens. Mais uma vez, a precariedade dos dados fornecidos em periódicos de divulgação insurgentes, cujo interesse era inflar sua capacidade ao máximo, não nos permite afirmar se eles corresponderam, de fato, à realidade. Supondo-se que sim, qualquer marca acima citada rendeu aos rebeldes a proporção de 1:2 na totalidade da ilha, tornando, em tese, a vitória sobre os cerca de 19 mil militares oficiais relativamente mais fácil se comparada ao contexto de Porto Rico.

Quando tratado de uma perspectiva local, o efetivo insurreto era ao menos seis vezes superior ao de 1,5 mil soldados baseados no Dep. Oriental. Tal como advertido, porém, o número de cubanos minimamente armados era bastante restrito, tornando-os pouco eficazes, apesar do volume, em situações de batalha. Não havendo informações sobre a população masculina da ilha, o único dado existente da força potencialmente mobilizável foi registrado pelo escritor integrista Gelpí Ferro, que estimou em 100 mil a quantidade de *criollos* passíveis de sedição por sua origem antilhana.<sup>475</sup> Tal especulação, contudo, nunca chegou a se confirmar em toda a guerra.

Outro elemento notável foi a presença dos quase 70 mil escravos na região sublevada de Cuba, cuja adição às milícias ou às tarefas na retaguarda puderam ser exploradas vide as promessas de libertação que os separatistas anunciavam. Ainda que vista com reservas por vários líderes rebeldes, a adição de mais 300 mil cativos do Ocidente era uma boa alternativa para enfrentar em cheio o foco da resistência colonial. Nesse aspecto, em Porto Rico, os 20,5 mil escravos que habitavam o seu território também podiam representar alguma ajuda a Betances, porém, sua dispersão em pequenos lotes dificultava o convencimento ainda mais do que na ilha anterior.

Em posse desses dados, verificamos que os separatistas das duas ilhas compartilhavam expectativas bem similares a respeito de suas vitórias. Em ambos os casos, o otimismo exacerbado transparecido nos seus panfletos ultrapassou, sobremaneira, os limites reais que envolveram a baixa quantia e capacidade dos combatentes e, em especial, a exiguidade de materiais bélicos. Como representantes das alas mais radicais de seus movimentos, Betances e Céspedes acreditavam que a independência era “irresistível” à maioria do povo, ideia esta que se provou equivocada perante o número de voluntários muito distante do necessário.

Subestimar a reação espanhola foi outro problema bastante comum aos dois levantes, cujos efeitos foram expressos nas perdas sofridas em Pepino e Yara, assim como na queda desordenada

---

<sup>475</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 27.

de Bayamo. Se a adesão dos civis ficou muito aquém do esperado, o potencial representado pelos milhares de escravos que habitavam o meio rural também não foi devidamente aproveitado, reduzindo-se a uma fração os que de fato se dispuseram a lutar ainda que sob a desconfiança de muitos rebeldes desconfortáveis com a abolição.

Pior ainda foi a imprudência de, em nenhum daqueles casos, haverem sido elaboradas alternativas de ação que os guiassem se seus planos caíssem em mãos das autoridades, constituindo um descuido, que especialmente aos porto-riquenhos, contribuiu para o insucesso de seu ato improvisado, além de tornar-se, no mínimo, um empecilho ao desempenho cubano que poderia ter se saído melhor caso estivessem coordenados desde o início da guerra.

Podemos assim concluir que o entusiasmo separatista de 1868 não refletiu, de maneira alguma, o estado real de despreparo em que os movimentos se encontravam, tratando-se de uma astuta peça de propaganda empregada como estratégia de motivação para a luta. Fica evidente, porém, que apesar de a paridade numérica entre insurretos e militares ser mais difícil de ser alcançada em Porto Rico do que em Cuba, o exagero não foi menor entre os rebeldes da última ilha, cobrando-lhes, igualmente, um preço elevado por suas quimeras em um cenário real de batalha. Mediante tais fatos, fica vencida a presente hipótese segundo a qual o otimismo irresponsável não atingiu tanto aos cubanos a ponto de prejudicá-los, sendo no caso porto-riquenho outro elemento contributivo que propriamente decisório para o revés observado.

Prosseguindo em nossa busca por respostas para o contraste entre os conflitos de Lares e Yara, tomemos por objeto os fatores sociais envolvidos nos ditos levantes. Conforme mencionado na introdução desta pesquisa, historiadores como Maria Lígia Prado já afirmaram, entre outras explicações, que a derrota porto-riquenha deveu-se ao baixo envolvimento das elites econômicas na tentativa de separação,<sup>476</sup> sugerindo que tal apoio não esteve ausente do episódio cubano, favorecendo o financiamento dos primeiros atos e o incentivo à mobilização popular.

Como igualmente destacado, porém, as ocorrências em Cuba se deram em um ambiente nitidamente precário, cuja situação de crise se refletia especialmente na decadência dos produtores locais,<sup>477</sup> distanciando-se, portanto, do cenário apresentado por Lígia Prado. Tendo isso em mente, a próxima hipótese pretende avaliar qual foi o impacto que as diferentes composições de membros geraram no resultado destas revoltas, determinando se foram, de fato, apoiadas ou não por personagens ricos e influentes das ilhas, em que segmentos da sociedade suas propostas foram mais bem recebidas e a que esferas pertenceram as lideranças primárias e secundárias de cada grupo, designando os perfis dos participantes de ambas as rebeliões.

---

<sup>476</sup> Cf. PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 97.

<sup>477</sup> Cf. MORENO FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha/Cuba: uma história comum**. Bauru: Edusc, 2005. p. 289.

Mais importante que ater-se somente ao critério econômico daqueles episódios será identificar certas informações básicas, tais como o nome dos envolvidos, suas idades no início dos levantes, quais eram suas ocupações profissionais, a que nacionalidades pertenciam e que funções desempenharam no interior do movimento. É através desses dados que poderemos designar discrepâncias determinantes como a possível inexperiência de um segmento mais jovem, precipitado e imprudente em oposição ao outro, com integrantes maduros, equilibrados e sensatos.

Outra situação virtualmente fatal pode ter sido a presença mais abundante de ex-militares e estrangeiros contribuindo com a experiência adquirida em conflitos passados para o sucesso cubano em comparação ao porto-riquenho, sendo possível também que um dos grupos fosse apoiado por maior número de fazendeiros, escritores e advogados, beneficiando-se de seus contatos e habilidades políticas para mobilizar a população urbana e conquistar o suporte estrangeiro, enquanto o outro era dependente dos habitantes da zona rural, mobilizando apenas uma parcela de agricultores pobres e escravos.

Mas para deixarmos a seara das meras suposições e especulações vagas, examinemos os referidos dados comparando-os por intermédio de uma exposição clara e objetiva. Isto posto, observemos o quadro a seguir que compila as características de 24 indivíduos diretamente relacionados com o separatismo porto-riquenho, seja em suas fases iniciais de planejamento e conspiração, seja na execução do próprio levante de Lares, a 23 setembro de 1868. Adicionados a estes, foram igualmente apresentados outros 15 suspeitos de comprometerem-se com o projeto de independência da ilha, ainda que o seu envolvimento não fosse tão claro e inquestionável quanto os demais listados.

Embora possa representar uma exígua fração das centenas de combatentes e simpatizantes do ato, o quadro revela de onde vieram e o que fizeram os principais nomes por trás da rebelião, sinalizando a essência do “núcleo duro” que tencionava a ruptura política com a Espanha.

**Quadro 3** - Lista de envolvidos no separatismo porto-riquenho (1867-1868)

Nome	Idade	Origem	Ocupação	Função no levante
Adolfo Betances	–	Porto-Riquenho	Comerciante	Presidente de comitê
Aurélio Méndez	–	Porto-Riquenho	Juiz de Paz	Ministro de Governo
Baldomero Baurén	–	Dominicano	(Desconhecida)	General
Bernabé Pol	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro	Secretário
Calixto Romero y Togores	–	Porto-Riquenho	Médico	Simpatizante*
Cárlos Elio Lacroix	–	Porto-Riquenho	(Desconhecida)	Membro do Comitê Revolucionário



<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Origem</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Função no levante</b>
Clemente Millán	–	Porto-Riquenho	Comerciante	Min. de Graça e Justiça
Dovel Beauchamp	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro	General
Eugenio María de Hostos	29	Porto-Riquenho	Advogado e escritor	Propagandista
Eusebio Ibarra	–	Porto-Riquenho	Militar	Facilitador
Federico Valencia	–	Porto-Riquenho	Escrivão	Ministro da Fazenda
Francisco Ramírez Medina	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro e Comerciante	Presidente da República
José Francisco Basora	–	Porto-Riquenho	Médico	Articulador estrangeiro
José Gualberto Padilla	39	Porto-Riquenho	Médico, fazendeiro e periodista	Simpatizante
José Julián Acosta	43	Porto-Riquenho	Matemático, escritor e naturalista	Simpatizante
José Julian Blanco	–	Porto-Riquenho	Agente de negócios	Simpatizante
José Tecló Goncè	–	Venezuelano	(Desconhecida)	Simpatizante
Juan de Dios Rivera	–	Porto-Riquenho	Comerciante	Simpatizante
Juan José Font	–	Venezuelano	Papelista	Simpatizante
Juan Montes de Oca	–	Mexicano	Padre	Simpatizante
Julio Delgado	–	Porto-Riquenho	Sup. de juiz de paz	Simpatizante
Manuel Cebollero Aguilar	–	Porto-Riquenho	Militar	Líder de célula
Manuel de León	–	Venezuelano	Militar	Brigadeiro
Manuel Mangual	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro e advogado	Simpatizante
Manuel María González	–	Venezuelano	(Desconhecida)	Líder de célula
Manuel Ramírez	–	Porto-Riquenho	Arrendador de galés	Ministro de Estado
Manuel Rojas Luzardo	37	Venezuelano	Fazendeiro	General em Chefe
Mathias Bruckman (Brugman)	–	Estadunidense	Fazendeiro	General/Líder de célula
Pablo A. Beauchamp	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro	Combatente
Pedro Beauchamp	–	Porto-Riquenho	Fazendeiro	Combatente
Pedro Gerónimo Goyco	60	Porto-Riquenho	Médico	Simpatizante
Rafael Pujals	–	Dinamarquês	Médico	Combatente
Ramón Batistini	–	Porto-Riquenho	Func. dos correios	Simpatizante
Ramón Emeterio Betances	41	Porto-Riquenho	Médico e escritor	Presidente do Comitê Revolucionário

Nome	Idade	Origem	Ocupação	Função no levante
Ramón Soler	–	Porto-Riquenho	Ajudante de obras	Simpatizante
Rufino Goenaya	–	Venezuelano	Fazendeiro e comerciante	Simpatizante
Salvador Carbonell	–	Porto-Riquenho	Médico	Combatente
Sebastián Porrata	–	Porto-Riquenho	Comerciante	Simpatizante
Segundo Ruiz Belvis	39**	Porto-Riquenho	Advogado	Articulador estrangeiro

Fonte: Do autor.

Notas:

\* Todos os ditos “simpatizantes” foram indiciados como suspeitos de participarem da conspiração, contudo, suas interações não foram encontradas em nenhum dos documentos separatistas.

\*\* Idade de Bélvis, em 1868, caso não houvesse falecido no ano anterior.

Partindo à análise dos dados apresentados, a esperada predominância de porto-riquenhos entre os rebeldes foi confirmada ao identificarmos que 29 dos 39 listados eram nascidos naquela ilha. Dentre os demais, contam-se seis venezuelanos, um americano, um mexicano, um dinamarquês (das dependências de Saint Thomas) e um dominicano, totalizando apenas dez estrangeiros. Quando isolados somente os suspeitos de colaborar com o movimento, a proporção encontrada foi basicamente a mesma: dos quinze nomes indicados, apenas quatro eram provenientes de fora da ilha, sendo que três eram de origem venezuelana, e o último, havia partido do México, com os outros onze sendo oriundos da própria colônia porto-riquenha.

Outro aspecto relevante verificado foi a idade dos envolvidos na tentativa de separação, onde apesar de os indivíduos com este dado ter limitado-se a apenas sete, sabemos que quatro dos referidos homens desempenharam um papel crucial em ao menos uma etapa da revolta. Logo, temos que Emeterio Betances e Ruiz Belvis, os dois principais articuladores do separatismo, guardavam uma diferença de apenas três anos, situando-se igualmente na faixa da “meia-idade”. Já Manuel Rojas Luzardo, o responsável por liderar os insurretos em Lares, não se postava muito atrás destes, estando com até 37 anos de idade quando dos ditos episódios de 1868.

Como o mais jovem membro identificado, Eugenio María de Hostos contava até 29 anos desde o seu nascimento, sendo, portanto, até uma década mais novo que a média de idade das lideranças superiores da rebelião. No outro extremo da lista, o “simpatizante” Pedro Gerónimo Goyco foi apontado como o mais velho dos sete, tendo chegado ao sexagésimo ano de vida, com praticamente uma geração de distância dos demais implicados. Tais variações sugerem que os encarregados de organizar e comandar os esforços pela independência trataram-se de homens relativamente maduros, oscilando entre os 35 e os 45 anos idade.

Sobre a questão profissional, verificou-se que a mais comum foi a de fazendeiro, com dez pessoas associadas a este ramo de atividade. Destas, apenas seis tinham no campo a sua única ocupação, sendo que quatro eram cafeicultores e, destes, três vinham da mesma família: os Beauchamp.<sup>478</sup> Abaixo desta, os ofícios mais numerosos foram os de médico e comerciante, com sete ocupantes cada. Dentre eles, José Padilla (médico), Francisco Ramírez e Rufino Goenaya (ambos lojistas) também detinham suas propriedades rurais. Outros cinco rebeldes serviam ao Estado em cargos públicos, com três estando relacionados ao judiciário local em funções de menor impacto.

Três dos citados eram advogados, tendo Manuel Mangual sua própria fazenda como segunda ocupação. Completando o quadro, houve mais três militares (sendo um oficial estrangeiro e dois suboficiais da milícia colonial), um padre e outros três indivíduos de profissões variadas. Quatro envolvidos não tiveram suas funções reveladas, dos quais três haviam emigrado de outro país. Vale notar a pequena quantia de escritores e periodistas na lista, de onde somente José Padilla, Julián Acosta, Betances e Hostos foram tratados como autores de materiais impressos, sem nenhum deles, porém, tomarem este ofício como sua única opção de renda.

Munidos destas informações, o perfil médio das lideranças separatistas de Porto Rico pode ser dado pela união dos elementos apresentados e suas características mais comuns. Logo, temos que aqueles que foram listados eram majoritariamente nascidos na ilha, tinham idade próxima aos 40 anos e se destacavam como pequenos proprietários agrícolas, comerciantes ou profissionais liberais. Entre os que tinham algum tipo de formação superior, todos haviam se diplomado em instituições europeias, tendo, portanto, sido expostos a novas ideias, culturas e opiniões além de poderem adquirir vários contatos e informações indisponíveis à maioria dos insulares.

Como exibido no quadro, os estrangeiros não foram tão numerosos naquele meio, sendo que todos já residiam na ilha há algum tempo – alguns deles há mais de uma geração – tratando-se de integrantes plenamente reconhecidos pela comunidade local. Estabelecidos ali com seus familiares e amigos, estes imigrantes e descendentes já vinham adquirindo suas propriedades, cultivando suas terras, comercializando produtos e oferecendo, há anos, os mais diversos serviços à população, distanciando-se, assim, das acusações de detratores do levante que os julgaram como forasteiros “íngratos” movidos exclusivamente pela ambição e o oportunismo.<sup>479</sup>

---

<sup>478</sup> Estabelecidos em Porto Rico desde o princípio do século XIX, haviam partido da antiga colônia de Saint Domingue um pouco antes da grande revolta que originou o Haiti. CAMUÑAS MADERA, Ricardo R. Los franceses en el oeste de Puerto Rico. *Caravelle*, Toulouse, n. 53, p. 25-36, 1989. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/carav\\_11476753\\_1989\\_num\\_53\\_1\\_2405](https://www.persee.fr/doc/carav_11476753_1989_num_53_1_2405)>. Acesso em: 30 dez. 2019. p. 27.

<sup>479</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. *Historia de la insurrección de Lares*. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 172.

Sobre os demais participantes da insurreição de Lares, sabemos desde o segundo capítulo que a maioria dos combatentes eram mobilizados de última hora, formados, essencialmente, por jornalheiros,<sup>480</sup> criados e alguns escravos da região, muitos dos quais nunca fizeram parte do movimento como um todo, desconhecendo, portanto, suas diretrizes e integrantes regulares. Para o escritor espanholista Perez Morís, a adesão de boa parte dos mencionados foi provisória e involuntária, visto que eram condicionados “*por el terror*” a se engajar na revolução. Para embasar o seu argumento, o autor identificou a retirada em Pepino como um sinal do descompromisso dos envolvidos com a invasão da cidade.<sup>481</sup>

Dando sequência à investigação, reservemos por um momento as conclusões até aqui formuladas para encontrar o perfil equivalente das lideranças que organizaram a rebelião cubana. Tendo em vista a continuidade da guerra travada pelos separatistas na ilha, o quadro a seguir exibirá 28 nomes, não só daqueles que estiveram na dianteira dos acontecimentos do 10 de outubro em Yara, mas também, dos que integraram os demais levantes que o sucederam, chegando até aos ocupantes do governo republicano, fundado em abril de 1869. Atenta aos mesmos critérios do levantamento anterior, a lista abaixo visa gerar os dados indispensáveis à comparação dos movimentos originados em ambos os territórios.

**Quadro 4** - Lista de envolvidos no separatismo cubano (1868-1869)

Nome	Idade	Origem	Ocupação	Função no levante
Ángel del Castillo y Agramonte	34	Cubano	Dentista e fazendeiro	General
Antonio Lorda	23	Cubano/Francês	Médico	Deputado constituinte, Secretário da Guerra
Antonio Maceo Grajales	23	Cubano	(Desconhecida)	Combatente
Antonio Zambrana	26	Cubano	Advogado	Secretário, major-general
Augusto Arango Agüero	38	Cubano	(Desconhecida)	General
Bartolomé Masó Márquez	37	Cubano	Comerciante e poeta	Combatente
Calixto García Iñiguez	29	Cubano	Fazendeiro	General
Carlos Manuel de Céspedes	49	Cubano	Advogado, fazendeiro e periodista	Presidente da República
Cristóbal Mendoza Durán	–	Venezuelano	(Desconhecida)	Secretário do Exterior
Eduardo Agramonte y Piña	27	Cubano	Médico	Secretário do Interior

<sup>480</sup> Isto é, agricultores que trabalhavam por jornada.

<sup>481</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 298, 304, 325.

Nome	Idade	Origem	Ocupação	Função no levante
Eduardo Machado Gómez	29	Cubano	Engenheiro, escritor e jornalista	Deputado constituinte
Federico Fernández de Cavada y Howard (Francisco Cavada)	37	Cubano	Engenheiro	Chefe militar (Villa Clara)
Francisco Maceo Osorio	40	Cubano	Advogado e poeta	Combatente
Francisco Vicente Aguilera	47	Cubano	Fazendeiro	Líder do Oriente
Gabriel González	–	Mexicano	Militar	Brigadeiro
Honorato del Castillo	29	Cubano	Professor	Deputado constituinte
Ignacio Agramonte y Loynáz	27	Cubano	Advogado	Secretário, major-general
José Morales Lémus	60	Cubano	Advogado e jornalista	Líder de Havana, Ministro Plenipotenciário
Luis Gerónimo Marcano Álvarez	37	Dominicano	Madeireiro e militar	Chefe militar (Oriente)
Manuel de Quesada y Loynaz	35-38	Cubano/Mexicano	Militar e fazendeiro	General em Chefe
Miguel Gerónimo Gutiérrez	46	Cubano	Procurador, jornalista e engenheiro	Líder de Villa Clara, deputado constituinte
Napoleón Arango Agüero	–	Cubano	Fazendeiro	Chefe militar (Puerto Príncipe)
Néstor Ponce de León	31	Cubano	Periodista e escritor	Simpatizante
Pedro Figueredo	49	Cubano	Advogado e escritor	Combatente
Salvador Cisneros Betancourt	40	Cubano	Fazendeiro	Líder de Puerto Príncipe, Presidente da Câmara
Tomás Estrada Palma	35	Cubano	Fazendeiro	Combatente
Thomas (Tomás) Jordan	49	Estadunidense	Militar	Chefe militar (Oriente)
Vicente García y González	35	Cubano	Fazendeiro	General

Fonte: Do autor.

Mais uma vez, iniciando pelo aspecto nacional, a predominância de elementos nativos na rebelião cubana ficou patente ao se verificar que 24 dos 28 citados eram oriundos da ilha. Em meio a estes, Antonio Lorda e Manuel Quesada formaram duas exceções, sendo os únicos a desfrutar de dupla nacionalidade. No caso de Lorda, tal condição se deveu ao fato de seu nascimento ter ocorrido em Cuba, tendo crescido, porém, ao lado do pai na França, de onde partiu – um pouco depois de haver-se formado – de volta à ilha.<sup>482</sup> Já Manuel Quesada se exilou no México quando já havia alcançado a idade adulta, só regressando à Cuba, em 1869, para lutar em favor do exército

<sup>482</sup> Cf. CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020. p. 149-150.

separatista. Dos estrangeiros, todos os quatro haviam partido de um país distinto, sendo um deles americano, um mexicano, um dominicano e, o outro, venezuelano.

Em termos geracionais, os mais jovens listados foram Antonio Lorda e Antonio Maceo, ambos com apenas 23 anos quando do início da guerra, em 1868. Já o mais velho foi Morales Lémus, que com 60 anos de idade era o homem por trás da diplomacia cubana nos Estados Unidos, uma das funções mais primordiais para o sucesso da insurreição. Carlos Manuel de Céspedes tinha, à época, 49 anos, sendo mais velho em apenas dois se comparado a Vicente Aguilera, seu maior rival no comando revolucionário do Oriente. Miguel Gutiérrez e Cisneros Betancourt, presidentes das Juntas de Villa Clara e Puerto Príncipe, não distavam severamente da idade de Céspedes, entretanto, eram mais jovens que este, com 46 e 40 anos, respectivamente.

Dos 25 rebeldes com suas idades reveladas, oito ocupavam a faixa etária de 20-29 anos, onze a de 30-39 anos, cinco a de 41-50 anos e, apenas um, teve uma marca superior. Tal indicação revela que boa parte dos implicados em cargos de liderança se enquadravam em uma faixa inferior aos 40 anos, com 17 representantes situados nessa categoria. Com um perfil mais jovem que os demais superiores, estes estavam encarregados de posições secundárias e geralmente relacionadas a atribuições mais práticas em campo de batalha, com todos os atos de nível estratégico, ideológico e burocrático centrados nas mãos de integrantes mais velhos e experimentados, tais como Céspedes, Morales Lémus, Betancourt e Gutiérrez.

Quanto ao viés profissional, a ocupação mais ordinária foi novamente a de fazendeiro, com nove membros ligados ao campo, sendo que seis, exclusivamente. Dois implicados eram criadores de gado (Vicente García e Manuel Quesada), com o restante tendo um canavial e/ou um engenho. Entre os proprietários separatistas, só Betancourt e Aguilera tinham um patrimônio abastado, com os colegas apresentando pequenas porções de terras e uma modesta quantia de animais e escravos. Como segundo ofício mais reiterado entre os rebeldes, a advocacia foi a escolha de seis dos homens listados, com três deles sendo também escritores, e um – o próprio Céspedes – periodista e fazendeiro.

Os militares foram quatro, quase todos estrangeiros, a saber: Thomas Jordan, ex-general confederado na Guerra Civil Americana; Manuel Quesada, cubano, ex-general mexicano; Luis Marcano, ex-combatente das Reservas Dominicanas,<sup>483</sup> e Gabriel González, capitão do exército mexicano. Os que exerciam a medicina eram três, sendo que dois exclusivamente (Antonio Lorda e Eduardo Agramonte), e um (Ángel del Castillo), nomeadamente um dentista, fazia-o possuindo também uma fazenda. Escritores e periodistas somaram oito indivíduos, dos quais alguns eram

---

<sup>483</sup> Extinto corpo militar formado pelo exército espanhol com voluntários dominicanos para lutar na Guerra de Santo Domingo (1861-1865).

ditos “poetas”. De todos eles, porém, só Néstor Ponce de León tinha no ramo sua única ocupação, com os demais redigindo os seus textos em paralelo a outras atividades.

Mais três envolvidos eram engenheiros, de onde um deles, Miguel Gutiérrez, foi periodista e procurador de Las Villas antes do início da guerra, sendo, portanto, o único a estar ocupando um cargo público. Vale lembrar que Salvador Cisneros e Francisco Aguilera já haviam sido prefeitos de suas cidades, e que Cisneros portava o título nobiliário de “marquês”. Completando a lista, estiveram implicados um professor, um comerciante e outros três insurretos de profissão indeterminada. Quanto ao corpo principal dos sublevados, o padrão não diferiu do observado em Porto Rico, sendo o grosso dos combatentes de camponeses e alguns escravos, a maioria sem ligação pregressa ao movimento, cuja adesão se concretizou bem no calor do momento.<sup>484</sup>

Isto posto, o perfil geral da liderança separatista cubana pode ser dado como um conjunto de homens majoritariamente nascidos na ilha, com boa parte sendo de membros relativamente jovens sob a direção de uma cúpula com idade superior aos 40 anos. Profissionalmente, predominavam os pequenos e médios fazendeiros, de onde, apesar de terem havido dois proprietários abastados, suas condições foram exceção entre os colegas, que geralmente se encontravam em dificuldades. Além disso, mesmo que alguns fossem mais ricos do que a média dos envolvidos, sua influência não foi tão grande ao ponto de ofuscar a autoridade imposta, desde o início, por Céspedes.

O levantamento ainda tornou explícita a quantidade exígua de comerciantes e profissionais liberais, sendo bem mais abundantes os escritores e periodistas nos altos cargos do movimento. Chama atenção o fato de todos os quatro militares de profissão serem integrantes ou ex-combatentes de exércitos estrangeiros, trazendo consigo a experiência prática adquirida em conflitos travados nos territórios vizinhos ao longo da década de 1860. Destes, só Manuel Quesada era de fato cubano, com os demais sendo simpatizantes da independência da ilha ou aventureiros que procuravam um novo conflito a que se engajar.

Quando comparados os dois grupos, o que se nota é a semelhança em elementos tais como a presença majoritária de indivíduos locais frente a imigrantes de outras partes. Ainda que fossem mais numerosos em Porto Rico do que em Cuba, os estrangeiros separatistas daquela ilha eram, por vezes, habitantes de suas terras há um certo tempo, sendo bem poucos os que se juntaram às duas revoltas sem antes ter se estabelecido no território em que começaram. Outra questão interessante se relaciona com a importância que os proprietários agrícolas tiveram em ambos os casos, constituindo a maioria se comparados aos seus colegas das mais distintas ocupações. Isto

---

<sup>484</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 34.

revela o quanto apesar de muitos manterem conexões com as cidades, o separatismo desenvolveu-se num ambiente rural e interiorano daquelas Antilhas.

É bem verdade que haviam mais ricos lutando em favor da independência cubana do que da porto-riquenha, porém, muito de seu patrimônio foi afetado pelas batalhas que se travaram entre as guerrilhas rebeldes e o exército colonial, inviabilizando o seu pleno proveito seja por danos sofridos na guerra, seja em virtude dos bloqueios e embargos impostos pelas autoridades. Acerca disso, basta lembrarmos que os cubanos já recorreram ao saque logo no início de 1869, utilizando o butim tomado às fazendas e cidades para comprar mantimentos e armas desembarcados furtivamente no litoral.<sup>485</sup>

Sobre a média de idade dos líderes mapeados, não é possível dizer que um dos grupos foi comandado por militantes mais velhos e cautelosos do que em outro, vide a pequena fração de insurretos porto-riquenhos cujas idades foram encontradas. Não obstante, quando focamos nos personagens que organizaram intelectualmente as duas revoltas, fica bem claro que Ruiz Bélvis, Betances e Cisneros Betancourt tinham idades bastante próximas aos 40 anos, sendo que Céspedes e Aguilera eram ligeiramente mais velhos, sem ultrapassar, contudo, até uma década de diferença. Isso indica que, em geral, as decisões operacionais foram tomadas por comandantes praticamente equivalentes em termos geracionais.

No que se refere ao público atraído a colaborar com o separatismo, outra equivalência foi verificada no recrutamento de, basicamente, as mesmas pessoas para compor os “exércitos revolucionários”, isto é, os lavradores e escravos, cuja situação de dependência e vulnerabilidade favoreceu a penetração dos ideais independentistas com relativa facilidade em seu meio. Quanto a presença de ex-militares ter ajudado a consolidar a insurreição cubana, o que se vê é que, de fato, houve mais homens dessa origem naquele evento se comparado ao episódio porto-riquenho, contudo, sua adesão foi limitada numericamente e enfraquecida pelo ingresso de muitos deles só dias ou meses depois do Grito de Yara, tornando a contribuição mais relevante para o avanço posterior da revolta que para a permanência desta em seus primeiros atos.

O mesmo pode ser dito dos indivíduos que desfrutavam de algum acesso a contatos bastante úteis no exterior, pois apesar de terem agido auferindo amplas vantagens ao movimento cubano, facilitando as expedições de abastecimento bélico e a coleta de donativos entre os simpatizantes de outros países, os resultados só foram vistos a partir de janeiro de 1869, ou seja, tarde demais para determinar a sobrevivência inicial do levante. Em suma, apresentando características relativamente parecidas na composição de seus membros, as rebeliões de Lares e Yara não

---

<sup>485</sup> Cf. GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 189, 191.



revelaram distinções significativas nos perfis econômico, social ou identitário de seus organizadores, incapacitando a presente hipótese como influenciadora dos rumos tomados.

Passando ao último tema a ser explorado, tratemos do modo como as revoltas de 1868 foram enfrentadas pelas autoridades locais. O objetivo é examinar se a reação a cada uma delas foi diferente o bastante para alterar os desfechos observados nas duas ilhas. Se nos aspectos materiais, teóricos e operacionais os separatistas expuseram muitas semelhanças entre si, foi a derrota porto-riquenha o resultado da repressão imediata, sendo o sucesso inicial cubano um reflexo da subestimação ou incompetência do exército colonial em debelar a insurreição com eficácia? Para encontrar a resposta vejamos a análise a seguir.

Relembrando os detalhes do episódio de Lares, sabemos que a conspiração já era aguardada e, de certa forma, monitorada pelos oficiais há alguns anos. A real dimensão do que se passava só foi conhecida, entretanto, com a operação surpresa do coronel Iturriaga à casa de Manuel González, na noite de 20 de setembro. Apesar de sua gravidade, tal informação não mobilizou qualquer atitude excepcional ou imediata da capital, que se limitou a esperar o interrogatório de González. Presenteados com um hiato de até três dias, os rebeldes tiveram tempo de se agrupar e organizar a invasão antecipada a Lares.

Concretizados os feitos da madrugada de 23 de setembro, o capitão-geral Julián Pavía inteirou-se dos fatos apenas na tarde do dia seguinte, quando então decidiu tomar suas primeiras medidas com o objetivo de sufocar a pretenciosa insurreição. Em comunicado ao Ministério da Guerra, em 21 de novembro, Pavía relatou que desde a expulsão de Betances, a ilha tornara-se alvo de uma ardilosa propaganda separatista, cujo mandante vinha espalhando uma infinidade de seus libelos que instigavam a sedição:

*[...] se fueron circulando furtivamente por toda esta Isla, cada mes y aun semanalmente, impresos y diversas proclamas remitidas desde Santo Thomas, Santo Domingo, Curazao, Estados Unidos y hasta de la Península por el revoltoso Betances, para formar atmósfera favorable á sus contumaces miras políticas.*<sup>486</sup>

Dizendo-se ciente da periculosa situação, Pavía alegou ter ordenado a mais estrita vigilância sobre as cidades e vilas, argumentando que apesar do zelo de seus subalternos, não foi possível evitar o “*extravío del espíritu público en las gentes sencillas, pobladoras de las comarcas en las montañas más separadas del litoral*”,<sup>487</sup> onde os rebeldes se instalaram para operar sua trama, aproveitando-se da escassez de autoridades confiáveis na região. Curiosamente, o oficial

<sup>486</sup> PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 302.

<sup>487</sup> Ibid.

reportou outra data para a prisão de González (22 de setembro), abreviando o espaço entre àquela e o levante, de três, para somente um dia.

A comutação foi contrariada no relatório final e definitivo do caso, redigido em setembro de 1869 por seu sucessor, José Laureano Sanz, que reafirmou o dia 20 para o mesmo fato.<sup>488</sup> A referida data tornou-se também um padrão entre os livros da época e a historiografia recente, levantando a suspeita da tentativa de Pavía de livrar-se da acusação de omissão frente a atitude tomada. Para o escritor espanholista Perez Morís, Pavía foi o “Domingo Dulce de Porto Rico”, pois tal como o homólogo cubano, reagiu de modo hesitante e temerário aos indícios de revolta que se despontavam, preferindo confiar, ingenuamente, nas palavras bem-intencionadas dos reformistas que o circundavam.<sup>489</sup>

Bem diferente, porém, foi o comportamento das autoridades de Arecibo. Questionado, sobre os papéis encontrados em sua casa, González negou ter parte em qualquer conspiração, alegando tratar-se de uma brincadeira das horas vagas onde *“tenía por costumbre trasladar al papel todos sus pensamientos, sus impresiones hasta las más fugaces, pero solo por pasatiempo, por dar expansión á su espíritu, y sin comunicar ni leer á nadie lo que escribía”*.<sup>490</sup> Insatisfeito com esta versão, o corregedor Iturriaga iniciou uma investigação, interrogando e prendendo outros suspeitos na região.

Ao saber que homens armados planejavam resgatar González, Iturriaga voltou a Camuy e levantou uma milícia, iniciando os preparativos para persegui-los prontamente. Reforçado por mais soldados vindos às pressas de Arecibo, o oficial orquestrou uma patrulha até as proximidades de Lares, onde deteu-se pelos limites de jurisdição que o impediam de adentrar o Departamento de Aguadilla.<sup>491</sup> Retomando à mensagem de Pavía ao ministro da Guerra, o capitão-geral informou ter elaborado uma operação assim que soube de Lares, onde previa a ocupação da cidade por intermédio de um cerco vindo de todas as direções.

De Arecibo, o coronel Ibarreta avançaria em direção a Lares, atacando-a pelo Norte; da mesma cidade, uma coluna liderada pelo tenente coronel Sabino Gamir partiria rumo a Camuy, sendo os dois oficiais abastecidos e reforçados por um navio despachado de San Juan, em 25 daquele mês. Do centro da ilha, um terceiro grupo sairia de Utuado sob as ordens de Pedro Resano, atacando pelo Leste, enquanto de Mayagüez, o corregedor Antonio Balboa cobriria as montanhas

---

<sup>488</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 322.

<sup>489</sup> Cf. *Ibid.*, p. 109.

<sup>490</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>491</sup> Cf. *Ibid.*, p. 105-108.

do Oeste. Finalmente, um comboio de munições seguiria da capital para Ponce, a partir da qual o coronel Eliseo Berriz marcharia com seus homens, vindo do Sul.<sup>492</sup>

A mobilização só surtiu efeito na perseguição dos separatistas dispersos pela derrota de Pepino, cuja batalha foi engajada pelos dezesseis soldados sob o comando do corregedor de Aguadilla, Jacinto Perez. Vale notar que as instruções de Pavía não incluíram as próprias forças do Departamento a que Lares pertencia, sendo a conduta de seu responsável alvo de duras críticas por Perez Morís. Em seu livro, o autor condenou Jacinto por subestimar os apelos de defesa que recebera do prefeito de Pepino, mesmo depois de haver sido alertado pelo corregedor Balboa da existência de interações suspeitas na jurisdição vizinha.<sup>493</sup>

Perdido o ímpeto inicial da luta e enfraquecidos pela ausência de um líder consistente e flexível, os insurretos não tiveram tempo de reagrupar-se mediante o cerco a que estavam submetidos. No fim das contas, ainda que tenham desperdiçado a oportunidade de intervir imediatamente após a prisão de González, antecipando-se à invasão posterior a Lares, as autoridades porto-riquenhas foram eficazes na contenção do levante assim que este foi confirmado. Cientes disso, seria plausível dizer que o desfecho diverso no episódio cubano decorreu do atraso ainda maior em frear os rebeldes logo no início? Verifiquemos essa hipótese na análise correspondente a seguir.

Como abordado no terceiro capítulo, as primeiras notícias a chegar em Havana sobre o advento do Grito de Yara, falharam em comunicar mesmo os aspectos mais primordiais de suas dimensões e integrantes. Mediante isto, a atitude inicial do regime não se furtou a alimentar falsas ideias de tranquilidade ironizando o efeito pouco tangível que a revolta teria supostamente gerado.<sup>494</sup> Tal menosprezo fez o governo contribuir (ainda que involuntariamente) com o ainda frágil movimento separatista, cuja derrota em Yara foi sucedida por vários dias sem os efeitos de uma represália vinda de agentes a mando do Estado.

Mal informados do que ocorria e sem condições de oferecer muita resistência por meios próprios, os oficiais que estavam a cargo das pequenas cidades no interior da província não foram páreos para os ataques-relâmpago surgidos do nada às mãos dos milicianos. Coube ao coronel Francisco de Abreu, partindo da capital provincial, Santiago de Cuba, liderar o primeiro ato em

---

<sup>492</sup> Cf. PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000065661>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 305.

<sup>493</sup> Cf. *Ibid.*, p. 145-146.

<sup>494</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh00000689>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 32, 39.

retaliação aos rebeldes. Limitada a 400 homens, a operação esmagou uma insurgência em El Cobre, sendo apenas uma das tantas ocorridas entre o final de outubro e o começo de dezembro.

Pouco efetivas em seus resultados, tais intervenções foram registradas a alguns quilômetros de Las Tunas, Guantánamo, Baire e Moron, com a dispersão temporária dos insurretos dando a impressão equivocada de que a vitória era inevitável. Antes de entrar na persecução propriamente dita, o comandante-geral do Departamento, Joaquin Ravenet, apostou no fim pacífico da insurreição, oferecendo um indulto, a 23 de outubro, aos que optassem por se entregar nas doze horas seguintes à publicação do decreto. Segundo as fontes oficiais, 180 rebeldes foram acolhidos naquele período,<sup>495</sup> o que, no entanto, não abalou a disposição dos demais em continuar na luta.

Na capital, desprovido de meios suficientes e ainda cético quanto a guerra, o capitão-geral, Francisco Lersundi, seguiu a tendência do novo regime implantado na Espanha pela “Revolução Gloriosa”. Assim, antes de ordenar o recrutamento de tropas, sua estratégia consistiu no envio do general Blas Villate com a missão de reconhecer e apaziguar o território sublevado, iniciando, em último caso, a eventual repressão. Decidido a esgotar todos as vias do convencimento, Villate desembarcou, em 6 de novembro, em Santiago de Cuba. Dali, rumou para Manzanillo onde reuniu 800 homens, passando depois a Puerto Príncipe.<sup>496</sup>

Executado o percurso sem avistar o inimigo, Villate foi bem recebido pelos cidadãos principenhos, onde fez conhecer a disposição da Metrópole em prosseguir com as reformas, sendo importuna a agitação recentemente realizada pelos separatistas. Partindo com suas tropas a bordo do trem que ligava a cidade à litorânea de Nuevitas, Villate foi surpreendido numa emboscada à linha férrea. O ataque custou-lhe dez mortos e trinta feridos, deitando por terra as tentativas de conciliação. Desse momento em diante, a atuação do general foi orientada à doutrina da perseguição e confronto.

Adiada em mais de um mês, a convocação de Lersundi para o alistamento militar só foi divulgada em 19 de novembro. Nela, estipulou-se a formação de dois batalhões de voluntários compostos de cerca de mil homens cada.<sup>497</sup> Denominados como “*Orden*” e “*España*”, os batalhões seriam mandados ao Departamento Oriental, auxiliando as forças locais nas atividades de contenção. Em outras cidades como Trinidad, Santiago de Cuba, Remedios e Guanajay, companhias de voluntários foram montadas espontaneamente por moradores leais à Coroa.<sup>498</sup>

---

<sup>495</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 47.

<sup>496</sup> Cf. *Ibid.*, p. 57-59, 61.

<sup>497</sup> Cf. *Ibid.*, p. 65-66.

<sup>498</sup> Cf. *Ibid.*, p. 51.

Liderado pelo coronel Francisco Acosta, o batalhão “*Orden*” foi o primeiro a se completar, vide a disposição de seu comandante – que também era fazendeiro – em financiar, pessoalmente, o equipamento necessário à tropa.<sup>499</sup> Saindo de Havana por linha férrea, os voluntários de Acosta embarcaram em Batabanó, rumo ao centro da ilha. De volta ao solo, marcharam a Sancti Spíritus, Ciego de Ávila e, finalmente, Puerto Príncipe, em cujo caminho venceram os rebeldes na batalha de Las Yeguas. A chegada, em 21 de dezembro, também encerrou o breve cerco a que estavam submetidos os habitantes da última cidade.<sup>500</sup>

Já sob as ordens do coronel Benegasi, o batalhão “*España*” navegou pelo Norte, zarpando de Havana em direção a Nuevitas e, dias depois, mais alguns quilômetros até o porto de Jíbara. Dali, passaram a Holguin onde frustraram outro sítio realizado pelo inimigo, no dia 6 de dezembro.<sup>501</sup> Bem sucedidas em suas missões, as forças mandadas por Lersundi ao Oriente mostraram um desempenho bem razoável onde atuaram. Suas ações, no entanto, não se provaram suficientes para barrar o avanço independentista, que prosseguiu se espalhando a partir de focos variados na região.

Nos últimos meses de 1868, a situação dos rebeldes estava distante de ser confortável, mesmo assim, seu movimento já havia passado no teste de sobrevivência em que seus colegas porto-riquenhos haviam sido derrotados. Lersundi falhara em pacificar o Oriente. Mais hesitante que o seu homólogo Pavía, suas vitórias tardias logo seriam anuladas nos meses posteriores, com a retomada por Dulce da negociação pacífica. Ao que parece, mesmo dispondo de milhares de homens a mais do que na ilha vizinha, as autoridades cubanas não os empregaram em larga escala, provavelmente por se tratarem de unidades “fixas” em fortalezas ou até por não estarem, ao menos em parte, em condições de prestar pleno serviço ativo.

Como os fatos mostraram, só uma estrita parcela dos efetivos do exército – popularmente chamados de “tropa veterana” – estavam ao dispor do regime, que achou melhor mobilizar, num primeiro momento, exclusivamente os oficiais, escorando-se em milicianos ditos “voluntários” para compor a maioria de seus soldados. Praticamente idêntica à estratégia de Porto Rico, essa escolha nos revela muito da fragilidade e limitação também presente entre as forças de repressão. Visto que os meios de autodefesa em ambas as ilhas tinham instrumentos tão parecidos de reação, seria o mesmo também verdade em relação a infraestrutura instalada em Cuba se comparada à colônia vizinha?

---

<sup>499</sup> Cf. GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh00000689>>. Acesso em: 27 dez. 2019. p. 68.

<sup>500</sup> Cf. *Ibid.*, p. 67.

<sup>501</sup> Cf. *Ibid.*, p. 69.

Para entender a importância do tema, é necessário se ter em mente a relevância dos meios de transporte e comunicação para o sucesso de operações militares tais como as narradas anteriormente. Especialmente no cenário cubano, as dificuldades a serem vencidas incluíram não apenas distâncias maiores a se percorrer (visto o ponto de partida das tropas ter sido, majoritariamente, em Havana, no outro extremo da ilha), mas também as imposições do relevo (abundantemente montanhoso nas duas regiões de origem das revoltas tratadas) e as condições para a troca de mensagens e instruções entre os oficiais envolvidos.

Em se tratando de meados do século XIX, as tecnologias disponíveis para o uso em campanha tinham avançando, sobremaneira, em relação ao início da mesma centúria. Modernidades da época, como o telégrafo via cabos e a locomoção a vapor sobre trilhos, abreviaram, em muito, o tempo despendido para a tomada de decisões e a chegada das tropas aos campos de batalha. Inovadoras na Europa, essas facilidades já vinham ganhando espaço nos territórios sob o controle da Espanha no Caribe, tendo o primeiro trecho ferroviário de Cuba sido lançado, ainda em 1837, unindo Havana e Bejucal, ou seja, nove anos antes do equivalente entre as cidades de Barcelona a Mataró, na Metrópole.

Impulsionada pela demanda produtiva dos canaviais e engenhos, a malha férrea se expandiu, nos anos seguintes, até chegar a Villa Clara, no centro da ilha, ligando também as cidades de Puerto Príncipe, Sancti Spíritus e Enramadas (ao norte de Santiago) diretamente ao mar, por meio de ramos locais. Quanto aos meios telegráficos, o primeiro aparelho a operar em Cuba foi instalado em 1853, paralelo à ferrovia da capital, entrando em funcionamento no ano posterior. Rapidamente, os cabos foram estendidos até Puerto Príncipe (1862) e Santiago de Cuba (1864), ligando os dois maiores centros urbanos da ilha.<sup>502</sup>

Em Porto Rico, o telégrafo foi implantado, em caráter experimental, pela iniciativa privada de seu próprio inventor, o americano Samuel Finley Morse, cujo aparelho foi ativado na cidade de Arroyo, em 1859.<sup>503</sup> A primeira linha pública, porém, não chegaria a ilha até 1869, quando uniu as cidades de San Juan e Arecibo. Comparativamente, o regime cubano esteve assim mais bem provido de infraestruturas que o porto-riquenho, o que, contudo, não o livrou dos atos contínuos de sabotagem realizados pelos separatistas desde o início da guerra. No mapa a seguir, identificamos em que estágio se encontravam as estruturas mencionadas até 1870.

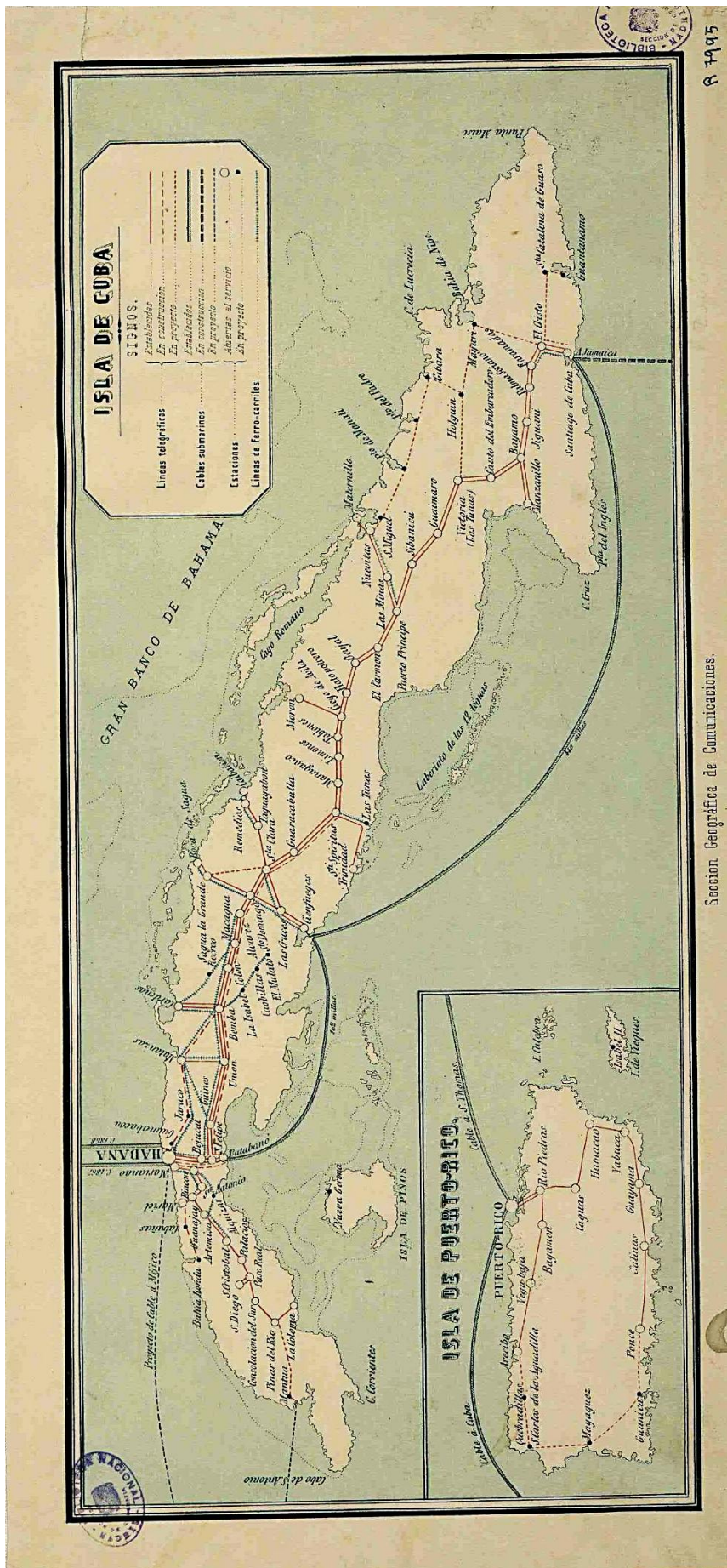
---

<sup>502</sup> Cf. MARTÍNEZ DE QUESADA, Eugenio. El Telégrafo español en ultramar: Cuba y Puerto Rico. In: MARTÍNEZ LORENTE, Gaspar; NAVARRO MORENO, Pedro (Coord.). **XXI siglos de comunicación en España: historia de correos y telégrafos**. [S.l.]: Correos, 2016.

<sup>503</sup> Cf. Ibid.



Figura 4 - Mapa dos telégrafos e ferrovias de Cuba e Porto Rico (c. 1870).



Fonte: Sección Geográfica de Comunicaciones. [s.l.]. Biblioteca Digital Hispánica.

Produzido pela “Seção Geográfica de Comunicações” da Espanha, o mapa apresenta uma ampla malha de instalações telegráficas que se estendiam por praticamente todo o território cubano. Cabe notar a presença de ligações entre a dita Antilha e os Estados Unidos (à partir de Havana), bem como entre Porto Rico e as vizinhas Jamaica e Saint Thomas.<sup>504</sup> Executadas pela britânica West Indies & Panama Telegraph Company, as obras dos cabos submarinos ainda não haviam sido entregues até a guerra de 1868, porém, uma boa parcela das infraestruturas em solo já se encontravam plenamente ativas, sendo empregues pelo regime espanhol sempre que fosse possível.

Em ambas as ilhas, a navegação a vapor também exerceu um importante papel, agilizando o envio de tropas para os locais ainda desprovidos de ferrovias e estradas ou onde estas estivessem danificadas pelo inimigo. Em suma, o que se nota é que a reação tanto ao Grito de Lares quanto ao de Yara foi afetada por altas doses de hesitação e subestimação da parte dos líderes coloniais. Mais equipadas e bem providas em termos humanos e tecnológicos, as autoridades cubanas não agiram com a rapidez que a situação demandava, vide o atraso de Lersundi em convocar o alistamento militar para o reforço do exército.

É claro que, em parte, isso deveu-se as demandas por paz politicamente importantes para o recém-instaurado reformismo metropolitano, mesmo assim, não se deve isentar a incapacidade das forças locais em eliminar os primeiros focos de insurreição registrados no Departamento Oriental. O fato é que, apesar de previstas há, pelo menos, dois anos, as revoltas de 1868 não foram tratadas com a devida importância desde os primeiros informes de sua realização, sendo tão pouco precedidas da necessária revisão das doutrinas estratégicas e aparatos de segurança.

Em Porto Rico, o insucesso da invasão de Pepino derivou muito mais do fragilizado moral da milícia separatista que do triunfo tático do exército legalista. Já em Cuba, o roteiro seguido não destoou tanto assim do observado na outra ilha, com os esforços preliminares sendo assumidos por batalhões locais de onde a vitória na escaramuça de Yara expõe o êxito momentâneo dessas primeiras operações. Quanto a permanência e expansão do levante, o que se viu foi bem mais fruto do mérito independentista em se adaptar aos desafios que se impuseram ao seu caminho que de uma suposta inépcia excepcional das autoridades coloniais. Em um estado de ânimo e confiança semelhantes, não nos parece exagerado afirmar que tal resultado seria alcançável, do mesmo modo, no episódio porto-riquenho.

---

<sup>504</sup> A indicação dos dois cabos partindo de Porto Rico como “estabelecidos” foi crucial para a definição da data aproximada do mapa, uma vez que, em 1870, ambos foram entregues. Já para o cabo Cuba-Jamaica, cujo projeto foi concluído apenas em 1872, o mapa o apresenta na condição “em construção”, invalidando as chances de pertencer há anos posteriores.



Concluída a análise das hipóteses levantadas, vimos que as causas inicialmente concebidas da distinção nos resultados das revoltas não foram corroboradas quando expostas ao exame atencioso das fontes, abrindo espaço, porém, a novos conceitos bastante úteis à construção de uma resposta objetiva. Descobrimos que no critério estrutural, os separatistas cubanos passaram de um modelo descentralizado e autônomo de organização para um oposto, centralizado e personalista, cuja inversão consolidou o seu movimento. Por sua vez, verificou-se que os porto-riquenhos, cujo modelo inflexível e regrado foi abandonado por Rojas na execução de seu levante, só aumentou a debilidade e desorientação já bem latentes no interior do grupo.

Outra questão experimentada neste capítulo trouxe à tona a semelhança nos exageros propagandísticos veiculados pelos panfletos das lideranças secessionistas de ambos os casos. A expectativa com a vitória não foi menor que a realidade em nenhum dos cenários, invalidando a hipótese de um maior comedimento cubano no tratamento das circunstâncias reais. Também traçamos um perfil análogo dos integrantes dos dois movimentos, de onde seus líderes eram mais velhos que a média geral dos participantes, pertenceram, na maior parte, à mesma geração intelectual e atraíram quase a mesma quantia de fazendeiros e profissionais liberais, com a maioria dos combatentes sendo somados de última hora ao grupo, dentre os escravos e agricultores locais.

Finalmente, o pensamento preliminar da supressão mais eficiente dos revoltosos em Porto Rico foi contestado ao se comprovar que o despreparo era comum às duas forças coloniais. Comum também foi a subestimação dos ataques sofridos em Lares e Yara, não distinguindo-se, sobremaneira, os procedimentos de repressão adotados. Chegado ao fim deste capítulo, passemos ao exame final das informações reunidas até o momento na execução da pesquisa, expondo as causas do insucesso porto-riquenho em seus esforços separatistas frente a longa sobrevivência do equivalente cubano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os últimos baluartes da Espanha na América, em meados da década de 1860, as Antilhas de Cuba e Porto Rico eram um cenário perfeito de uma crise política. De um lado, os conservadores clamavam o combate a toda sorte de questionamentos aos rumos tomados pela gestão metropolitana. Em sua visão, os súditos caribenhos já eram “iguais” aos que habitavam a Europa, mesmo que essa suposta igualdade não abrangesse a totalidade dos moradores das ilhas. Munidos do argumento de suas peculiaridades locais – de onde a escravidão e a diversidade racial alimentavam os temores de instabilidade e confronto – os conservadores se colocavam como defensores da integridade nacional, dispostos a tudo para impedir que a Coroa fosse privada de mais esta porção de terras culturalmente atada às suas origens ibéricas.

Do outro lado, os separatistas, exaustos de ouvirem promessas, já descumpridas há meio século, de mudanças que contemplassem as necessidades materiais e políticas dos insulares insatisfeitos. Pertencentes a uma geração de pensadores influenciados por experiências no exterior e admiradora das tentativas frustradas de insurreições no passado, esses homens se viam em busca de uma nova identidade nacional, mais condizente com sua cultura caribenha que com a “decadente” e “atrasada” Espanha, perdida em suas guerras peninsulares pela disputa do poder. Para eles, sua missão era lutar pela liberdade em oposição ao arbítrio, pela independência em objeção ao despotismo colonial.

Em meio aos dois, os reformistas, avessos à conformidade, recomendada pelos primeiros, mas também à ruptura, apregoada pelos últimos. Muito diversos em suas propostas, os adeptos dessa “terceira via” buscavam o diálogo e a moderação, confiando que iniciativas como a Junta de Informação (1866), trariam o alívio das demandas acumuladas até o momento nas ilhas, seja através da extensão das mesmas leis da Metrópole aos territórios ultramarinos, seja por conceder-lhes um determinado grau de autonomia para cuidarem, por si mesmos, de suas necessidades locais. Com o passar do tempo, a dissolução da Junta decepcionou muitos entusiastas daquela opção, com alguns deles se bandeando para um dos dois lados mais predominantes na disputa.

Em 1868, a conciliação já não tinha espaço nesse ambiente tão inflamado pelo atrito de ideias, com a violência vindo a ocupar o que até o momento tinha sido restrito meramente às discussões e ameaças. Com poucas semanas de diferença, os levantes de Lares e Yara trouxeram à prática o que há anos vinham tramando os separatistas. Entusiasmados por seus ideais, os rebeldes eram francamente minoritários em ambas as ilhas, impedimento que almejavam transpor pela suposição de que bastava começarem a guerra para que a população se motivasse a lutar. Sua inspiração vinha das ex-colônias da América, cujos conflitos receberam a adesão popular para expulsar as autoridades europeias em seu processo de emancipação.

Conforme abordado no primeiro capítulo, tais guerras não estiveram alheias aos acontecimentos regionais, sendo direta e indiretamente influenciadas por interesses e disputas internas dos territórios e países vizinhos. Os Estados Unidos, recém-saídos de sua própria guerra civil, tornaram-se a plataforma independentista mais vigorosa no exterior, onde eram feitas reuniões estratégicas, impressões de panfletos, arrecadações de fundos e até a montagem de expedições armadas às ilhas. Atividades similares também se deram no México, embora em uma escala consideravelmente menor.

Além destes países, os separatistas ainda contaram com a simpatia de vários outros Estados do continente, como a Venezuela, Peru e Santo Domingo. Neste último, a mudança abrupta de governo, ocorrida em maio de 1868, prejudicou os planos originais de Betances, há poucos meses do levante porto-riquenho. Importante papel exerceram as dependências coloniais de Bahamas, Jamaica e Saint Thomas, onde a convivência de suas Metrôpoles facilitou o contrabando e a estocagem de suprimentos para as revoltas tratadas.

A própria crise política registrada na Espanha, com a remoção da coroa de Isabel II e a instauração de um novo regime pela Revolução Gloriosa contribuiu, ao seu modo, com o atraso na reação à insurgência cubana, prejudicando também a regeneração do separatismo depois do fracasso do Grito de Lares em Porto Rico. Nos capítulos seguintes, constatamos que, em ambos os casos, a maçonaria foi um elemento aproximador dos primeiros membros dos clubes conspirativos, sendo as suas lojas um dos lugares mais frequentados para a troca de experiências e o recrutamento de apoiadores.

Mais abundantes em Cuba, com os *liceos* e *filarmônicas*, que acobertavam a discussão política com a cultura e o lazer (predominando em Porto Rico os encontros furtivos improvisados nas casas de alguns membros) esses espaços de sociabilidade agregaram aos movimentos a força de que precisavam para crescerem e consolidarem-se, catapultando-os das reuniões de algumas dezenas de insatisfeitos, para uma rede hierárquica de agitadores organizados, com ramificações e agentes espalhados pelas cidades ou até estabelecendo contatos com autoridades no exterior, visando a conquista de apoio financeiro, militar e diplomático.

Na execução de seus planos, os rebeldes não o fizeram com a tranquilidade e o sucesso que esperavam inicialmente. Nas duas ilhas, a trama foi descoberta semanas antes do esperado, forçando uma atitude precipitada de uma parcela dos envolvidos na tentativa de evitar que os seus recursos fossem perdidos e a rebelião cancelada. As consequências foram distintas em cada episódio, com os cubanos à mando de Céspedes se espalhando pela porção oriental da ilha, mesmo que ao custo de algumas perdas frente às forças oficiais. Já os porto-riquenhos, não menos capazes

que os insurgentes vizinhos, amargaram a derrota em poucas horas, enterrando os seus sonhos de independência num único ato real de batalha.

Foi dessa disparidade que a questão condutora desta pesquisa nasceu para encontrar as origens do insucesso de Lares, com seus efêmeros resultados, em comparação ao legado de uma década de luta originada no Grito de Yara. No quarto capítulo, avaliamos as hipóteses mais prováveis de provocarem tão decisivos impactos em cada um desses casos. Destas, a mais relevante foi a que indicou a inversão mútua nos modelos de organização adotados pelos movimentos. Tal descoberta expôs as fraquezas do centralismo de Emetério Betances, que condenou os seus seguidores à dependência de suas ordens numa cadeia hierárquica que simplesmente evaporou no ato de Rojas, em 23 de setembro.

Por outro lado, a autonomia desfrutada pelos Comitês Revolucionários cubanos atenuou as preocupações regionais e favoreceu a entrada dos mesmos na guerra só mediante a concordância de seus integrantes e nos momentos apropriados segundo suas convicções. Quanto à centralização personalista de Céspedes, tal atitude reforçou a homogeneidade inicial dos voluntários, organizando-os de maneira mais eficiente para o confronto. Como frisado, porém, essa questão não foi capaz de explicar inteiramente os motivos por trás dos resultados observados, uma vez que ajudaram a entender quais eram os pontos fortes e fracos dos grupos analisados, mas não a razão de estes terem enveredado por um caminho e não outro.

Tendo em mente estas informações, concluímos que dois elementos foram os decisores dessa questão. A começar pelos porto-riquenhos, a derrota prematura do levante deveu-se à ausência fatal de Betances no exato momento em que ela ocorreu. Afirmamos isso não pelos recursos que ele dizia trazer juntamente consigo em sua expedição, mesmo porque é impossível saber até que ponto suas promessas de tantos homens e armas eram, de fato, realidade ou não. Ademais, a presença física do líder máximo do movimento na rebelião de Rojas teria sido fundamental na mobilização dos núcleos que não se engajaram no Grito de Lares.

Como lembrado acima, o próprio modelo como os separatistas porto-riquenhos se organizavam anteriormente tornava a aprovação de Betances à guerra um fator essencial na decisão de qualquer célula de iniciar o levante de independência. Dito isto, ainda que bem-intencionado em sua convocação, Manuel Rojas não tinha autoridade para comandar a revolução, problema que o afetou não apenas na recusa dos núcleos mais afastados em segui-lo (provavelmente por não estarem a par de toda a situação e, logo, considerarem que era mais sábio aguardar pelas instruções de Betances), mas também pela inexistência de um líder legítimo capaz de reanimar os derrotados na batalha de Pepino.

Cenário bem diferente foi o encontrado entre os cubanos. Ali, apesar de não presidir a Junta Revolucionária a que pertencia, Céspedes já desfrutava de uma boa reputação como fervoroso independentista entre os colegas de conspiração. Tal condição foi certamente um facilitador de sua manobra orquestrada em 10 de outubro, quando postando-se à frente de seus seguidores mais leais, foi proclamado líder supremo da revolta, convocando os demais núcleos separatistas a se juntar sob o seu comando. A verdade é que ao perder o confronto de Yara, Céspedes podia ter enfrentado o mesmo destino que Rojas, passando a fugir desacreditado pelas montanhas.

Olhando em perspectiva, o desafio de Céspedes ao arranjo institucional da conspiração foi bem mais grave que o perpetrado em Porto Rico. Seu superior hierárquico, Vicente Aguilera, não estava incomunicável em território estrangeiro como Betances. Pelo contrário, sua presença na noite do “grito” situava-se há poucos quilômetros dali, na cidade vizinha! Mesmo assim, o clamor de Céspedes não foi ignorado, sendo a chegada, nos dias seguintes, de outras colunas de voluntários à região o elemento chave que impediu o sufocamento imediato da insurreição que mal começara.

Apoiado por esses homens, que não haviam testemunhado a debandada em Yara, Céspedes pôde reconstruir seu exército, ganhando uma segunda chance de incentivá-lo com o vitorioso cerco e conquista da cidade de Bayamo. Legitimado por esse sucesso, o movimento se espalhou pela província, mesmo que ainda enfrentasse situações desfavoráveis. Superada a primeira etapa de incertezas e adversidades, tornou-se mais fácil para os separatistas de Puerto Príncipe acompanharem a rebelião que agora externava os seus primeiros resultados.

Imprevisíveis desde os minutos iniciais, os gritos de independência de 1868 traziam em si mais semelhanças que diferenças. Por trás dos números e condições existentes, uma distinção importante os separou: a inversão de seus modelos estruturais que fortaleceu os cubanos e debilitou os porto-riquenhos. Com tais situações sobre a mesa, bastou a reação positiva de um grupo e o infortúnio da distância de um homem em particular para desembocar numa sucessão de eventos que deram aos cubanos dez anos de luta e, aos porto-riquenhos, um severo desfecho para a ousadia de seus atos.

Como em outros momentos da História política, uma simples ação terminou por moldar drasticamente o destino desses dois episódios, com a ironia de dar-lhes, ao final do processo, dois resultados assim tão explicitamente discrepantes.

## FONTES

ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_\\_primera\\_serie\\_\\_n\\_\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp__primera_serie__n__2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BUENO MENÉNDEZ, Salvador. **Carlos Manuel de Céspedes**. México, D.F.: Frente de Afirmación Hispanista, 2004. Disponível em: <<http://www.hispanista.org/libros/alibros/4/lb4.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.

CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 13 maio 2019.

CASTELLANOS G., Gerardo. **Raíces del 10 de octubre de 1868**: Aguilera y Céspedes. La Habana: Imprenta El Siglo XX, 1937. Disponível em: <<http://www.manioc.org/gsd/collect/patrimon/archives/IHE14024.dir/IHE14024.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.

CÉSPEDES Y QUESADA, Carlos Manuel de. **Carlos Manuel de Céspedes**. Paris: Tipografía de Paul Dupont, 1895. Disponível em: <<https://archive.org/details/carlosmanueldecs00cspe>>. Acesso em: 25 set. 2021.

COLLAZO, Enrique. **Desde Yara hasta el Zanjón**: apuntes históricas. La Habana: Instituto del Libro, 1967. (Centenario 1868). Disponível em: <<https://archive.org/details/DesdeYaraHastaElZanjn>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ELIAS, José Antonio. **Atlas geográfico, histórico y estadístico de España y sus posesiones de Ultramar**. Barcelona: Imprenta de Francisco Granell i Antonio Teixidó, 1850. v. 2. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?field=todos&text=+Atlas+geogr%20a%20hist%20c%20rico+y+estad%20adstico&showYearItems=&exact=on&textH=&advance=false&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=1>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

GARCIA VERDUGO, Vicente. **Cuba contra España**: apuntes de un año para la historia de la rebelión de la isla de Cuba que principió el 10 de octubre de 1868. Madrid: Imprenta y Librería Universal, 1869. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/miun.abe5485.0001.001>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

GELPÍ FERRO, Gil. **Album historico fotografico de la Guerra de Cuba**: desde su principio hasta el reinado de Amadeo I. Habana: Imprenta La Antilla, 1872. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000068969>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

**INFORMACIÓN sobre reformas en Cuba y Puerto Rico**. t.1. Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/api/volumes/oclc/4198382.html>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

IZAGUIRRE, José María. **Asuntos cubanos**: colecciones de artículos y poesías. New York: Imprenta América, 1896. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000127217>>. Acesso em: 14 out. 2020.

PEREZ MORÍS, José; CUETO Y GONZALEZ QUIJANO, Luis. **Historia de la insurrección de Lares**. Barcelona: Establecimiento Tipográfico de Narciso Ramirez y C., 1872. Disponible em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000065661>>. Acceso em: 27 dez. 2019.

QUIÑONES, José Marcial. **Un poco de historia colonial** (incluye de 1850-1890). Barcelona: Academia Puertorriqueña de la historia, 1978.

SEDANO Y CRUZAT, Carlos. **Cuba desde 1850 á 1873**: colección de informes, memorias, proyectos y antecedentes sobre el gobierno de la isla de Cuba. Madrid: Imprenta Nacional, 1875. Disponible em: <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000084753>>. Acceso em: 27 dez. 2019.

ZARAGOZA, Justo. **Las insurrecciones en Cuba**: apuntes para la historia política de esta isla em el presente siglo. Tomo II. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1873. Disponible em: <<https://archive.org/details/lasinsurreccion01zaragoog/page/n10/mode/2up>>. Acceso em: 28 jan. 2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉS NEGRONI, Héctor. **Historia militar de Puerto Rico**: en conmemoración del encuentro de dos mundos. [S.l.]: Sociedad Estatal Quinto Centenario, [1992]. (Colección encuentros).

ARPINI, Adriana María. Abolición, independencia y confederación. **Cuyo. Anuario de Filosofía Argentina y Americana**, Mendoza, v. 25/26, p. 167-192, 2008–2009. Disponível em: <<https://bdigital.uncu.edu.ar/app/navegador/?idobjeto=3712>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ARTOLA, Miguel. **La burguesía revolucionaria, 1808-1874**. v. 5. Madrid: Alianza, 1981. (Historia de España Alfaguara).

AYALA, José Antonio. **La masonería de obediencia española en Puerto Rico, en el siglo XIX**. Murcia: Universidad de Murcia, 1991.

BAHAMONDE. Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. **Historia de España, siglo XIX**. 6 ed. Madrid: Cátedra, 2011.

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru: EDUSC, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUR, John E. The Presidency of Nicolas Geffrard of Haiti. **The Americas**, [Cambridge], v. 10, n. 4, p. 425-461, Apr. 1954. Disponível em: [www.jstor.org/stable/977690](http://www.jstor.org/stable/977690). Acesso em: 15 dez. 2019.

BRADING, David Anthony. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História de América Latina**, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2009. v. 1.

CAMUÑAS MADERA, Ricardo R. Los franceses en el oeste de Puerto Rico. **Caravelle**, Toulouse, n. 53, p. 25-36, 1989. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/carav\\_11476753\\_1989\\_num\\_53\\_1\\_2405](https://www.persee.fr/doc/carav_11476753_1989_num_53_1_2405)>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CANCEL SEPÚLVEDA, Mario. Ramón Emeterio Betances. **Enciclopedia de Puerto Rico**. Disponível em: <<https://enciclopediapr.org/encyclopedia/ramon-emeterio-betances/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CARBONELL, Néstor. **Próceres**: ensayos biográficos. Habana: Imprenta El Siglo XX, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/prceresensayosbi00carb>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CASSÁ, Roberto. **Héroes restauradores**. Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2009.

CENTO GÓMEZ, Elda. Conferencia dedicada al centenario de la muerte de Salvador Cisneros Betancourt. In: SESIÓN SOLEMNE DE LA ACADEMIA DE LA HISTORIA DE CUBA, Habana, 2014. Disponível em: <<http://sociedadpcma.org.cu/index.php/Vida-en-La-Academia/Conferencia-dedicada-al-centenario-de-la-muerte-de-Salvador-Cisneros-Betancourt>>. Acesso em: 03 set. 2020.

CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. América Hispánica, 1492-1898. In: TUÑÓN DE LARA, Manuel. (Org.). **Historia de España**. Barcelona: Labor, 1983.



CLODFELTER, Micheal. **Warfare and armed conflicts: a statistical encyclopedia of casualty and other figures, 1492-2015**. 4. ed. Jefferson: McFarland & Company, 2017.

CRUZ, Zahira. El régimen de la libreta. **Enciclopedia de Puerto Rico**, 2014. Disponível em: <<https://enciclopediapr.org/encyclopedia/el-regimen-de-la-libreta/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

DIMOCK, Joseph Judson; PÉREZ, Louis A. **Impressions of Cuba in the nineteenth century: the travel diary of Joseph J. Dimock**. Wilmington: SR Books, 1998.

DOMINGO ACEBRÓN, Maria Dolores. La Junta de Información em Madrid para las reformas en las Antillas, 1866. **Hispania**, Madrid, LXII/1, n. 210, p. 141-166, 2002. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/269>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Las expediciones a Cuba: apoyo a la insurrección cespedita, 1868-1878. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, n. 18, p. 241-256, 1992. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA9292110241A/29417>>. Acesso em: 25 set. 2021.

DOZER, Donald Marquand. **América Latina: uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Globo, 1974.

**ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. 20 v.

FERNÁNDEZ MÉNDEZ, Eugenio. El significado histórico del Grito de Lates. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969**, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 2-8, jul./sept. 1968.

FERRER, Ada. **Insurgent Cuba: Race, Nation, and Revolution, 1868-1898**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 1999.

FREIRE DÍAZ, Joaquin. **Presencia de Puerto Rico en la historia de Cuba: una aportación al estudio de la historia antillana**. 2 ed. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975.

GALEANA, Patricia (Org.). **México y el mundo: historia de sus relaciones exteriores**. t. 3. México, D.F.: Senado de la República, 1990.

GAUTIER DAPENA, José A. **Trayectoria del pensamiento liberal puertorriqueño en el siglo XIX**. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1975.

GONZÁLEZ MARTÍN, David. **La Administración Central para el Gobierno de Ultramar: Ministerio de Ultramar 1863-1899**. 2014. 56 f. Trabajo de Fin de Grado (Grado en Derecho y Relaciones Internacionales) – Facultad de Derecho ICADE, Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/638>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GUAJARDO, Ernesto. **Valparaíso, la memoria dispersa: Crónicas históricas**. Santiago de Chile: RIL editores, 2013.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México, D.F.: Editorial Mafre, 1993.

HERNÁNDEZ AQUINO, Luis. Figuras del centenario. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 61-65, jul./sept. 1968.

HERNÁNDEZ RUIGÓMEZ, Almudena. 1868. Alcolea, Lares, Yara. ¿Una misma estructura de identificación política? **Quinto Centenario**, Madrid, v. 7, p. 55-81, 1985. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/view/QUCE8484110055A/1837>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. La abolición de la esclavitud en Puerto Rico: Introducción al estudio de las mentalidades anti-esclavistas. **Quinto Centenario**, Madrid, n. 14, p. 27-42, 1988. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=80417>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean**: the genesis of a fragmented nationalism. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012.

KUNTZ FICKER, Sandra. De las reformas liberales a la Gran depresión, 1856-1929. In: KUNTZ FICKER, Sandra (Coord.). **Historia económica general de México**: de la colonia a nuestros días. México, D.F.: Colegio de México, 2010.

LA ABORTADA rebelión de Lares en Puerto Rico. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 66-79, jul./sept. 1968.

LE RIVEREND, Julio. Cuba: del semicolonialismo al socialismo (1933-1975). In: GONZÁLES CASANOVA, Pablo. (Coord.). **América Latina: historia de medio siglo: 2** – México, centroamérica y el caribe. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

LESSA, Antônio Carlos. **História das relações internacionais**: a Pax Britânica e o mundo do século XIX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUGO FILIPPI, Carmen. Betances y Voltaire. **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenario del Grito de Lares, 1868-1969, San Juan de Puerto Rico, n. 40, p. 28-33, jul./sept. 1968.

MALAMUD, Carlos. **Historia de América**. Madrid: Alianza, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas. In: MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco Antonio. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v.3.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTIN, André. Guerra de Secessão. In: MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINEZ ALIER, Verena. **Marriage, class and colour in nineteenth century Cuba**: a study of racial attitudes and sexual values in a slave society. 2. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1989. (Women and Culture series).

MARTÍNEZ DE QUESADA, Eugenio. El Telégrafo español en ultramar: Cuba y Puerto Rico. In: MARTÍNEZ LORENTE, Gaspar; NAVARRO MORENO, Pedro (Coord.). **XXI siglos de comunicación en España**: historia de correos y telégrafos. [S.l.]: Correos, 2016.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Alfredo José. La Implantación de la Guardia Civil en Puerto Rico. (1857-1869): ¿Frente a la marginalidad delincriminal o a la subversión política? **Revista dos puntas**, San Juan, Año 8, n. 14, p. 127-173, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11441/67135>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARTÍNEZ NAVAS, Isabel. **El gobierno de las islas de ultramar**: consejos, juntas y comisiones consultivas en el siglo XIX. Madrid: Dykinson, S.L., 2007.

MARTÍNEZ RUIZ, Enrique; MAQUEDA, Consuelo; DIEGO, Emilio de. **Atlas histórico de España**. v. 2. Madrid: Istmo, 1999.

MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor**: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MIRA, Irene. La Noche de San Daniel, la tragedia olvidada que hizo temblar el reinado de Isabel II. **ABC**, Madrid, 01 jul. 2019, Historia. Disponível em: <[https://www.abc.es/historia/abci-noche-san-daniel-tragedia-olvidada-hizo-temblar-reinado-isabel-201906302310\\_noticia.html?ref=https%3A%2F%2F](https://www.abc.es/historia/abci-noche-san-daniel-tragedia-olvidada-hizo-temblar-reinado-isabel-201906302310_noticia.html?ref=https%3A%2F%2F)>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MORAL RONCAL, Antonio Manuel. España y Cuba en el contexto de la política internacional (1701-1898). In: ALVARADO PLANAS, Javier (Dir.). **La administración de Cuba en los siglos XVIII y XIX**. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2017.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **Cuba/Espanha/Cuba**: uma história comum. Bauru: Edusc, 2005.

MORÓN, Guillermo. **Breve historia contemporánea de Venezuela**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

MOSCOSO, Francisco. **La revolución puertorriqueña de 1868**: el Grito de Lares. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 2003.

MUSEO NACIONAL BENJAMÍN VICUÑA MACKENNA. **Benjamín Vicuña Mackenna americanista**. Disponível em: <<https://www.museovicunamackenna.gob.cl/sitio/Contenido/Temas-de-Colecciones-Digitales/72556:Vicuna-Mackenna-y-la-independencia-de-Cuba>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Vicuña Mackenna y La Voz de la América**, Santiago. Disponível em: <[https://www.museovicunamackenna.gob.cl/647/w3-article-72575.html?\\_noredirect=1](https://www.museovicunamackenna.gob.cl/647/w3-article-72575.html?_noredirect=1)>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NATHAN, Samuel. **Tied Caribbean Icons**. London: Lulu, 2011.

NAVARRO GARCÍA, Luis. **La independencia de Cuba**. Madrid: Mapfre, 1992. (Independencia de Iberoamérica).

NAVARRO GARCÍA, Jesús Raúl. **Entre esclavos y constituciones**: el colonialismo liberal de 1837 en Cuba. Sevilla: CSIC, 1991. (Colección Dos Colores).

\_\_\_\_\_. **Puerto Rico a la sombra de la independencia continental: fronteras ideológicas y políticas en el Caribe, 1815-1840.** San Juan: Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el Caribe; Sevilla: CSIC, 1999.

NÚÑEZ MARTÍNEZ, María. **Cuba y Puerto Rico en el constitucionalismo español: las Cartas Autonómicas, primer antecedente del Estado Autonómico español.** n. 96. Madrid: Dykinson; Universidad Rey Juan Carlos, 2008. (Colección Ciencias Jurídicas y Sociales).

OLIVO, Ingrid A. **Reconstructing early modern disaster management in Puerto Rico.** 2015. 440 f. Theses (Degree of Doctor of Philosophy) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, New York, 2015. Disponible em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8WD3ZNG>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PADILLA ÂNGULO, Fernando J. **Volunteers of the Spanish Empire (1855-1898).** 2018. 265 f. Theses (Degree of Doctor of Philosophy) - School of Modern Languages, University of Bristol, Bristol, 2018. Disponible em: <<https://research-information.bris.ac.uk/en/studentTheses/volunteers-of-the-spanish-empire-1855-1898>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PEREZ JUNIOR, Louis. **Cuba: between reform and revolution.** 4 ed. Oxford: Oxford University, 2011.

PIQUERAS ARENAS, José Antonio. **Cuba, emporio y colonia: la disputa de un mercado interferido (1878-1895).** Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2003.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

POYO, Gerald E. Cuban Revolutionaries and Monroe County Reconstruction Politics, 1868-1876. **The Florida Historical Quarterly**, v. 55, n. 4, p. 407-422, apr. 1977. Disponible em: <<https://www.jstor.org/stable/30145986?seq=1>>. Acesso em: 07 nov. 2020. p. 408-411.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina.** São Paulo: Contexto, 2014.

RAMA, Carlos Manuel. **La independencia de las Antillas y Ramón Emeterio Betances.** Barcelona: Talleres Gráficos de Manuel Pareja Montaña, 1980.

RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, Luis Antonio. Catálogo del papel moneda de Puerto Rico. Ponce: Ediciones Arybet, 2010.

SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín. En busca de la reconciliación: la diplomacia española hacia la República Dominicana tras el fracaso de la reanexión, 1865-1879. **Tzintzun. Revista de estudios históricos**, Morelia, n. 55, p. 157-204, ene./jun. 2012. Disponible em: <<http://tzintzun.umich.mx/index.php/TZN/article/view/174>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. La élite política del ministerio de ultramar (1863-1898): un estudio de sociología ministerial. **Tzintzun. Revista de estudios históricos**, Morelia, n. 37, p. 11-50, ene./jun. 2003. Disponible em: <<http://tzintzun.umich.mx/index.php/TZN/article/view/346>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Una diplomacia defensiva: la política exterior española en el Caribe y el golfo de México entre 1865 y 1878. **Hispania, revista española de historia**, [Madrid], v. 67, n. 226, p. 487-516, mayo/ago. 2007. Disponible em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/51>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Marco Aurélio dos. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 36, e. 12, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-907420170001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-907420170001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SANTOS JULIÁ, Miguel Martorell. **Manual de historia política y social de España (1808-2018)**. Barcelona: RBA Libros, 2019.

SARMIENTO RAMÍREZ, Ismael. La Artillería rudimentaria en la Guerra de Cuba. **Militaria. Revista de cultura militar**, Madrid, n. 15, p. 85-118, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/MILT/article/view/MILT0101120085A>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SCHMIDT-NOWARA, Christopher. Conquering Categories: the problem of prehistory in nineteenth-century Puerto Rico and Cuba. **CENTRO Journal**, New York, v. 13, n. 1, p. 5-21, 2001. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37711309001>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Empire and Antislavery: Spain, Cuba, and Puerto Rico, 1833-1874**. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1999.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora UNICAMP, 1991.

SEVILLA SOLER, María Rosario. **Las Antillas y la independencia de la América Española (1808-1826)**. Madrid: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1986.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SMITH, Robert Freeman. Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2009. v. 4.

SUÁREZ DÍAZ, Ada. **El doctor Ramón Emeterio Betances y la abolición de la esclavitud**. 3 ed. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1984.

THOMAS, Hugh. **Cuba: la lucha por la libertad**. [Madrid]: Debate; Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016. (Edición revisada y ampliada).

TILLY, Charles. **Big structures, large process, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. La élite habanera y los refugiados franceses de Saint Domingue. In: NAVARRO GARCÍA, Luis. **Elites urbanas en Hispanoamérica: de la conquista a la independencia**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

VEGA, Bernardo. Nueva York: foco de la revolución antillana, papel de las comunidades cubana y puertorriqueña. In: LÓPEZ-BARALT, Mercedes. **Literatura puertorriqueña del siglo XX: antología**. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 2004.

**SITES E BANCOS DE DADOS**

Congreso de los Diputados. Disponível em: <<https://www.congreso.es/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

Diccionario Biográfico Español. Disponível em: <<http://dbe.rah.es/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

Enciclopedia de Puerto Rico. Disponível em: <<https://enciclopediapr.org/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

Senado de España. Disponível em: <<http://www.senado.es/web/index.html>>. Acesso em: 26 set. 2021.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

## Panfleto "Los diez mandamientos de los hombres libres" (1867)



Fonte: SUÁREZ DÍAZ, Ada. **El doctor Ramón Emeterio Betances y la abolición de la esclavitud**. 3 ed. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1984. p. 51.



## ANEXO 2

## Constitución provisoria da Revolução Porto-Riquenha

## Constitución provisora de la Revolución Puertorriqueña \*

### CAPÍTULO PRIMERO

**ARTÍCULO 1.º** EL GOBIERNO DE LA REVOLUCIÓN PUERTORRIQUEÑA se ha constituido con el nombre de *Comité Revolucionario de Puerto Rico*.

**Art. 2.º** El Comité tiene por objeto la independencia de Puerto Rico bajo la forma democrática republicana.

**Art. 3.º** El Comité se compone de tres miembros y un secretario con voz y sin voto y del número necesario de suplentes.

**Art. 4.º** El Comité se completará cada vez que sea necesario llamando a sí algunos de los presidentes de las Juntas o Legaciones.

### CAPÍTULO II

Son deberes y atribuciones del Comité:

1.º Fundar en la Isla Juntas y Legaciones revolucionarias y reconocer las que espontáneamente se constituyan, expidiendo para ello los títulos correspondientes.

2.º Llevar la dirección e iniciativa en todos los asuntos fundamentales y orgánicos de la Revolución.

3.º Exigir de las Juntas y Legaciones el exacto cumplimiento de sus mandatos, conforme con los artículos de esta Constitución.

4.º Delegar parte de sus poderes en alguno o algunos de sus miembros y nombrar los agentes especiales que se necesiten para el buen éxito de la causa.

5.º Recaudar de las Juntas, Legaciones, delegados y agentes especiales los fondos que éstos hayan reunido.

6.º Responder a su debido tiempo de las sumas que se le entreguen invirtiéndolas en la compra de armas y municiones y en gastos que origine la empresa.

7.º Recibir, atender y contestar los avisos de las Juntas, Legaciones, delegados y agentes especiales.

8.º Desaprobar los actos de las Juntas y Legaciones contrarias a esta Constitución, explicar y decidir las dudas que ocurran sobre la inteligencia de cualquier artículo de ella.

9.º No admitir de parte de sus agentes (Juntas, Legaciones, delegados y agentes especiales), ninguna comisión limitativa de sus trabajos revolucionarios.

### CAPÍTULO III

**Artículo 1.º** Las juntas tienen por objeto contribuir activamente a la propaganda revolucionaria y crear por medio de suscripciones o por otros medios que estén a su alcance, los fondos necesarios a la realización de la independencia borinqueña.

**Art. 2.º** Las juntas revolucionarias se formarán una en cada pueblo de la Isla y se compondrán de tres o cinco individuos con igual número de suplentes, sin distinción de clases.

**Art. 3.º** Cada Junta nombrará su presidente y su secretario y adoptará su reglamento interior conforme en todo con los artículos de esta Constitución.

### CAPÍTULO IV

Son deberes y atribuciones de cada Junta:

1.º Instituir legaciones en todos los barrios y reconocer las que oportunamente se formen, dan-

\* Bonafoux, *Betances*, pp. 120-125.

do parte al Comité Revolucionario para que le expida el título de formación.

2.º Cumplir y hacer que se cumplan por sus legaciones, delegados y agentes especiales las órdenes del Comité, con objeto de obtener la unidad de acción.

3.º Entregar los fondos recaudados al Comité o sus delegados.

4.º Ponerse en comunicación y obrar de acuerdo con las demás Juntas de la Isla.

5.º Dar al Comité los avisos que crea conveniente y comunicarle por lo menos dos veces al mes, el estado de la propaganda y de las suscripciones.

6.º Tener para cada uno de sus miembros las armas de guerra que sean necesarias y procurar que cada cual haga la adquisición de fusiles, revólveres, machetes, pólvora, etcétera.

7.º Decidir sus acuerdos por mayoría y someterse estrictamente a ellos, haciéndolos obedecer también por las Legaciones.

#### CAPÍTULO V

##### *Las Legaciones Revolucionarias*

Artículo 1.º Las legaciones son para las Juntas lo que son éstas para el Comité Revolucionario.

Art. 2.º Tienen el derecho de comunicar directamente con el Comité, después de haber sido comunicado a éste por la Junta que las haya fundado o reconocido.

#### CAPÍTULO VI

##### *Delegados*

Artículo 1.º Sólo podrán ser delegados del Comité los individuos y suplentes que lo forman y éstos se ceñirán en un todo a la letra de los poderes que lleven.

Art. 2.º Tienen el derecho de convocar y presidir las Juntas con voz y voto.

#### CAPÍTULO VII

##### *Agentes especiales*

Artículo 1.º Sólo podrán ser agentes especiales los que de sus propios bienes o por medio de suscripciones, hayan depositado en manos del Comité Revolucionario, para ser empleados en el servicio de la revolución, la cantidad de cuatrocientos pesos por lo menos.

Art. 2.º No le deben cuenta de sus actos sino al Comité Revolucionario, pero no pueden contravenir a las órdenes escritas de este Comité y han de procurar obrar siempre de acuerdo con las Juntas, Legaciones y delegados.

Art. 3.º No tienen voz ni voto ni pueden asistir a ninguna Junta sin el consentimiento de ella y después de haberla presentado sus títulos.

Art. 4.º No pueden violar en ningún caso ningún artículo de esta Constitución.

Art. 5.º Deben comunicar dos veces al mes al Comité cuanto hagan u observen en la marcha de la Revolución.

#### *Disposiciones Complementarias*

Artículo 1.º El Comité, las Juntas, las Legaciones, los delegados y los agentes especiales se deben mutuamente y le deben a todos los patriotas, apoyo, auxilio y protección en caso de necesidad o desgracia.

Art. 2.º Todos los miembros de esta sociedad le deben al Comité, a las Legaciones, a las Juntas, a los delegados y agentes especiales, inmediato aviso de cualquier descubrimiento que pueda favorecer o perjudicar la causa y han de poner oportunamente los medios que estén en su poder para evitar cualquier perjuicio.

Santo Domingo, enero 10 de 1868.

(Firmado): R. Betances.— C. E. Lacroix.— R. Mella.

El Secretario del Comité: M. Ruiz Quiñones.

Juramento acordado por el Comité Revolucionario de Puerto Rico para ser exigido de sus miembros, delegados, juntas, legaciones, agentes especiales y todos los patriotas en el acto de tomar posesión de algún título, los primeros y los últimos en el de su iniciación:

"JURO POR MI HONOR:

Llenar bien y fielmente las obligaciones que me impone el cargo que me confiere el Comité Revolucionario de Puerto Rico; someterme a la Constitución y defenderla contra todo ataque; trabajar en la independencia de Puerto Rico mientras me quede un átomo de vida. Merezca yo la reprobación de todos los hombres honrados si falto a mis juramentos."

## ANEXO 3

## Constituição da República de Cuba “em armas”

Por fin el patriotismo y el buen sentido triunfaron, imponiendo á la generalidad el criterio único que pudiera salvar la revolución, y el 10 de abril de 1869 se reunía en Guáymaro la Asamblea Constituyente, compuesta por los delegados de los distintos departamentos en armas, proclamando como forma de gobierno la República, siendo electo Presidente Carlos Manuel de Céspedes y promulgando como base de la naciente nacionalidad la siguiente Constitución, que debía regir lo que durase la guerra de independencia.

## CONSTITUCION

ARTÍCULO 1º El Poder legislativo residirá en una Cámara de Representantes.

ART. 2º A esta Cámara concurrirá igual representación por cada uno de los cuatro estados en que queda desde este instante dividida la Isla.

ART. 3º Estos estados son: Oriente, Camagüey, Las Villas y Occidente.

ART. 4º Solo pueden ser representantes los ciudadanos de la república mayores de veinte años.

ART. 5º El cargo de representante es incompatible con todos los demás de la república.

ART. 6º Cuando ocurran vacantes en la representación de algún estado, el ejecutivo del mismo dictará las medidas necesarias para la nueva elección.

- ART. 7º La Cámara de representantes nombrará el Presidente encargado del Poder Ejecutivo, el General en Jefe, el Presidente de las sesiones y demás empleados suyos. El General en Jefe está subordinado al Ejecutivo y debe darle cuenta de sus operaciones.
- ART. 8º Ante la Cámara de representantes deben ser acusados, cuando hubiere lugar, el Presidente de la República, el General en Jefe y los miembros de la Cámara. Esta acusación puede hacerse por cualquier ciudadano, si la Cámara la encuentra atendible, someterá el acusado al Poder Judicial.
- ART. 9º La Cámara de representantes puede deponer libremente á los funcionarios cuyos nombramientos le corresponde.
- ART. 10. Las disposiciones legislativas de la Cámara necesitan, para ser obligatorias, la sanción del Presidente.
- ART. 11. Si no la obtuvieren volverán inmediatamente á la Cámara para nueva deliberación, en la que se tendrán en cuenta las objeciones que el Presidente presentare.
- ART. 12. El Presidente está obligado en el término de diez días á impartir su aprobación á los proyectos de la Ley ó negarla.
- ART. 13. Acordada por segunda vez una resolución de la Cámara, la sanción será forzosa para el Presidente.
- ART. 14. Deben ser objeto indispensablemente, de la Ley, las contribuciones, los empréstitos públicos, la ratificación de los tratados, la declaración y conclusión de la guerra, la autorización al Presidente para conceder patentes de corso, levantar tropas y mantenerlas, proveer y sostener una armada y la declaración de represalias con respecto al enemigo.
- ART. 15. La Cámara de representantes se constituye en sesión permanente, desde el momento en que los representantes del pueblo ratifiquen esta Ley fundamental, hasta que termine la guerra.
- ART. 16. El Poder Ejecutivo residirá en el Presidente de la República.
- ART. 17. Para ser Presidente se requiere la edad de 30 años y haber nacido en la Isla de Cuba.

ART. 18. El Presidente puede celebrar tratados con la ratificación de la Cámara.

ART. 19. Designará los embajadores, ministros plenipotenciarios y cónsules de la república en los países extranjeros.

ART. 20. Recibirá los embajadores, cuidará de que se ejecuten fielmente las leyes y expedirá sus despachos á todos los empleados de la república.

ART. 21. Los secretarios del despacho serán nombrados por la Cámara á propuesta del Presidente.

ART. 22. El poder judicial es independiente; su organización será objeto de una Ley especial.

ART. 23. Para ser elector se requieren las mismas condiciones que para ser elegido.

ART. 24. Todos los habitantes de la República son enteramente libres.

ART. 25. Los ciudadanos de la República sin distinción alguna están obligados á prestarle toda clase de servicios conforme á sus aptitudes.

ART. 26. La República no reconoce dignidades, honores especiales, ni privilegio alguno.

ART. 27. Los ciudadanos de la República no podrán admitir honores ni distinciones de un país extranjero.

ART. 28. La Cámara no podrá atacar las libertades de culto, imprenta, reunión pacífica, enseñanza y petición ni derecho alguno inalienable del pueblo.

ART. 29. Esta Constitución podrá enmendarse cuando la Cámara unánimemente lo determine.

Esta Constitución fué votada en el pueblo libre de Guáymaro el diez de abril de mil ochocientos sesenta y nueve, por el ciudadano Carlos Manuel de Céspedes, Presidente de la Asamblea Constituyente y los ciudadanos diputados Salvador Cisneros Betancourt, Francisco Sánchez, Miguel Betancourt Guerra, Jesús Rodríguez, Antonio Alcalá, José Izaguirre, Honorato Castillo, Miguel Gerónimo Gutiérrez, Arcadio García, Tranquilino Valdés, Antonio Lorda, Eduardo Machado, y ciudadanos Ignacio Agramonte y Antonio Zambrana, secretarios.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### Quadro de comissionados cubanos eleitos para a Junta de Informação

Comissionado	Jurisdição	Profissão	Tendência Política
Agustín Camejo	Santo Espiritu	–	–
Antonio Fernández Bramosio *	Cárdenas	–	Separatista
Antonio Rodríguez Ojea	Guanajay	–	–
Antonio Xénez de San Martín	Habana	Engenheiro	–
Francisco Frías y Jacott, 4º C.de de Pozos Dulces	Villa Clara	Agrônomo, periodista e proprietário	Reformista
José Antonio Echeverría	Colón	Homem de letras	Separatista
José Antonio Saco	Santiago de Cuba	Homem de letras	Reformista
José Calixto Bernal	Puerto Príncipe	Advogado e periodista	Reformista
José Luis Alfonso y García de Medina, 1º M.es de Montelo **	Matanzas	Proprietário	Integrista
José Miguel Angulo Heredia	Matanzas	Advogado e poeta	Reformista
José Morales Lemus	Remédios	Advogado e periodista	Separatista
Juan Mumné	Holguín	–	–
Manuel de Armas	Habana	–	–
Manuel de Arredondo y Cabello, 3º C.de de Vallengano	Sagua la Grande	Oficial do Exército	–
Manuel Ortega	Pinar del Río	–	–
Nicolás Azcárate y Escobedo	Güines	Advogado e periodista	Reformista
Tomás Terry Adans	Cienfuegos	Advogado e periodista	Reformista

Fonte: Do autor, adaptado de **INFORMACIÓN sobre reformas en Cuba y Puerto Rico**. t.1. Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867. p. 30.

Notas:

\* Ausentou-se das sessões por considerar-se enfermo.

\*\* Renunciou ao cargo.

<sup>(1)</sup> De acordo com o periódico *El Siglo* (1866), ao menos doze dos dezesseis comissionados cubanos podiam ser considerados partidários do reformismo. Cf. INFORMACIÓN, op. cit.

## APÊNDICE 2

### Quadro de comissionados porto-riquenhos eleitos para a Junta de Informação

Comissionado	Jurisdição	Profissão	Tendência Política
Francisco Mariano Quiñones	San Germán	Proprietário e escritor	Autonomista
Luis Antonio Becerra Delgado *	Ponce	Advogado e proprietário	Conservador
José Julián Acosta y Calbo	Mayagüez	Professor e naturalista	Autonomista
Manuel de Jesús Zeno Correa	Arecibo	Proprietário	Conservador
Manuel Valdés Linares *	San Juan	Advogado e proprietário	Conservador
Segundo Ruiz Bélvis	San Juan	Advogado	Separatista

Fonte: Do autor, adaptado de ANTONIO AYALA, José. **La masonería de obediencia española en Puerto Rico, en el siglo XIX**. Murcia: Universidad de Murcia, 1991. p. 179.

Notas:

\* Por tardarem em viajar para a Europa, tiveram seus cargos declarados vacantes.



### APÊNDICE 3

#### Quadro de comissionados nomeados pela Espanha para a Junta de Informação

Comissionado	Origem	Profissão
Alejandro Oliván y Borrueal	Espanhol	Senador e naturalista
Domingo Sterling y Heredia	–	Conselheiro de Administração de Cuba
Francisco Cutanda	Espanhol	Advogado e homem de letras
Francisco González del Corral	–	Conselheiro de Estado
Francisco Ochoa *	Cubano	Proprietário
Francisco de Paula Jiménez	–	Diretor da Sociedade de Crédito Mercantil de Cárdenas
Gabriel Enríquez y Valdés	Espanhol	Conselheiro de Estado e subsecretário de Ultramar
Jerónimo Mariano Usera y Alarcón	Espanhol	Clérigo e deão na Catedral de Santiago de Cuba
Ignacio González Olivares	–	Regente da Audiência (Tribunal) de Havana
Ignacio Herrera y O'Farril, 2º M.es de Almendares	Cubano	Senador e conselheiro
Isidro Díaz Argüelles	Espanhol	Deputado e burocrata do ramo comercial
Joaquín González Estéfani	–	Proprietário e comerciante
Joaquín María Ruíz	–	–
José de la Cruz Castellanos	–	Conselheiro de educação pública
José Ignacio Echeverría	–	Oficial do Exército
José Ramon Fernández *	Porto-riquenho	Proprietário
José Suárez Argudín	Espanhol	Proprietário e comerciante de escravos
Juan Bautista Machicote Irisarri *	Porto-riquenho	Comerciante
Juan Manuel de Manzanedo y González, 1º M.es de Manzanedo	Espanhol	Banqueiro, comerciante e deputado
Mamerto Pulido Hortelano *	Espanhol	Proprietário
Miguel Antonio Herrera	Cubano	Proprietário
Nicolás Martínez Valdivieso	Espanhol	Proprietário e desenhista
Pedro de Sotolongo	Cubano	Proprietário
Ramón de la Sagra Pérez	Espanhol	Naturalista e ex-deputado

<b>Comisionado</b>	<b>Origem</b>	<b>Profissão</b>
Ramón Montalvo y Calvo	Cubano	Proprietário
Vicente Vázquez Queipo	Espanhol	Matemático, advogado e senador

Fonte: Do autor, adaptado de **INFORMACIÓN sobre reformas en Cuba y Puerto Rico**. t.1. Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867. p. 33-36.

Notas:

\* Renunciaram ao cargo.

#### APÊNDICE 4

#### Quadro de células e comités separatistas ativos em Porto Rico em 1868

Nome da célula/comité	Localização	Líder responsável
Capá Prieto	Mayagüez	Matías Brugman
Comité del Sur	–	–
Comité Interior de Borínquen	–	–
Comité del Oeste	–	Ramón Emetério Betances
Centro Bravo	Lares	Manuel Rojas Luzardo
El Porvenir	Pepino	Manuel Cebollero Aguilar
Lanzador del Norte n. 1	Camuy	Manuel María González
Lanzador del Norte n. 2	Arecibo	Aurelio Méndez
Lanzador del Sur	Ponce	Carlos Elio Lacroix

Fonte: Do autor, adaptado de ALEGRÍA, Ricardo E. (Dir.) **Revista del Instituto de Cultura Puertorriqueña**: Centenário del Grito de Lares, 1868-1969. San Juan de Puerto Rico, n. 40, jul./sept. 1968. Disponível em: <[https://issuu.com/revistaicp/docs/revista\\_del\\_icp\\_\\_primera-serie\\_\\_n\\_\\_2ac7d525bf9a65](https://issuu.com/revistaicp/docs/revista_del_icp__primera-serie__n__2ac7d525bf9a65)>. Acesso em: 01 abr. 2020.